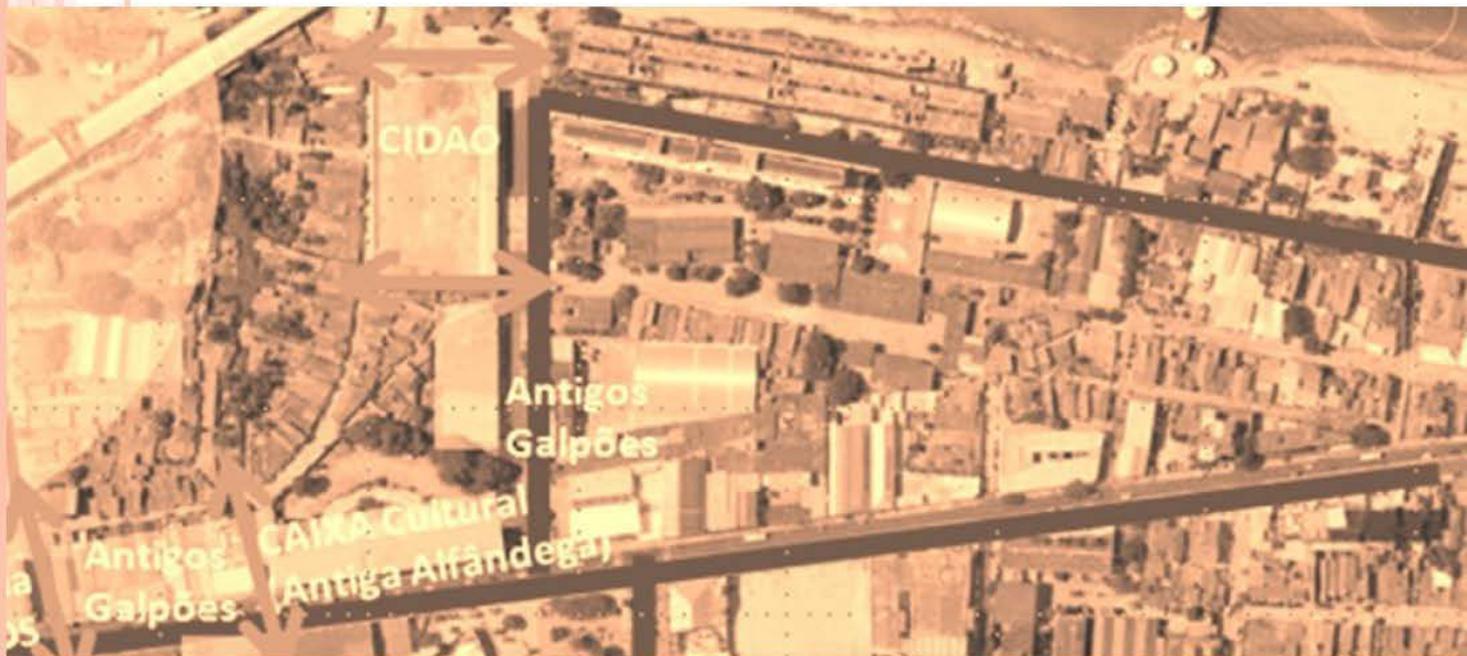


André Araújo Almeida

SEGREGAÇÃO URBANA NA CONTEMPORANEIDADE:

O CASO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA NA CIDADE DE FORTALEZA



Dezembro - 2014

André Araújo Almeida

SEGREGAÇÃO URBANA NA CONTEMPORANEIDADE:

O CASO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA NA CIDADE DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Mestrado Interinstitucional do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade de Fortaleza como quesito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim.

São Paulo – SP / Fortaleza - CE

Dezembro - 2014

A447p Almeida, André Araújo.
Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da
Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza. – 2015.
258 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
Referências bibliográficas: f. 194-200.

1. Urbanismo. 2. Segregação socioespacial. 3. Fortaleza. 4.
Poço da Draga. I. Título.

CDD 711.58

André Araújo Almeida

SEGREGAÇÃO URBANA NA CONTEMPORANEIDADE:

O CASO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA NA CIDADE DE FORTALEZA

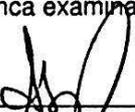
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Interinstitucional do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie com a Universidade de Fortaleza como quesito para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim.

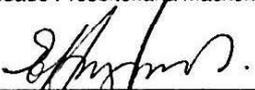
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovado pela banca examinadora em:

11 de fevereiro de 2015

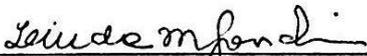
Banca examinadora:



Prof^ª. Dr^ª Angélica A. Tanus Benatti Alvim
Universidade Presbiteriana Mackenzie - orientadora



Prof^ª. Dr^ª Eunice Helena S. Abascal
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof^ª. Dr^ª Linda Maria de Pontes Gondim
Universidade Federal do Ceará

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, APENAS PARA FINS
ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: arqandrealmeida@netscape.net

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra à minha família, com destaque especial a meu pai José de Castro Almeida, minha mãe Maria Theresa Araújo Almeida, minha irmã Lucianna Araújo Almeida, meu irmão Alexandre Araújo Almeida e família, e meus avôs e avós (*in memoriam*), que me acompanharam durante toda minha trajetória de vida, influenciando, educando, ensinando, incentivando e me apoiando nesta caminhada. Tal amparo foi de fundamental importância para que eu pudesse alcançar esse novo patamar no meu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal.

Dedico este trabalho também à arq. Fabienne Araújo Tytgadt, querida prima com quem eu compartilhava o amor pela arquitetura, mas partiu prematuramente, deixando um imenso vazio na vida de seus pais, irmãos e familiares; seu lindo e meigo sorriso, contudo, permanece vivo através das pequenas Sophie e Julie.

A vocês, meu eterno amor e carinho!

AGRADECIMENTOS

Envolver-se em uma pesquisa de mestrado nos dias de hoje é uma tarefa bastante complicada por diversos motivos. Exige dedicação, priorização e muitas vezes abdicar daquilo que nos seja importante. Mas também se torna uma ação extremamente gratificante à medida que o trabalho vai sendo desenvolvido. Além do aprendizado que o curso nos proporciona, também o amadurecimento com os demais colegas e docentes envolvidos no curso, bem como com o nosso objeto de estudo, contribuindo com suas experiências e visões sobre a realidade. Sem esse conjunto de elementos, agindo em paralelo para a construção deste conteúdo, o trabalho não poderia ter sido desenvolvido. Por isso, os agradecimentos.

Agradeço à banca examinadora, pelas valiosas contribuições na qualificação e considerações na avaliação final do trabalho. Agradeço à Universidade de Fortaleza e à Universidade Presbiteriana Mackenzie pela iniciativa em oferecerem esse Mestrado Interinstitucional, que ofereceu aos docentes da UNIFOR a isenção de taxas e mensalidades, com a tradição da sua Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Agradeço também à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo amparo financeiro que viabilizou o presente trabalho. Agradeço ainda aos meus colegas e aos docentes que nos acompanharam durante nossa formação e nos brindaram com muito conhecimento e experiência, com especial atenção às professoras Flora Lima, Maria Augusta Justi Pisani e Eunice Abascal pela coordenação do curso e contribuições ao trabalho. Estendo os agradecimentos à professora Linda Gondim, da Universidade Federal do Ceará, pela inspiração e contribuições com seu conhecimento sobre a realidade da comunidade Poço da Draga, com quem compartilho muitas inquietações na militância pelo direito a cidade em Fortaleza. Agradeço, em especial, à professora Angélica Benatti Alvim, amiga e orientadora, por acreditar nesse projeto, pelo valioso acompanhamento e orientação na construção dessa dissertação, acolhendo-me sempre com muito carinho e atenção.

Agradeço aos moradores do Poço da Draga, a quem dedico as honras desse trabalho, pela sua história de luta e resistência diante de uma sociedade tão segregada, fragmentada e injusta com seus cidadãos. Em especial à D. Rocilda Lima Ferreira (*in memoriam*), à ONG Velaumar, na pessoa de sua diretora Izabel

Cristina Lima, que abriu suas portas em apoio a esse trabalho, ao geógrafo Sergio Rocha, ao Sr. José Ribamar dos Santos, à Sr^a Maria Marlene Freitas de Souza e à Sr^a Maria Bernarda dos Santos, que dispuseram de algumas horas de seu tempo e compartilharam suas histórias, em conversas individuais ou participando das nossas rodas de conversa e lanches da tarde. A todos vocês meu carinho e admiração. Agradeço também a Miguel Ângelo de Azevedo, mais conhecido como Nirez, a quem tive a honra de conhecer em um dos eventos em comemoração aos 108 anos do Poço da Draga, por disponibilizar em seu perfil nas redes sociais um dos mais fabulosos acervos de imagens sobre a história de Fortaleza.

Aos meus alunos da Faculdade 7 de Setembro, do Centro Universitário Estácio do Ceará e da Universidade de Fortaleza. Em particular, os participantes do GESC – Grupo de Estudos sobre Segregação Contemporânea, formado por alunos da UNIFOR e do Laboratório de Habitação da Estácio: Cristine Antunes, Elton Pitombeira da Silva, Izabela Moreira Lima, João Paulo de Souza Moreira, Joel Silva Neves, Julio Cesar Nunes de Lucena, Marcello Moreira Bomfim Júnior, Mirella Benigno Matos dos S. Sá, Samuel Braga da Silva e Valdênia Araújo Lima pelas contribuições nos estudos em grupo, atividades de campo e rodas de conversa.

Aos amigos, arquitetos urbanistas e professores, pela participação direta ou indireta nesse trabalho com seu carinho, confiança, paciência e disponibilização de dados e informações: Agueda Muniz, Aline Barroso, Camila Aldigueri, Carla Camila Girão, Cristina Romcy, Diego Vieira, Igor Silveira, Kelma Pinheiro, Fernanda Marques e Sara Vieira Rosa. Por fim, aos meus amigos, em especial aos sociólogos, assistentes sociais, educadores sociais, geógrafos, engenheiros, advogados e outros que me inspiram com seu trabalho árduo na compreensão e na difusão do entendimento sobre os complexos laços que unem os indivíduos de nossa sociedade. Em especial, aos que mais diretamente, de uma forma ou de outra, durante minha carreira profissional como arquiteto urbanista, têm me influenciado a desenvolver um novo olhar sobre a cidade: Adriano de Almeida, Adriano Faria, Alberto Gonçalves, Ana Paula Conde, Andréa Cialdini, Carol Castelo Branco, Daniel Girão, Eliana Gomes, Heloisa Oliveira, Hilda Costa, Jean Mitchell, João Paulo Braga Cavalcante, Lauriene Marreiro, Lorena Vitor Loureiro, Marta Pego, Mirza Abreu, Sirlaine Souza, Sônia Forte, Socorro Marques, Vaneza Ferreira e Victor Bento.

Todos vocês estiveram presentes direta ou indiretamente. Muito obrigado!

“Somente o homem, considerado como pessoa, isto é, como sujeito de uma razão prático-moral, está acima de todo preço; pois que, como tal (como *homo noumenon*), não pode valorar-se apenas como meio para fins alheios, mas como fim em si mesmo, isto é, possui uma dignidade (um valor intrínseco absoluto) mediante a qual obriga todos os demais seres racionais do mundo a guardar-lhe respeito, podendo medir-se com qualquer outro desta espécie e valorar-se em pé de igualdade.”

Immanuel Kant, 1797

A Metafísica dos Costumes (Parte II - A Doutrina da Virtude)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é examinar como se dá o processo de segregação socioespacial do Poço da Draga, na cidade de Fortaleza, Brasil, e lançar luz às dinâmicas socioeconômicas que se manifestam no espaço da comunidade a partir da década de 1990 até os dias atuais. A partir do estudo sobre os conceitos relacionados, o processo de formação urbana de Fortaleza e os aspectos que evidenciam a segregação socioespacial na cidade, compõe-se o estudo sobre o objeto. Este trabalho busca compreender a relação da comunidade com o seu entorno ao longo do tempo, com atenção especial às últimas décadas, quando a região passa a ser alvo de intervenções públicas sob o discurso da “requalificação urbana”, mas que incorporam grandes interesses econômicos. Desse contexto, emergem elementos que evidenciam a segregação socioespacial da referida comunidade que não estão presentes em indicadores oficiais, mas que estão registrados em notícias e pesquisas acadêmicas a partir do olhar dos próprios moradores. Observa-se, então, que a segregação não está associada apenas à carência de infraestrutura e de serviços públicos ou à precariedade do espaço urbano, mas também nas relações conflituosas entre a comunidade e a sociedade na qual se insere, entre a comunidade e o poder público, que ignora dois básicos princípios do urbanismo nas suas ações na região: o diálogo com a população e a promoção da igualdade e do direito à cidade.

Palavras-chave: Urbanismo; segregação socioespacial; Fortaleza; Poço da Draga

ABSTRACT

The aim of this master's thesis is to examine how is set the socio-spatial segregation process of Poço da Draga Community, in Fortaleza, Brazil, and clear up the socioeconomic dynamics that are manifested in this area, from the 1990s to the present day. From the related concepts, the comprehension of urban formation process of Fortaleza and the points that highlight socio-spatial segregation in this city, we were able to made up the study of the object. In this study, we seek to understand relationship between this community and its environment over time, with special attention to recent decades, when the region becomes a target for public interventions under the discourse of "urban renewal", but incorporating large economic interests. In this scenario emerges some elements that highlight the socio-spatial segregation of that community not usually present in official indicators but that is being registered by local news and academic researches, through the eyes of the inhabitants. It is observed, then, that segregation is not only associated to the lack of infrastructure and public services, or even to the precariousness of urban space, but also to the conflicting relations between the segregated areas and the society and also between the community and the government, which ignores two basic principles of urbanism: the dialogue with the population and the promotion of equality and the right to the city .

Keywords: Urbanism; socio-spatial segregation; Fortaleza; Poço da Draga

LISTA DE ABREVIATURAS

	AGN Aglomerado Normal
	AGSN Aglomerado SubNormal
	AMPODRA Associação dos Moradores do Poço da Draga
	APP Área de Preservação Permanente
	CDMAC Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
	CEB Comunidade Eclesial de Base
	CMEFC Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará
	CIDAO Companhia Industrial de Algodão e Óleos
	EEFM Escola de Ensino Fundamental e Médio
	ESTACIO Centro Universitário Estácio do Ceará
	FA7 Faculdade 7 de Setembro
	FAU Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
	FMI Fundo Monetário Internacional
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
	GESC Grupo de Estudos Segregação Contemporânea
HABITAFOR	Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
	IAB Instituto de Arquitetos do Brasil
	IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
	IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
	INACE Indústria Naval do Ceará
	MDS Ministério do Desenvolvimento Social
	MINTER Mestrado Interinstitucional
	OAB Ordem dos Advogados do Brasil
	ONG Organização Não Governamental
	PAC Programa de Aceleração do Crescimento
	PLANHAB Plano Nacional de Habitação
PLHIS - For	Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza
	PMF Prefeitura Municipal de Fortaleza
	SEINF Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza
	SEINFRA Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza
	UECE Universidade Estadual do Ceará
	UFC Universidade Federal do Ceará
	UNIFOR Universidade de Fortaleza
	UPM Universidade Presbiteriana Mackenzie
	USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: REVISÃO TEÓRICA	22
1.1. Segregação e alguns conceitos relacionados	22
1.1.1. <i>Exclusão</i>	23
1.1.2. <i>Segregação como diferenciação no espaço urbano</i>	29
1.1.3. <i>Segregação como diferenciação social</i>	34
1.1.4. <i>Segregação socioespacial e o papel do Estado</i>	38
1.1.5. <i>Segregação voluntária e involuntária</i>	48
1.2. Aspectos da segregação na contemporaneidade	53
2. FORTALEZA: FORMAÇÃO E ALGUNS ASPECTOS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ATUALIDADE	69
2.1. A formação da cidade e sua periferização	72
2.1.1. <i>A origem da cidade (séc. XVII)</i>	73
2.1.2. <i>A formação da cidade concentrada (1850 - 1930)</i>	75
2.1.3. <i>O modelo centro-periferia (1930 - 1990)</i>	84
2.2. Fortaleza na atualidade: alguns aspectos da segregação	91
2.2.1. <i>Infraestrutura urbana – a rede pública de esgoto</i>	93
2.2.2. <i>Quanto à situação socioeconômica dos habitantes</i>	95
2.2.3. <i>A segregação na área central</i>	98
2.3. Praia de Iracema e a segregação não-periférica	109
2.3.1. <i>O processo de ocupação da área portuária</i>	110
2.3.2. <i>Projetos para a Praia de Iracema e alguns aspectos segregadores</i>	125
3. POÇO DA DRAGA: PRESENÇA E AUSÊNCIA DO PODER PÚBLICO	149
3.1. Considerações sobre a formação da comunidade	151
3.2. Alguns indicadores de segregação na atualidade	156
3.2.1. <i>Aspectos urbanísticos</i>	156
3.2.2. <i>Condições habitacionais</i>	167
3.2.3. <i>Alguns aspectos socioeconômicos</i>	176
3.2.4. <i>Projetos públicos para o Poço da Draga</i>	181
4. ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A ATUAL SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA	198
4.1. Metodologia de análise e pesquisa de campo	199
4.2. As interpretações sobre o Poço da Draga	201
4.2.1. <i>O olhar do pesquisador sobre a imagem do local</i>	202
4.2.2. <i>O olhar dos moradores a partir de algumas pesquisas acadêmicas</i>	221
4.2.3. <i>Considerações acerca das interpretações na atualidade</i>	238
4.3. Um olhar para o futuro	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	252

INTRODUÇÃO

Essa dissertação analisa a comunidade Poço da Draga e sua condição como espaço segregado na área central¹ da cidade de Fortaleza, com foco nas dinâmicas ocorridas entre 1990 e 2014, período em que a região passa a ser objeto de grandes projetos de requalificação urbana.

Entendemos que existe estreita relação entre a segregação socioespacial e o processo de modernização das cidades brasileiras, relação que reproduz, no espaço, as desigualdades históricas entre as classes sociais. Esse processo resulta, na configuração atual das cidades, cujo modelo centro-periferia de desenvolvimento se caracteriza, principalmente, pela ausência e/ou ineficiência do Estado na oferta de serviços e infraestrutura urbana, em graves consequências na qualidade da moradia, privação de direitos sociais básicos e forte degradação ambiental.

Ao observarmos de modo mais cuidadoso as áreas centrais de muitas dessas cidades, consideramos também a presença de espaços com essas características, que parecem acentuar-se ao invés de se reduzir, como se esperaria com a modernização das cidades. Contemporaneamente, os estudos sobre a segregação em áreas centrais têm se defrontado com novos desafios, olhares e tensões associados à negação de direitos, principalmente no que tange ao direito à cidade e aos interesses dos atores que produzem a cidade. É necessário, então, observar esse contexto contemporâneo de segregação mais especificamente.

Diante desse cenário, esta pesquisa parte da seguinte questão norteadora: quais são as características que conformam a segregação socioespacial em áreas precárias localizadas em centros urbanos, no contexto urbano contemporâneo?

A comunidade² do Poço da Draga, antigo assentamento popular inserido na área central da cidade de Fortaleza, ainda apresenta nos dias atuais uma grave situação

¹ O termo “**bairro Centro**” se refere à demarcação oficial do bairro; o termo “**Centro**” como centro histórico, ou núcleo original; e o termo “**núcleo ou área central**” para a área da cidade que apresenta os melhores indicadores socioeconômicos, composta pelo bairro Centro e sua expansão leste, incorporando os bairros Praia de Iracema, Meireles e Aldeota, estes últimos entendidos como o “**centro expandido**” da cidade de Fortaleza.

² O termo **comunidade** (derivado da palavra latina “*communis* (COMUM)”) é entendido, neste trabalho, como uma “forma de organização social” a qual se identifica mais claramente um “senso de identidade e características comuns [...] mais imediata do que SOCIEDADE”, formada a partir de um “sentido de proximidade ou de localidade [...] vida em grupo [...] sentido de um interesse comum direto [...] materialização de diversas formas de organização comum”. (WILLIAMS, 2007, p. 103-4) Linda Gondim (2012) acrescenta que, no Brasil, o termo **comunidade** tem sido usado em substituição ao termo **favela**, em virtude da estigmatização que este

de precariedade física e social. Para buscar responder à questão, precisamos compreender a conformação da segregação da comunidade no contexto da Praia de Iracema e das grandes transformações urbanas contemporâneas.

O que chamamos hoje de área central de Fortaleza corresponde ao seu núcleo original e o chamado “centro expandido”, formado pelos bairros localizados a leste deste: Praia de Iracema, Aldeota e Meireles. Essa área é a primeira da cidade a receber investimentos de modernização, entre o final do século XIX e início do século XX. O olhar político e econômico da cidade para o seu centro histórico se reduz durante todo o século XX, sendo direcionado gradativamente para Aldeota e Meireles. Assim, grandes áreas do centro tradicional, entre elas a do antigo porto da cidade, onde se insere o Poço da Draga, entram em um lento processo de decadência econômica até a década de 1990, quando voltam a ser objeto de novos investimentos e intervenções sob o discurso da “requalificação”. Esse fato evidencia os novos interesses políticos e econômicos que têm se feito presentes, promovendo desenvolvimento econômico, mas com poucos resultados na integração socioespacial dos assentamentos populares aí existentes.

Diante desse quadro, a pesquisa tem como objetivo geral observar como se dá a segregação socioespacial do Poço da Draga e lançar luz às novas dinâmicas socioeconômicas que se manifestam no espaço a partir da década de 1990 até os dias atuais.

O trabalho objetiva ainda, de forma mais específica:

- compreender o conceito de segregação socioespacial no ambiente urbano a partir de alguns autores que debatem o tema;
- analisar, a partir da evolução histórica da cidade de Fortaleza, como se representa a segregação socioespacial, na escala municipal e no contexto do seu núcleo central;

tem recebido ao longo do tempo, referindo-se agora à ideia de “lugar de solidariedade, união e harmonia”. Mas destacamos aqui seu alerta para que o uso indiscriminado deste termo não reforce o estigma que pretende desfazer: “Quando o objetivo é considerar a favela como parte a ser incluída na cidade, encará-la como comunidade pode levar a um tipo de exclusão fundada no particularismo de seu território. Assim, trata-se de uma demarcação de fronteiras sociais, espaciais e simbólicas entre ‘nós’ e ‘os outros’. Na medida em que estes ‘outros’ seriam as outras favelas [...], o estigma acaba sendo reafirmado.” (GONDIM, 2012, p. 93-4)

- identificar, na morfologia do Poço da Draga e do seu entorno, as características físicas segregadoras deste espaço;
- sistematizar algumas percepções, por diversos atores sociais, da segregação na comunidade objeto de estudo, em especial daqueles que registram e interpretam o olhar dos moradores da própria comunidade.

A hipótese central desta pesquisa é a de que na atualidade se pode identificar o modo como o processo de segregação socioespacial se manifesta no espaço urbano da Comunidade do Poço da Draga não somente por meio dos indicadores de infraestrutura existentes e disponíveis na cidade, os quais costumam ser analisados tanto nos estudos sobre o tema como nos diagnósticos do poder público, mas também por meio de outros elementos relacionados às ações do Estado e do capital que buscam inserir Fortaleza no circuito das cidades globais, desconsiderando as preexistências locais, e ainda por meio de aspectos identificados a partir dos olhares dos moradores e de sua relação com o território, que na maioria das vezes são imperceptíveis nos estudos clássicos sobre o tema.

Defendemos nesta pesquisa que os estudos teóricos, bem como as ações do poder público, precisam incorporar novos olhares sobre a segregação, englobando principalmente o olhar dos habitantes que vivenciam esses espaços como saberes importantes na sociedade, buscando entendê-los de modo mais aprofundado e assim contribuir com a formulação de políticas públicas equitativas e sustentáveis. Nas palavras de Paulo Freire (2014, p. 42-43): “Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão?”.

De um modo geral, as cidades brasileiras se caracterizam pela periferização das classes não-privilegiadas, ou seja, pela ocupação de áreas distantes dos centros, em espaços carentes das condições necessárias ao pleno funcionamento da cidade. Essa segregação se diferencia das formas segregativas das classes mais privilegiadas, já que estas ocupam as áreas centrais e estruturadas. Como tem ocorrido nas últimas décadas, essas classes podem optar por produzir também enclaves fortificados privados e condominiais nas periferias e áreas metropolitanas das grandes cidades. De cidades com desenvolvimento periférico, passamos a novas formas de segregação: as cidades contemporâneas passam a diferenciar

seus espaços físicos não mais apenas pelas condições de urbanidade e distância, mas também por muros e enclaves fortificados, à escala do edifício, reduzindo-se as características do modelo centro-periferia, presente na escala urbana. Essa mudança corresponde à incorporação de um novo modelo de segregação.

Há comunidades carentes, porém, que não se localizam em periferias geográficas. Ao contrário, permanecem em áreas centrais durante o desenvolvimento da cidade, mas desassistidas em seus direitos como cidadãos, constituindo espaços precários do ponto de vista urbano. Essas comunidades têm se deparado, mais recentemente, com novas dinâmicas associadas principalmente ao processo de globalização da sociedade e de suas atividades econômicas, sofrendo forte pressão de remoção em virtude dos novos interesses políticos e econômicos que se manifestam sobre esses espaços, em um processo conhecido por gentrificação. É com o olhar focado nessas áreas segregadas em espaços privilegiados da cidade, que estudaremos o tema da segregação urbana.

Compreendido isso, partimos do pressuposto de que a segregação socioespacial nas áreas centrais pode ser observada a partir de dois processos paralelos:

- a construção da segregação no espaço urbano associada à produção histórica da exclusão social e às precárias condições socioeconômicas e de acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana que promoveram negação aos direitos básicos dos cidadãos;
- as novas dinâmicas, que criam novas relações entre as áreas segregadas e os agentes sociais, políticos e econômicos, em cujos processos recentes permanecem produzindo gentrificação, reforçando a fragmentação e a exclusão social.

Entendemos assim que a continuidade, ou mesmo a acentuação, da segregação na área central de Fortaleza se dá pela tendência de se tratar a questão apenas pelo seu processo histórico, ignorando-se o olhar crítico do morador sobre as dinâmicas contemporâneas. As políticas públicas mais recentes não têm obtido êxito na construção da cidadania e na promoção dos direitos básicos à população. Ao contrário, geram relações conflituosas entre Estado e cidadãos, como noticiado nos últimos anos, principalmente devido à insatisfação de partes da sociedade com os grandes eventos no país.

Projetos resultantes dessas políticas têm como princípios e critérios de decisão apenas fatores técnicos, políticos e econômicos, relegando-se a segundo plano os demais que compõem as necessidades urbanas como ambiente orgânico, definidos por outros parâmetros, como urbanísticos, sociais, ambientais, culturais e históricos. São, então, constantes as propostas que sugerem como solução a remoção de comunidades carentes de áreas valorizadas das cidades, principalmente em áreas centrais, cujas intenções indicam desrespeito aos princípios do direito à cidade.

Quando o tema é o da requalificação de áreas centrais degradadas, observa-se uma tendência global de reestruturação urbana promovida pelo poder público em parceria com a iniciativa privada, dotando tais regiões de novos símbolos e valores que, muitas vezes, desconsideram as pré-existências e não promovem a igualdade. No caso de cidades onde as desigualdades sociais são mais acentuadas, tais ações não só promovem uma diferenciação maior, na escala intraurbana, quanto à infraestrutura e serviços públicos existentes na área central e na periferia, como também, na escala do bairro, acentuam a segregação existente entre os trechos que recebem e os que não recebem os investimentos necessários. Os últimos são, tendencialmente, as comunidades carentes remanescentes do processo de desenvolvimento e expansão da cidade.

Essas situações de precariedade que existem nas áreas não-periféricas do ponto de vista geográfico, como o Poço da Draga, são fruto de ações de modernização elitistas e excludentes promovidas durante o século XX, priorizando as áreas de interesses de algumas classes sociais em detrimento de outras. Além disso, mesmo nas mais bem intencionadas ações públicas, essas áreas precárias e centrais permanecem “invisíveis” nos dados e mapas oficiais. Os indicadores que as caracterizariam se diluem nos dados positivos do entorno. Essa constatação alimenta os diversos questionamentos quanto à ação não democrática do poder público, cujos resultados e benefícios oriundos das intervenções não abrangem igualmente as diversas parcelas do território nem as populações que aí se distribuem.

A metodologia empregada baseou-se em abordagem qualitativa e exploratória³, envolvendo três etapas de pesquisa: bibliográfica, documental e trabalho de campo.

A pesquisa bibliográfica possibilitou o contato com os aspectos conceituais e teóricos relacionados ao tema, presentes no primeiro capítulo, assim como o aprofundamento sobre o cenário urbano, sua formação e os processos intrínsecos a ele necessários à compreensão do contexto em que se insere o objeto de estudo, o qual resultou no segundo capítulo. Essa etapa foi fundamental também para a composição dos capítulos três e quatro, os quais através dos trabalhos acadêmicos sobre o Poço da Draga, pudemos ter acesso a registros de falas dos moradores e às interpretações dos pesquisadores que expressam sua compreensão sobre os processos urbanos em que estão inseridos.

A pesquisa documental, por sua vez, levantou dados e informações necessários aos estudos realizados no segundo, terceiro e quarto capítulos. Foi realizada por meio de consultas de estudos que apresentam dados oficiais de Fortaleza que servem como indicadores que evidenciam a segregação periférica existente na cidade, a presença e características de aglomerados subnormais nas áreas centrais e dados referentes às condições específicas do Poço da Draga. Esses dados são analisados individual ou comparativamente em relação à Praia de Iracema nos aspectos referentes à demografia, infraestrutura, condições socioeconômicas e de moradia. A pesquisa documental é complementada pelas notícias veiculadas na imprensa local, além do material disponível no Arquivo Nirez, um dos principais arquivos iconográficos da cidade, e no arquivo da ONG Velaumar, que detém alguns documentos da antiga associação de moradores.

O trabalho de campo, necessário à compreensão do objeto e à elaboração do quarto capítulo, foi realizado entre os meses de maio e novembro de 2014. Consistiu no reconhecimento territorial da área objeto de estudo, o que permitiu o

³ “[...] Pesquisa Qualitativa [grifo nosso]: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais da abordagem. [...] Pesquisa Exploratória [grifo nosso]: visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.” (SILVA, 2001)

aprofundamento na apreensão do espaço físico da comunidade e o mapeamento de alguns elementos de análise propostos por Kevin Lynch (2011) e visitas ao local, com apoio da ONG Velaumar, para realização de rodas de conversa, estratégia facilitadora ao contato direto com alguns de seus moradores.

Os limites metodológicos deste trabalho são relativos à prática-acadêmica regular, tais como as dificuldades de acesso aos dados e informações, as articulações e as parcerias necessárias à elaboração da pesquisa, além das limitações teóricas do autor com relação a conceitos e práticas dos estudos e das pesquisas sociais.

O primeiro capítulo estuda alguns conceitos relacionados ao tema da segregação socioespacial, correspondendo à fundamentação teórica da pesquisa. Aborda, inicialmente, alguns pensadores clássicos que discutiram o entendimento sobre os termos desigualdade e exclusão, construindo-se uma relação com a ideia de segregação como rebatimento desses problemas no espaço urbano. O capítulo se conclui com um estudo baseado nos autores que analisam as mudanças mais recentes da sociedade e como as cidades as manifestam.

Os pesquisadores que serviram de base para esse estudo foram escolhidos pela relevância com que seus trabalhos se apresentam na comunidade acadêmica, dando-se especial atenção àqueles que abordam as cidades brasileiras e a sociedade contemporânea. Os estudos foram agrupados de forma a se conhecer primeiro os conceitos de partida relacionados ao tema e, posteriormente, os aspectos que nos fazem compreender a sociedade contemporânea.

As construções teóricas trazidas para a pesquisa abordam inicialmente o significado de exclusão social, através do pensamento de Karl Marx, Henry George e Michel Foucault, analisados através do acesso direto ao texto de George (1935), do entendimento de Raymond Aron (1999), Henri Lefebvre (1999) e Arnsperger e Parijs (2003) sobre Marx, e de Boaventura de Sousa Santos (1999) e David Harvey (2000) sobre Foucault.

A construção conceitual segue com o conceito de segregação, sua caracterização, suas formas de constituição voluntária e involuntária, complementando-se o estudo com uma análise sobre o papel do poder público na constituição da segregação socioespacial nas cidades brasileiras. Essa etapa teve como referências Flavio Villaça (2001) e Peter Marcuse (2004), complementados com elementos extraídos

de Raquel Rolnik (1995), Henri Lefebvre (1999; 2004), Teresa Caldeira (2000), Adir Ubaldo Rech (2007) e Lucio Kowarick (2009).

Os autores que auxiliam na compreensão do processo de globalização, das mudanças socioeconômicas e do ajuste das dinâmicas urbanas contemporâneas são, principalmente, David Harvey (1980; 2000; 2012) e Saskia Sassen (1998), complementados pelo trabalho de Arnaldo Bagnasco (2003) e pelo olhar brasileiro de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2004) e Eunice Abascal (2005).

Para compreensão do cenário onde se desenrola o processo de segregação do Poço da Draga, o segundo capítulo analisa tanto a formação da cidade de Fortaleza, dando-se atenção aos seus modelos de desenvolvimento e aos aspectos da segregação existentes, como a Praia de Iracema, buscando-se conhecer seu processo de ocupação e o papel dos grandes projetos contemporâneos na produção de segregação nesta área da cidade.

A análise sobre Fortaleza é apresentada nos dois primeiros itens. De início, apresentamos uma síntese da evolução histórica da cidade e, em seguida, evidenciamos alguns aspectos da segregação socioespacial no município. O terceiro item aborda a Praia de Iracema como um espaço de consolidação da segregação não-periférica em Fortaleza, relacionando-a aos grandes projetos contemporâneos.

Esse capítulo tem como referência os autores locais que analisam a cidade de Fortaleza nos seus aspectos históricos e nas suas dinâmicas urbanas: José Liberal de Castro (1977; 1982), José Borzacchiello da Silva (1989; 2014), Sebastião Rogério Ponte (1993), Gisafran Nazareno Mota Jucá (2000), Frederico de Castro Neves (2002), Cleide Bernal (2004), Linda Gondim (2007; 2008; 2012; 2013), Artur Bruno e Ailton de Farias (2012) e Beatriz Diógenes (2012).

O terceiro capítulo aborda o Poço da Draga no contexto da Praia de Iracema. Ao se passar ao objeto, a pesquisa analisou a configuração da comunidade no contexto da cidade, abordando seu processo de formação, os indicadores que evidenciam a segregação na comunidade e as intervenções previstas pelo poder público ao longo do tempo. Contempla aspectos demográficos, socioeconômicos, de infraestrutura e informações que contribuem para a caracterização da comunidade.

O quarto capítulo corresponde à análise conjunta dos resultados do trabalho de campo e da pesquisa bibliográfica e documental sobre o Poço da Draga. Busca-se

identificar, através das interpretações sobre o espaço da comunidade, a configuração da segregação na atualidade, por meio tanto do olhar do pesquisador, como de outros pesquisadores e da própria comunidade.

O trabalho pretende servir como uma contribuição ao debate teórico sobre o tema a partir da agregação de novos elementos de análise que se relacionam com as mudanças sociais em curso e podem constituir-se em princípios para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que deem atenção às áreas precárias existentes no centro de Fortaleza.

A pesquisa busca contribuir também com novos modos de pensar o espaço urbano que atendam adequadamente às demandas efetivas da população de modo igualitário, dando-lhes maior legitimidade. Esse modo de pensar e atuar na cidade serve ainda para reforçar, entre os atores públicos e sociais, o entendimento de que a dignidade, a justiça, a equidade social se constroem não apenas com intervenções baseadas em critérios técnicos e econômicos, mas também no contemplar o conhecimento social existente, capaz de propor formas de enfrentamento e anulação das disparidades visíveis e explícitas no espaço urbano e na sociedade como um todo, constituindo-se em um dos modos de efetivação do direito à cidade.

1. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: REVISÃO TEÓRICA

O tema da segregação socioespacial está constantemente presente nos estudos sobre o espaço urbano e seu contexto social. Pode ser entendida como uma manifestação da exclusão social nas dinâmicas urbanas, resultado das relações desiguais entre indivíduos, grupos e classes sociais, impedindo muitos de terem acesso às oportunidades que a sociedade e a cidade proporcionam e de exercerem seu direito de escolha sobre o espaço urbano.

Para embasar a pesquisa sobre a segregação no Poço da Draga, objeto dessa dissertação, faz-se necessária uma melhor compreensão do tema, a partir da apresentação de alguns conceitos que servirão de ponto de partida para o estudo.

1.1.Segregação e alguns conceitos relacionados

A segregação não é algo recente na história do urbanismo, mas, certamente, acentuou-se a partir do surgimento das sociedades modernas. Os processos de urbanização decorrentes da emergência da indústria no século XVIII, e principalmente no século XIX, já apontam os desafios, para o urbanismo, da existência de cortiços e guetos, habitados por classes sociais ou grupos étnicos específicos, apartados do meio urbanizado. Em meados do século XIX, o enfrentamento dessas questões se baseia no pensamento científico e racional, que conduz as ações sobre as cidades. A esse fato, concretizado nas experiências emblemáticas de Ildefons Cerdà em Barcelona e do Barão de Haussmann em Paris, se atribui a origem do urbanismo moderno.

No século seguinte, o urbanismo é marcado por duas grandes fases na forma de pensar e intervir nas cidades:

- o primeiro momento, durante as primeiras décadas, é caracterizado pela grande esperança e crença na tecnicidade e no funcionalismo, sendo por isso conhecido como a “era da máquina”;
- o segundo momento, a partir da segunda metade do século, é caracterizado pela grande força dos agentes econômicos, contribuindo para a construção do que chamamos hoje de “sociedade da imagem e do consumo”.

No século XX, então, o pensamento de ordem econômica passa a se sobrepor ao planejamento e projeto urbano como prática científica.

Para compreendermos melhor o tema da segregação socioespacial no contexto atual, observaremos alguns conceitos relacionados. Partiremos de estudo geral sobre a ideia de “exclusão” e, em seguida, analisaremos como o termo “segregação” é compreendido e sob quais formas ele é observado.

O termo “segregação” precisa ser diferenciado do termo “exclusão”, já que apesar de ambos se relacionarem às desigualdades existentes na sociedade, correspondem a conceitos distintos, mesmo que complementares. O termo “exclusão” é um fenômeno econômico, social e cultural presente na sociedade. A “segregação”, por sua vez, é uma das formas como essa exclusão se manifesta tanto na sociedade como no espaço.

A partir desse entendimento inicial, passamos então a observar como alguns dos principais autores que estudam a sociedade moderna e o espaço urbano entendem a segregação.

Vale ressaltar que não é pretensão desta pesquisa desenvolver um estudo completo e conclusivo sobre tais conceitos, mas observar as construções teóricas sobre o assunto, de forma a embasar e nortear as suas etapas posteriores.

1.1.1. Exclusão

Como passo inicial, é importante se compreender a exclusão, a partir da sociedade moderna. Para isso, uma importante referência teórica é Karl Marx. Ao analisar a sociedade industrial do século XIX, em seu *Manifesto Comunista*, Marx entendeu a exclusão como um fenômeno socioeconômico, resultado da divisão da sociedade em classes. O termo “classe” refere-se a uma divisão ou formação social construída pela condição econômica dos indivíduos em uma determinada sociedade. É uma palavra derivada do latim *classis*, que significava “uma divisão de acordo com a propriedade que possuíam os romanos” (WILLIAMS, 2007, p. 85). Dentre as variações abstratas, podemos citar “classe baixa, classe média, classe alta, classe operária, classes superiores, classes produtivas ou úteis, classe privilegiada, classe trabalhadora, classes laboriosas, classes operárias, classe profissional” (WILLIAMS,

2007, p. 88-90), podendo ser classificados também sob outras terminologias, como “proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores” (John Stuart Mill Apud WILLIAMS, 2007, p. 94) ou como “na linguagem marxista, a burguesia e o proletariado”. (WILLIAMS, 2007, p. 94)

Durante o século XIX renova-se, então, a compreensão entre relações sociais historicamente constituídas, através do poder sobre os recursos e benefícios produzidos pela sociedade, os quais não são distribuídos de forma justa e digna. Isso se dá em virtude da desigual relação entre as classes, a partir do domínio dos meios de produção pelas classes mais altas (burguesia industrial) e da exploração da miséria e da força de trabalho das classes mais baixas (proletariado).

Essa exploração acentua-se gradativamente à medida que cada sociedade se desenvolve economicamente, cuja maior intensidade é promovida pela atividade industrial. A maior velocidade de produção e a livre concorrência facilitam a acumulação de capital nas mãos do empresariado industrial, que usa esses recursos acumulados para investir em suas próprias atividades, reforçando sua presença e força econômica, em detrimento dos meios de produção tradicionais. Para seguir sempre em crescimento, a acumulação de capital torna-se imprescindível no capitalismo. Por esse motivo, Marx entende que o lucro é a essência da economia capitalista, enquanto na economia socialista é a satisfação das necessidades humanas. (ARON, 1999, p. 139)

As cidades reproduzem claramente essas relações desiguais e excludentes, principalmente após seus processos de industrialização. Isso se dá pela desestruturação das formas de produção tradicionais, promovendo o aumento da população proletária em virtude da migração do homem do trabalho livre, antes pequeno capitalista e empreendedor, para o trabalho proletário, e do êxodo rural, ou seja, migração do homem do campo para as cidades, tendo como consequência o forte processo de urbanização que caracterizou o período. A cidade passa a ser vista como o espaço das oportunidades de trabalho, oferecidas em grande escala pela atividade industrial.

É nas áreas urbanas, vivendo o processo de industrialização, onde se presenciará a quebra dos elementos comuns e fundamentais da constituição da sociedade e seu espaço nas cidades e a divisão social do trabalho em um regime de autoajuda em

prol da coletividade. Ocorrerá a construção de intenso sentimento de individualismo nas cidades, impulsionada pela forte concorrência, seja entre os agentes econômicos, que concorrem entre si disputando mercado de consumo, seja entre os trabalhadores, na disputa por vagas no mercado de trabalho. Aron (1999, P. 146) observa que “Cada indivíduo, agindo racionalmente em função do seu interesse, contribui para destruir o interesse comum de todos [...]..

Segundo Aron (1999), diante desse cenário onde a concorrência é inevitável, Marx acredita que a política contribui para se manter o ciclo de exclusão de classes sociais dos benefícios da produção econômica, em prol da classe dominante:

Marx [...] apresenta o poder político como a expressão dos conflitos sociais. O poder político é o meio pelo qual a classe dominante, a classe exploradora, mantém seu domínio e sua exploração. (ARON, 1999, p. 132)

A sociedade construída sobre ideologias liberais constitui um Estado que não atua como regulador da sociedade e das suas relações competitivas (sociais, econômicas, trabalhistas, entre outros), mas apenas como mantenedor da infraestrutura necessária à produção industrial (e demais atividades econômicas em momentos posteriores). Permite, assim, o livre funcionamento da economia e das relações trabalhistas, em que os conflitos são resolvidos de forma desequilibrada, a partir das relações de poder, permitindo que as maiores forças imponham seus interesses aos demais.

Henri Lefebvre (1999), ao analisar Engels e Marx na sua obra “A Cidade do Capital”, discute a estreita relação entre Estado e burguesia como fator de promoção da exclusão. Lefebvre (1999) entende que é necessário rever a estruturação da sociedade a partir de uma “revolução”, entendida por ele não como o fim de determinadas classes, mas sim o fim de seu comportamento dominador perante as demais. Nas palavras do próprio autor:

A revolução não se define pela eliminação da burguesia como classe política, mas pela superação das relações socioeconômicas que constituem a armadura da sociedade burguesa. (*Ibidem*, p. 123)

Para Lefebvre (1999), a democracia se faz pela “luta de classes” e não pela “guerra de classes”. A participação política das diversas classes sociais deve ser assegurada. O que não se pode aceitar é a dominação de uma determinada classe sobre as outras e o domínio das estruturas coletivas definidas pelo Estado. Essa

situação se dá através das camadas sociais que usam o poder político a seu favor, obtendo vantagens socioeconômicas e garantias de privilégios no âmbito da gestão pública, principalmente no que diz respeito ao uso dos recursos públicos e na tomada de decisão. Esse comportamento privativista sobre o Estado influencia, na escala urbana, o planejamento da cidade e as formas de apropriações da terra, gerando benefício exclusivo de alguns em detrimento dos demais cidadãos.

Como bem destacam Christian Arnsperger e Philippe Van Parijs (2003), ao estudarem como se dá a ética econômica e social nos diversos pensamentos político-econômico da história moderna, notam que é no Marxismo que se compreende a exclusão como resultada da exploração econômica:

[...] a exploração é certamente uma característica intrínseca ao capitalismo, porque os capitalistas não têm interesse em colocar à disposição dos trabalhadores os próprios meios de produção, a menos que não lhe possa realmente tirar lucro. Ora, cada capitalista que obtenha lucro – ou seja, quando a renda é superior às despesas – se apropria necessariamente de uma parte do produto líquido. Portanto, explora parte do trabalho do trabalhador, mesmo no caso em que não faça uso pessoal, mas o invista completamente na própria atividade produtiva. Naturalmente, o capitalista não obriga o trabalhador a trabalhar para ele, diferente dos proprietários de escravo ou senhores feudais. De qualquer forma, se apropria da mais-valia: os trabalhadores não lhe cedem por amizade ou generosidade mas em razão do poder conferido ao que for proprietário dos meios de produção. A exploração é portanto uma característica própria do capitalismo.⁴ (*Ibidem*, p.48, tradução nossa):

E observam como a exploração capitalista é injusta porque está relacionada a condições sociais desiguais, entre proprietário dos meios de produção e o trabalhador, proprietário de sua própria força de trabalho:

⁴[...] *lo sfruttamento è certamente una caratteristica propria del capitalismo, perchè i capitalisti non hanno interesse a mettere a disposizione dei lavoratori i propri mezzi di produzione, a meno che non ne possano verosimilmente trarre profitto. Ora, ogni capitalista che ottenga del profitto – cioè il cui reddito sia superiore alle spese – si appropria necessariamente di una parte del prodotto netto. Dunque sfrutta parte del lavoro dei lavoratori, anche nel caso in cui non ne faccia un consumo individuale, ma lo investe completamente nelle proprie attività di produzione. Naturalmente, il capitalista non costringe i lavoratori a lavorare per lui, a differenza dei proprietari di schiavi o dei signori feudali. Ciononostante si appropria del plus-prodotto: i lavoratori non glielo cedono per amicizia o generosità, ma in ragione del potere che il possesso dei mezzi di produzione conferisce al capitalista. Lo sfruttamento è dunque un tratto proprio del capitalismo.* (ARNSPERGER, VAN PARIJS, 2003, p.48)

Se a exploração é injusta, pode ser então que assim seja porque implica necessariamente numa troca desigual.⁵ (*Ibidem*, p.50, tradução nossa)

Contemporâneo de Marx, Henry George⁶ também compreende a exclusão como uma questão socioeconômica. Assim como Marx, George observa incoerências no capitalismo industrial, dentre elas “Enquanto a população cresce e as artes produtivas avançam, aprofunda-se a pobreza das classes mais baixas”⁷ (GEORGE, 1935, p. 155, tradução nossa). Ele observa que a exclusão é resultado da má distribuição dos resultados econômicos, direcionados aos detentores da terra, dos meios de trabalho e do capital, excluindo-se, assim, os demais de tais resultados, restando-lhes apenas o salário como fruto da sua contribuição socioeconômica. As desigualdades sociais podem ser compreendidas então num sentido social e político, como resultado da existência de privilégios e de desigualdade de oportunidades, e não nas diferenciações naturais entre os indivíduos. Ao observar como se dá a “persistência da pobreza”, George destaca como os “privilégios”, os monopólios e a desigualdade de oportunidades são a base para a compreensão da grande incoerência do capitalismo:

Nos mais diferentes países – pelas mais diferentes condições, como governos, indústrias, tarifas e moedas – você encontrará sofrimento nas classes trabalhadoras; mas em qualquer lugar onde você encontrar sofrimento e destituição dos meios de se produzir riqueza, você encontrará que a terra é monopolizada; que ao invés de ser tratada como uma propriedade comum de toda a população, é tratada como propriedade privada individual; que, pelo seu emprego laboral, grandes rendimentos são extorquidos dos ganhos do trabalho. Observe ao redor do mundo hoje. Comparando os diferentes países, uns com os outros, você verá que não é a abundância de capital ou a produtividade do trabalho que faz os salários altos ou baixos, mas o nível com que os monopolizadores da terra podem, pela renda, coletar tributos sobre o ganho laboral.⁸ (GEORGE, 1935, p. 288, tradução nossa)

⁵ *Se lo sfruttamento è ingiusto, può darsi allora che lo sia perchè implica necessariamente uno scambio diseguale.* (ARNSPERGER, VAN PARIJS, 2003, p.50).

⁶ Henry George (Philadelphia, 1839 – New York City, 1897) foi um escritor, político e economista estadunidense, mais conhecido por suas teorias de reforma, regulação e tributação do uso e do valor da terra, através da sua obra *Progress and Poverty* (1879). Suas ideias são a base ideológica do *Lincoln Institute of Land Policy* (Fonte: Lincoln Institute of Land Policy <<http://www.lincolninst.edu/>> e Encyclopedia Britannica <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/229961/Henry-George>. Acesso em 06 dez. 2014).

⁷ [...] *as population increases and the productive arts advance, deepens the poverty of the lowest class.* (GEORGE, 1935, p. 155).

⁸ *In countries the most widely differing – under conditions the most diverse as the government, as to industries, as to tariffs, as to currency – you will find distress among the working classes; but everywhere that you thus find*

George (1935) levanta, já no século XIX, questões ligadas ao que hoje entendemos como função social da propriedade, forma ideológica de se compreender a propriedade privada e um modo de se combater a exclusão social ocasionada pelo uso especulativo da terra, que adquire ganhos imobiliários na presença ou ausência de trabalho do proprietário, ou “*monopolizers of land*” (monopolizadores da terra), como chama o autor. Essa questão está no cerne da especulação imobiliária e na raiz da pobreza produzida e/ou mantida na era do capitalismo industrial e do capitalismo globalizado.

No século XX, Michel Foucault acrescenta outro elemento à compreensão da exclusão. Para ele, esta é um fenômeno resultado das influências ideológicas sobre os homens (SANTOS, 1999, p. 02-04). Acima do Estado, as ideologias excluem pela diferenciação natural existente entre os indivíduos da sociedade, identificados por gênero ou etnia, como também por faixa etária, crença, orientação sexual, entre outros elementos observados na contemporaneidade. Como observa Harvey (2000):

[...] Foucault (1972, 159)⁹ rompe com a noção de que o poder esteja situado em última análise no âmbito do Estado, e nos conchama a “conduzir uma análise *ascendente* do poder começando pelos mecanismos infinitesimais, cada qual com a sua própria história, sua própria trajetória, suas próprias técnicas e táticas, e ver como esses mecanismos de poder foram – e continuam a ser – investidos, colonizados, utilizados, involuídos, transformados, deslocados, estendidos, etc, por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de domínio global.” O cuidadoso escrutínio da micropolítica das relações de poder em localidades, contextos e situações sociais distintos leva-o a concluir que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento (“discursos”) que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio sociais em contextos localizados particulares. [...] o único irreduzível do esquema de coisas de Foucault é o corpo humano, por ser ele o “lugar” em que todas as formas de repressão terminam por ser registrados. (*Ibidem*, p. 50-1)

Harvey (2000) ressalta que apesar de não haver uma crítica direta aos sistemas e modelos político-econômicos, como capitalismo ou socialismo, ao observar as formas de repressão cultural ou ideológicas e sua ação direta sobre o ser humano, o

distress and destitution in the midst of wealth you will find that the land is monopolized; that instead of being treated as the common property of the whole people, it is treated as the private property for individuals; that, for its use by labor, large revenues are extorted from the earnings of labor. Look over the world to-day, comparing different countries with each other, and you will see that it is not the abundance of capital or the productiveness of labor that makes wages high or low: but the extent to which the monopolizers of land can, in rent, levy tribute upon the earnings of labor. (GEORGE, 1935, p. 288)

⁹ Foucault, M. (1972): *Power/Knowledge*. Nova Iorque (Apud HARVEY, 2000, p. 329)

pensamento de Foucault abre a reflexão sobre as formas de dominação social. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1999), a sociedade passa a compreender não apenas os aspectos da exclusão econômica, trabalhados por Marx, como também da exclusão social, sob o olhar de Foucault:

Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria um interdito e o rejeita. Estabelece um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atira para outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a loucura, o crime, a delinquência ou a orientação sexual.

[...] No caso do racismo, o princípio de exclusão assenta na hierarquia das raças e a integração desigual ocorre, primeiro, através da exploração colonial, e depois, através da imigração. No caso do sexismo, o princípio da exclusão assenta na distinção entre o espaço público e espaço privado e o princípio da integração desigual, no papel da mulher na reprodução da força do trabalho no seio da família e, mais tarde, tal como o racismo, pela integração em formas desvalorizadas de força do trabalho. [...] O racismo e o sexismo são, pois, dois dispositivos de hierarquização que combinam a desigualdade de Marx e a exclusão de Foucault. (SANTOS, 1999, p. 02-04)

A exclusão tem sido entendida, então, ao longo das décadas, como resultado das desigualdades existentes na sociedade, mas que se acentuam a partir da consolidação do capitalismo industrial. Marx destaca o papel do Estado na luta de classes e Henry George a questão da propriedade como fundamentais para compreensão do problema da exclusão. Com Foucault, percebemos ainda a importância de se observar as relações de poder ideológico que mantêm ou mesmo reproduzem as condições de exclusão na sociedade.

1.1.2. Segregação como diferenciação no espaço urbano

Peter Marcuse (2004) compreende que a diferenciação faz parte da conformação natural das cidades. Os diversos fatores de divisão foram enquadrados pelo autor em três tipos: culturais, funcionais ou hierárquicos. (*Ibidem*, p. 25-8) Sendo algo intrínseco a cidade, a simples diferenciação dos espaços urbanos não corresponde necessariamente à segregação. É preciso observar que tipo de diferenciação é aceitável ou não na sociedade. (*Ibidem*, p. 24) Para o autor, as diferenças do tipo hierárquicas são inaceitáveis, pois são as que refletem e reforçam “as relações de

poder, dominação, exploração”. (*Ibidem*, p. 26) O poder, definido pela renda e pelo *status* ou posição social dos indivíduos, não pode ser fator de diferenciação do espaço urbano.

Sendo assim, a segregação começa a ser entendida quando relações de poder de uma classe social sobre as outras começa a interferir nos direitos de escolha individual. “Enquanto as divisões por função e as divisões culturais são em geral voluntárias, as divisões por *status* não o são”. (*Ibidem*, p. 28) Ocorre, assim, uma apropriação involuntária do espaço urbano de parte da população por exclusão, imposta por outros a partir da sua posição hierárquica na sociedade que lhes dá poder de escolha voluntária. Corroborando com Marx, George e Foucault, as diferenças hierárquicas passariam a acentuar as formas de exclusão social quando, através do poder político e cultural, interfere-se na apropriação da terra urbana e, portanto, no poder de escolha dos indivíduos no espaço.

Greenstein, Sabatini e Smolka (2000) também entendem a segregação como questão de grupos e classes sociais, aparecendo, segundo eles, de formas diversas em diferentes contextos culturais e socioeconômicos no planeta:

A segregação espacial é uma característica das metrópoles, de San Diego a Boston, de Santiago a Cidade do Cabo, de Belfast a Bangalore. Em alguns lugares está associada principalmente aos grupos sociais, enquanto em outros, às minorias étnicas e religiosas, ou associados ao nível de renda. [...] Por exemplo, na América Latina o debate público sobre segregação espacial urbana costuma focar nos problemas socioeconômicos, enquanto nos Estados Unidos e em muitos outros países desenvolvidos se foca mais nas diferenças raciais ou étnicas¹⁰ (*Ibidem*, p. 329, tradução nossa)

De modo semelhante, Manuel Castells (1978 *Apud* VILLAÇA, 2001), em *La Questión Urbana*, entende a segregação como espaço da diferenciação entre grupos e classes sociais homogêneas entre si, mas diversas da sociedade em que se inserem. Ele, assim como Marcuse (2004), entende que os grupos e as classes

¹⁰ La segregación espacial es una característica de las metrópolis, de San Diego a Boston, de Santiago a Ciudad Del Cabo, de Belfast a Bangalore. En algunos lugares está asociada principalmente con los grupos raciales, mientras que en otros, con las minorías étnicas o religiosas o incluso con el nivel de ingresos. [...] Por ejemplo, en América Latina el debate público sobre la segregación espacial urbana suele centrarse en los problemas socioeconómicos, mientras que en los Estados Unidos y muchos otros países desarrollados se enfoca más en las disparidades raciales o étnicas. (*GREENSTEIN, SABATINI, SMOLKA, 2000*, p. 329)

sociais são vistos dentro dessas sociedades de forma hierárquica, ou seja, são colocados em posição de “superioridade” e “inferioridade” na sua divisão interna:

[...] se entenderá por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença social entre elas como também de hierarquia. (CASTELLS, 1978, p. 203-4, *Apud* VILLAÇA, 2001, p.148)

Como podemos perceber, essas definições entendem a segregação tanto como distribuição dos indivíduos no espaço das cidades a partir da sua condição socioeconômica (conceito de classes sociais), como também por etnias e nacionalidades (grupos ou camadas sociais). Porém, para o contexto latino-americano, como identificam Greenstein, Sabatini e Smolka (2000), é predominante a primeira forma de segregação citada, aquela definida por classes. Autores brasileiros como Raquel Rolnik (1995) e Flavio Villaça (2001) estudam e definem segregação urbana também dessa forma.

Vejamos, inicialmente, como a define Rolnik (1995):

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece o seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (*Ibidem*, p 41)

Villaça (2001), por sua vez, define-a da seguinte maneira:

Tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. (*Ibidem*, p. 142)

Villaça (2001) acrescenta ainda que no Brasil existe também a segregação por camadas ou grupos sociais e não apenas por classes, como tratado até aqui, mas enfatiza que a segregação espacial por classes sociais é o principal elemento caracterizador das nossas metrópoles:

Há segregações das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classes e de etnias ou nacionalidades. [...] a segregação das classes sociais [...] é aquela que domina a estruturação das nossas metrópoles. (*Ibidem*, p. 142)

Segundo esses autores, a segregação na cidade é, por conseguinte, resultado do conflito de classes no espaço urbano, os quais os grupos de maior força e poder escolhem, ou produzem para si, a infraestrutura necessária ao funcionamento do

espaço urbano e as mais valias para reprodução do capital. Essa dinâmica exclui as demais classes sociais que, contudo, precisam também ocupar o espaço urbano, o qual é produzido sem conhecimento técnico e/ou recursos financeiros suficientes. Começa a surgir, nesse contexto, o modelo de desenvolvimento urbano chamado de centro-periferia.

A periferia das cidades segue sendo produzida espontânea e precariamente, gerando os contrastes ou as “peças diferenciadas” e o sentimento de pertencimento ou não a determinados espaços da cidade, mais centrais do ponto de vista geográfico e social. Nesse olhar, a infraestrutura, a proximidade com as outras áreas urbanizadas e o valor da terra são os elementos fundamentais de composição do fator localização da cidade que define a posição “central” ou “periférica” dos espaços da cidade. As áreas urbanas centrais, dotadas de infraestrutura e detentoras, conseqüentemente, de alto valor econômico, são habitadas prioritariamente pelas classes sociais de maior poder econômico e político da cidade, que garantem seus “privilégios”. Os espaços restantes são periféricos, inadequados, portanto, à urbanização, deixados para serem ocupados pelos “excluídos”. Ribeiro e Lago (1994 *Apud* DIÓGENES, 2012) apontam as características desses espaços urbanos periféricos:

[...] a segregação social das camadas populares de menor renda, a autoconstrução das moradias e a precariedade das condições de consumo coletivo são apontados como definidores desse “padrão periférico” (RIBEIRO; LAGO, 1994 *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 31)

Essa dinâmica é percebida por Villaça (2001) da seguinte forma:

O importante é que o setor segregado detenha uma grande parte – talvez a maior – de uma dada classe, no caso a média e alta burguesias. O que determina, em uma região a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole. [...]
O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão. (Ibidem, p. 143)

Esse fato nos ajuda a compreender a forte dicotomia existente nas cidades, onde os centros são bem servidos quanto à infraestrutura e aos serviços públicos e por isso tornam-se o espaço apropriado pelas elites, enquanto as periferias são

negligenciadas pelos agentes públicos e econômicos. São ainda tratadas e vistas como espaço social homogêneo, mesmo sendo extremamente heterogêneas se observadas com mais cuidado e sensibilidade (ROLNIK, 1995; CALDEIRA, 2000), aspecto que abordaremos mais adiante.

Na sua análise espacial da segregação, Raquel Rolnik (1995) também observa que a segregação pode se dar a partir da diferenciação não apenas dos espaços de habitação mas também de trabalho. Estes são mal distribuídos pela cidade, cujo desenvolvimento também seguiu o modelo centro-periferia (CALDEIRA, 2000; VILLAÇA, 2001), fazendo com que grande parte dos trabalhadores ocupem espaços distantes daqueles que oferecem trabalho. (ROLNIK, 1995, p. 42)

Rolnik (1995) salienta que há forte relação entre os espaços adequados à moradia e ao trabalho e os interesses imobiliários que, a partir de fatores de localização, valorizam ou desvalorizam os espaços da cidade segundo interesses econômicos apenas, explorando suas vantagens locacionais por meio da criação de imagens de áreas propícias ou não à moradia, atribuindo-lhes, assim, valor econômico (de consumo) para além do valor de uso efetivo.

A partir desse modo de se apropriar e se produzir cidade, Villaça (2001) observa existir forte relação entre segregação e os mecanismos de formação dos preços do solo, mas entende que um não determina o outro:

[...] nem sempre as camadas de alta renda moram em terra cara (no que diz respeito ao preço unitário do metro quadrado), mas em geral é isso que ocorre – de frente para o mar em Boa Viagem ou no Leblon; Higienópolis em São Paulo; Campo Grande, em Salvador; Piedade, em Recife; Moinhos de Vento, em Porto Alegre; Lourdes, em Belo Horizonte, por exemplo. Entretanto, a alta renda também ocupa terra barata na periferia, na Granja Viana ou Alphaville, em São Paulo, ou no Recreio dos Bandeirantes, no Rio. Nesse sentido, portanto, não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais. (*Ibidem*, p. 146)

A prática de indução da valorização imobiliária, contudo, constrói ou reforça os limites físicos e imaginários da cidade.

[...] estes muros visíveis e invisíveis que dividem a cidade são essenciais na organização do espaço urbano contemporâneo. (ROLNIK, 1995, p. 43)

As “fronteiras imaginárias” (ROLNIK, 1995, p. 41) da cidade, mesmo essenciais à sua apropriação pela população, acabam por produzir também estigmas e preconceitos sociais que nem sempre correspondem à realidade dos lugares, e que servem para consolidar as situações de segregação espacial existentes, como veremos a seguir.

1.1.3. Segregação como diferenciação social

A percepção geral mais comum das favelas e demais tipos de assentamentos precários, que gera boa parte dos preconceitos a elas associados, é a de que tais lugares são vistos de maneira uniforme, sem complexidade e diferenciações internas. Esse modo de se ver tais espaços acaba simplificando e generalizando fatos e situações, principalmente associados à pobreza econômica e social, problemas sociais e delinquência. Essa uniformização e associação contribui para a segregação social dessas áreas ao não serem incorporadas à cidade no imaginário coletivo, sendo entendidas, portanto, como “não-cidade”.

A interpretação simplista da periferia, homogeneizando a compreensão desses espaços, contribui não apenas para a construção das imagens da cidade como também da estigmatização das favelas e das periferias como espaço da pobreza, da violência urbana e da carência de infraestrutura e serviços públicos. Como explica Kowarick (2009):

Este olhar externo, que as homogeneiza enquanto áreas que concentram problemas sociais, está na raiz de vastos preconceitos que as discriminam como locais potencialmente perigosos, por onde mais facilmente se disseminam os caminhos que levam à delinquência: a favela produz imaginários que, em tempos de aumento do desemprego e da criminalidade, só podem acirrar a visão de “promiscuidade”, “vício” ou “perigo”, afetando a vida de seus habitantes, que entre outras condutas procuram esconder de seus patrões o local de moradia. Por isso, as favelas e seus habitantes devem ser vistos no plural, pois não só são diferentes entre si, como, num mesmo aglomerado é frequente encontrar-se padrões socioeconômicos e urbanísticos bastante diversos: elas constituem microcosmos que espelham vários graus de desigualdades presentes nos estratos baixos de sedimentação da sociedade e, assim, não podem ser vistas como mundos à parte e excluídas da cidade em que estão inseridas. (*Ibidem*, p. 224)

Para Rolnik (1995), esse olhar discriminatório se reproduz não apenas na relação desses espaços com a sociedade, mas na sua relação com a administração pública:

Finalmente, além dos territórios específicos e separados para cada grupo social, além da separação das funções morar e trabalhar, a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais. (*Ibidem*, p. 42)

O olhar diferenciado do poder público contribui com a construção de tais estigmas por negligenciar ou não proporcionar a adequada estruturação desses espaços como espaços da cidade. Como observa Ribeiro (2004), além de diferenciá-los espacialmente, geram as carências e os problemas sociais relacionados diretamente à questão da violência urbana:

O aumento da violência nas metrópoles guarda fortes relações com os processos de segmentação socioterritorial em curso – que separam as classes e grupos sociais em espaços da abundância e da integração e em espaços da concentração da população vivendo múltiplas situações de exclusão social [...]. (*Ibidem*, p. 10)

Sabemos que o conceito de violência está associado, a princípio, a atos criminosos, ou seja, que atentam à legalidade definida na estrutura jurídica daquela sociedade, correspondendo a atos concretos ou simbólicos de agressão ou contra a integridade pessoal ou patrimonial dos indivíduos. Trata-se, portanto, do rompimento das relações sociais existentes entre indivíduos que compõem uma sociedade, sendo o espaço urbano aquele que contempla tal sociedade. Embora a complexidade do tema específico da violência urbana requeira uma pesquisa específica a respeito, podemos observar esse fenômeno a partir de Ribeiro (2004).

A questão da violência está presente em todos os ambientes urbanos do mundo, independentemente do seu grau de desenvolvimento. Porém, é claramente perceptível que quanto maior a precariedade social, o grau de segregação espacial e exclusão social, bem como de estigmatização de determinado espaço da cidade, maiores são as consequências da violência na vida de todos os habitantes desse espaço urbano. As áreas da cidade mais desfavorecidas, principalmente os assentamentos precários, tendem a ser os que primeiro vivenciam esse processo, que pode se expandir por toda a cidade. Quanto a isso, Ribeiro (2004) observa como a violência contribui ciclicamente para a criação de novos estigmas sociais (ou reforça os estigmas existentes) sobre a população das áreas segregadas, enquanto valida o sectarismo das classes sociais mais altas:

As representações sobre as causas da violência, ao atribuí-las à existência de um estado de anomia prevalecente nas favelas e bairros pobres, concorrem eficazmente para a construção de

imagens coletivamente apropriadas que impedem as camadas populares de transformar o acesso aos valores da ordem igualitária em fermento para se constituírem em atores sociais legítimos. Ao mesmo tempo, incentivam a adoção pelas altas classes médias de um comportamento de secessão urbana, traduzido na busca de fronteiras simbólicas e materiais que as separem do mundo das classes populares. (*Ibidem*, p. 35)

Ribeiro (2004) acrescenta ainda outros estigmas associados à segregação urbana, a partir de estudos empíricos sobre a concentração territorial de trabalhadores “subproletários, precarizados e abandonados pelas políticas sociais” (RIBEIRO, 2004, p. 33). Sintetizamos esses estigmas urbanos da seguinte maneira:

- a cidade é vista como o espaço do isolamento social, entendido a partir da estigmatização dos bairros segregados e sua população;
- as periferias são vistas como espaço da destituição do bairro e da família, ocasionado pelo abandono do Estado e pelas reconfigurações familiares;
- a segregação e a discriminação são transformadas em “fenômeno natural”, dando legitimidade, em parte, ao indivíduo viver à margem da sociedade, e por outro lado, corroborando com o modo de vida individualista da sociedade contemporânea, eliminando valores morais coletivos e consciência cidadã.

Estudando a segregação urbana e seus estigmas sociais, Ribeiro (2004) percebe que, no fundo, a mobilidade social quase inexistente no Brasil. Mesmo com aparente redistribuição de renda, redução da miséria e aumento da população de classe média vivenciada no Brasil na última década, esses fatos estão associados apenas à redistribuição de benefícios materiais. As limitações espaciais e os estigmas inferiorizadores permanecem. Nas palavras de Ribeiro (2004):

[...] a segregação não é tão-somente a separação espacial, mas implica, além disso, não só a concentração de um segmento populacional em territórios bem delimitados, mas também a institucionalização da sua inferioridade, da sua desclassificação e da imobilidade social de seus habitantes. [...]

[...] A distribuição territorial das classes e dos grupos sociais nas cidades brasileiras expressa essa ordem por meio do padrão da proximidade física e da distância social, ao qual correspondeu uma sociabilidade pouco conflituosa, na medida em que esse padrão tem se fundado (e até sido facilitado) em obrigações sociais inerentes a um sistema de dominação em que convivem patronagem e clientela, submissão e acesso a benefícios e recursos, doação e reconhecimento do poder social dos dominadores. (*Ibidem*, p. 33-4)

Ribeiro (2004) acrescenta o entendimento de que a sociedade brasileira, construída sobre uma percepção na qual os conflitos sociais não são percebidos ou entendidos como tais, acaba por favorecer a manutenção dos comportamentos sociais históricos, agora reproduzidos no espaço dessa sociedade. Esse fato se materializa na fragmentação das cidades e principalmente das metrópoles, promovida principalmente pela cisão espacial das classes mais altas.

O conceito de fragmentação, associado por David Harvey (2000) à pós-modernidade, nos faz compreender como, nas cidades contemporâneas, nem cidadãos nem gestores públicos estão interessados em produzir cidades. O que de fato se constrói são espaços mercantilizados atendendo apenas a interesses econômicos. A preocupação, nesse ponto, passa a ser em torno da construção da cidade sem cidadania. Esta última o conceito que corresponde à alma da sociedade, sua raiz de origem e sustentação, o elemento fundamental que fez com que os homens sentissem a necessidade de constituir as primeiras cidades na Pré-História, compondo o que os gregos chamaram de *polis* e os romanos de *civitas*.

No espaço urbano, o resultado do processo de construção de cidade sem cidadania é o cenário que conhecemos bem de exclusão e desigualdade social, traços extremamente marcantes nas cidades brasileiras, facilmente identificados nas inúmeras áreas periféricas e precarizadas nos centros urbanos do país. Na contemporaneidade, são fortes os sinais de que a sociedade continua contribuindo para a persistência da exclusão e da desigualdade, mesmo em cenários de desenvolvimento econômico. No espaço urbano, a fragmentação e a segregação são, assim, os traços mais marcantes dessa sociedade atual.

A segregação social, alimentada pela percepção da diferença e da exclusão, impede o desenvolvimento de um ambiente urbano com condições mínimas de dignidade. Acabam por condenar à exclusão e ao confinamento comunidades inteiras, isoladas por barreiras, limitações e carências físicas causadas tanto pela ausência e omissão do Estado, garantidor dos direitos básicos do seu cidadão, como também pelas barreiras ideológicas as quais essa população é imposta, através da hierarquização social e da disseminação de preconceitos e estigmas causados pela sua condição social e pelos territórios a que pertencem. Nesse caso, a segregação não é apenas física mas também social e cultural e se dá pelo não reconhecimento como parte legítima da sociedade e, conseqüentemente, o não-acesso aos direitos básicos e às

políticas públicas correlatas. Nesse ponto, enfatizamos o papel do Estado na produção e reprodução da segregação socioespacial.

1.1.4. Segregação socioespacial e o papel do Estado

Villaça (2001), baseando-se em Manuel Castells¹¹ (1978 *Apud* VILLAÇA, 2001), nos lembra de que toda cidade é um “entrelaçamento histórico de várias estruturas sociais” e toda sociedade é “contraditória, ou seja, fruto da ação de várias forças atuando em diferentes direções.” (VILLAÇA, 2001, p.148-9) Dessa observação, nasce a compreensão de que segregação socioespacial não é apenas um fato isolado, mas sim um processo e uma tendência, no qual a percepção da homogeneidade social interna de que fala Castells (*Ibidem*) não existe pontualmente no tempo. Ao contrário, é produzida, destruída e reconstruída constantemente a partir das dinâmicas socioespaciais. O fato é que esse processo sempre tende a uma homogeneização, mas que nem sempre chega a se caracterizar plenamente, em virtude desse próprio processo histórico que o modifica.

Como Castells (*Ibidem*), também Lefebvre (1999) entende esse processo como uma questão urbana, pois “a luta de classes se desenvolve na cidade” (LEFEBVRE, 1999, p. 173), base material ou espaço da consolidação do modo de produção capitalista a partir dos seus dirigentes, geralmente parte da burguesia. Isso se dá porque os espaços urbanos são também cenários de investimentos estatais, seja para propiciar a melhor estruturação do território para as atividades econômicas, seja para os melhores rendimentos pela renda da terra. O autor alerta, porém, que esses investimentos, sendo públicos, devem buscar, como resultado principal, o atendimento das necessidades sociais e a justa distribuição dos resultados para a população que habita e compõe esses espaços:

Considerada como unidade social, como lugar das relações (sociais) entre os homens (a “cultura”) e a natureza, a partir da história, a cidade poderia, desde sempre, figurar entre os beneficiários da distribuição política, pelo Estado, do subproduto global (mais-valia). Ora, não é nada disso.

[...]

As necessidades sociais seriam asseguradas, estritamente, no mínimo. O máximo (possível) do subproduto social iria para os investimentos e conseqüentemente para os “usos” desses

¹¹ CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*, 5 ed. Ciudad de Mexico, Siglo Veintiuno Editores S/A, 1978.

investimentos produtivos, facilitando a acumulação e as previsões de investimentos. [...] Essa autonomização do econômico teria lugar na medida em que a pressão democrática não vem relembrar, massivamente, pela base as necessidades sociais. (LEFEVBRE, 1999, p. 157-8)

Peter Marcuse (*Apud* CALDER; GREENSTEIN, 2001, p. 325) entende, por sua vez, que o Estado não necessariamente deve oferecer o nível mínimo de serviços, embora nem o mínimo tenha sido oferecido, mas sim oferecer o ideal, pois o debate passa, na realidade, pela seara dos direitos iguais entre os cidadãos. Nem a riqueza, nem herança ou origem familiar, nem a cor da pele ou a identidade étnica deveriam ser os fatores determinantes de acesso aos espaços, bens e serviços públicos, oferecidos não apenas no seu nível básico ou mínimo. Sobre o usufruto do espaço urbano, Marcuse (*Ibidem*) questiona se é:

[...] justo ou correto, por exemplo, que os ricos desfrutem das melhores vistas para oceanos, rios ou outras belezas naturais enquanto os pobres são relegados às áreas menos atrativas.¹² (MARCUSE, *Apud* CALDER; GREENSTEIN, 2001, p. 325, tradução nossa)

Marcuse (2004) vê o Estado, portanto, como agente de grande responsabilidade e poder na organização da sociedade e, principalmente, na estruturação do espaço urbano.

Apenas para começar, toda a estrutura legal que possibilita os empreendimentos baseia-se em leis promulgadas e sancionadas pelo Estado: leis que concernem o direito de propriedade privada, instrumentos financeiros, despejos e ações legais de posse, proibições contra invasões, apoiadas por tribunais, pela polícia, xerifes e agências fiscalizadoras. Depois, a construção de estradas, a provisão de infraestrutura, a concessão ou retenção de licenças de construção, a arrecadação de impostos e a provisão de serviços municipais necessários a qualquer tipo de vida urbana, são todas funções do Estado. [...] Está, pois, claramente, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação. Assim, se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado. (*Ibidem*, p. 29-30)

Esse debate sobre segregação passa, inevitavelmente, pelo papel do Estado e sua responsabilidade na produção e reprodução da segregação socioespacial. Villaça (2001) entende justamente que a segregação urbana no Brasil é um processo que

¹² [...] *justo o correcto, por ejemplo, que los ricos disfrutaran de las mejores vistas de océanos, ríos y otras bellezas naturales, mientras que los pobres estuvieran relegados a zonas menos atractivas.* (MARCUSE, *Apud* CALDER; GREENSTEIN, 2001, p. 325)

se dá por condução da burguesia durante seu processo de constituição na história do país e de sua relação de proximidade, ou mesmo condução, das ações do Estado. Nas palavras do autor:

A segregação espacial das burguesias é um traço comum presente em todas as nossas metrópoles. [...] É um processo que está longe de ser uma particularidade das décadas recentes [...]. Ele vem se constituindo no Brasil há mais de um século. (*Ibidem*, p. 327)

A relação entre Estado e burguesia e a clara discrepância entre alto desenvolvimento econômico e baixo desenvolvimento social como consequência dessa relação afetam diretamente a qualidade de vida das parcelas da sociedade, que não têm acesso aos benefícios desse desenvolvimento. Essa parcela da população é o que Lucio Kowarick (2009) e outros autores entendem por camadas sociais vulneráveis socioeconomicamente:

Refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. Entre eles destaca-se a questão habitacional que não pode ser reduzida apenas à qualidade da moradia, aspecto importante mas não único, pois implica também a sua localização e os serviços existentes no bairro em que se localiza. (*Ibidem*, p. 19)

Dentre os elementos sociais nessa construção, observamos como a moradia e a urbanidade são elementos importantes, mas frequentemente negligenciados pelo poder público. Valoriza-se a urbanização através do estímulo ao crescimento quantitativo das cidades como indicador de desenvolvimento econômico, mas não se promove a transformação da sociedade de forma qualitativa. Mantém-se a mesma força econômica na organização e transformação do espaço urbano que reproduz a exclusão na segregação.

Rolnik (1995) destaca que a segregação espacial inexistia nas cidades brasileiras. No período colonial, as vilas e cidades eram os espaços de convívio comum das diversas classes sociais, senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres. A casa grande e a senzala eram o único *lócus* da segregação espacial, mas a cidade não. No espaço urbano colonial, a segregação existia apenas na escala social, manifestava-se na forma da hierarquia e dos comportamentos nas relações individuais e públicas. Esse fato mudará apenas com a Modernidade, que passa a enfatizar a segregação espacial conduzida pelas relações socioeconômicas, agora

associadas ao trabalho livre, ao mercado de terras, à renda, ao fator localização e ao poder de compra, refletindo-se nas disputas pelo espaço urbano.

[...] o modo de vestir, na gestualidade, na atitude arrogante ou submissa, e no caso brasileiro, também na própria cor da pele. Estes eram sinais.

[...] a segregação espacial começa a ficar mais evidente à medida que avança a mercantilização da sociedade e se organiza o Estado Moderno.

[...]

No Brasil, este movimento é aparente no Rio de Janeiro – sede do poder imperial. [...]

Este movimento de segregação vai ser tremendamente impulsionado pela disseminação do trabalho assalariado. [...] Isso só se dá porque se rompe um vínculo e porque cada qual comprará no mercado imobiliário a localização que for possível com a quantidade de moeda que possuir.

[...]

Portanto, o que vai caracterizar essa cidade dividida é, por um lado, a privatização da vida burguesa e, por outro, o contraste existente entre este território do poder e do dinheiro e o território popular. A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. (ROLNIK 1995, p. 46-51)

A cidade deixa de ser o lugar de funcionamento da sociedade e da economia, passando a ser também parte dessa própria economia. Do planejar e controlar os processos urbanos, buscando a qualidade de vida e o equilíbrio socioambiental, o Estado brasileiro passa a ver as cidades como incorporadas aos processos econômicos, tornando-se empreendimentos que seguem a lógica natural dos interesses do capitalismo (HARVEY, 1980, 2000; ARANTES, 2009;).

David Harvey (1980) nos fala que “o capitalismo está preparado para pagar uma taxa de produção (a renda da terra) como o preço para a perpetuação da base legal da sua própria existência”. (*Ibidem*, p. 156). Nessa obra, Harvey argumenta então como o capitalismo, marcado pela luta de classes, se relaciona com o espaço, tendo como resultados neste a reprodução dessas relações sociais. Isso se evidencia nos processos de diferenciação residencial e conseqüentemente nas limitações de acesso aos recursos e às oportunidades da sociedade que caracterizam a segregação. temos assim graves conseqüências na qualidade de vida da população residente de áreas segregadas. Otília Arantes (2009), por sua vez, nos lembra que na história, as cidades na era moderna sempre foram “[...] associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, [...] a exploração da propriedade do

solo” (*Ibidem*, p. 26), existindo forte relação entre a configuração física das cidades e a sociedade de economia capitalista.

No Brasil, esse processo ocorre com certas particularidades, em virtude da sua posição periférica em relação à economia internacional. Sabemos que com o advento da Lei de Terras (Lei nº 601/1850, de 18 de setembro), esta passa a ser propriedade privada, e como tal, comercializável. Inicia-se um ciclo de uso da propriedade da terra como bem econômico, chegando ao seu ápice com a grande sociedade de consumo na segunda metade do século XX. Desse momento em diante, é a apropriação da prática urbanística como mercadoria, e não apenas como elemento de organização do espaço urbano, que caracteriza a gestão urbana brasileira. As ideias que levam à separação entre as zonas de moradia popular e as de alta classe e as zonas industriais se conformam, então, nas “principais forças atuantes sobre a estruturação do espaço metropolitano no Brasil”. (VILLAÇA, 2001, p. 147) A prática urbanística pública acaba por diferenciar e segregar os espaços da cidade, tendo como resultado observado ao longo do tempo a acentuação das diversas formas de exclusão social existentes, entre elas, a segregação socioespacial.

Kowarick (2009, p. 68) nos lembra de que a problemática da exclusão social no Brasil tem larga tradição de estudos nas ciências sociais, cujas abordagens sempre nos levam a compreender o nosso desenvolvimento em torno de um capitalismo excludente e elitista, em que na construção do país, cujo ideal desenvolvimentista baseou-se na industrialização e na expansão urbana, os benefícios dessa “modernização” são direcionados apenas a uma pequena parcela da sociedade.

No campo político, a ideologia “socialdemocrata”, que nasce no final do século XIX como um “socialismo democrático” e se consolida no pós-II Guerra Mundial, poderia representar um caminho para um possível equilíbrio social. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (1999):

A socialdemocracia assenta num pacto social em que os trabalhadores, organizados no movimento operário, renunciam às suas reivindicações mais radicais, as da eliminação do capitalismo e da construção do socialismo, e os patrões renunciam a alguns dos seus lucros, aceitando ser tributados com o fim de se promover uma distribuição mínima da riqueza e se conseguir alguma proteção e segurança social para as classes trabalhadoras. Este pacto foi

realizado sob a égide do Estado, o qual, para isso, assumiu a forma política do Estado-Providência (*Ibidem*, p. 09)

Na história do Brasil, o papel do Estado assemelha-se, em alguns momentos, ao desse “Estado-Providência”, portanto, o de promotor de políticas públicas que garantam o acesso da sua população aos bens e serviços básicos proporcionados pelo Estado, e em outros, aos do “Estado Neoliberal”, com alinhamento claro ao Consenso de Washington. Pelo cenário que se vê nos dias de hoje, nenhum dos modelos políticos, porém, parece ter trazido resultados satisfatórios na promoção do desenvolvimento social no Brasil. (RIBEIRO, 2004, p. 33-4) Estamos longe de alcançar a mesma eficiência como na estruturação dos Estados de Bem-Estar Social (*Welfare State*) nem a mesma promoção do desenvolvimento socioeconômico que se observou na Europa na segunda metade do século XX.

Segundo Ascher (2010, p. 74), tais pactos sociais de que fala Santos (1999, p. 09) têm sido desrespeitados, em parte pelos novos valores sociais e políticos da segunda metade do século XX que impedem os indivíduos e os grupos sociais e econômicos de abrirem mão dos seus benefícios e privilégios em prol da própria ideologia que supostamente defendem. O individualismo e o consumismo são os traços mais marcantes da sociedade contemporânea. Em outras palavras, abriu-se mão da construção coletiva da sociedade, fazendo surgir novas composições sociopolíticas, algumas delas baseadas no liberalismo, conhecidas atualmente como “neoliberalismo”, e outras associadas aos regimes socialistas abertos aos mercados, interferindo nas políticas públicas de promoção do desenvolvimento social.

No Brasil, alguns autores atribuem parte dessa ineficiência à relação histórica do Estado brasileiro com a burguesia, que conduz as ações públicas a partir dos seus interesses particulares. Jacob Gorender (2004), por exemplo, afirma:

A burguesia brasileira nasceu sob a influência do liberalismo e do seu princípio fundamental: o da ‘liberdade da iniciativa privada’ ou da ‘livre empresa.’ Mas, se o liberalismo ‘absoluto’ nunca foi realidade em país algum, menos ainda seria no Brasil, cujo capitalismo partiu de uma acumulação originária do capital muito mais fraca do que na Europa e nos Estados Unidos. (*Ibidem*, p. 70-1)

Calder e Greenstein (2001) observam essa relação entre Estado e burguesia também em outros países, daqueles que adotam regimes autoritários, como também nas democracias mais maduras. Essa relação, portanto, não é exclusividade

brasileira ou latino-americana. Em vários desses casos, a infraestrutura e o acesso aos serviços públicos, promovidos pelo Estado com recursos públicos, tendem a ser implantados segundo as necessidades da classe dominante.

No Brasil e em muitos outros países com longa história de regimes autoritários, o Estado costuma se encarregar dos serviços urbanos. Nesses países, os proprietários fundiários determinam o acesso à água e às instalações sanitárias (e, portanto, o acesso à saúde), assim como aos meios de transporte, infraestrutura de serviços públicos e outros serviços urbanos. [...] Este quadro tem paralelo nos Estados Unidos, onde o acesso a escolas de alta qualidade e a outros valiosos equipamentos é determinado fundamentalmente pelos proprietários fundiários que possuem estreita relação com a segregação, seja por padrão de renda, raça ou outras características demográficas.¹³ (CALDER; GREENSTEIN, 2001, p. 324-5, tradução nossa)

Wilson Edson Jorge (2004) observa, de forma análoga, a ação do Estado brasileiro e o resultado desta baseada em ideologias burguesas que atribuem ao desenvolvimento econômico e ao crescimento urbano os grandes símbolos de modernidade. O resultado acaba por ser a atual estruturação urbana brasileira, caracterizada pela segregação espacial e suas precariedades socioambientais como consequência. Como explica o autor:

As políticas do Estado brasileiro continuam favorecendo permanentemente o setor do capital, sob o argumento do desenvolvimento. O Estado investe nos setores da economia nos quais o capital privado não tem interesse ou capacidade para investir, mas que se apresentam críticos para garantir o processo de industrialização e de crescimento da economia. Assim, o Estado utilizando fundos públicos, investiu rigorosamente durante cinco décadas no setor de infraestrutura de transporte (rodovias, portos, aeroportos), energia (usinas hidrelétricas e de transmissão, petróleo, por meio da Petrobras), comunicações e indústria de base (siderúrgicas). Isto é, o Estado passou a entrar em setores da economia que antes eram praticamente vedados a ele, para dar suporte ao capital privado e às suas necessidades de reprodução. Nota-se que, de todo esse investimento realizado, pouco foi dirigido para as cidades; a maior parte foi destinada à infraestrutura regional e complexos industriais.

¹³ *En Brasil y muchos otros países con larga historia de regímenes autoritarios, el estado suele encargarse de prestar los servicios urbano. En estos países, los patrones residenciales urbanos determinan el acceso a agua y instalaciones sanitarias (y por tanto, a la salud) así como a medios de transporte, infraestructuras de servicios públicos y otros servicios urbanos. [...] Este cuadro tiene paralelismos en los Estados Unidos, en donde el acceso a escuelas de alta calidad y a otras valiosas amenidades lo determinan fundamentalmente patrones residenciales que tienen estrecha relación con la segregación, ya sea por nivel de ingresos, raza o otras características demográficas.* (CALDER, GREENSTEIN, 2001, p.324-325)

[...]

Os chamados problemas urbanos – habitação, transporte e saneamento – somente passaram a ser considerados importantes e críticos quando as cidades chegaram a patamares populacionais significativos [...] A questão do crescimento urbano não era vista como problemática, e sim um salutar reflexo do desenvolvimento do país.

[...]

A habitação não era considerada empecilho, pois a demanda habitacional sempre foi suprida pelo mercado imobiliário. A população de baixa renda, sem condições de resolver seu problema de moradia naquele mercado, recorria a soluções extralegais. (*Ibidem*, p.748-9)

Esse caráter omissivo do Estado brasileiro para com as necessidades sociais é analisado por Adir Ubaldino Rech (2007). O autor alerta para a ideia equivocada de que as cidades latino-americanas cresceram e se desenvolveram sem um projeto específico. Para ele, houve projeto, a nível local, porém, privatista. A exclusão social baseia-se exatamente na “inexistência de um projeto de cidade para todos”.

Apesar de a cidade nascer da própria necessidade de convivência e do desejo do homem em construir um local ideal para viver, a elite dominante sempre estabeleceu informalmente a ocupação e a organização do seu espaço, excluindo e relegando os demais a segundo plano e para fora dos “muros da cidade”. [...] Nunca houve preocupação em definir um projeto de cidade, a curto, médio e longo prazos, mais abrangente, que contemplasse todos os aspectos do desenvolvimento e indistintamente todas as classes sociais. (*Ibidem*, p. 131)

A municipalidade e seu ordenamento jurídico são coniventes com as ações das elites dominantes no ocupar e organizar seu espaço urbano, ignorando o restante dos cidadãos sem acesso a recursos e ao poder, de forma a lhes proporcionar os mesmos direitos de usufruto do espaço urbano. Nas palavras de Rech (2007):

O traçado do perímetro urbano deixa, hoje, fora dos limites da cidade, aqueles que não têm recursos para pagar a moradia, segundo as normas de parcelamento e ocupação do solo, previstas pela lei da cidade. [...] Nunca houve preocupação em definir um projeto de cidade, a curto, médio e longo prazos, mais abrangente, que contemplasse todos os aspectos do desenvolvimento e indistintamente de todas as classes sociais. A ampliação do perímetro urbano, prática adotada depois que encostas, morros e arredores foram ocupados de forma desordenada, tem mais a finalidade de cobrar tributos, especialmente o IPTU, e menos a de ser um gesto concreto de inclusão social e de melhoria das condições de infraestrutura e qualidade de vida. [...] Mas, apesar de sua restrita autonomia, é competência e responsabilidade dos municípios a iniciativa de criar normas definidoras de uma cidade sustentável e não excludente.

[...]

Assim sendo, as relações jurídicas nas cidades sempre foram de ordem privatista, construídas sob a ótica dos interesses da classe dominante, nunca formando institutos jurídicos criadores de um sistema também jurídico de Direito Público que estabelecesse, de forma efetiva, legítima e eficaz, regras de direito, ordenando a forma de crescimento e contemplando a ocupação dos espaços para todas as classes sociais, com vistas à construção de uma cidade sustentável e geradora de bem-estar para todos. [...]

A construção das cidades na América Latina e, particularmente no Brasil, não prescindiu totalmente da inexistência de projeto [...]. Sempre foi um projeto privatista, sem normas de Direito Público que ordenassem a forma de crescimento e sem nenhuma base científica, com preocupações antropológicas e de bem-estar a todos. (*Ibidem*, p. 131-2)

Rech (2007) compreende que a desordem, o caos e a exclusão social são uma construção histórica, consequência da ausência de um projeto coletivo de cidade, ou seja, que contemple todos os cidadãos, como era de se esperar em uma estrutura democrática. No Brasil, isso não ocorre em virtude da forte relação histórica existente entre Estado e burguesia.

Constata-se que a exclusão social da população que vive nas cidades inicia pelo centralismo histórico, com vistas ao controle do poder, da colonização e da manutenção de privilégios. As nossas cidades [...] foram construídas com base nessa cultura colonizadora, centralizadora e de privilégios, com a preocupação primeira de assentar a classe dominante. Ignorou o restante da população que viria posteriormente, prática existente ainda hoje em todas as nossas cidades. A falta de um projeto de cidade para todos é ainda regra nos dias atuais, porque a legislação existente, que se resume na Lei de Parcelamento e Ocupação do Solo e em normas de construção civil, contempla apenas quem tem recursos para pagar um terreno urbanizado, uma casa com projeto arquitetônico, ignorando a maioria da população, que, pela falta de recursos, vai se acomodando nos entornos urbanos e sem norma alguma. A inexistência de normas urbanísticas de inclusão social que assegurem, em todos os seus aspectos, o desenvolvimento sustentável, é a principal causa do caos. (*Ibidem*, p. 129)

As diversas instâncias estatais brasileiras, tanto a nível nacional como local, não representam o elemento estruturador da sociedade. Comportam-se mais como uma continuidade dos interesses privados, investindo na economia de maneira a favorecer setores específicos ao mesmo tempo em que se mostram omissos em relação aos interesses da coletividade. Esse perfil do Estado brasileiro reproduz-se na escala municipal, em que a burguesia local tem acesso quase que exclusivo aos espaços urbanos resultantes dos investimentos estatais, que beneficiam e

incentivam áreas específicas das cidades em detrimento de outras. Esse fato é observado por alguns pesquisadores, principalmente quando analisam a relação Centro x Periferia ou Centro histórico x Centro expandido. Kowarick (2009), por exemplo, observa essa segunda relação na cidade de São Paulo.

Basta mencionar a saída das camadas de renda média e alta fundamentalmente para o Vetor Sudoeste da cidade, que recebeu vultuosos investimentos públicos como alargamento de avenidas, construção de pontes e viadutos, linha de metrô, além de novas formas de consumo, em especial shopping centers. [...] Estas dinâmicas ocorreram na medida em que houve crescente dificuldade de acesso às zonas centrais, que se traduz em restrições de trânsito, falta de estacionamento, pedestrianização de ruas, aumento da poluição atmosférica, visual e sonora, além da deterioração de vastas áreas [...]. A população diminui, muitos edifícios residenciais e de serviços ficam parcial ou totalmente desocupados, e a atividade econômica muda de perfil com a saída dos grupos abastados e com uma maior presença das camadas pobres. (*Ibidem*, p. 106)

E é nas metrópoles brasileiras onde a questão social se concentra, como observado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2004), que atribui esse fato à ruptura do pensar coletivamente a sociedade, a economia e o Estado:

As nossas metrópoles, seu tamanho, suas desigualdades, suas favelas e periferias, sua violência, são consequências necessárias da histórica disjunção entre economia, sociedade e território, que caracteriza a nossa expansão periférica na economia-mundo capitalista. (*Ibidem*, p. 13)

Como resultado, temos um Estado que não age sobre o território e a sociedade a partir do interesse coletivo. As práticas privatistas e segregadoras da burguesia brasileira acabam por gerar graves carências e desequilíbrios sociais.

Sobre essas práticas segregadoras e as posições de poder dentro da nossa sociedade, podemos lançar um olhar acerca de como se dá essa condução a partir da classificação que alguns autores fazem do termo, entendido como um processo intencional para uns e consequencial para outros.

1.1.5. Segregação voluntária e involuntária

A maioria dos pesquisadores entende haver um caráter voluntário e outro involuntário da segregação urbana, sendo o segundo, regido por forças externas ao indivíduo¹⁴. Essa premissa parte da hipótese de que são as classes sociais mais altas quem tem maiores poderes de decisão sobre a apropriação, produção e uso do solo urbano, colocando assim a discussão nas questões relacionadas às desigualdades socioeconômicas. Enquanto a segregação voluntária se dá pelo comportamento coletivo autosegregador de determinadas classes sociais, detentoras de poderes políticos e econômicos, a involuntária se dá pela obrigação atribuída a alguns indivíduos a ocuparem espaços indesejados ou sendo impedidos de ocupar espaços desejados na cidade.

Caldeira (2000), em sua pesquisa sobre a segregação urbana na cidade de São Paulo, observa como se dão, historicamente, os processos segregadores. A autora foca na autosegregação das classes mais altas, e como isso influencia a segregação dos demais. Ela observa três fases distintas em que os padrões de segregação se diferenciam. A primeira corresponde ao início da urbanização da cidade de São Paulo em fins do século XIX até a década de 1940, onde se observa o modelo de “cidade concentrada”, onde a segregação se dá mesmo em condições de proximidade física entre as classes sociais. A segunda fase corresponde ao período de grande explosão demográfica da cidade, onde se observa que o padrão de segregação agora obedece o modelo “centro-periferia”, caracterizada agora por grandes distâncias físicas entre as classes sociais, resultando na expansão horizontal da cidade e na precarização desses espaços. A terceira fase é observada por Caldeira (2000) a partir da década de 1980, quando as classes mais altas também dispersam-se pelo território, mas mantendo-se segregadas

¹⁴ Dentre as definições trazidas pelos autores analisados nesta pesquisa, a de Peter Marcuse (2004), porém, entende o conceito de segregação apenas como um processo resultado de uma força involuntária: “Segregação (*segregation*) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto.” (*Ibidem*, p. 24). A segregação conforma-se espacialmente, então, em guetos: “Um gueto (*ghetto*) é uma área de concentração espacial adotada pelas forças dominantes na sociedade para separar e limitar um determinado grupo populacional, extremamente definido como racial, étnico ou estrangeiro, tido e tratado como inferior pela sociedade dominante.” (*Ibidem*, p. 24-5). A segregação voluntária, logo, para Marcuse (2004) não é um processo de “segregação”, mas uma opção por se separar e se isolar em enclaves fortificados. Enclaves são definidos por Marcuse (2004) da seguinte maneira: “Um enclave (*enclave*) é uma área de concentração espacial na qual os membros de um determinado grupo populacional, autodefinido por etnicidade, religião ou de outra forma, congregam-se de modo a proteger e intensificar o seu desenvolvimento econômico, social, político e/ou cultural.” (*Ibidem*, p. 25).

“voluntariamente” por meio da construção de habitações e loteamentos em condomínios fechados, eletrificados e com segurança privada, configurando-se em “enclaves fortificados”.

Para Rolnik (1995), essas formas de segregação voluntária se manifestam de maneira mais direta através da diferenciação dos espaços de moradia na cidade:

A segregação é manifesta também no caso dos condomínios fechados – muros de verdade, além de controles eletrônicos, zelam pela segurança dos moradores, o que significa o controle minucioso das trocas daquele lugar com o exterior. (*Ibidem*, p. 42)

A segregação voluntária, chamada por Ribeiro (2004) de “autossegregação”, é um processo crescente no Brasil, que se dá seja pela “fortificação” e “cidadela” (MARCUSE, 2004, p. 25) como também pela simples presença em densidade, sem a conformação de barreiras físicas ou enclaves:

A autossegregação crescente das altas classes médias – que, como dissemos, controlam o poder social na cidade brasileira –, seja pelo esvaziamento demográfico das áreas onde já estão densamente presentes, seja pelo recurso da recriação do sistema de cidadela, nos estaria conduzindo a cidades fragmentadas. [...] as periferias e os bairros populares ou são abandonados, sujeitos a toda sorte de violência, entre elas a violência simbólica, ou são submetidos às práticas renovadas do clientelismo, o que testemunha a difusão do assistencialismo privado praticado pelos políticos da periferia. Em qualquer dos casos, o modelo de gestão e o estilo de políticas públicas nos bairros populares são mecanismos bloqueadores da transformação dos seus habitantes em cidadãos, portanto, em atores da polis. (RIBEIRO, 2004, p. 36)

Villaça (2001), por sua vez, entende que a segregação urbana é o resultado espacial das relações desiguais entre as classes sociais no espaço das cidades:

[...] a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com a qual essa classe exerce sua dominação através do espaço urbano. Trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. (*Ibidem*, p. 360)

Compreendemos que o poder econômico, que define a posição social, é um fator diferencial no poder de decisão dos indivíduos, classes e grupos sociais sobre o espaço urbano. Dessa forma, a questão da “voluntariedade” e da “involuntariedade” sobre os processos segregadores passa a ser entendida como dialética, já que um processo “involuntário” é consequência do outro processo, “voluntário”. Rolnik (1995), Caldeira (2000), Villaça (2001) e Ribeiro (2004) entendem que essa forma de se segregar nas cidades está associada à detenção, por parte das classes sociais

média e alta, de certos poderes políticos e econômicos que lhes permite modificar e usufruir os espaços da cidade ao mesmo tempo em que podem também se isolar deles, seja pela distância como também por barreira física ou simplesmente por barreiras culturais, como entendido a partir de Foucault.

Greenstein, Sabatini e Smolka (2000), por sua vez, observam existir relações de oferta e demanda que relacionam a segregação voluntária às práticas do mercado imobiliário.

A segregação voluntária se converteu em uma nova força, com a proliferação de urbanizações difusas tanto no hemisfério norte como no sul. Esta tendência parece ter várias motivações, entre elas os da lei da oferta e da procura. Quanto à procura, os habitantes talvez se sintam atraídos pela percepção de segurança ou por um novo estilo de vida. ¹⁵ (*Ibidem*, p. 330, tradução nossa)

Esse direcionamento pode ser dado de diversas maneiras: por meio de discursos publicitários de promoção da segurança em espaços condominiais, alimentados pelo aumento da sensação de insegurança proporcionado pela maior circulação de informações e pela mídia sensacionalista, ou mesmo pelo *status* associado a modos de vida, à modernidade e à qualidade de vida com seus respectivos símbolos de consumo, como o automóvel, o jardim, a casa própria com padrões estéticos mercantilizados, entre outros.

O que chamamos de segregação involuntária, por sua vez, é uma consequência da segregação voluntária sobre as classes sociais mais baixas. Peter Marcuse (2004) alerta para o fato que a autosegregação de uns impõe limitações a outros de exercerem seu poder e direito de escolha, principalmente quanto à apropriação do espaço urbano (MARCUSE *Apud* CALDER; GREENSTEIN, 2001, p.324). Essa forma de autosegregação é chamada por Marcuse (2004) de “enclave excludente”:

Um *enclave excludente* (*exclusionary enclave*) é uma área de concentração espacial na qual os membros de um determinado grupo populacional, definido por sua posição de superioridade em termos de poder, riqueza ou status em relação a seus vizinhos, aglomeram-se de modo a proteger essa posição. (*Ibidem*, p. 25)

¹⁵La segregación voluntaria se ha convertido en una nueva fuerza, con la proliferación de urbanizaciones enrejadas tanto en el hemisferio norte como en el sur. Esta tendencia parece tener varios motivos, entre ellos los factores de la oferta y la demanda. En cuanto a la demanda, los residentes tal vez se sientan atraídos por la percepción de seguridad o por un nuevo estilo de vida. (GREENSTEIN, SABATINI, SMOLKA, 2000, p. 330)

A segregação involuntária dos excluídos socialmente é classificada por Villaça (2001) não só como involuntária, mas também impeditiva. Como a segregação é resultante da luta de classes, aquelas classes que detêm maior poder político ou econômico segregam-se voluntariamente e impedem outros de ocupar seus espaços, segregando-os por consequência. Villaça (2001, p. 147-148) entende que não há “duas” segregações, mas na realidade uma apenas, voluntária, que ocasiona a segunda, involuntária para os excluídos.

De modo análogo, Greenstein, Sabatini e Smolka (2000) apontam que a principal consequência da segregação espacial é a limitação de oportunidades aos cidadãos de áreas desfavorecidas. De fato, quando há segregação involuntária, há maior deficiência nos serviços públicos. Segundo eles, a ausência ou ineficiência da educação nessas localidades é a base geradora dos demais problemas:

A combinação de segregação residencial por classes e por grupos raciais ou étnicos, e a distribuição espacial desigual de escolas de qualidade traz como consequência assentamentos pobres nos casos urbanos onde as crianças frequentam escolas de baixa qualidade, o que por sua vez lhes limita suas oportunidades para o futuro.¹⁶ (*Ibidem*, p. 331, tradução nossa)

Essa forma de segregação involuntária, que ocorre de maneira sutil pela coerção, é encoberta por mecanismos culturais explorados pelo mercado. Por isso, são dificilmente entendidos como segregadores, principalmente num contexto de massificação e alienação da sociedade pós-industrial.

Além dos mecanismos sutis de segregação, Greenstein, Sabatini e Smolka (2000) nos lembram também dos mecanismos mais explícitos e diretos de criação da segregação, como as remoções e a própria legislação:

São numerosas e variadas as forças que contribuem à segregação espacial. As leis de *apartheid* da África do Sul foram um caso extremo de segregação espacial em larga escala aprovadas pelo governo. Outros casos despertaram menos interesse internacional, como por exemplo, a destruição dos casebres conduzida pelo governo brasileiro na década de 1960, que obrigou aos cidadãos pobres se refugiarem em outras áreas segregadas. [...] Ainda que as remoções dos governos e os instrumentos legislativos sejam mecanismos explícitos para gerar segregação urbana, também se

¹⁶ *La combinación de segregación residencial por clase y por grupos raciales o étnicos y la distribución espacial desigual de escuelas de calidad trae como consecuencia enclaves pobres en los casos urbanos donde los niños asisten a escuelas deficientes, lo que a su vez limita sus oportunidades para el futuro.* (GREENSTEIN, SABATINI, SMOLKA, 2000, p. 331)

usam modos mais sutis para criá-la ou impô-la.¹⁷ (*Ibidem*, p. 329-30, tradução nossa)

Marcuse (2004) nos alerta a buscar identificar entre as formas de segregação voluntária e involuntária, aquelas que, na verdade, são “socialmente aceitáveis” e as que são “indesejáveis”. (*Ibidem*, p. 24)

Ao entendermos, portanto, a partir dos autores estudados, que a segregação involuntária é indesejável por ser antidemocrática, ao não permitir igualdade entre os indivíduos na apropriação do espaço urbano e por promover a exclusão social, ou seja, a supressão dos direitos e da liberdade de escolha, devemos rever um ponto do entendimento inicial quanto à segregação voluntária. Podemos considerar que, quando o indivíduo se “autossegrega”, não há exclusão de fato, no sentido da supressão da liberdade de escolha sobre o espaço urbano, já que os que se “segregam voluntariamente” o fazem por opção. Se há supressão da liberdade, essa se dá por fatores ideológicos, ao se abraçar discursos publicitários sem um espírito crítico sobre possíveis manipulações dos desejos e necessidades coletivas por interesses mercadológicos.

Por fim, identificamos que para se compreender a segregação socioespacial no Brasil, é importante conhecer a história da formação urbana do país e sua relação com as desigualdades sociais existentes. De modo geral, a constituição da segregação socioespacial nas cidades brasileiras pode ser feita a partir dos seguintes aspectos:

- associada diretamente à produção da exclusão social no país, cujas diferenças se observam tanto entre indivíduos como entre os grupos sociais distintos, diferenciados prioritariamente por suas características socioeconômicas (idade, gênero, renda individual ou familiar, patrimônio e escolaridade dos pais e dos indivíduos, e consequente maior ou menor acesso a oportunidades de desenvolvimento humano e cidadão);

¹⁷*Son numerosas y variadas las fuerzas que contribuyen a la segregación espacial. Las leyes de apartheid en Sudáfrica fueron un caso extremo de segregación espacial a gran escala aprobada por el gobierno. Otros casos han despertado menos interés internacional, como por ejemplo la destrucción de casuchas emprendidas por el gobierno brasileño en los años sesenta, que hizo que los habitantes pobres se refugiaran en otras zonas segregadas. [...] Aunque los desalojos de los gobiernos y los esquemas legislativos son mecanismos explícitos para generar segregación urbana, igualmente se han usado modalidades más sutiles para crearla o imponerla.* (GREENSTEIN, SABATINI, SMOLKA, 2000, p. 329-30)

- associada a um Estado ineficiente, inerte e burocrático, ligada à lógica de manutenção de poder, fortemente ligada a classes sociais mais elevadas, e portanto, caracterizada pela ausência de interesses de uso dos recursos públicos no fornecimento dos serviços e distribuição igualitária dos resultados;
- associada à relação entre economia e espaço, cujo fator de localização geográfica em relação ao centro induz o interesse econômico interferindo no acesso, de outras áreas menos favorecidas, às políticas públicas pelo seu isolamento em relação às cidades existentes.

Os principais conceitos necessários à compreensão da segregação estão, portanto, relacionados aos aspectos socioeconômicos e às condições físico-territoriais em que se conformam os espaços urbanos estudados, sem deixar de lado os aspectos políticos da organização da sociedade e das políticas públicas implantadas. Abraçaremos, principalmente, as definições dadas por Marcuse (2004), por observarmos empiricamente que o conceito mais restritivo dado por ele ao termo “segregação” já tem sido usado no Brasil. O termo é comumente utilizado pelos pesquisadores e pela população em geral associado ao processo involuntário de produção de guetos e não ao de enclaves fortificados ou cidadelas.

1.2.Aspectos da segregação na contemporaneidade

Abascal (2005), ao conceituar a cidade contemporânea e suas representações, observa que:

Mobilidade e fluxos configuram imagens paradigmáticas de redes digitais e aceleração, que se concretizam com a ênfase e os investimentos em infraestrutura e interconexões de massa. A preponderância dos fluxos, de informações, pessoas ou mercadorias em redes cuja máxima função reside na aceleração logística do sistema territorial e econômico, parece colidir com a lógica tradicional dos lugares e com o discurso da identidade.

[...] representação nasce com a modernidade e se estende à pós-modernidade [*grifo nosso*] como uma síntese do sistema por meio do qual a sociedade constrói a imagem de si mesma e de suas relações com o espaço e o território. A vida contemporânea torna-se acirradamente urbana, e expressa a coexistência das diversidades e das desigualdades. [*grifo nosso*] (ABASCAL, 2005)

Partimos de tal citação, pois esta sintetiza, em parte, muitos dos elementos que compõem nosso entendimento atual sobre a cidade contemporânea. A chave para

constituir essa compreensão passa pela ideia de sociedade pós-moderna, como ela se estrutura e vem a conformar as características das cidades atuais.

A pós-modernidade, como estudado por Harvey (2000), refere-se ao pensamento ideológico vigente no mundo capitalista a partir da segunda metade do século XX, o qual, segundo alguns pesquisadores, contribuiu para consolidar a sociedade de consumo e acentuar as desigualdades existentes a nível global. Advém após a emergência da sociedade industrial moderna, compondo um capitalismo de redes e de produção econômica global.

Ileide A. Fontenelle (*Apud WILLIAMS, 2007, p. 439-43*) entende a sociedade de consumo como a vinculação dos “produtos comercializados em massa a vitrines sedutoras e imaginários e sonho”, ou seja, “um modo de consumir” que vai “além da mera utilidade do produto”. Na contemporaneidade, “os produtos fabricados em massa” se atrelam “a significados culturais veiculados por anúncios comerciais” ou seja, se agrega o “valor satisfação” ao produto. Segundo a autora, o termo origina-se nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX e tem em:

[...] Edward Bernays, sobrinho do psicanalista vienense Sigmund Freud [...] figura central na construção desse novo modo cultural que apelava para as motivações irracionais, para os fantasmas e desejos de toda uma sociedade. (*Apud WILLIAMS, 2007, p. 439-43*)

Segundo Fontenelle (*Apud WILLIAMS, 2007, p. 439-43*), “a cultura de consumo reinventou a noção de desejo criada por Freud e pode ser caracterizada como a produção de uma subjetividade baseada na insatisfação.” A expansão da cultura de consumo, porém, acontece apenas a partir da década de 1960:

[...] quando os avanços tecnológicos permitiram, de um lado, um aumento na produtividade – e conseqüentemente, produtos cada vez mais acessíveis e indiferenciados em termos de preço e qualidade – e, de outro, o surgimento de novos meios de comunicação de massa, entre eles, o principal: a televisão. (*Apud WILLIAMS, 2007, p. 439-43*)

As duas últimas décadas do século XX, com novos avanços nas tecnologias de transporte e informação, trazem a consolidação da cultura de consumo. David Harvey (2000), em 1989, analisa as condições da pós-modernidade que se desenvolviam nas décadas anteriores. Estuda os conceitos de modernidade, modernismo e pós-modernismo, as transformações político-econômicas a partir da década de 1960 e os resultados na cultura contemporânea, com especial atenção

dada à produção do espaço nesse período. Nesse contexto, o autor busca os elementos que nos ajudam a compreender o conceito de pós-modernidade, não como linguagem estética apenas, mas também como parte do pensamento e do modo de viver do homem contemporâneo:

Façamos o que fizermos com o conceito, não devemos ler o pós-modernismo como uma corrente artística autônoma; seu enraizamento na vida cotidiana é uma das suas características mais patentemente claras. (HARVEY, 2000, p. 65)

No cenário político e econômico, Harvey (2000) associa as mudanças do modernismo ao pós-modernismo à decadência do Fordismo e das políticas keynesianas, causadas, em parte, pela dificuldade das empresas e governos de se adaptarem às mudanças socioculturais ocorridas no Pós-II Guerra Mundial, marco histórico das mudanças que se observarão durante o restante do século, contrapondo à esperança nascida pelos avanços tecnológicos e científicos dos séculos anteriores, vistos como grandes avanços para humanidade. O sentimento positivo trazido pelo desenvolvimento da “era da máquina” é confrontado com a realidade posta pelo uso da tecnologia de forma desumana:

O século XX – com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki – certamente deitou por terra esse otimismo. Pior ainda, há a suspeita de que o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca pela emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana. (*Ibidem*, p. 23)

Ambas as ideologias (Fordismo e Keynesianismo), de forte relação com o modernismo, eram funcionais, racionais e cartesianas, portanto, bastante “rígidas”, o que gerou parte dos conflitos trabalhistas do final da década de 1960 e início da década de 1970. (HARVEY, 2000, p. 135) Essa fase de tensão será substituída por novas formas de reestruturação capitalista, com reflexos nos processos produtivos, mercados de trabalho e novos padrões de consumo: o que o autor chama de “acumulação flexível”. (HARVEY, 2000, p. 140)

O capitalismo industrial passa a explorar não mais a grande produção e a estandardização/padronização de produtos, buscando economia de escala (como no período modernista), mas buscam a diferenciação dos produtos de forma a se

alcançar nichos especializados de mercado, e/ou a incorporar valores subjetivos aos produtos de forma a superar a concorrência. Como explica Bagnasco (2003):

A abertura interacional dos mercados, mercados mais instáveis, mudanças culturais em direção ao consumo menos padronizado, resistências ao trabalho segmentado em grandes fábricas, fora acrescentada pelos sindicatos, novas tecnologias de produção colocaram em luz a rigidez e os custos da velha organização e solicitaram estratégias e estruturas organizativas descentralizadas.¹⁸
(BAGNASCO, 2003, p. 29, tradução nossa)

Esta necessidade por flexibilização e descentralização econômica insere-se também num contexto de grandes tensões políticas, sociais e culturais, e de importantes avanços nas telecomunicações e transportes. A descentralização se dá, inicialmente, através de pequenas empresas trabalhando em rede, mas posteriormente, passa a ser pela separação entre o setor produtivo e o gerencial das empresas multinacionais. Tal forma de organização industrial faz com que a produção desloque-se pelo globo à procura de territórios que lhes imprimam menores custos, seja por benefícios fiscais, seja pelo custo da mão-de-obra, que lhes tragam vantagens competitivas, mesmo considerando custos de implantação, manutenção e de transporte, os quais têm se reduzido ao longo do tempo pelos avanços tecnológicos citados. Promove-se, assim, a consolidação da globalização econômica, da desregulação dos mercados, da chamada *new economy*. (BAGNASCO, 2003, p. 34-5).

O termo globalização é entendido por Alex Fiúza de Mello (*Apud WILLIAMS, 2007, p. 429-31*) como um processo ocorrido nas duas últimas décadas do século XX (a partir do final da Segunda Guerra Mundial, como observa Eric Hobsbawm, em “Era dos Extremos”) “graças aos efeitos interativos dos impactos tecnológicos da microeletrônica” e ao “novo ciclo de expansão da produção e do mercado” (MELLO, *Apud WILLIAMS, 2007, p. 429*) que faz o capitalismo alcançar:

[...] um novo patamar de ordenamento da vida social, institucionalmente articulado em plano supranacional [...] que, para se firmar, impõe a desregulamentação dos mercados de trabalho e a revisão dos estatutos tradicionais dos Estados Nacionais com vistas numa maior flexibilização do movimento transfronteiras dos investimentos lucrativos. (MELLO *Apud WILLIAMS, 2007, p. 429*)

¹⁸ *L'apertura Internazionale dei mercati, mercati più instabili, mutamenti culturali verso consumi meno standardizzabili, resistenze al lavoro parcellizzato in grandi fabbriche, forza accresciuta dei sindacati, nuove tecnologie di produzione hanno messo in luce rigidità e costi della vecchia organizzazione, e sollecitato strategie e strutture organizzative decentrate.* (BAGNASCO, 2003, p. 28)

Alguns autores, como Bagnasco (2003), observam que apesar do cenário positivo para as empresas que atuam nos mercados mundiais, essa nova economia encontra dificuldade de enfrentar as questões contemporâneas, a nível global e à escala do espaço local, causando aumento das desigualdades sociais, principalmente nas grandes metrópoles dos países subdesenvolvidos.

A tendência da nova economia desregulada à formação de desigualdades sociais se manifesta em qualquer lugar na forma de problemas espaciais: no estado das grandes metrópoles subdesenvolvidas.¹⁹ (*Ibidem*, p. 113, tradução nossa)

Os meios de transporte e as tecnologias de informação favorecem a globalização econômica, por tornar mais eficiente e veloz os fluxos de pessoas, produtos e capitais. O grande avanço dos meios de comunicação, inicialmente a TV, e posteriormente a internet, passam a promover o *marketing* dos produtos, a exploração dos valores subjetivos intrínsecos ou agregados a eles, diferenciando e diversificando o mercado.

Essa esse aspecto das sociedades contemporâneas, tanto as capitalistas quanto as socialistas, que valorizam e incentivam a alienação e a ilusão através da construção estruturada de ícones, imagens e signos ideológicos pré-estabelecidos como forma de dominação cultural, é o que chamamos de “sociedade do espetáculo”. Esse conceito, formulado pelo escritor francês Guy Debord (1931-1994) na década de 1960, bem como o da sociedade de consumo, se consolidam nas últimas décadas do século XX. (HARVEY, 2000; MONTANARI, MASSARENTE, 2003; FORNI, 2003). Como observa Harvey (2000) a respeito desse aspecto da sociedade pós-moderna:

Causa pouca surpresa que [...] na era da televisão de massa, tenha surgido um apego antes às superfícies do que às raízes, à colagem em vez do trabalho em profundidade, a imagens citadas superpostas e não às superfícies trabalhadas, a um sentido de tempo e de espaço decaído em lugar do artefato cultural solidamente realizado. [...] a televisão é ela mesma um produto do capitalismo avançado e, como tal, tem de ser vista no contexto da promoção de uma cultura do consumismo. Isso dirige a nossa atenção para a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista. (HARVEY, 2000 p. 63-4)

¹⁹ *La tendenza della nuova economia deregolata alla formazione di disuguaglianza sociale si manifesta anche ovunque in forme e problema spaziali: lo stato delle grandi metropoli del sottosviluppo.* (BAGNASCO, 2003, p. 113)

Enquanto o modernismo produzia alienação e paranoia, como expresso no filme “*Modern Times*” / “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin (1936), Harvey (2000) entende que é, a partir da fragmentação da sociedade e das linguagens e discursos desconectados da realidade, que a pós-modernidade produz, metaforicamente, “esquizofrenia coletiva”:

O caráter imediato dos eventos, o sensacionalismo do espetáculo (político, científico, militar, bem como de diversão) se tornam a matéria de que a consciência é forjada. (*Ibidem*, p. 56-67)

Saskia Sassen (1998), por sua vez, observa que além de compor as bases para a construção da nova sociedade do século XXI, o processo de globalização da segunda metade do século XX também possui reflexos consequenciais na vida urbana. As cidades, assim como as empresas, se transformam em agentes de atuação direta na economia global, passando a agir acima das estruturas nacionais e de governo, organizando-se de forma estruturada, possuindo uma função específica nesse modo de estruturação em rede. Dessa forma, a economia passa a funcionar agora em escala mundial, e não mais na escala intranacional (SASSEN, 1998). Como destaca Abascal (2005):

A partir da década de noventa do século findo, assistiram os principais centros urbanos uma expansão intensa do caráter metropolitano, revelando transformações ocorridas no curto intervalo de tempo dos anos 80 e 90.

Presenciou-se a um processo de crescimento difuso em direção às regiões em que se integram, evidenciando uma fluidez ou dissolução dos limites urbanos. A cidade passou a configurar um nó num sistema em rede ou de fluxos. (ABASCAL, 2005)

As cidades passam a se ajustar de forma a ocupar melhores posições nessa nova configuração em rede, reorganizando suas estruturas produtivas e o mercado de trabalho, tendendo à priorização dos setores de serviço em detrimento das atividades industriais, a qual dota a cidade de maiores competências na disputa pelos posicionamentos gerenciais dessa economia mundial. A especialização das atividades produtivas irá configurar as características das cidades nesse novo cenário global, dividindo não mais o mercado de trabalho, mas a própria rede urbana, constituindo algumas cidades centros de decisão e outras polos produtivos. (SASSEN, 1998)

Na escala urbana, os setores produtivos das indústrias deslocam-se dos centros mais importantes, mais estruturados e qualificados àqueles cuja mão-de-obra é mais

barata, usufruindo das vantagens que as novas tecnologias da informação proporcionam, permitindo o comando das atividades produtivas a longas distâncias em relação aos centros gerenciais. Esse fenômeno é conhecido como desindustrialização. (MONTANARI, MASSARENTE, 2003; FORNI, 2003)

[...] áreas tradicionalmente industriais ou portuárias se fizeram degradadas, tornando-se obsoletas ou em processo de abandono e descaracterização. (ABASCAL, 2005)

O reflexo, na escala intraurbana das principais cidades de primeira industrialização, é percebido pela grande quantidade de vazios urbanos ou de edifícios industriais abandonados, deixados para trás após a expansão em escala global das empresas. Isso se dá pela descentralização das atividades na escala intraurbana, que também contagiara os usos institucionais e residenciais. Com as facilidades de comunicação de longa distância e os incentivos ao uso do veículo individual, tais atividades irão ceder às pressões imobiliárias de criação de novas áreas de expansão de mercado. Tais atividades irão se difundir em direção, de início, aos novos centros ou aos centros expandidos, e mais recentemente às áreas metropolitanas, num processo de suburbanização, ou de difusão urbana, conhecido também por *urban sprawl*. (MONTANARI, MASSARENTE, 2003; FORNI, 2003)

Essa expansão urbana, fenômeno também presente nos principais centros industriais do Brasil, é descrito da seguinte maneira por Raquel Rolnik (1995):

[...] se estende ao infinito, não circunscreve nada senão sua potência devoradora de expansão e circulação. Ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender-se de inimigos internos e externos, a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios. (*Ibidem*, p. 08-09)

Essa expansão horizontal das cidades, mesmo ocorrendo em menor grau e profundidade na América Latina se comparado aos Estados Unidos, terá como consequências o aumento do *déficit* da infraestrutura e, principalmente, o agravamento da segregação socioespacial.

Temos também a desvalorização das áreas centrais como resultado direto desse processo, pela degradação que ocorrerá com o passar do tempo causada pelo esvaziamento, demandando posteriormente uma grande soma de investimentos públicos e privados para a requalificação desses espaços. Tal processo irá se

estender por décadas, surgindo inicialmente nas cidades de primeira industrialização, mas de modo semelhante também nas áreas industriais de países periféricos, em menor escala posteriormente.

Ao observar os processos urbanos ocasionados pelas mudanças na estrutura político-econômica durante o século XX, Harvey (2000) explica as diferenças entre modernismo e pós-modernismo na cidade. Como Jane Jacobs (2011), Harvey (2000) destaca o caráter generalista do urbanismo e da arquitetura moderna:

No campo da arquitetura e do projeto urbano, considero o pós-modernismo no sentido amplo como uma ruptura com a ideia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em *planos* urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada (as superfícies “funcionalistas” austeras do modernismo de “estilo internacional”). (HARVEY, 2000, p. 69)

O pragmatismo e a objetividade eram extremamente necessários no contexto do modernismo racionalista, mas não fazem mais sentido nem para o arquiteto urbanista orgânico nem para a cidade pós-moderna. Lefebvre (2004, p. 73) observa como o modernismo e a racionalidade industrial são pragmáticos, excessivamente analíticos, enquanto a racionalidade urbana e suas especificidades são dialéticas. Nesse sentido, conflito está na ordem dos embates ideológicos entre o pensamento de Jane Jacobs (2011) sobre os valores sociais existentes nas cidades e a prática urbanística rodoviarista de Robert Moses²⁰. Como resultado, o pensamento e as práticas pós-modernas emergem e ganham força, como observa Harvey (2000):

O pós-modernismo cultiva, em vez disso, um conceito de tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros.
[...]

Enquanto os modernistas veem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social, os pós-modernistas o veem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução

²⁰ Robert Moses (1888-1891) foi o “*master builder*” (planejador e construtor) novaiorquino, responsável por grande parte das obras de estruturação viária da cidade nas décadas de 1950, reproduzindo a cultura do automóvel e a forte insensibilidade que existia à época para com o tecido social e urbano existentes. Por muitos, considerado o Barão de Haussmann de NY, encontrou forte oposição na jornalista e ativista Jane Jacobs a partir dos anos 1960.

da intemporalidade e da beleza “desinteressada” como fins em si mesmas. (*Ibidem*, p. 69)

A linguagem cultural da modernidade, porém, parece ocorrer em um período em que o homem é mais engajado ideologicamente, enquanto que a linguagem da pós-modernidade é direcionada à luta para se identificar o olhar subjetivo de quem produz a cidade para as pessoas. Mas na pós-modernidade temos, em paralelo, a “sociedade do consumo” e o “desinteresse” como marcas predominantes do comportamento humano massificado, os quais nos parecem ser utilizados para condução das necessidades do capitalismo no período.

Aliando-se os processos de desindustrialização e degradação das áreas centrais ao debate cultural relativo ao pensamento pós-moderno e à produção do espaço urbano, Harvey (2000) analisa as intervenções necessárias à requalificação dos espaços urbanos degradados ou em processo de degradação. O autor observa que os projetistas se utilizarão dos signos estéticos da história da arquitetura²¹ para construir o discurso justificativo de se resgatar a “identidade” de um espaço urbano, mesmo compondo cenários estéreis formados por “falsos históricos” arquitetônicos. Essa prática buscava, através dos projetos de requalificação, tornar o espaço urbano esteticamente adequado à atração dos fluxos de pessoas e capital, e através de práticas conhecidas como *city marketing*, inseri-la nessa economia global fortemente caracterizada pela concorrência entre as cidades.

Rejeitando a ideia de progresso, o pós-modernismo abandona todo sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto do presente. A arquitetura pós-moderna, por exemplo, pega partes e pedaços do passado de maneira bem eclética e os combina à vontade. (*Ibidem*, p. 58)

Harvey (2000) reforça a conexão entre linguagem estética e interesses econômicos, vista claramente por ele nos grandes projetos de intervenção urbana:

Esses movimentos vanguardistas [projeto modernista de transformação social] tinham uma forte fé em seus próprios objetivos e uma imensa crença em novas tecnologias. A aproximação entre a cultura popular e a produção cultural do período contemporâneo, embora dependa muito de novas tecnologias de comunicação, parece carecer de todo impulso vanguardista e revolucionário, levando muito a acusar o pós-modernismo de uma simples e direta

²¹ Como também observado por Charles Jencks ao estudar a linguagem pós-moderna.

rendição à mercadificação, à comercialização e ao mercado. (*Ibidem*, p. 62)

No contexto urbano pós-moderno, Harvey (2000) observa a crítica à sociedade moderna e, em especial, à cidade racional e mecanizada, como a desenvolvida por Jane Jacobs na década de 1960, corroborada no campo da arquitetura por Charles Jencks²², na década de 1970. Nas palavras de Harvey (2000):

Era hora, diziam os autores, de construir para as pessoas, e não para o Homem. As torres de vidro, os blocos de concreto e as lajes de aço que pareciam destinadas a dominar todas as paisagens urbanas de Paris a Tóquio e do Rio a Montreal, denunciando todo ornamento como crime, todo individualismo como sentimentalismo e todo romantismo como *kitsch*, foram progressivamente sendo substituídos por blocos-torre ornamentados, praças medievais e vilas de pesca de imitação, habitações projetadas para as necessidades dos habitantes, fábricas e armazéns renovados e paisagens de toda espécie reabilitadas, tudo em nome da defesa de um ambiente urbano mais “satisfatório”. (*Ibidem*, p. 45)

Ao mesmo tempo, porém, que a crítica pós-moderna à frieza, a alienação e a rigidez da modernidade é bem-vinda como forma de “humanizar” a arquitetura e o urbanismo, também se acrescenta a essa a preocupação com o que o pós-moderno traz às cidades: o extremo oposto de um pêndulo que agora se caracterizará pela completa flexibilização dos valores, os quais sem raízes de sustentação passam a ser explorados economicamente. As forças econômicas e produtivas criam e recriam necessidades, através de significados simbólicos e imagens artificiais a serem adquiridas/consumidas. (HARVEY, 2000; MONTANARI, MASSARENTE, 2003; FORNI, 2003)

Ao analisar, assim, a mudança cultura promovida pelos novos conceitos ideológicos e sua relação com a reestruturação político-econômica do período, Harvey (2000) nos alerta para os resultados na produção do espaço, definindo os adjetivos que irão melhor caracterizar o pensamento urbanístico da pós-modernidade:

[...] o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo, e do caótico [...]. (*Ibidem*, p. 49)

David Harvey (2000) apresenta em seu trabalho, pouco a pouco, as características mais marcantes e presentes, nas diversas cidades do mundo (mesmo que em

²² Jencks, C. (1984): *The language of post modern architecture*. Londres. (*Apud* HARVEY, 2000, p. 330)

momentos distintos), dessas novas características de sociedade compreendida pelo conceito de “pós-modernidade”, as quais pretendemos sintetizar da seguinte forma:

- a cidade passa a ser vista como uma cidade-mercado ou um espaço de apropriação dos mercados econômicos, principalmente do imobiliário, compondo-se em espaços com valor monetário atribuído a partir do seu poder de atração ou rejeição;
- a gestão das cidades, no novo contexto, está entregue à competição global entre cidades, as quais devem promover um sistema socioeconômico capaz de atrair investimentos a partir do fluxo de capitais internacional;
- a renovação urbanística passa a ser utilizada como forma de reproduzir valores econômicos através da estruturação do espaço, dinamizando as atividades turísticas e imobiliárias das cidades. Costuma estar associada a grandes obras arquitetônicas e a ações de promoção das cidades (*city marketing*) em torno da imagem destas, muitas vezes no contexto de grandes eventos para criação de vantagens competitivas que as insiram nos ciclos do capital internacional;
- descontrola com relação aos impactos de tais investimentos, os quais pelo seu padrão de consumo internacional não consegue promover uma mescla social traduzida na apropriação do espaço por todas as camadas sociais, em parte pelas escolhas estético-arquitetônicas bilionárias e arrojadas, portanto, elitistas e excludentes;
- continuidade nos investimentos em infraestrutura, principalmente de transporte e comunicação, sob o discurso do desenvolvimento, mas fortalecendo setores específicos da economia, e suas classes sociais correspondentes, sem o adequado e equivalente investimento nas cidades e na população de forma equilibrada;
- indução ao processo de gentrificação, causada pela valorização imobiliária e conseqüente pressão sobre as populações e atividades econômicas tradicionais de menor porte e renda.

A gentrificação torna-se uma das características mais marcantes do urbanismo contemporâneo, bem como uma de suas maiores preocupações. Diz respeito à

“transformação que sofrem áreas requalificadas quando um fluxo de habitantes da classe média ou alta muda-se para áreas antes degradadas ocupadas por residentes mais pobres.” (COSTA, 2005). O resultado desse processo, segundo o olhar de Jane Jacobs (2011), é descrito a seguir:

Os programas de revitalização, que buscam principalmente preservar edifícios e ocasionalmente ajudar algumas pessoas, mas espalham o restante dos moradores, têm praticamente o mesmo efeito – assim como os empreendimentos concentrados da iniciativa privada, que lucram rapidamente com a valorização criada pela estabilidade de determinado bairro.” (*Ibidem*, p. 150)

Na América Latina, esse cenário possui ainda um agravante político. A partir da década de 1980, quando ocorrem os processos de redemocratização gradativa de cada um desses países, o continente é marcado pelo alinhamento às políticas neoliberais, que ganham força na década de 1990. Nesse período observa-se forte intervenção externa na economia e nas políticas públicas, principalmente após o Consenso de Washington²³ (1989) e as “recomendações” de instituições financeiras supranacionais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional – e o *World Bank* (Banco Mundial), sob o discurso de realização de ajustes macroeconômicos, promovendo forte liberalização e desregulamentação da economia. A contrapartida se dá com a diminuição do Estado com privatizações e redução de investimentos públicos. De fato, o que ocorre é a inserção clara desses países ao alinhamento estrutural da econômica internacional, conduzidos pela cada vez mais presente globalização dos mercados, que se consolida a partir dos avanços das novas tecnologias de informação. Como consequência disso, alguns autores, como Saskia Sassen (1998, 2014), a nível internacional, e Milton Santos, a nível nacional, alertam para o aumento das desigualdades sociais que a globalização tem promovido, através da crescente concentração de riquezas e exclusão social. E essa parece configurar em uma das principais características das cidades contemporâneas, como observa Abascal (2005):

A cidade contemporânea não é tão somente a dualidade entre lugar e não-lugar, mas urbe que funciona como polo de atração econômica

²³ Consenso de Washington, como ficou conhecido o encontro intitulado “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, ocorrido no ano de 1989 na capital dos Estados Unidos com os principais economistas liberais latino-americanos e representantes do governo dos EUA, do FMI, do World Bank e do BID. Esse encontro, ocorrido durante o período do Reaganismo e Tatcherismo, representou as máximas expressões ideológicas da chamada “cartilha neoliberal”, sendo exigido dos países latino-americanos que buscassem financiamentos dos bancos internacionais. (MADEIRA, 2008)

e cultural. Concentra não apenas massas de populações, mas desigualdades sociais e territoriais. (ABASCAL, 2005)

David Harvey (2012), em entrevista concedida no Brasil em 2012, ao debater a crise internacional naquele momento e as políticas em curso para reverter os problemas causados por esta, acredita que a questão da desigualdade e a questão ambiental são ainda grandes marcas das cidades contemporâneas e, portanto, um dos grandes desafios da globalização ainda não superados. Mas as políticas públicas não têm contribuído para isso. Ao contrário, têm aumentado a exclusão social até mesmo nos países mais ricos e desenvolvidos²⁴.

As grandes questões que restam por serem resolvidas: desigualdade social e degradação ambiental. Se você se perguntar o que essas políticas em curso realmente resolvem, a resposta é que elas solucionam a situação de uma casta capitalista, cada vez mais minoritária, que acumula grandes riquezas às custas dos demais. Desse ponto de vista, foram um grande sucesso. Mesmo nesta crise, muitos conseguiram acumular mais riqueza. A riqueza se tornou ainda mais concentrada e o poder também. [grifo nosso] [...] É o que o movimento do *Ocupar Wall Street* chama de “política do 1%”. (HARVEY, 2012, p. 17)

No espaço urbano podemos perceber também os reflexos desse processo. Sassen (2014), em sua mais recente obra²⁵, nos apresenta seus estudos sobre o que ela chama de “novo mercado de terras” no contexto global e nos alerta:

[...] países ricos, empresas globais e organizações internacionais têm, há tempos, conspirado para enfraquecer os países pobres, especificamente para permitir a aquisição de terras. Extraio isso da história recente [...] a qual se inicia na década de 1980 com os programas de reestruturação, o qual defendo que elas enfraqueciam e empobreciam os governos nacionais²⁶ (*Ibidem*, p. 87, tradução nossa)

[...] a mudança do Keynesianismo para o global, era das privatizações, desregulação, e abertura de fronteiras para alguns, implicou em uma mudança da dinâmica de atração

²⁴ Tese reforçada pelo próprio David Harvey na palestra “Direito à cidade e resistências urbanas”, proferida na cidade de Fortaleza no dia 17 de novembro de 2014, na concha acústica da reitoria da UFC – Universidade Federal do Ceará, promovida pela Boitempo Editora, com o apoio da ADUFC – Associação dos Docentes da UFC – e do LEHAB/UFC – Laboratório de Estudos sobre Habitação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, também da UFC.

²⁵ SASSEN, Saskia. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University, 2014.

²⁶ [...] rich countries, global firms, and international organizations have long conspired to weaken poor countries specifically to enable purchase of land. I am extracting the older history [...] which begins in the 1980s with restructuring programs, and arguing that it weakened and impoverished those national governments. (SASSEN, 2014, p.87)

para uma que expulsa (exclui).²⁷ (*Ibidem*, p. 211, tradução nossa)

No contexto brasileiro, Ribeiro (2004) também observa quais os entraves ao equilíbrio social na nossa história recente, e mesmo com a superação de alguns desses, as desigualdades continuam, em virtude da forte presença da cultura de massa alienante:

[...] o autoritarismo, dificultando a organização social e política; a concentração extremada da renda criando clivagem entre “ricos e pobres”; a ampliação considerável dos meios de comunicação de massa e o seu controle pelas elites, impedindo a formação de consciência social fundada na diferenciação social e produzindo “consensos superficiais e oscilantes, típicos de uma sociedade de massa”. O fim do autoritarismo, o crescimento e o fortalecimento do sindicalismo e das organizações patronais, profissionais e populares nos anos 1980 pouco alteraram esse quadro, pois não incorporaram a grande parte da população das cidades. (*Ibidem*, p. 27)

A questão da violência, como já observado, tende a se agravar nas sociedades contemporâneas em virtude da maior suscetibilidade da população aos discursos midiáticos, que aumentam a sensação de insegurança, refletindo na segregação voluntária da burguesia e nas grandes obras urbanísticas gentrificadoras, resultado da maior influência desta classe social nas políticas e ações do Estado; e também do efetivo aumento da violência real, a partir da acentuação das desigualdades. Nas palavras de Ribeiro (2004):

O clima de insegurança e medo reinante hoje nas cidades participa do processo de desconexão das altas classes médias das funções de mediação, uma vez que incentiva a adoção de comportamentos autodefensivos e individualistas, que são, em último caso, de dessolidarização com os destinos da cidade. Essas práticas estão presentes na busca de modelos segregados de moradia, como os condomínios fechados, verdadeiros “enclaves fortificados” com os quais as altas classes médias pretendem se proteger da “desordem urbana”. Ao mesmo tempo, estão presentes nas novas políticas públicas que expressam a sua super-representação no poder urbano em aliança com os velhos e novos interesses de acumulação urbana. Na ausência da interlocução com os interesses organizados de classes trabalhadoras, a política na cidade traduz hoje a visão das altas classes médias sobre as difusas demandas populares, de um lado, e a articulação dos interesses econômicos dos que lucram com a produção e o uso do espaço urbano, hoje renovado com a entrada dos capitais internacionais na prestação dos serviços de consumo

²⁷ [...] the move from Keynesianism to the global, era of privatizations, desregulation, and open borders for some, entailed a switch from dynamics that brought people in to dynamics that push people out. (SASSEN, 2014, p.211)

coletivo e nas intervenções de renovação urbana, de outro. [...] É o paradoxo da cidade brasileira nesses tempos de globalização: as altas classes médias, ao mesmo tempo que abandonam progressivamente a vida social, continuam no centro da política urbana. (*Ibidem*, p. 31-32)

A consequência é a manutenção da “diferenciação das classes sociais [...] transformada em separações físicas e simbólicas que dificultam a sociabilidade, intensificam a fragmentação das identidades coletivas e inferiorizam certos segmentos sociais” (RIBEIRO, 2004, p. 32).

A segregação mostra-se presente na contemporaneidade quando a sociabilidade perde espaço, promovendo a chamada “sociedade fora do esquadro”. Ao perdermos a capacidade de convívio social, de preocupação e respeito com o outro, perdemos o fundamento de promoção da integração social, crucial à organização da sociedade (BAGNASCO, 2003, p. 70). Nas palavras do autor:

[...] ‘ser fora de esquadro’ [é] uma condição específica das sociedades contemporâneas que diz respeito a problemas de integração, com referência à sua organização espacial.²⁸ (BAGNASCO, 2003, p. 91, tradução nossa)

A organização espacial passa a ser um importante indicador de integração ou de segregação. Na atualidade, porém, o espaço público, ao ser “requalificado” pelo Estado através de grandes obras de reestruturação urbana, acaba por reproduzir mais os interesses das elites do que os interesses coletivos. Sobre isso, Ribeiro (2004) afirma:

A questão urbana também reedita projetos de intervenção urbana com pretensiosos objetivos de integrar as “duas cidades” pela urbanização dos espaços marginais e a reconquista das áreas centrais. [...] No atual urbanismo de ‘melhoramento e embelezamento’, o higienismo cede lugar à estratégia de utilização da imagem da cidade reunificada como vantagem competitiva na atração dos fluxos globais do capital. (*Ibidem*, p. 18)

Por esse motivo, o poder é controlado por uma elite que atua em conjunto com o poder público local nos grandes projetos de reestruturação urbana na área central, aprofundando a segregação espacial vigente. (*Ibidem*, p. 33)

²⁸ [...] ‘essere fuori squadra’ [è] una particolare condizione delle società contemporanee che riguarda problemi di integrazione con riferimento alla loro organizzazione spaziale (BAGNASCO, 2003, p. 91).

A cidade tem sofrido grande impacto devido às transformações sociais e econômicas que descrevemos até aqui, atingindo níveis de alarmante preocupação. As intervenções urbanísticas descontextualizadas, os comportamentos sociais individualistas e consumistas e as lógicas de mercado em concorrência global estão conduzindo as cidades mundiais não ao equilíbrio almejado, mas sim a cidades e sociedades cada vez mais fragmentadas, desequilibradas e desiguais. Todo esse contexto, que tem sido construído desde os primórdios do período do pós-modernismo, culmina numa sociedade extremamente excludente na primeira década do século XXI, não apenas pela manutenção da segregação, mas também pelo contraditório aumento das desigualdades. François Ascher (2010) destaca esse fato ao estudar os novos princípios do urbanismo na contemporaneidade:

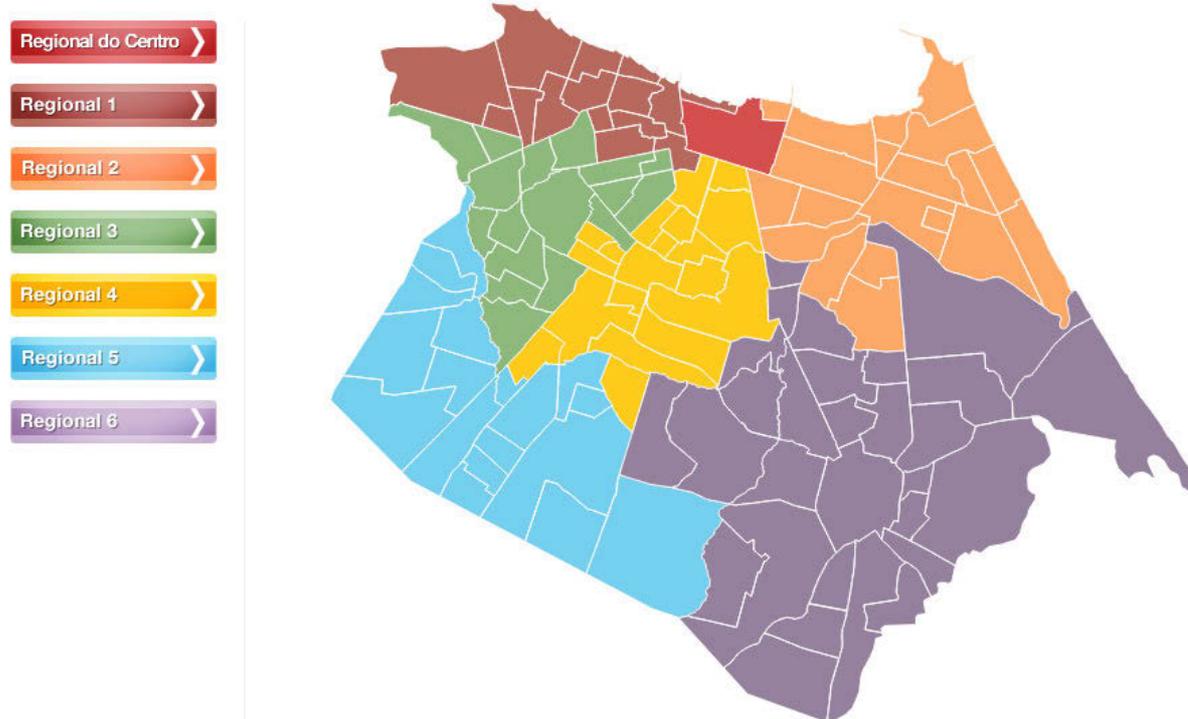
[...] assistimos à emergência de problemas ligados ao desenvolvimento de novas formas de segregação social. Estas são produzidas por diversos fatores. Primeiramente, existe uma tendência de formação de guetos de pobres, [*grifo nosso*] nos quais se agrupam, através de diferentes mecanismos econômicos, sociais e políticos, populações excluídas do desenvolvimento econômico, ou seja, rejeitadas pelas mudanças sociotécnicas. O desenvolvimento dos meios de transporte oferece novas possibilidades de escolha das localizações residenciais, provocando agrupamentos de população em bases que podem ameaçar a coesão social e urbana. Assiste-se assim, em certos países, à formação de bairros privados cercados de muros. Essas tendências à fragmentação social e ao fechamento espacial se somam à tentação de rupturas do pacto social e dos vínculos de solidariedade local e nacional. [...] Por fim, um terceiro processo contribui, de certa forma, para a segregação social: trata-se do aumento da velocidade de deslocamento. [*grifos nossos*] (ASCHER, 2010, p.73-4)

A segregação socioespacial tem se tornado, por conseguinte, uma das principais características das cidades contemporâneas, constituindo-se problema fundamental a ser considerado no planejamento urbano. Não há cidades onde não existam alguma forma de segregação, sendo que elas podem variar de intensidade e complexidade a partir da dimensão, do grau de desenvolvimento social e econômico e do nível de articulação e/ou desarticulação com a rede global de cidades. Fortaleza não foge a essa condição, cujo contexto e formas de segregação consideraremos a seguir.

2. FORTALEZA: FORMAÇÃO E ALGUNS ASPECTOS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ATUALIDADE

A cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, localiza-se na região Nordeste do Brasil, às margens do Oceano Atlântico. Apresenta uma população de 2.571.896 habitantes (estimativa IBGE 2014) em uma área de 314,93 km². Tais números nos dão uma densidade demográfica de 8.166,56 hab/km², a maior do país, seguido pelas cidades de São Paulo (7.387,69 hab/km²), Belo Horizonte (7.167,02 hab/km²), Recife (7.037,61 hab/km²) e Rio de Janeiro (5.265,81 hab/km²). É a maior cidade do Estado e o quinto maior município do Brasil em população. É ainda o centro da oitava maior região metropolitana do país, com uma população de 3.818.380 habitantes (estimativa IBGE 2014). A cidade divide-se hoje em 119 bairros organizados em 07 regiões administrativas (06 Secretarias Regionais e a Secretaria Regional do Centro), conforme indica a FIGURA 2.1.

FIGURA 2.1: Regiões Administrativas da cidade de Fortaleza em 2014

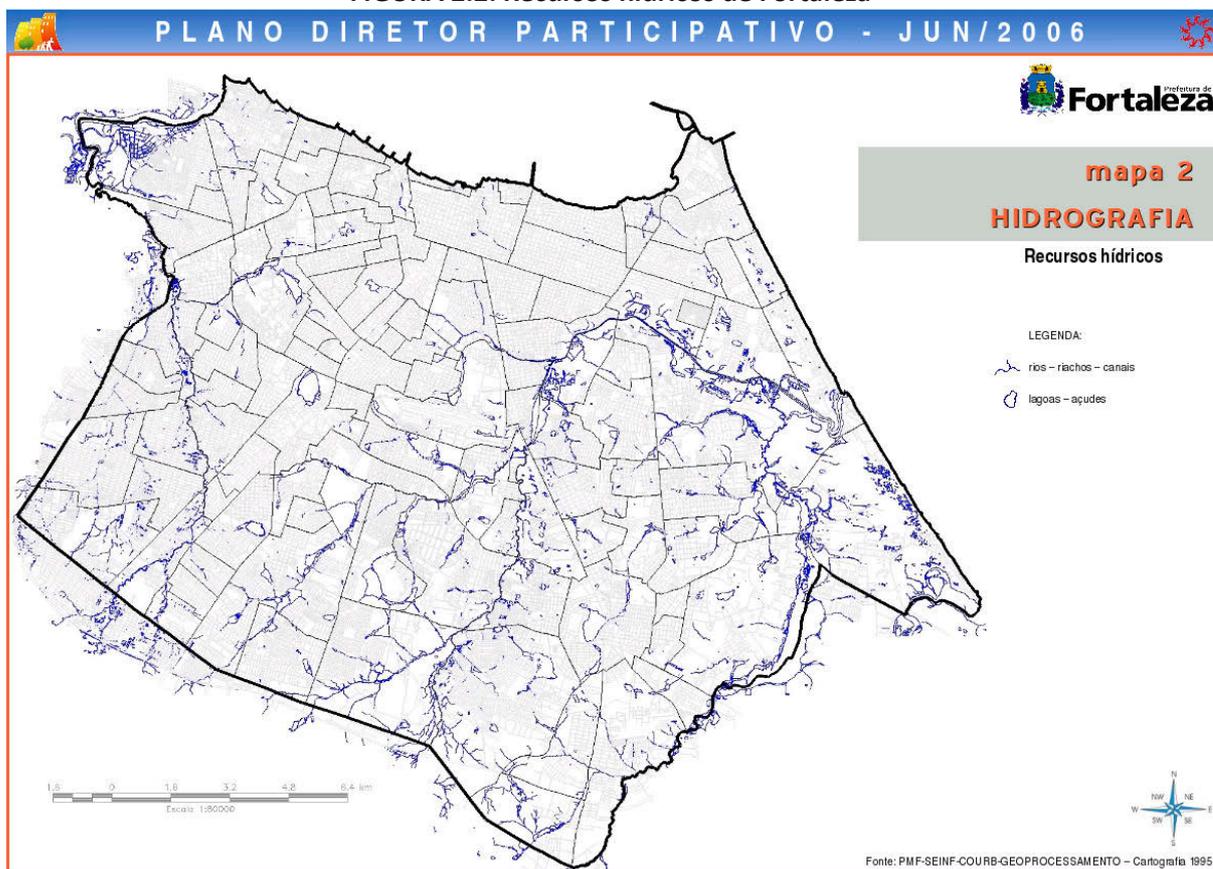


Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza

Localiza-se em região de clima quente, do tipo tropical semiúmido, a menos de 4 graus a sul da Linha do Equador. Sua vegetação é do tipo litorânea, com predominância de mangues e restingas, em relevo suave, de altitude média de 21m, com solo arenoso e forte presença de dunas. Faz parte das bacias hidrográficas do Rio Cocó e do Rio Maranguapinho, além da Vertente Marítima. Possui ainda

inúmeros outros recursos hídricos (FIGURA 2.2), compostos principalmente por riachos (Pajeú, Jacarecanga, Maceió, entre outros) e lagoas (Messejana, Parangaba, Papicu, Mondubim, etc.).

FIGURA 2.2: Recursos hídricos de Fortaleza



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza

Trata-se de uma cidade dinâmica, de forte vocação comercial e turística, de importância e destaque a nível nacional não apenas em virtude do seu porte, mas por se configurar num dos principais centros regionais do país (FIGURA 2.3).

Fortaleza vivenciou diferentes fases em seu desenvolvimento urbano. Se observarmos o estudo de Teresa Caldeira (2000) sobre os “enclaves fortificados”²⁹ na cidade de São Paulo, encontramos grandes semelhanças com Fortaleza e outras cidades brasileiras. Os termos “cidade concentrada” e “centro-periferia” usados por Caldeira (2000) em suas análises sobre São Paulo, também servem para designar a primeira e segunda fases do desenvolvimento urbano de Fortaleza, guardando as devidas particularidades dos seus distintos processos históricos e socioeconômicos.

²⁹ Os “enclaves fortificados”, entendidos por Caldeira como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho” (CALDEIRA, 2000, p. 211) têm representado um novo padrão da segregação voluntária em diversas cidades do mundo, daí a importância de sua obra e estudos a respeito.

FIGURA 2.3: Cenários da cidade de Fortaleza na atualidade



Fonte: André Almeida

Para a terceira fase³⁰, que Caldeira (2000) identifica como “fragmentadas”, tal qual Harvey (2000), utilizaremos o termo “cidade contemporânea”. Essa fase corresponde, em Fortaleza, ao período de desenvolvimento urbano ocorrido a partir da década de 1990, e por ser o foco principal deste trabalho consideramos que o termo contemporâneo é mais adequado. Caldeira (2000) explica cada conceito:

[...] cidade concentrada [grifo nosso] [...] os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipo de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia [grifo nosso] [...]. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma [grifo nosso] vem se configurando [...] e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão cada vez mais próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. (*Ibidem*, p. 211)

Alguns autores apontam que o desenvolvimento econômico da cidade de Fortaleza apresenta poucos reflexos na melhoria da qualidade de vida de grande parte de sua população, marcada por fortes sinais de desigualdade e de exclusão social, resultando num cenário urbano de crescente fragmentação e segregação socioespaciais. (COSTA, 2003; BERNAL, 2004; GONDIM, 2007; PEQUENO; 2009) Esse cenário tem se apresentado de maneira mais conflituosa nas últimas décadas,

³⁰ Nessa terceira fase, Caldeira utiliza o termo “enclaves fortificados”. Não o utilizaremos por considerarmos inapropriado ao nosso trabalho, tendo em vista nosso foco não ser a segregação voluntária, mas sim a segregação não-voluntária (segunda conceituação de VILLAÇA, 2001. p. 147-8), vivenciado por “pobres, os ‘marginalizados’ e os sem teto” (CALDEIRA, 2000, p. 211), configurando, assim, os espaços dos “guetos”. (MARCUSE, 2004).

ocasionado pela desigual distribuição dos resultados do desenvolvimento socioeconômico também do Estado, tendo a capital se posicionado como grande motor dessa economia. Suas inúmeras tentativas de inserção no contexto da economia globalizada têm refletido o jogo de interesses político-econômico nos conflitos latentes na cidade. A região da Praia de Iracema tem sido uma das que mais têm vivenciado essa questão.

Esse contexto é analisado através dos autores que estudam os processos que influenciaram o desenvolvimento urbano de Fortaleza e da Praia de Iracema, como Liberal de Castro (1977), Sebastião Rogério Ponte (1993), Gisafran Jucá (2000), Sabrina Costa (2003), Cleide Bernal (2004), Renata Barbosa (2006), Linda Gondim (2007), Renato Pequeno (2009) e Beatriz Diógenes (2012), bem como os que abordam as questões associadas diretamente à comunidade do Poço da Draga, tais como Tadeu Feitosa (1998), Vancarder Brito Sousa (2004; 2007b), Heloisa Oliveira (2006) e Gondim (2008).

De forma a compreendermos melhor como a segregação socioespacial tem se constituído em Fortaleza, sintetizaremos neste capítulo alguns aspectos sobre cada uma das fases que caracterizam o seu desenvolvimento urbano e abordaremos as questões da segregação não-periférica na Praia de Iracema, observando o papel dos grandes projetos, que surgem a partir da década de 1990 nessa região, na construção desse processo.

2.1.A formação da cidade e sua periferização

Fortaleza, apesar de ser uma das mais jovens cidades entre as capitais brasileiras, começou a surgir junto com o início da ocupação do território cearense pela colonização. A presença portuguesa no litoral brasileiro já acontecia desde o século XVI, através do regime das capitanias hereditárias, instalação de feitorias, extração do pau-brasil e, posteriormente, pela instalação da cultura açucareira na zona da mata, nas regiões da Bahia e de Pernambuco, e do meio norte, região do Maranhão. A capitania do Siará, mesmo tendo tido como donatário o senhor Antônio Cardoso de Barros, durante todo o século XVI permaneceu abandonada. (CASTRO, 1977, p. 16) Foi apenas no século XVII que a dominação portuguesa tornou-se imprescindível na região do litoral cearense, em virtude da constante ameaça

representada pela presença de franceses e holandeses na costa norte da América do Sul. (PEGUENO, 2009)

Gisafran Jucá (2000, p. 21) destaca que o início da ocupação do litoral norte do Brasil se caracteriza pelo conflito com os povos indígenas existentes até o século XVI. Estes são dizimados a partir do século XVII, com a intensificação da ocupação litorânea portuguesa nessa região e suas investidas militares para a conquista do Maranhão. Na ausência de interesse econômico na região, os núcleos populacionais que passarão a existir não conformarão, de início, núcleos urbanos ou vilas, mas apenas feitorias e fortificações, com funções meramente militares e administrativas.

A ocupação do sertão nordestino, por sua vez, ocorre a partir do século XVIII. A expansão da lavoura canavieira na Zona da Mata de Pernambuco e da Bahia induz a introdução das fazendas de gado, da atividade pecuária e de pequenas lavouras de subsistência no interior, em virtude da necessidade de mais terra para plantio. Desenvolve-se, também, o comércio da carne-de-sol pelo interior, iniciando-se assim o efetivo processo de colonização do que hoje chamamos de Nordeste brasileiro.

A ocupação espalha-se pelo sertão semiárido, chegando ao interior do Ceará. Como observa Pequeno (2009), a ocupação se faz a partir do “acompanhamento dos principais rios à procura de pastos para a criação de gado”. Tal ocupação induz à formação da rede de cidades cearenses, composta pelos primeiros centros urbanos nas regiões interioranas, como Icó (na bacia do Rio Salgado), ou litorâneas, como Aracati, no montante da foz do Rio Jaguaribe. (SILVA, 1989, p. 81; GONDIM, 2007, p. 98; JUCÁ NETO, 2012, p. 17).

2.1.1. A origem da cidade (séc. XVII)

A região do que seria posteriormente a cidade de Fortaleza tem sua ocupação iniciada já no início do século XVII, com a construção, pelo explorador português Pero Coelho de Sousa, do Forte de S. Tiago, na foz do Rio Ceará em 1603, onde surgiu uma primeira povoação chamada Nova Lisboa. (CASTRO, 1977, p. 17; GONDIM, 2007, p. 97) No mesmo local, em 1612, Martins Soares Moreno edifica o Forte São Sebastião (FIGURA 2.4). Anos depois, desloca-se para Recife em 1631, “a fim de participar das campanhas contra os holandeses”. (CASTRO, 1977, p. 17)

Posteriormente, a ocupação portuguesa dirige-se à foz do Riacho Pajeú, no local onde hoje se encontra o centro da cidade. O motivo é a ameaça de tomada do território por holandeses, que passavam a ocupar partes do território cearense. Na margem oeste do Pajeú, no chamado outeiro “Marajaitiba”, construíram o Forte “Schoonenborch” (FIGURA 2.4).

Com a saída de Martim, a ação civilizatória decresce. Os holandeses, de posse das áreas orientais do Nordeste, voltam suas vistas para o Ceará, na cobiça de metais preciosos. [...] Escolhem um cabeço de morro, à margem esquerda do Riacho Pajeú, onde erguem uma paliçada [...] a que chamam de forte de Schoonenborch. [...] Corria então o ano de 1649. Com a capitulação holandesa em 1654, entregam o posto sem reação ao comandante Álvaro de Azevedo Barreto, abandonando o pouco que haviam realizado no areal da costa cearense, resumido à paliçada mal conservada que os portugueses ocupam. (CASTRO, 1977, p. 18-9)

FIGURA 2.4: Primeiros pontos de ocupação militar portuguesa em Fortaleza no século XVII



Fonte: Imagem disponível pelo *software* Google Earth. Acesso em abr.2014. Editado pelo autor.

O forte, ao ser ocupado pelos portugueses após rendição holandesa, é renomeado Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (sendo reconstruído entre 1660 e 1698), onde foi construída uma capela em homenagem à santa, a Praça das Armas, e onde, nos seus arredores, surgiu o primeiro povoado da cidade. (JUCÁ, 2000, p. 21)

No contexto regional, a fortificação permanece isolada no litoral e assim estagnada economicamente. “[...] não havia maior interesse lusitano pela costa cearense, inóspita e povoada de índios ferozes”. (CASTRO, 1977, p.24) A localidade concentra ao longo do tempo apenas atividades de apoio logístico e proteção militar. “A

metade restante do século XVII decorrerá sem maiores eventos”. (CASTRO, 1977, p. 25) Só posteriormente a cidade adquirirá funções administrativas da província, a partir de 1726 com a sua elevação à categoria de vila, “título [...] que não lhe muda o aspecto de abandono e pobreza em que mergulhava”. (CASTRO, 1977, p. 25)

Sua ocupação intensifica-se apenas a partir de 1799, ano de desmembramento da Capitania do Siará de Pernambuco. Enquanto o interior povoa-se pelo ciclo da pecuária, surgindo as primeiras vilas, Fortaleza mantém-se como um povoado de poucas casas em meio às dunas até o século XIX, (CASTRO, 1977, p. 27) quando, a partir da emancipação do Brasil de Portugal, criou-se a Província do Ceará e se elevou Fortaleza à categoria de cidade em 1823. (JUCÁ, 2000, p. 26) Nessa época, passam a ser elaboradas as primeiras plantas da cidade pelo engenheiro Silva Paulet.

2.1.2. A formação da cidade concentrada (1850 - 1930)

No Brasil entre os séculos XVIII e XIX, inicia-se a produção algodoeira, que pela sua importância é chamada de “ouro branco”. A cultura do algodão promove o desenvolvimento dos núcleos populacionais e vilas mais próximos ao litoral. Segundo Caio Prado Júnior (2008, p. 81), o produto, apesar de nativo das Américas, inclusive do Brasil (já de conhecimento e uso indígena), só veio a ter importância para a economia internacional com a Revolução Industrial e o aumento do consumo pela indústria têxtil britânica. Linda Gondim (2007) e Renato Pequeno (2009) acrescentam ainda que não apenas o aumento do consumo dessa matéria-prima pela indústria inglesa, mas também a crise de abastecimento do produto em virtude da guerra civil estadunidense e a abertura dos portos das colônias portuguesas às nações amigas faz com que o produto se torne uma das principais riquezas da colônia no período. Inicia-se, assim, um importante ciclo econômico regional que modifica a história econômica e urbana das regiões produtoras.

No nordeste brasileiro, as culturas algodoeiras destacam-se nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Essa consolidação decorre das boas condições da região para o plantio dessa cultura e das mudanças econômicas internacionais, como citado anteriormente, decorrentes da demanda provocada pelo crescimento da indústria têxtil na Inglaterra e da queda

da produção algodoeira nos EUA durante a Guerra de Secessão (1861-1865). O Brasil já fornecia matéria-prima para a indústria têxtil inglesa após a abertura dos seus portos às nações amigas de Portugal em 1808, mas intensifica a exportação a partir da década de 1860, nascendo um novo ciclo econômico de escala regional. Como observa Celso Furtado (2008):

[...] na segunda metade do século XIX, os sintomas de pressão demográfica sobre a terra tornaram-se mais ou menos evidentes. [...] Nos anos sessenta, quando ocorre a grande elevação de preços provocada pela guerra civil nos EUA, a produção de algodão se intensifica e certas regiões, como o Ceará, conhecem pela primeira vez uma etapa de prosperidade. (FURTADO, 2008)

No Ceará, Fortaleza mostrou-se como uma localização privilegiada em relação às demais vilas litorâneas para exportação do algodão para as Ilhas Britânicas, pela proximidade com as regiões produtoras de algodão localizadas nas serras de Baturité e Uruburetama. Tal localização diminui o custo de implantação da infraestrutura ferroviária e portuária (localizada na área que será chamada futuramente de Praia de Iracema) para exportação do produto, já que os portos existentes em Aracati (litoral leste) e em Camocim e Acaraú (litoral oeste), além de necessitarem de intervenções para sua modernização, eram mais distantes da região produtora, aumentando o custo de transporte. Segundo Liberal de Castro (1982), é com o algodão que se tem início o predomínio urbano de Fortaleza sobre as demais cidades cearenses:

Produzido com vulto inicialmente nas proximidades da Serra da Uruburetama, o algodão encontra no porto de Fortaleza o ponto natural de exportação. Outras áreas de produção da província em breve também elegem a Capital como centro de remessa do algodão, em detrimento do porto do Aracati a montante da foz do Jaguaribe e de acesso menos fácil a barcos de maior tonelagem. [...] Transformada, portanto, em centro exportador único, convergem para a Fortaleza todas as energias econômicas da província. (*Ibidem*, p. 42)

José Borzacchiello da Silva (1989) também observa esse fato:

O advento da ferrovia [...] reforçaram o papel polarizador de Fortaleza, restando às cidades do interior a função de centros de redistribuição de produtos industrializados produzidos ou adquiridos em Fortaleza e de centros coletores de pequena produção das fazendas interioranas. (SILVA, 1989, p. 82)

Sebastião Rogério Ponte (1993), por sua vez, destaca a importância da ferrovia e do porto de carga e passageiros:

O crescimento da exportação da produção algodoeira para o mercado externo, verificado a partir de 1850, não só dinamizou a economia cearense, como contribuiu para tornar Fortaleza o principal entreposto comercial do Ceará, face à sua condição de sede político-administrativa provincial, à construção da ferrovia Fortaleza-Baturité e às melhorias implementadas em seu porto. (*Ibidem*, p. 28)

A cidade de Fortaleza passa, pouco a pouco, a se constituir economicamente no principal núcleo urbano do Estado, em função de seu papel como centro exportador de algodão para o mercado inglês. Nas palavras de Gondim (2007):

Foi graças a seu papel na comercialização de produtos de exportação – café, cera de carnaúba, e principalmente algodão – que a capital cearense se tornou o principal núcleo urbano do Estado. (*Ibidem*, p. 98)

A existência do porto e sua articulação à ferrovia contribuem para o escoamento da produção e ao desenvolvimento da cidade, assim como ao das demais metrópoles litorâneas brasileiras, como observa Villaça (2001):

[...] expandiu-se em função do ponto escolhido para o porto, a partir do qual começa a se desenvolver a aglomeração e seu centro. [...] A ferrovia, ao ser implantada, veio a formar com os portos um binômio altamente articulado. (*Ibidem*, p. 131)

Entre as décadas de 1850 e 1860, inicia-se a modernização da cidade, sendo realizadas obras de urbanização, como a construção de praças, por iniciativa do Boticário Ferreira, então presidente da Câmara Municipal. No final do século XIX, Fortaleza já contava com um pequeno porto, a linha final da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité, algumas linhas de transporte coletivo (bondes a tração animal) e iluminação pública a gás. Na mesma época, inicia-se a expansão da malha urbana, em formato xadrez, segundo planos de Adolfo Herbster (o primeiro deles de 1875), que servirá como novo cenário cultural conhecido como *Belle Époque*. Como observa Ponte (1993), essa modernização era coerente com o momento histórico por que passava a cidade:

Fortaleza, dos meados do século até aquele ano de 1875, estava passando por significativas transformações que a tornaram o principal centro político, econômico, social e cultural da província, inclusive sobrepunhando Aracati, cidade portuária então hegemônica no Ceará desde o século XVIII. (*Ibidem*, p. 28)

Inicia-se, então, o processo de inversão no desenvolvimento socioeconômico cearense. A cultura algodoeira, de grande importância para economia internacional, sobrepõe-se à cultura da pecuária, cuja importância está limitada às demandas

regionais. Na rede de cidades cearenses, Pequeno (2009) destaca o resultado gerado durante todo o século XX desse processo: a macrocefalia urbana no Ceará, em virtude da grande discrepância existente entre o poder de atração de investimentos públicos e privados e da população em direção à capital, em detrimento das cidades secundárias localizadas no interior, gerando sua quase estagnação econômica e populacional. O aumento da importância da cidade de Fortaleza e consequente acumulação do poder político a destacará no cenário cearense, construindo-se as bases para seu destaque nacional posterior.

Na fase inicial de consolidação urbana, da segunda metade do século XIX, até o período da chamada *Belle Époque* no início do século XX (PONTE, 1993), Fortaleza já apresentava os primeiros sinais da segregação socioespacial, fruto da desigualdade social presente. Apresentava também as características de cidade concentrada³¹, com um espaço urbano compacto, permeado de regras de conduta social, “justificáveis” socialmente por premissas básicas de saúde, higiene e moralidade, em um espaço urbano controlado e ordenado segundo os moldes europeus de modernização e aformoseamento marcados pelo “culto ao afrancesamento” (PONTE, 1993, p. 145). Aqueles que não correspondem ou não se adaptam a esse modelo são excluídos do convívio social ou mesmo do espaço urbano, passando a ocupar áreas que, mesmo próximas ao centro, não há interesse na ocupação nem na modernização, como periferias geográficas localizadas nos limites da cidade ou nas áreas litorâneas. (LEMENHE, 1991; PONTE, 1993; JUCÁ, 2000; SOUZA, NEVES, 2002; GONDIM, 2007; PEQUENO, 2009; BRUNO, FARIAS, 2012)

A segregação em Fortaleza, a partir de meados do século XX, passará a ser identificada também no espaço. A importância econômica alcançada com a exportação do algodão alterará as dinâmicas socioeconômicas internas a cidade com consequências que chegam à atualidade. Além do perfil agroexportador da economia local, também pequenas atividades industriais ligadas à produção têxtil começam a surgir. Nesse período, nasce, também, uma classe social de moldes burgueses que procurará diferenciar-se da população. Sobre a industrialização no Ceará e o surgimento da burguesia local, Ponte (1993) observa:

³¹ Ver conceito na obra de Teresa Caldeira “Cidade de Muros”. (CALDEIRA, 2000, p. 211)

Sua importância, ressalta-se, foi mais social que econômica, uma vez que possibilitou a emergência de um pequeno grupo de empresários e de centenas de operários. (*Ibidem*, p. 35)

A ocupação do espaço da cidade se mostrará diferenciado como são diferenciadas as classes sociais existentes. Observou-se a expansão das áreas de interesse da burguesia – e posterior valorização da terra a partir da estruturação do mercado imobiliário no futuro – e do nascimento dos núcleos favelados de periferia e enclaves precários nos arredores das áreas centrais. Estas últimas são resultantes das comunidades historicamente excluídas do processo de modernização da cidade, resquícios do seu passado colonial. Como observado por Cleide Bernal (2004), ao estudar as estratégias de acumulação e seus resultados na evolução do ambiente construído na cidade, apesar de importante o processo de apropriação do espaço territorial pelas classes sociais mais altas, durante a expansão dos núcleos residenciais e comerciais burgueses, a configuração dos enclaves populares torna-se útil não apenas aos seus moradores, mas à própria burguesia:

[...] encontramos em Fortaleza formas de convivência entre vários segmentos da estrutura social, com a incrustação de favelas em todo o espaço dos bairros burgueses, sendo largamente utilizados nas residências destes bairros os serviços domésticos ofertados pelos moradores das favelas. A segregação social se apresenta, assim, no mesmo espaço de convivência e de forma bastante utilitária. (*Ibidem*, p. 147)

O processo de segregação, como podemos observar, remonta à época de modernização e aformoseamento da cidade. Nesse período, produziu-se o modelo de cidade concentrada, mas diferenciada entre as áreas populares e a cidade burguesa. Este mostrou-se adequado por aproximar as diversas classes sociais, cujas relações sociais eram convenientes para as classes mais altas.

Na arquitetura, o neoclássico e o ecletismo, estilos estéticos trazidos a Fortaleza como sinais de modernidade por sua ligação simbólica com as linguagens arquitetônicas europeias, começa a despontar nas grandes edificações públicas. (PONTE, 1993, p. 43) As moradias burguesas passam, também, a se diferenciar. A segregação passa a se expressar não apenas na localização da moradia, mas também nos referenciais estéticos e simbólicos expressos nas suas edificações. A habitação simboliza não apenas o nível de renda de seu morador, como também de educação e formação cultural, sendo valorizado pela burguesia apenas o erudito, em detrimento do popular e do vernacular.

Na mesma época, inicia-se a implantação dos primeiros serviços públicos, principalmente associados aos transportes e comunicações, tais como calçamento das ruas centrais, iluminação pública e canalização de água, serviço de telégrafo, linhas de bonde a tração animal, estrada de ferro e linha de navio a vapor para o Rio de Janeiro e Europa e as grandes edificações da época, como a Santa Casa de Misericórdia, a Assembleia Legislativa, a Estação Ferroviária e o Mercado de Ferro. (PONTE, 1993, p. 28; GONDIM, 2007, p. 99) Os bairros burgueses são aqueles que recebem as benfeitorias, sendo as áreas populares ignoradas dos investimentos públicos de modernização e urbanização.

Adolfo Herbster apresenta, em 1875, a “Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios”. De forte inspiração haussmaniana, Herbster propõe o traçado xadrez que compõe hoje o centro da cidade, delimitado por três grandes *boulevares* que constituirão os limites leste (Av. Dom Manuel), oeste (Av. do Imperador) e sul (Av. Duque de Caxias). Segundo o autor, tais vias serviriam ao escoamento dos fluxos e a planta ortogonal para disciplinar a expansão de Fortaleza. (PONTE, 1993. 2-287; GONDIM, 2007, p. 99) Tudo isso é usado para garantir o “aformoseamento” da cidade, a estruturação urbana e o controle social na capital.

A segregação passa a se materializar em Fortaleza não apenas no aspecto social, marcado pela exclusão, mas também no espacial, marcado não pela distância, mas pela diferenciação na qualidade das edificações e do espaço urbano.

Cleide Bernal (2004) identifica que o intenso crescimento demográfico a partir da virada do século XIX para o XX se dá em virtude de fatores ligados não só aos investimentos para se promover o desenvolvimento e a modernização da capital (comércio e estrutura de transporte), mas também às condições geográficas e socioeconômicas existentes no interior (secas periódicas e latifúndios). Assim também entende Pequeno (2009) quanto à construção histórica da macrocefalia urbana presente no Ceará durante todo o século XX. (BERNAL, 2004, p. 152) A cidade de Fortaleza sofrerá os resultados das tensões sociais latentes.

Linda Gondim (2007) destaca, por exemplo, as tensões sociais causadas pelo escravismo e pelas ideias abolicionistas. Conforme Gondim (2007, p. 99), oriundo da dinamização intelectual que surge nessa época, o movimento abolicionista no Ceará ganha força, culminando na libertação dos escravos antes mesmo da assinatura da

Lei Áurea no Brasil. Porém, o que seria ideologia de vanguarda acaba entrando em confronto com o conservadorismo nas relações sociais, que buscam adaptar-se e encontrar novos modos de manter sua hegemonia. Isso será feito pelos discursos de inferiorização de parte da população, de forma a poder explorar sua mão-de-obra, principalmente nos serviços domésticos.

[...] senhores [...] alforriavam seus escravos num gesto de generosidade exercida em causa própria, pois exigiam que os alforriados continuassem a servir como criados por um determinado período de tempo ou até a morte do proprietário [...]. (GONDIM, 2007, p. 102)

Neves (2002), por sua vez, afirma:

A seca deixa de ser, definitivamente, um fenômeno rural e “natural”. Não só o campo com sua rudeza e sua ignorância diante dos preceitos da civilização invade Fortaleza, como a seca passa a ser percebida através de seus “resultados” mais visíveis: a miséria, as migrações, a destruição da produção rural, etc. [...] [...] duas secas, em 1889 e 1900, assolam o Estado, deixando seu rastro de escassez e degradação entre os trabalhadores do campo. [...] A relação entre a população urbana e os pobres do campo, contudo, jamais seria a mesma. (*Ibidem*, p. 75)

A relação de que fala Neves (2002) será caracterizada, no ambiente urbano, pelas inúmeras tentativas de inferiorização dos mais pobres, principalmente dos flagelados da seca, através do forte discurso de “perseguição de vagabundos” e “moralização dos costumes”, o que facilitaria e justificaria o controle social. O que o historiador observa é que a construção do passado colonial, com suas relações semifeudais, excludentes quanto à propriedade da terra e dos direitos sociais, vem à tona quando a “modernização” por que passa parte da população urbana se autoposiciona como culturalmente superior, pela reprodução dos padrões europeus de vida urbana ao se defrontar com o arcaico do espaço socioeconômico do interior. A migração proporciona esse choque.

Neste contexto, observam-se conflitos na apropriação do espaço urbano, supostamente “coletivo”, mas particularizado às “elites burguesas” locais. O assistencialismo destes para com os “flagelados” da seca é o traço mais marcante dessas relações sociais, vistas hoje como estratégias explícitas nos discursos de manutenção da “ordem urbana”, mas implicitamente na garantia dos espaços socialmente homogêneos, sob a justificativa da necessidade de “higienização” e “moralização” das classes sociais mais desfavorecidas. O embasamento ideológico

está ancorado na noção de “civilização” que se buscava instalar na cidade. Nas palavras de Ponte (1993):

[...] procurou-se introjetar e consolidar, por intermédio dos mais variados meios, estratégias e tecnologias, a inserção de novos hábitos, cuidados higiênicos, efetiva saúde pública, ensino prático, práticas esportivas, produtividade e interesse pelo trabalho, sem os quais não se poderia alcançar o progresso e a promoção da riqueza nacional.

Em contrapartida, a retração e resistência das camadas populares à construção desse modelo burguês eram problematizadas como sérios obstáculos à instauração do “progresso”. Caberia tentar atenuá-las mediante uma ampla disciplinarização urbana e social. (*Ibidem*, p. 31)

Neves (2002), ao analisar as ações políticas desse período através dos documentos e notícias da época, afirma:

[...] como não podia deixar de ser, a preocupação política se combina com motivações de ordem moral para o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento com os retirantes. Mesmo não os reconhecendo propriamente como sujeitos, o presidente os situa como agentes da desordem, que ameaçam a moralidade e a lei estabelecidas pela sociedade dita “civilizada”. Os pobres e sua vida promíscua, mais uma vez, aparecem como foco de doenças, crimes e vícios do corpo e da alma. Aquilo que é uma condição da pobreza aparece como condição intrínseca dos homens pobres. (*Ibidem*, P. 84)

A ordem social em Fortaleza vê, nas duas últimas décadas do século XIX, a instalação de grandes estruturas de “disciplinarização”. Por um lado, reforçava-se o policiamento e a repressão (social e política ao mesmo tempo), como foram feitas obras de melhoramentos na Cadeia Pública e a construção do Asilo de Alienados e do Asilo de Mendicidade. (PONTE, 1993, p. 33; GONDIM, 2007, p. 102) Por outro, a modernização da cidade será também importante ferramenta ideológica para embasar o controle social e urbano. Como observa Ponte (1993):

A regeneração das praças [...] vai além do mero aformoseamento: facilitava a circulação e determinava novas regras de convívio e utilização do espaço público.

[...] os segmentos modernizadores locais – prefeitos e jornalistas, entre outros – estavam informados e alinhados com as reformas urbanas ocorridas na Europa, sobretudo as da França e Inglaterra [...]. Tal era o caso de Fortaleza que na época contava com a presença de capitalistas, técnicos e firmas inglesas e francesas. (*Ibidem*, p. 39-40)

As tensões sociais tornam-se latentes e se misturam às tensões políticas que movimentaram a capital cearense em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Analisando a revolta urbana de 1912, Sebastião Ponte (1993) observa:

[...] não seria descabido indagar se aquelas investidas furiosas sobre alguns signos da modernização urbana não significaram, também, uma forma mesmo que difusa, de protesto contra uma nova ordem urbana que se instaurava. Embora os equipamentos urbanos postos abaixo representassem realizações feitas pela oligarquia, tais obras eram, mais do que isso, efeitos de poder de uma nova racionalidade disciplinarizante e segregacionista imposta à Cidade por seus agentes locais – alinhados ou não aos redutos oligárquicos. Nesse sentido, nos parece plausível considerar que a explosão popular de 1912 foi um contundente desabafo não só contra o governo Accioly, mas também contra uma ordenação sociourbana impactante mas restritiva, que prometia dias melhores via reformas, civilização e progresso, mas que na perspectiva das camadas populares mais parecia uma “desordem” que estava mudando para pior suas vidas. (*Ibidem*, p. 50-1)

A modernização da cidade segue durante as primeiras décadas do século XX, fazendo com que se mantenham as formas de controle urbano e social segundo novos padrões. A produção habitacional do início do século XX, por exemplo, por meio de vilas e bairros operários de iniciativa da pequena burguesia industrial local, não servia para atender a um direito social, mas a interesses de quem os construía.

[...] a ideia da criação de vilas operárias para solucionar a questão da moradia popular foi uma estratégia médico-burguesa que encerrava vários objetivos disciplinares. [...]

[...] Levando uma vida regrada, valorizando os conceitos de privacidade e de família celular, o operariado renderia maior produtividade e se tornaria politicamente mais dócil. Nada mais adequado ao anseio burguês em operacionalizar uma normalização social das classes urbanas ditas perigosas. (*Ibidem*, p. 53-4)

O transporte coletivo torna-se mais eficiente com a eletrificação a partir de 1913. Chega também a Fortaleza o uso do veículo particular a partir de 1910. Por um lado, a cidade precisava adaptar-se, exigindo seja obras de expansão da pavimentação, seja posturas comportamentais adequadas ao ambiente social, mesmo entre os das camadas sociais mais baixas. Uma das características mais marcantes nas fotos da época em Fortaleza é a vestimenta masculina, sempre de chapéus e paletós brancos, mesmo estes últimos inadequados ao clima quente e úmido da cidade. (PONTE, 1993, p. 33) Apesar da aparente “homogeneidade”, além da violência simbólica que significa a imposição de valores culturais para adequação ao cenário

social a que se almeja, a diferenciação social se ilustra tanto na qualidade dos tecidos e das vestimentas, como nas relações sociais desiguais.

A segregação espacial, por sua vez, se configurará, a partir da abertura de vias e da individualização do transporte, apresentando a gênese de novos padrões que se configurarão no modelo centro-periferia³². Com a motorização, a cidade se expandirá seguindo os eixos de transporte e locomoção, fazendo com que as classes mais altas passem a “se afastar” dos espaços populares. As habitações se deslocarão do Centro em direção a novos bairros exclusivos das “elites”, como Jacarecanga ou Benfica, e posteriormente Aldeota, Praia de Iracema e Meireles, locais onde nascerão habitações unifamiliares, em grandes terrenos ou mesmo em sítios, os casarões de estilo eclético que comporão, por muitas décadas, o cenário desses bairros, em um claro processo de autosegregação.

2.1.3. O modelo centro-periferia (1930 - 1990)

A partir da década de 1930, o Brasil é marcado pela Era Getúlio Vargas, cuja busca por uma nova modernidade para o país tem como efeito em Fortaleza a retomada do discurso de embelezamento da cidade, em semelhança ao que ocorre no final do século XIX. (PONTE, 1993, p. 31) Porém, “com mais de cem mil habitantes no início da década de 1930, os problemas de Fortaleza e suas contradições agravaram-se”. (BRUNO, FARIAS, 2012, p. 125) Também é a década quando observamos a gênese do modelo centro-periferia que caracterizará a cidade de Fortaleza durante a maior parte do século XX, em especial, entre as décadas de 1930 e 1990, mas perpetuando-se nos nossos dias concomitantemente ao modelo de desenvolvimento fragmentado atual.

Bruno e Farias (2012, p. 126) observam que vários autores locais como Sebastião Rogério Ponte (1993), Gisafran Jucá (2000), José Borzachiello da Silva (Quando os Incomodados Não se Retiram) e José Liberal de Castro (1977) identificam a década de 1930 como o início do processo de “descontrole urbano” que vivenciará a cidade até os dias de hoje. Isso se dá como consequência desse novo discurso da “modernidade”, que continua sendo utilizado em benefício das classes sociais que comandam as forças políticas locais. A modernização e embelezamento que de fato

³² Ver conceito na obra de Teresa Caldeira “Cidade de Muros”. (CALDEIRA, 2000, p. 211)

acontecem não contemplam a cidade existente. Os investimentos em equipamentos e infraestrutura beneficiam apenas às áreas de interesse da burguesia local. Os investimentos no embelezamento dos espaços livres, na iluminação, pavimentação e na ampliação das ruas e nos novos equipamentos públicos ocorriam ignorando a população mais pobre, como os pescadores da Praia de Iracema e os moradores do Arraial Moura Brasil.

Contudo, não só o discurso da modernização dos espaços urbanos, mas também o fato de as ações beneficiarem apenas os espaços da burguesia local não são novidades em relação ao ocorrido no século anterior. O que ocorre a partir desta década é uma maior percepção da pobreza pelas elites, causada pelo alto crescimento demográfico que caracterizou as primeiras décadas do século XX. Passaram a circular na cidade os flagelados da seca, fazendo surgir a mendicância e as primeiras favelas. Este fato ocasiona a sensação de “descontrole e desordem urbanas”.

Observando os dados da evolução histórica da população de Fortaleza (QUADRO 2.1), podemos verificar que entre as décadas de 1920 e 1930, a cidade apresenta a sua primeira grande explosão demográfica. Se nas décadas anteriores a média da taxa de crescimento girava em torno dos 20% e 30%, a taxa de crescimento em 1930 ultrapassou os 60%. Nesse ano, a população da cidade chegou a 126.666 habitantes, correspondendo ao triplo do que era apenas 60 anos antes.

QUADRO 2.1: Histórico populacional da cidade de Fortaleza

Censo	População	Taxa de crescimento	Censo	População	Taxa de crescimento
1872	42.458	-	1930	126.666	+61,3%
1890	40.902	-3,6%	1940	180.185	+42,8%
1900	48.369	+18,2%	1950	270.169	+49,9%
1910	65.816	+36,0%	1960	514.813	+90,5%
1920	78.536	+19,3%	1970	857.980	+66,6%
			1980	1.307.611	+52,4%

Fonte: Editado de BRUNO, FARIAS, 2012, p. 171

O grande crescimento populacional observado no período gera grande impacto na estrutura e nos serviços públicos da cidade. Os investimentos e a ampliação das redes e dos serviços não seguem o mesmo ritmo de crescimento, cobrindo prioritariamente as áreas mais nobres da cidade em detrimento das periferias. Bruno e Farias (2012) observam como se dá a ausência de investimentos nas áreas precárias e o início da composição de um mercado imobiliário na cidade.

Na verdade, não houve, por parte do Estado, investimento para extinguir as favelas, para “transformá-las em moradias sociais”, como ocorreria na década de 1930 no Rio de Janeiro. [...] As elites e as autoridades de Fortaleza reconheciam o problema, denunciavam as mazelas e “incivilidades” que ali aconteciam, viam com enorme preconceito e desprezo aquela população pobre, mas efetivamente pouco agiam, pois tudo se passava “longe” das áreas nobres [...].

[...]

Nos anos 1930, já se notava em Fortaleza o problema da especulação imobiliária. Figuras endinheiradas [...] começaram a se apropriar de terrenos na periferia de Fortaleza e iniciaram um lento processo de valorização desses espaços no mercado imobiliário, dificultando o acesso da população desprovida de dinheiro. A especulação imobiliária acentuava, ainda mais, a segregação espacial e social que a cidade vivia. (*Ibidem*, p. 138-9)

Gondim (2007, p. 103) cita que os primeiros núcleos favelados de Fortaleza surgem entre as décadas de 1930 e 1950 (QUADRO 2.2), provavelmente associados aos espaços de “confinamento espacial, espontâneo ou forçado” (GONDIM, 2007, p. 103) em campos de concentração dos flagelados das secas de 1915 e 1932.

QUADRO 2.2: Primeiros assentamentos populares de Fortaleza

PRIMEIROS ASSENTAMENTOS POPULARES DE FORTALEZA	
ANO	ASSENTAMENTO
S/D	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pirambu e Otávio Bonfim (campos de concentração) ▪ Morro do Moinho (hoje Arraial Moura Brasil) ▪ Barro Vermelho (hoje Antônio Bezerra)
1930	▪ Cercado do Zé do Padre (nas proximidades do atual Mercado São Sebastião)
1933	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lagamar (no Riacho São João do Tauape) ▪ Mucuripe (atraídos pelas oportunidades de trabalho do porto)
1940	▪ Morro do Ouro (próximo ao Açude João Lopes)
1945	▪ Varjota (atraídos pelas oportunidades de trabalho do novo porto)
1950	▪ Campo do América (Meireles)
1954	▪ Estrada de Ferro (hoje Comunidade do Trilho?).

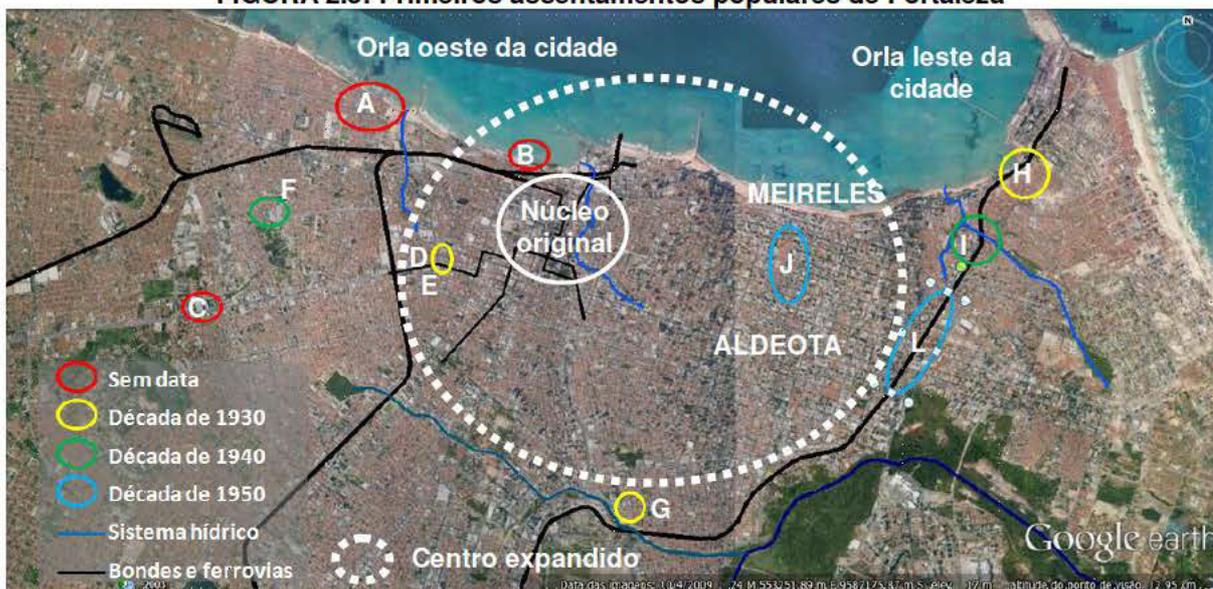
Fonte: SILVA, 1989, p. 94; GONDIM, 2007, p. 103; BRUNO, FARIAS, 2012, p. 135

O surgimento dessas primeiras favelas na cidade também é relatado por Bruno e Farias (2012, p. 135), embasando-se em Borzachiello. (SILVA, 1989, p.94) Embora não faça uma conceituação do termo, aquele descreve esses espaços como bairros humildes, em áreas desvalorizadas ou resultado dos campos de concentração de flagelados das secas, com forte concentração de casebres e de população carente de recursos financeiros, oriundas dos processos migratórios campo-cidade resultados da concentração da terra nas mãos de famílias oligárquicas. Ao observarmos no mapa da cidade a localização desses assentamentos (FIGURA 2.5), podemos identificar alguns padrões.

Os assentamentos mais antigos (A - Pirambu e B - Morro do Moinho / Moura Brasil) localizam-se na orla oeste em relação ao núcleo original da cidade. Observamos ainda o C - Barro Vermelho e D - Otávio Bomfim, localizado na estrada sentido oeste que vai em direção ao Soure (hoje sede do Município da Caucaia, na região metropolitana).

No período de expansão leste da cidade (década de 1930 e 1940), os assentamentos que buscam proximidade com o centro (E - Cercado do Zé do Padre na década de 1930 e F - Morro do Ouro na década de 1940) localizam-se na região oeste, em virtude da falta de interesse das elites nessa região. Os assentamentos que se encontram a leste, por sua vez, não puderam ocupar as áreas loteadas da Aldeota e do Meireles, restando-lhes as áreas periféricas desses bairros, às margens das barreiras físicas, que compõem os limites do centro expandido em formação, como o riacho São João do Tauape (G - Lagamar em 1933), as dunas (H - Mucuripe em 1933), o ramal ferroviário e o Riacho Maceió (I - Varjota em 1945).

FIGURA 2.5: Primeiros assentamentos populares de Fortaleza



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Na década de 1950, observamos a ocupação de algumas quadras remanescentes no Meireles (J - Campo do América em 1950) e nova ocupação de trecho às margens do ramal ferroviário (L - Trilho em 1954).

José Borzachiello da Silva (1989) descreve as características do surgimento dessas favelas, assim como o cenário da cidade na década de 1930:

A partir da década de 1930, Fortaleza acusa um crescimento demográfico elevado que se reflete no aumento de sua área urbana.

[...]

Esse “crescimento” de forma espontânea e desordenada deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. [...]

As favelas se proliferam a partir de 1930 devido ao aumento no fluxo migratório.

[...]

A origem do processo de favelização de Fortaleza está ligada aos constantes deslocamentos de lavradores sem-terra e pequenos proprietários que se dirigem para a cidade devido à rigidez da estrutura fundiária, que praticamente impede o acesso desses lavradores à terra e outros meios de produção. (*Ibidem*, p. 93-4 e p. 132)

As décadas de 1940 e 1950 são de continuidade do crescimento acelerado, em menor velocidade se comparado à década anterior, porém continuam em taxas de crescimento populacional acima dos 40% (QUADRO 2.1). Mantém-se também o padrão de crescimento ocasionado pelas migrações do interior para a capital, em virtude das más condições de vida e exploração do homem do campo e as possibilidades de trabalho e sobrevivência na cidade.

Como na década anterior, a cidade também não consegue manter o mesmo ritmo de investimento em infraestrutura, fazendo com que as áreas de expansão popular, principalmente na zona oeste da cidade, apresentem condições precárias na oferta de serviços públicos. Em movimento complementar, as classes mais altas deslocam-se gradativamente para os bairros a leste do centro tradicional. Está em consolidação assim a zona de expansão do centro em direção leste e a grande expansão da precariedade urbana na direção oeste da cidade, configurando o primeiro sinal de crescimento no modelo centro-periferia.

A expansão periférica de Fortaleza segue durante as décadas seguintes. No período entre as décadas de 1950 e 1960, a população de Fortaleza vai quase dobrar em apenas 10 anos. Em 1960, sua população chega a 514.980 habitantes, contra os 270.169 habitantes em 1950: um crescimento de 90,5%. Nas décadas seguintes, a taxa de crescimento decenal mantém-se acima dos 50% até a população da cidade alcançar 1.307.611 habitantes em 1980 (QUADRO 2.1).

As décadas de 1960 e 1970, em especial, são marcadas, no Brasil, pelo ideal desenvolvimentista do Regime Militar em um contexto de maior diversificação das atividades e resultados econômicos no país. No período, intensifica-se a atividade

industrial e a urbanização das principais capitais do país. São feitos investimentos com a intenção de se integrar e equilibrar o desenvolvimento do país, direcionados à infraestrutura de transportes e comunicações. São também elaborados programas centralizados no governo federal que pretendiam promover o “desenvolvimento” do país, resultando nos programas de habitação e nas obras públicas financiadas com recursos do BNH – Banco Nacional de Habitação.

Sobre Fortaleza, nessa época, Beatriz Diógenes (2012) explica:

Nesse contexto, Fortaleza adquire domínio total sobre o território cearense e consolida cada vez mais sua hegemonia.

[...]

Apesar das elevadas taxas de crescimento, o aumento da população de Fortaleza resulta, em grande parte, das migrações internas. Os migrantes procedem, em sua maioria, do interior do Estado, e, como não dispõem nem de capital nem de qualificação, contribuem para a expansão das favelas. (DIÓGENES, 2012, p. 76)

Esse período complementa o processo de favelização das periferias da cidade, iniciado na década de 1930, atingindo grandes proporções, em virtude do porte da cidade, não mais uma pequena vila comercial, mas uma das grandes metrópoles nacionais. A cidade de Fortaleza atinge a posição de terceiro polo urbano no Nordeste em importância e tamanho, resultando na demarcação da área metropolitana da cidade. A cidade promove seus grandes planos urbanísticos, como o de 1963, de Helio Modesto e o de 1972, do PLANDIRF – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Este sob coordenação do arquiteto Jorge Wilhelm, antes mesmo da institucionalização da RMF em 1973. (DIÓGENES, 2012, p. 78) E no campo político local, as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pelo comando “dos coronéis”, apoiados pelo governo militar federal.

A efetiva metropolização da cidade ocorre apenas na década de 1980, consolidando-se na década de 1990. Antes disso, Diógenes (2012) observa, segundo diversos autores, que não se constatava ainda “uma realidade socioespacial metropolitana”: (DIÓGENES, 2012, p. 80)

É durante a década de 1980-1990 que o Município de Fortaleza atinge níveis de urbanização bastante acentuados.

[...]

No que se refere à expansão urbana, a Cidade começa a assumir ares de metrópole, com o surgimento de vários novos bairros, com a emergência da centralidade da Aldeota e dos subcentros nos bairros

Montese, Seis Bocas, Parangaba e Alagadiço (Bezerra de Menezes), ao mesmo tempo em que se verifica o declínio do centro principal, com a perda de sua qualidade espacial e da sua memória, fenômeno que ocorre também em outras capitais brasileiras. (*Ibidem*, p. 81)

Do ponto de vista político, na década de 1980 e principalmente na década de 1990, as ideologias neoliberais passam a prevalecer no governo municipal e principalmente Estadual, quando a iniciativa privada é beneficiada e a importância do Estado como promotor do desenvolvimento social é reduzida. O “governo dos coronéis” é substituído, após a abertura política e a redemocratização do país, pelo “governo as mudanças” (BERNAL, 2004; GONDIM, 2007; DIÓGENES, 2012), assumindo os modelos neoliberais. O Estado passa a ser a máquina que garante as bases para o funcionamento da economia, em que as necessidades sociais seriam supridas pela livre atuação do mercado. A ação estatal visava promover no Ceará as atividades econômicas, principalmente a indústria, o mercado imobiliário e o setor turístico, procurando inserir a cidade de Fortaleza no contexto da economia global.

Como observa Diógenes (2012), no final da década de 1990, mesmo com resultados econômicos positivos, os resultados sociais não tiveram o mesmo êxito.

Houve mudanças, embora se constate a persistência de desigualdades sociais e regionais, pois acentuou-se a concentração de renda e os avanços nas áreas de educação e saúde ainda estão longe dos desejáveis. (*Ibidem*, p. 84)

Fortaleza entra assim no século XXI em posição de destaque a nível regional e como uma das principais metrópoles nacionais em porte e importância econômica. Sua base encontra-se na força que representa para o comércio internacional, na posição que ocupa como um dos principais destinos turísticos nacionais e na relativa industrialização. A atividade turística, que adquire em Fortaleza um caráter central na economia a partir da década de 1990, é visto por Bernal (2004) como um setor econômico que pode trazer vantagens e desvantagens para as dinâmicas urbanas, principalmente àquelas ligadas à população desfavorecida socioeconomicamente:

O turismo é um vetor importante na estruturação do espaço, apresentando considerável crescimento na última década, porém carrega consigo uma perigosa simbiose. Ao mesmo tempo que agrega valor à renda, contribui para o avanço da “economia subterrânea” e gera graves problemas sociais, desigualdades e segregação. (*Ibidem*, p. 196-7)

Na escala estadual, o *marketing* se dá não apenas sobre a cidade de Fortaleza, mas também sobre outros destinos turísticos do Ceará, resultando na atração de fluxos de capital estrangeiro e turistas. Esse fato é muitas vezes confundido com um processo de globalização econômica, o que segundo Bernal (2004) e Diógenes (2012) não ocorre de fato. Na escala intraurbana, esse contexto econômico intensifica as atividades comerciais locais, a rede de serviços e, principalmente, o mercado imobiliário. Como resume Diógenes (2012):

O quadro urbano atual revelado pela Metrópole cearense aponta para um centro urbano em expansão, extremamente dinâmico, que se consolida como polo nacional, porém evidenciando aspectos bastante contraditórios em seu conjunto. Ao mesmo tempo em que se apresenta uma “face” moderna, capaz de atrair os capitais privados, agravam-se os problemas, dentre os quais se sobressai a segregação socioespacial (áreas valorizadas se expandem enquanto cresce em proporção maior o número de favelas e ocupações em áreas precárias). (*Ibidem*, p. 87)

O resultado, ao contrário do que se poderia imaginar que seria a consequência natural do desenvolvimento econômico, é a concentração de renda e consequente elevação de índices de pobreza e segregação socioespacial.

2.2.Fortaleza na atualidade: alguns aspectos da segregação

O item anterior apontou que a cidade de Fortaleza é oriunda da sua origem militar colonial com posterior expansão urbana a partir do comércio internacional de produtos agrícolas e mais recentemente pela industrialização e tentativas de inserção da cidade na economia globalizada. Esse desenvolvimento culmina na constituição de um aglomerado urbano de grande porte, com grande área de influência no território brasileiro, mas que mantém no seu espaço intraurbano estruturas socioespaciais extremamente desiguais e segregadas entre si.

A configuração espacial resultante do processo histórico de formação da cidade deu à região do centro tradicional e sua área de expansão leste (em direção a Aldeota e adjacências) o caráter de principal centralidade da cidade de Fortaleza. As demais centralidades existentes são de caráter secundário, denominadas por Pequeno (2009, p. 101) de “subcentralidades”. Estão localizadas a partir dos eixos radiais de expansão da cidade, em pontos de concentração de comércio e serviços em bairros onde antes existiram outras vilas do século XVII que foram incorporadas à malha

urbana de Fortaleza, como Messejana e Parangaba ou em corredores de expansão, como da Av. Bezerra de Menezes e Av. Washington Soares (FIGURA 2.6). Todas essas subcentralidades são, no entanto, dependentes do Centro e de Aldeota em suas dinâmicas socioeconômicas cotidianas. (PEQUENO, 2009; DIOGENES, 2012).

FIGURA 2.6: Centralidades, subcentralidades e corredores terciários na Região Metropolitana



Fonte: PEQUENO, 2009, p. 101. Editado pelo autor.

O modelo centro-periferia que predominou durante a estruturação urbana de Fortaleza induziu a acumulação, nessas áreas de centralidades, de investimentos públicos destinados à qualificação e ao ordenamento do espaço, bem como na oferta de serviços públicos e infraestrutura urbana. Essa desigualdade dos investimentos reforça os espaços desiguais e segregados do restante da cidade.

Dados oficiais do Censo do IBGE de 2010 utilizados no relatório intitulado “Perfil Socioeconômico de Fortaleza” (MENEZES; MEDEIROS, 2012) produzido pelo IPECE – Instituto de Pesquisa do Estado do Ceará contribuem para caracterizar a

configuração dos diversos bairros e da segregação socioespacial em Fortaleza na atualidade. Sem pretender esgotar o tema, concentramo-nos em apresentar alguns dados que ilustram o problema da segregação e a desigualdade entre os diversos bairros, observando dois importantes aspectos: o acesso à infraestrutura urbana e a condição socioeconômica da população.

Para análise da infraestrutura, optou-se por observar o percentual de acesso à rede pública de esgoto por bairros, um dos grandes problemas das cidades brasileiras. Para análise da situação socioeconômica, optou-se por apresentar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH³³ por bairros e a renda média pessoal por bairro e de percentual da população em situação de extrema pobreza³⁴ também.

2.2.1. Infraestrutura urbana – a rede pública de esgoto

Ao analisarmos a FIGURA 2.7, que ilustra a distribuição da rede de esgoto pelos bairros de Fortaleza, verificamos que os bairros centrais, onde se localiza o Centro tradicional e os bairros nobres, denominados por Pequeno de “centralidade principal”, possuem entre 90,01 e 100% de domicílios com acesso à rede de esgoto. Esta região coincide com o primeiro círculo de expansão radial da cidade. Ao longo do tempo, essa rede expande-se de modo gradativo nos bairros vizinhos a este primeiro círculo, fazendo com que possuam, em 2010, entre 75% e 90% de seus domicílios com acesso à rede de esgoto.

Do lado oposto, a maior parte dos bairros periféricos possui acesso limitado à rede de esgoto: entre 0,54% e 25%, com exceção dos bairros Conjunto Palmeira e

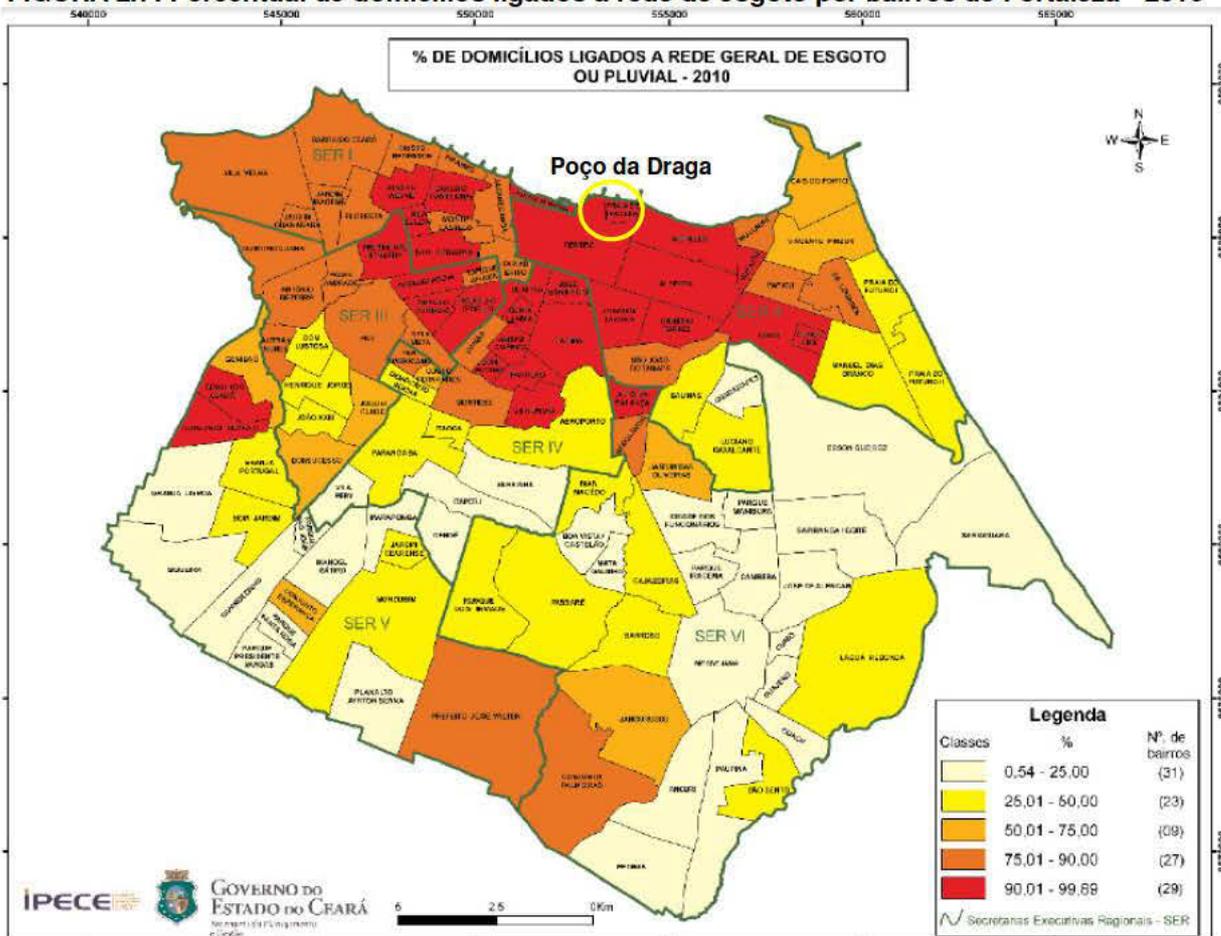
³³ O IDH é calculado por meio de três variáveis: renda, educação e longevidade, com o objetivo de oferecer um contraponto ao tradicional indicador utilizado para medir o desenvolvimento de um país ou região: o Produto Interno Bruto (PIB). O IDH parte do pressuposto de que para dimensionar o nível de desenvolvimento não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O resultado das análises educacionais é medido pela combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do subíndice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). Por último, o subíndice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer. A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor) e a combinação destes índices em um indicador síntese final. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

³⁴ A população extremamente pobre corresponde àquela que possui rendimento mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 70,00, sendo essa a linha de “extrema pobreza” ou “miséria” adotada pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.

Conjunto José Walter (na fronteira sul do município) e Conjunto Ceará (no limite oeste da cidade), com alto percentual de acesso à rede de esgoto. Esses bairros fogem à regra por serem resultado de projetos de habitação social que garantiram o acesso à infraestrutura urbana básica.

Por estes dados, percebemos que o serviço de esgotamento sanitário concentra-se no centro principal, enquanto a grande periferia da cidade, leste, sudeste, sul e sudoeste possuem baixas taxas de ligação ao serviço. A grande precariedade do saneamento localiza-se nos bairros distantes do Centro. Exceções existem nos bairros que receberam grandes empreendimentos habitacionais. Tais dados mostram como existe uma grande desigualdade nos investimentos em infraestrutura na cidade ocorridos ao longo do tempo.

FIGURA 2.7: Percentual de domicílios ligados à rede de esgoto por bairros de Fortaleza - 2010



Fonte: MENEZES, MEDEIROS, 2012

O mapa ilustra também, de certa forma, o modelo centro-periferia que marcou a formação de Fortaleza, resultando, no caso estudado, na precariedade do acesso ao serviço público de coleta de esgoto. Sem nos aprofundarmos no assunto, essa

situação de carência do serviço de esgotamento sanitário leva a graves consequências para a saúde pública, o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida nesses lugares.

2.2.2. Situação socioeconômica dos habitantes

Analisando o IDH dos bairros de Fortaleza, observamos a clara dicotomia entre as áreas centrais e as periferias geográficas da cidade. Os de maior IDH correspondem à “área nobre da cidade”, definida como “centralidade principal” por Pequeno (2009). Dentre os dez bairros com maior IDH em Fortaleza, como podemos ver no QUADRO 2.3, encontra-se a Praia de Iracema, bairro adjacente à comunidade Poço da Draga, nosso objeto de estudo.

Ao compararmos o QUADRO 2.3. e as FIGURAS 2.8 e 2.9, podemos perceber que grande parte dos bairros com maior IDH coincidem com aqueles que possuem maior acesso à infraestrutura de esgoto e também correspondem aos de maior poder aquisitivo. Como exceção, temos novamente o Conjunto Palmeiras, com alto percentual de acesso à rede pública de esgoto, mas possuidor do pior IDH.

QUADRO 2.3: Ranking do IDH por bairros de Fortaleza

Os 10 melhores bairros de Fortaleza quanto ao IDH (Censo Demográfico 2010)			Os 10 piores bairros de Fortaleza quanto ao IDH (Censo Demográfico 2010)		
	Bairro	IDH		Bairro	IDH
1º	Meireles	0,953	1º	Conjunto Palmeiras	0,110
2º	Aldeota	0,867	2º	Parque Presidente Vargas	0,135
3º	Estância (Dionísio Torres)	0,860	3º	Canindezinho	0,136
4º	Mucuripe	0,793	4º	Genibaú	0,139
5º	Guararapes	0,768	5º	Siqueira	0,149
6º	Cocó	0,762	6º	Praia do Futuro II	0,168
7º	Praia de Iracema	0,720	7º	Planalto Ayrton Senna	0,168
8º	Varjota	0,718	8º	Granja Lisboa	0,170
9º	Fátima	0,695	9º	Jangurussu	0,172
10º	Joaquim Távora	0,663	10º	Aeroporto (Base Aérea)	0,177

Dados coletados pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Fortaleza

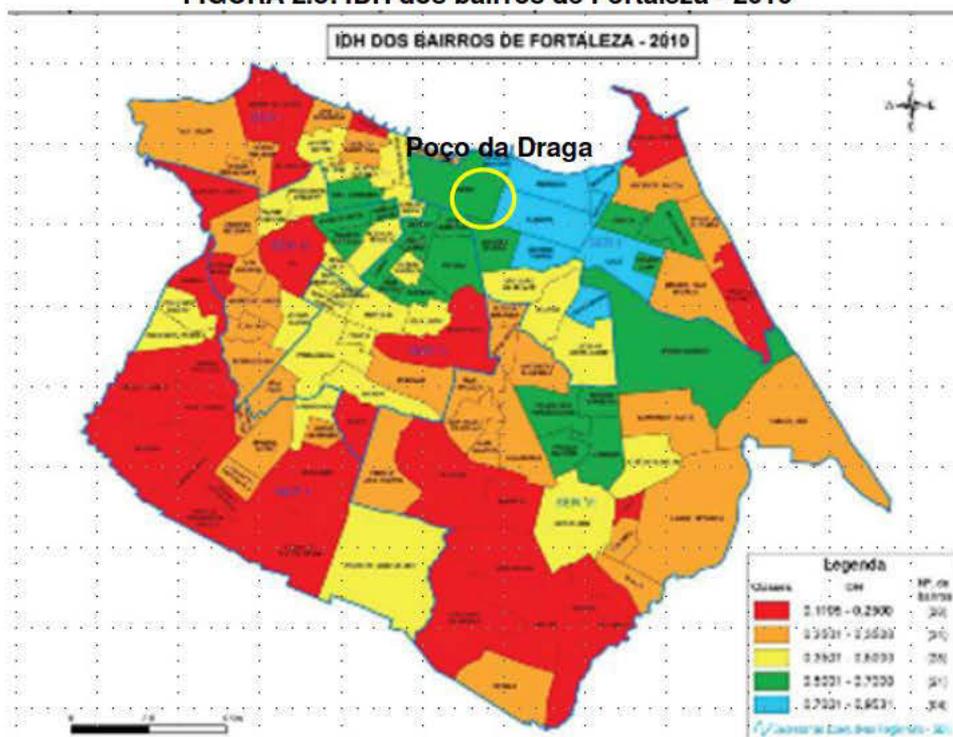
Fonte: FORTALEZA, 2013b. Editado pelo autor.

Essa relação entre IDH e infraestrutura é compreendida pelo entendimento de como se dão as dinâmicas do mercado imobiliário. Pequeno (2009) explica que as áreas melhores dotadas de infraestrutura urbana são aquelas de interesse do mercado

imobiliário e dos grupos sociais dominantes, reforçando a composição elitizada dessas áreas.

[...] as ações do mercado imobiliário também indicam transformações na sua oferta, mantendo-se concentrado em poucos bairros e atrelado aos grupos que se apropriam das áreas melhor atendidas pelas redes de infraestrutura e serviços urbanos. (*Ibidem*, p.104)

FIGURA 2.8: IDH dos bairros de Fortaleza - 2010

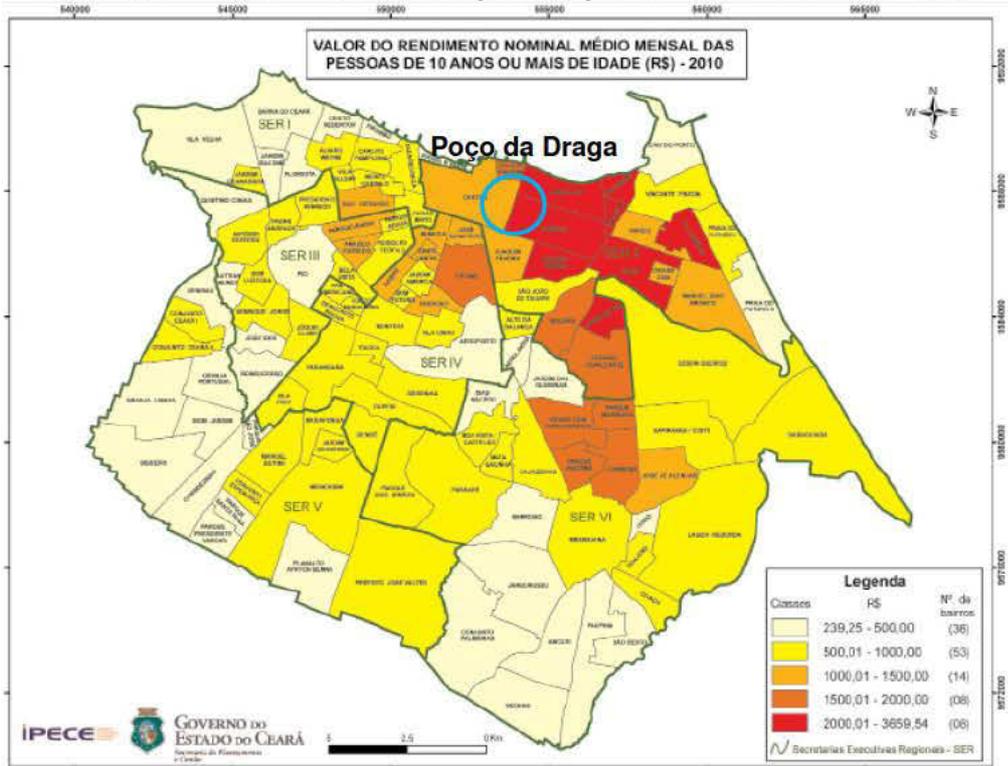


Fonte: FORTALEZA, 2013b

Podemos comprovar isso também pela localização das áreas de maior e menor renda pessoal da cidade. A FIGURA 2.9 apresenta a distribuição da renda em Reais no ano de 2010 por bairros em Fortaleza. Verificam-se que as maiores faixas de renda concentram-se nos mesmos bairros que possuem melhor acesso à infraestrutura de esgoto e alto IDH, nomeadamente as áreas de expansão leste do centro tradicional, ou seja, o “centro principal”. (PEQUENO, 2009)

De modo análogo, o mesmo ocorre com os bairros que possuem população com faixas de renda menores: estes se localizam na área periférica e correspondem aos mesmos bairros com pouco acesso à infraestrutura de esgoto e menor IDH. De modo inverso, ao analisarmos a distribuição, por bairros, da população considerada extremamente pobre, podemos perceber dinâmica semelhante.

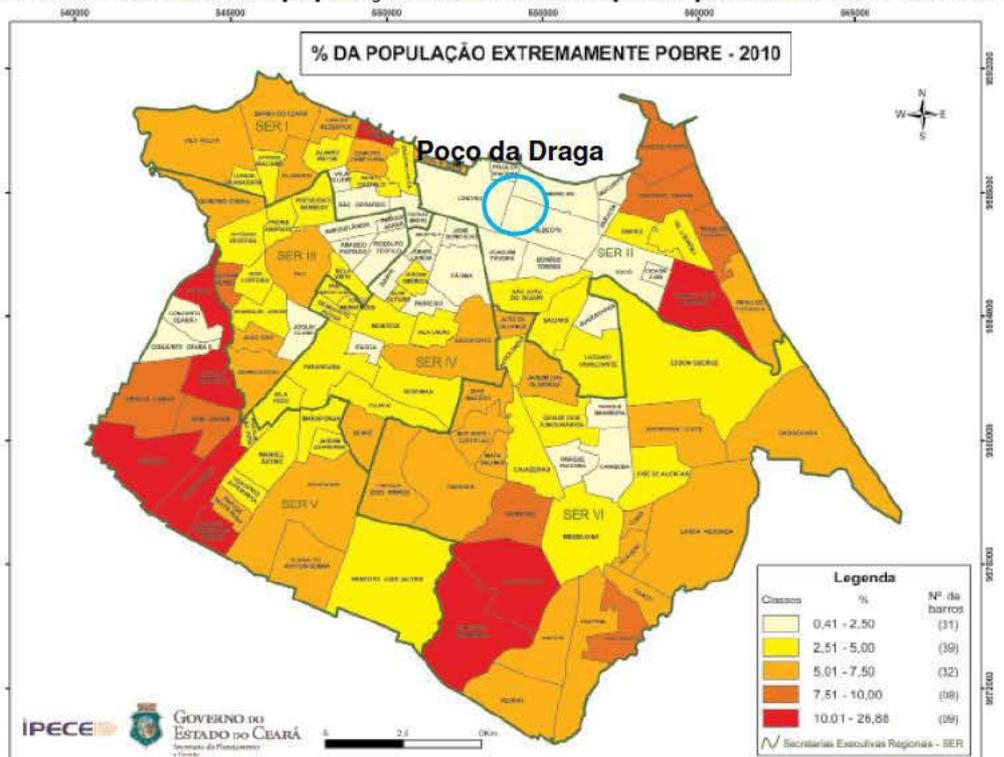
FIGURA 2.9: Valor da renda média pessoal por bairros de Fortaleza - 2010



Fonte: MENEZES, MEDEIROS, 2012

A FIGURA 2.10 ilustra o percentual da população pobre nos bairros de Fortaleza.

FIGURA 2.10: Percentual da população extremamente pobre por bairros de Fortaleza - 2010



Fonte: MENEZES, MEDEIROS, 2012

Os indicadores escolhidos para análise da escala municipal ilustram alguns aspectos da segregação socioespacial em Fortaleza, porém, não são suficientes para entendermos as diferenças intraurbanas e a realidade de áreas segregadas que se situam em locais aparentemente homogêneos. Pelo seu pequeno porte, costumam tornar-se invisíveis nos mapas analisados. Os dados que descreveriam sua precariedade se diluem estatisticamente quando são tiradas as médias de cada bairro, acentuando mais ainda sua condição de segregação, em virtude da invisibilidade não apenas política e social, mas também estatística. Como podemos observar nas FIGURAS 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10, a comunidade Poço da Draga, objeto desta pesquisa, encontra-se destacada nos mapas. Em todos eles, os indicadores do bairro são positivos, o que poderia gerar uma interpretação equivocada, significando uma situação privilegiada de todos os seus habitantes em relação à realidade da cidade. É de conhecimento geral, porém, que esses dados não correspondem à situação cotidiana do Poço da Draga. A existência de condições de precariedade como essas podem ser identificadas por outros modos.

2.2.3. A segregação na área central

A partir desse item, modificaremos nossa escala de análise, de forma a contemplar apenas a área do “centro principal”. (PEQUENO, 2009) Esta, além de incorporar o Poço da Draga, nosso objeto de estudo, corresponde, segundo os indicadores examinados no item anterior, à área com mais alto nível de desenvolvimento urbano. Quanto a infraestrutura, apresenta, na sua maior parte, a mais ampla cobertura da rede de esgoto. Quanto às condições socioeconômicas de sua população, a região onde estão os bairros com maior IDH, as maiores rendas média pessoal e os menores índices de pobreza extrema dentre todos os bairros da cidade.

Nessa escala de análise, observaremos como se configuram as áreas segregadas nas partes da cidade que apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento urbano. Para isso, expomos um estudo comparativo entre dados de aglomerados normais (AGN) e subnormais³⁵ (AGSN) existentes em uma mesma área de

³⁵ AGSN, ou aglomerado subnormal, é uma categoria criada pelo IBGE, para definir “um conjunto constituído por no mínimo 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia – pública ou particular – dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”. (IBGE, 2003 *Apud* GONDIM, 2012)

ponderação³⁶ do IBGE. Para esse trabalho, escolheu-se a Área de Ponderação 2304400001, que agrega os bairros Centro, Moura Brasil, Praia de Iracema, Meireles, Aldeota, Dionísio Torres, Joaquim Távora, São João do Tauape, Papicu, Cidade 2000, Varjota, Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pinzón, de Lurdes, Praia do Futuro I e Dunas (FIGURA 2.11).

FIGURA 2.11: Área de Ponderação 2304400001



Fonte: IBGE sobre base Google Earth. Editado pelo autor.

Segundo Pequeno (2009), esta área de ponderação contempla não apenas a chamada “área nobre” da cidade³⁷ classificada como “tipologia superior”, onde se localizam Aldeota, Meireles e adjacências, como também a área do Centro Tradicional, onde predomina a “tipologia média-superior”. Pequeno (2009) descreve essas tipologias da seguinte forma:

Detentora de melhores condições de mobilidade e acessibilidade aos serviços e às redes de infraestrutura urbana, [a tipologia superior] é tida como alvo maior do mercado imobiliário, ao qual se associa tanto o uso residencial dos grupos dominantes como os empreendimentos do setor turístico.
[...]

36 Áreas de Ponderação são áreas definidas pelo IBGE que contemplam diversos setores censitários e divisões de bairros inteiros compondo grandes áreas da cidade, de forma a se proceder com a divulgação dos dados amostrais comparativos entre AGN e AGSN.

37 A “área nobre” de Fortaleza se caracteriza pela maior homogeneidade na sua paisagem, reunindo os espaços de mais intensa verticalização da RMF – Região Metropolitana de Fortaleza, seja para fins residenciais, seja para atividades do terciário. Concentrada na porção litorânea ao leste do centro tradicional e nos bairros circunvizinhos. Esta tipologia tem na sua conformação a justaposição de áreas residenciais de melhor padrão, articuladas por eixos viários que concentram os serviços e comércio de melhor qualidade da RMF. (PEQUENO, 2009, p. 114)

Semelhante à tipologia superior, têm-se aqui [na tipologia média-superior] fortes evidências de que a disponibilidade dos serviços urbanos e da facilidade de transporte fazem [...] um dos alvos de intervenção do mercado de imóveis. Dentre as transformações em processo, percebe-se por um lado, a ampliação da oferta para grupos com poder aquisitivo relativamente superior substituindo antigos moradores, e por outro, o atendimento a uma demanda diferenciada recém-incorporada ao mercado, ampliando por consequência a segregação socioespacial daqueles da tipologia superior. (PEQUENO, 2009, p. 114)

Alguns dados referentes a essa área indicam que mesmo nesses espaços existem locais onde a população vive em condições de precariedade, muitas vezes conhecidos da população, mas esquecidos nos estudos e pesquisas técnicas. Ao observarmos a separação que o IBGE apresenta da população que vive em AGN e em AGSN, passamos a compreender melhor essa condição.

O QUADRO 2.4 apresenta o comparativo de alguns dados coletados pelo Censo do IBGE de 2010 para os aglomerados normais e subnormais na área de ponderação escolhida. Os dados apresentados para os AGSN correspondem a diversas comunidades carentes, cortiços, favelas e ocupações conhecidas em Fortaleza, localizadas nos bairros Moura Brasil, Centro e Praia de Iracema, como a Vila dos Correios, a favela do baixa-Pau, o Poço da Draga entre outros. Incluem também as comunidades localizadas na área leste da cidade, como as comunidades do Campo do América, a Quadra do Colégio Santa Cecília, a Favela do Trilho, Saporé, Pau-Fininho, Morro Santa Terezinha, Morro do Teixeira, Serviluz, Titanzinho, Estivas, Lagamar, Gengibre, entre outras.

Verifica-se que do ponto de vista quantitativo, a população residente em AGSN na área de ponderação é bastante expressiva. Do total de 398.504 habitantes da área estudada, 64.360 pessoas residem em AGSN, o equivalente a 16,15% da população total. Por outro lado, aquelas que residem em AGN totalizam 334.144 pessoas ou 83,85% da população total. A quantidade de domicílios em AGSN também é bastante expressiva: do total de 124.042 residências, 17.304 localizam-se em áreas subnormais (média de 3,72 habitantes/domicílio), o equivalente a 13,95% do total da área de ponderação, enquanto 106.738 em aglomerados normais (média de 3,21 habitantes/domicílio), o equivalente a 86,05%. Vale destacar que se considerando tratar da “área nobre” da cidade, os números absolutos e relativos dos AGSN são bastante expressivos.

QUADRO 2.4: Comparativo Aglomerados Normais e Subnormais

IBGE/ ÁREA DE PONDERAÇÃO Nº 2304400001				
DADOS COMPARATIVOS AGLOMERADOS NORMAIS VS. SUBNORMAIS				
Indicador	AGN		AGSN	
	Quantidade	Percentual*	Quantidade	Percentual*
População total:	334.144	-	64.360	-
Domicílios particulares permanentes:	106.738	-	17.304	-
Média de habitantes por domicílio:	3,21	-	3,72	-
Domicílios particulares permanentes com paredes externas de alvenaria com revestimento:	99.861	93,6%	13.929	80,5%
Domicílios particulares permanentes com paredes externas de alvenaria sem revestimento:	6.561	6,1%	3.207	18,5%
Domicílios particulares permanentes com um cômodo:	229	0,2%	125	7,2%
Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento.	R\$ 3.215,22	-	R\$ 777,35	-
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos de até um salário mínimo:	51.508	15,0%	16.049	24,9%
<i>*do total do aglomerado (normal ou subnormal)</i>				
<i>Fonte: Censo IBGE 2010</i>				

Ao analisarmos as condições básicas da habitação, podemos perceber que os indicadores mostram claras diferenças entre aquelas localizadas nos AGN e nos AGSN. Se observarmos os indicadores relativos à existência de revestimento nas paredes de alvenaria externa, as áreas onde predominam habitações sem revestimento são as subnormais. Esse percentual chega a 18,5% do total de habitações nos AGSN, enquanto nas AGN, o percentual fica em 6,1% (1/3 do percentual em AGSN). Contudo, vale ressaltar que mesmo se registrando um menor percentual, o número absoluto de habitações sem revestimento externo nas paredes em AGN é de 6.561 habitações, praticamente o dobro em AGSN, 3.207, o que indica uma distribuição dispersa de habitações sem revestimento nessa área da cidade, não chegando a fazer parte de grandes assentamentos populares.

Podemos analisar, por meio do indicador relativo à quantidade de cômodos na habitação, a adequação ou inadequação da edificação ao uso residencial. Para isso, observaremos a quantidade absoluta e relativa de domicílios particulares permanentes com um cômodo. Nos AGN, esse percentual é inexpressivo: 0,2% do

total, ocorrendo em 229 habitações de um total de 106.738 domicílios. No caso dos AGSN, é trinta e seis vezes maior: 7,2% do total de domicílios em AGSN, totalizando-se 125 moradias. De modo geral, em toda a área de ponderação, temos uma inadequação do domicílio ao uso residencial em 354 edificações, sendo 2/3 aproximadamente em AGN e 1/3 em AGSN.

Quanto à questão da habitação, considerando esses dois indicadores (relativos à qualidade do revestimento externo e ao dimensionamento adequado da edificação ao uso residencial), observamos que existem sinais de precariedade habitacional de forma generalizada em toda a área, não apenas em aglomerados subnormais, mas também naqueles tidos como “normais”. Devemos alertar para o fato de que grande parte desses problemas pode estar distribuída em áreas que por não comporem um aglomerado precário pelo porte definido pelo IBGE ou compõem comunidades muito pequenas ou estão dispersas pelo território, podendo não ser identificadas com tanta facilidade pela sociedade ou poder público. Esse risco de desconhecimento dessas condições pode levar a que essas habitações não sejam contempladas pelas políticas públicas destinadas a esse fim.

O aspecto renda também pode observado como um importante fator de diferenciação. Nas áreas subnormais, 24,9%, ou seja, praticamente uma em cada quatro pessoas vivem com até um salário mínimo. Nos aglomerados normais, esse percentual é menor: 15%. Contudo, em termos absolutos, podemos perceber que a população de baixa renda habita áreas predominantemente normais. Do total de 67.557 habitantes que vivem com renda de até um salário mínimo, 76,24% ocupam aglomerados normais, enquanto 23,76% os subnormais.

Observamos que nos AGN a renda nominal média das pessoas é de R\$ 3.215,22. Apesar de contar com grande população de baixíssima renda (51.508 habitantes ganham até um salário-mínimo), essa quantidade parece possuir um pequeno peso estatístico diante da quantidade de pessoas com alta e altíssima renda na região. Esse fato faz com que a renda média, mesmo que matematicamente reduzida pela população de baixa renda, ainda seja 4,13 vezes superior à das áreas de AGSN.

Observamos que o levantamento desses dados ilustra como Fortaleza é desigual e segregada, mesmo nas áreas consideradas nobres da cidade. Pelos números examinados, entendemos que a localização da residência em área privilegiada não é

fator que garanta a integração ao restante da cidade. Continuam existindo situações de precariedade, cujas diferenciações em relação ao seu entorno são sinais de que existem processos de segregação socioespacial ocorrentes.

Para identificar onde se localizam essas áreas segregadas, recorreremos aos estudos realizados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Habitafor – Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza, entre os anos de 2010 e 2012 para elaboração do seu PLHIS³⁸ – Plano Local de Habitação de Interesse Social, conhecido pela sigla PLHIS-For³⁹.

Segundo a metodologia exigida pelo Ministério das Cidades, proposta pela Fundação João Pinheiro (FJP), o PLHIS-For as NECESSIDADES HABITACIONAIS presentes em Fortaleza, a partir dos seguintes eixos conceituais:

- *déficit* habitacional (*déficit* quantitativo) – correspondendo à quantidade de moradias que precisam ser produzidas a partir da demanda da população de baixa renda, atendendo às seguintes necessidades:
 - reposição de unidades precárias, ou “REPOSIÇÃO DO ESTOQUE” (domicílios rústicos/improvisados, ou seja, habitações precárias fora dos padrões mínimos de habitabilidade e dignidade humana);

³⁸ PLHIS é o principal instrumento de planejamento habitacional dos municípios brasileiros, realizados sob orientação do PlanHab – Plano Nacional de Habitação, gerido pelo Ministério das Cidades, segundo metodologia e conceituação própria, desenvolvida pela FJP – Fundação João Pinheiro, de forma a se compor o SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Em 2004, aprovou-se pelo Conselho Nacional das Cidades o documento que orienta a Política Nacional de Habitação (PNH) e no ano seguinte da Lei Federal nº 11.124/2005 que orienta o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O SNH foi construído estabelecendo um desenho institucional com os princípios da democracia participativa e os dispositivos do Estatuto das Cidades, com a integração entre os três níveis de governo e os agentes públicos e privados e com as regras para a articulação financeira dos recursos. O SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social –, por sua vez, é o sistema específico de composição do SNH direcionado à habitação de baixa renda, entendida como aquela possuidora de renda até três salários mínimos vigentes, principal faixa socioeconômica de composição das necessidades e déficit habitacional do país, portanto, público-alvo desse sistema. O PLHIS, além do principal meio de implementação do SNHIS a nível local, é também o principal instrumento de planejamento das ações municipais no setor habitacional, apontando caminhos não só para promover o atendimento significativo às necessidades habitacionais identificadas, mas principalmente para a constante avaliação, monitoramento e revisão do Plano. Dessa forma, espera-se promover o acesso à moradia e à dignidade humana a todos os cidadãos. Como grande parte do problema encontra-se nas disparidades na apropriação do solo urbano e na garantia do direito à moradia a todos, o PLHIS pretende servir como instrumento para o planejamento de novas políticas públicas de inclusão socioterritorial, para os investimentos, as ações e intervenções programadas nos seus diferentes contextos.

³⁹ O documento final (Produto V - Proposta Final) do PLHIS-For (versão complementada e revisada) data de janeiro de 2013 e foi disponibilizado pela técnica responsável pela conclusão dos trabalhos, a arquiteta Camila Rodrigues Aldigueri.

- atendimento à demanda reprimida, ou “INCREMENTO DO ESTOQUE” (coabitação familiar ou comprometimento da renda com aluguel de habitação ou aluguel de cômodos);
- demanda demográfica – construção de novas unidades habitacionais a partir do crescimento demográfico, considerando a projeção temporal de 10 anos prevista pelo PLHIS-For;
- inadequação habitacional (*déficit* qualitativo) – corresponde à caracterização da qualidade da moradia, baseando-se não na necessidade de produção de habitação, mas na melhoria de unidades habitacionais existentes, consideradas precárias pelo seu grau de depreciação, pela ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva, carência de infraestrutura urbana (abastecimento de água adequado, saneamento básico, eletricidade, coleta de lixo), inadequação fundiária e/ou adensamento excessivo.

A metodologia entende que para quantificação da NECESSIDADE HABITACIONAL dos municípios, além do cálculo da demanda demográfica futura, o *déficit* deve ser quantificado a partir dos seguintes componentes:

- *déficit* habitacional quantitativo (reposição e incremento de estoque);
- *déficit* habitacional qualitativo, relativo à inadequação da moradia em termos sanitários e demais precariedades na infraestrutura de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica.

Na conclusão do Plano, são apresentados os estudos que compuseram os documentos-base: o Diagnóstico Habitacional e o Plano de Ação. Neste último, o PLHIS-For destaca a questão do desenvolvimento e seus resultados para o cenário precário de grande parte da cidade:

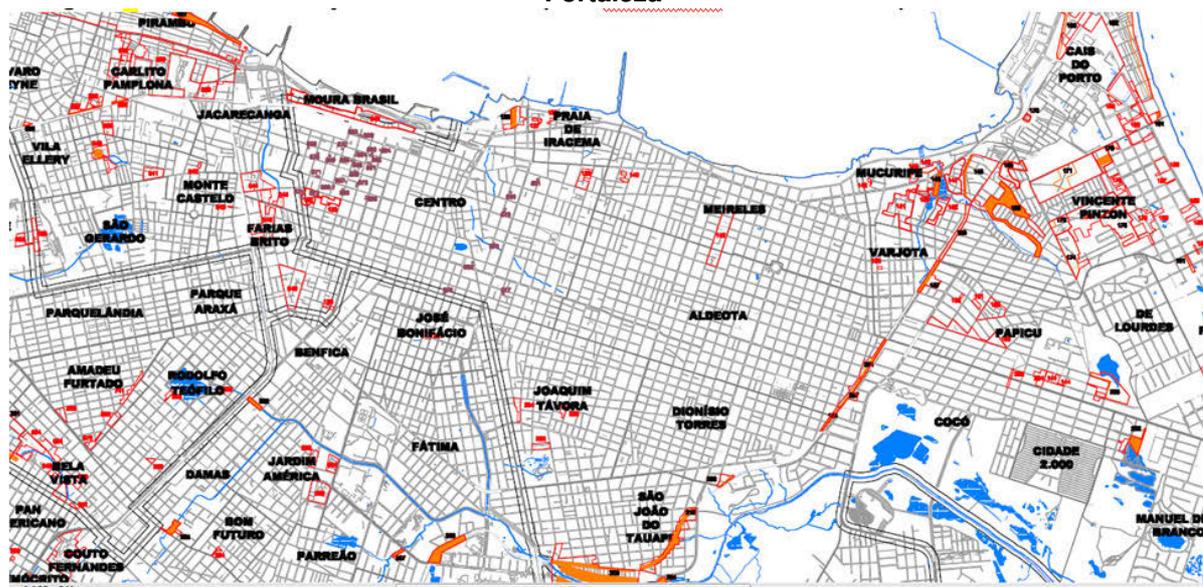
Em Fortaleza, a exemplo da realidade vivenciada em outras grandes cidades do país, o crescimento urbano também foi marcado por um desenvolvimento desigual e excludente. Grande parte da política habitacional realizada, prioritariamente, apenas através de construção de conjuntos habitacionais, foi marcada pela inadequação urbanística, segregação territorial e por inúmeros vícios; desde ausência de transferência da propriedade do terreno para o Município até a não concessão de títulos que legalize a posse dos moradores. (FORTALEZA, 2013, p. 14)

A segregação territorial de que fala o estudo concretiza-se nos assentamentos precários levantados e listados no anexo A do referido documento. Nessa lista

numerada, podemos identificar 843 assentamentos precários existentes na cidade. Dentre os registrados, destacamos o de número 136 - Poço da Draga, caracterizado como “favela parcialmente em área de risco”. Outros identificados no Centro como favela foram os seguintes: nº 132 – São Pedro, nº 133 – Comunidade Pe. Cícero (Rua Pe. Mororó), nº 134 – Poupa-Ganha, nº 135 – Banco do Brasil, nº 137 – Baixa Pau (no mangue do Poço da Draga), nº 138 – Beco dos Potiguaras e nº 139 – Graviola.

A FIGURA 2.12 nos mostra a localização não apenas dos assentamentos listados, mas de todos aqueles localizados na área do “Centro expandido”. Como podemos observar, a imagem guarda certa semelhança com aquela dos primeiros assentamentos que surgiram nas primeiras décadas do século XX, ilustrados na FIGURA 2.5.

FIGURA 2.12: Favelas e cortiços mapeados pelo PLHIS-For no “Centro expandido” de Fortaleza



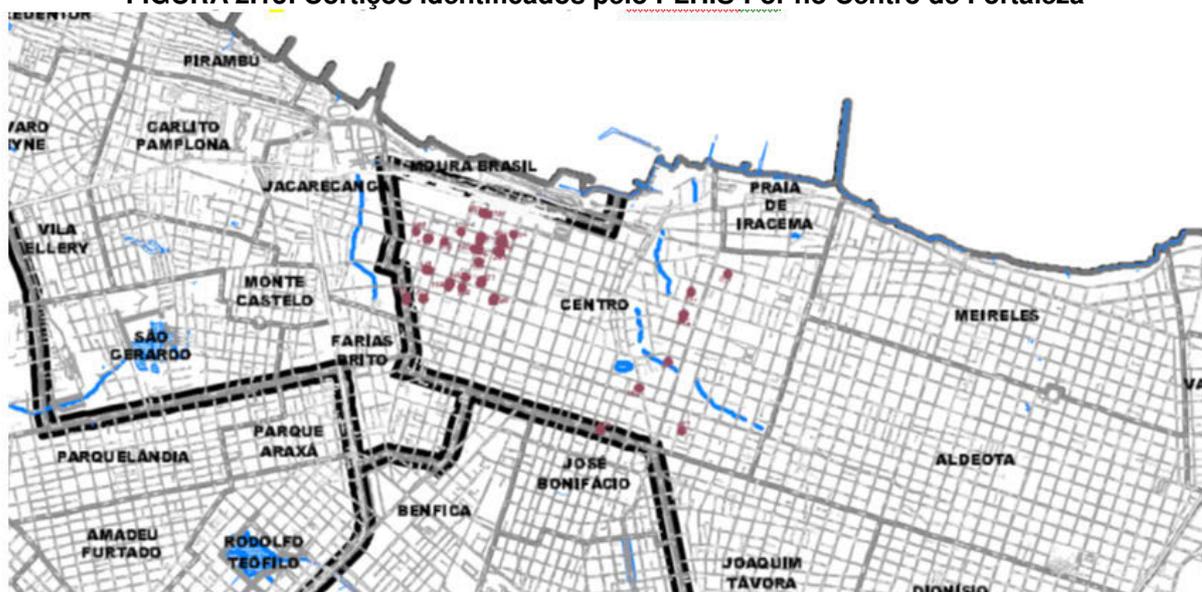
Fonte: PLHIS-For (P2.PLHIS.MAPA.FAVELA_final.pdf)

Comparando-se as FIGURAS 2.5 e 2.12, percebemos que com o passar dos anos a presença desses primeiros assentamentos na cidade resultou na atração de outros, mantendo-se o mesmo padrão de ocupação descrito na análise da FIGURA 2.5. As novas ocupações acabam por compor novas comunidades, aumentando a quantidade de assentamentos existentes na cidade, localizando-se nos mesmos espaços dos primeiros: dunas, margens de rios, lagoas e da linha-férrea. Contudo, pela FIGURA 2.12, percebemos que como ocorria na FIGURA 2.5, há uma parte da cidade onde essas ocupações continuam não sendo permitidas. À exceção dos

assentamentos localizados no Centro, surgidos durante a sua decadência, a partir da década de 1970, e de algumas pequenas comunidades como a Campo do América, de 1950, todos os demais localizam-se fora da área composta pelos bairros Aldeota, Meireles e Dionísio Torres.

Para além dos assentamentos caracterizados como “favelas”, o PLHIS-For identificou ainda no Bairro Centro 29 “cortiços”, registrados como os assentamentos de 868 a 896. Estes localizam-se nas ruas Oto de Alencar, Agapito dos Santos, Pe. Mororó, Liberato Barroso, Princesa Isabel, Pe. Ibiapina, Conselheira Estelita, Antônio Pompeu, Itatira, 25 de Março, Rodrigues Júnior, Visconde do Rio Branco, Tereza Cristina, Pe. Nazaré, São Paulo, Sen. Alencar, Guilherme Rocha e Av. do Imperador. Todos eles encontram-se na periferia da área predominantemente comercial do bairro, como observado na FIGURA 2.13.

FIGURA 2.13: Cortiços identificados pelo PLHIS-For no Centro de Fortaleza



Fonte: PLHIS-For (P5.PLHIS.MAPAS.Cortiços_finais.pdf)

Pela característica dessa tipologia, que corresponde a edificações coletivas, geralmente de valor histórico, ocupadas ou alugadas, com alto grau de deterioração e precariedade, entende-se a predominância no bairro Centro. Contudo, sua localização se dá nos “arredores” da área comercial, com maior incidência no oeste da cidade, nas proximidades do bairro Jacarecanga, área outrora elitizada, mas que passou por um processo de decadência em virtude do deslocamento das habitações burguesas para a região leste.

As análises feitas a partir das imagens 2.5, 2.12 e 2.13 reforçam a tese de que os enclaves socioespaciais estão constantemente presentes na cidade de Fortaleza, mas são claramente mais escassos nas áreas de atividade comercial e, principalmente, na grande área de expansão leste do centro da cidade, onde se localiza a chamada “área nobre” de Fortaleza. Os assentamentos precários identificados no PLHIS-For são quase inexistentes no interior desses bairros, mas possuem forte presença nos seus limites.

Assim, podemos compreender que no período de explosão demográfica da cidade, enquanto ocorria a expansão organizada e elitizada da cidade na direção leste, adensavam-se e se precarizavam os bairros na zona oeste e se periferizava a população de menor poder aquisitivo na região leste, impossibilitada de ocupar as áreas mais valorizadas da cidade.

Ao reduzirmos novamente a escala de análise e passarmos a comparar os dados recentes dos quatro principais bairros⁴⁰ do “centro principal” (PEQUENO, 2009) de Fortaleza, podemos observar como a Praia de Iracema apresenta os indicadores diferenciados em relação ao Centro, comportando-se como uma área de transição entre este bairro e a chamada “área nobre” da cidade, os bairros Meireles e Aldeota, localizados mais a leste. Como observamos nos dados registrados no QUADRO 2.5, a densidade demográfica da Praia de Iracema (6.137,25 hab/km²) é superior à registrada no Centro (4.545,87 hab/Km²), mas inferior às registradas na Aldeota (10.917,78 hab/Km²) e no Meireles (14.334,1 hab/Km²), estes últimos caracterizados como os bairros de maior verticalização da cidade. (PEQUENO, 2009; DIÓGENES, 2012) Ao observarmos o IDH, vemos o mesmo padrão: o da Praia de Iracema (0,720) é superior ao do Centro (0,556), mas inferior aos de Aldeota (0,866) e Meireles (0,953).

Podemos constatar a tendência de crescimento quantitativo de alguns indicadores de desenvolvimento urbano na direção leste da cidade a partir do Centro de Fortaleza, o que ilustra o também crescente interesse dos agentes econômicos e classes sociais mais altas por essas áreas.

⁴⁰ Centro, Praia de Iracema, Aldeota e Meireles

Quadro 2.5: Indicadores básicos dos bairros ao Entorno da Praia de Iracema

QUADRO COMPARATIVO - Bairros centrais de Fortaleza			
Bairro Praia de Iracema		Bairro Centro	
Área:	0,51 km ²	Área:	5,45 km ²
População:	3.130 hab	População:	24.775 hab
Densidade demográfica:	6.137,25 hab/km ²	Densidade demográfica:	4.545,87 hab/km ²
IDH:	0,720	IDH:	0,556
<i>Fonte: http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-II</i>		<i>Fonte: http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-centro</i>	
Bairro Meireles		Bairro Aldeota	
Área:	2,58 km ²	Área:	3,88 km ²
População:	36.982 hab.	População:	42.361 hab.
Densidade demográfica:	14.334,1 hab/km ²	Densidade demográfica:	10.917,78 hab/km ²
IDH:	0,953	IDH:	0,866
<i>Fonte: http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-II</i>		<i>Fonte: http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-II</i>	

Este deslocamento direciona-se exatamente às áreas de expansão da cidade formal a partir de meados do século XX. Diógenes (2012) observa essa tendência à separação entre as áreas leste e oeste a partir do Centro da cidade e reforça que essa diferenciação é construída historicamente durante a expansão radial da cidade. Esta se dá inicialmente na direção oeste e sudoeste da cidade, por meio de sítios e residências burguesas e, posteriormente, por bairros operários e populares. Esse caráter popular das novas construções incentiva a expansão burguesa na direção leste da cidade, o que atrairá também o comércio. O resultado na cidade atual é assim descrito por Diógenes (2012):

Constata-se, por exemplo, a predominância da população de baixa renda em todo o setor oeste, caracterizada pela pobreza e pela precariedade de meios, buscando na ocupação irregular de terras a solução para seus problemas de moradia, portanto, oposta aos espaços residenciais da população de alta e média renda na porção leste/sudeste da capital, que avançam em direção aos Municípios do Eusébio e Aquiraz. (DIÓGENES, 2012, p. 234)

Por fim, Fortaleza, na atualidade, demonstra ter como uma das mais marcantes características urbanas a segregação socioespacial, manifesta pela marcante diferenciação entre áreas centrais e periféricas e entre leste e oeste da cidade. Essa tendência é complementada por um novo modelo de expansão metropolitana, cuja escala foge do escopo deste trabalho, em direção aos municípios adjacentes, com a implantação de novos loteamentos e condomínios fechados em Eusébio, Aquiraz, Pacatuba, Maracanaú e Caucaia.

Fortaleza demonstra, também, além da forte tendência à periferização, inúmeros enclaves, fortificados ou populares. Estes, resultado do processo de segregação

socioespacial, permanecem isolados dos espaços de valorização, em áreas centrais e até mesmo nos bairros a leste da cidade. Nas palavras de Bernal (2004):

[...] a terceirização e a segregação socioespacial caminham juntas na estruturação intraurbana de Fortaleza e esta última vem-se agravando com a expansão urbana, especialmente dos bairros mais elitizados e mais bem dotados de infraestrutura. (*Ibidem*, p. 196)

A compreensão dessa realidade não se dá apenas pelos mapas e dados analisados e pelas conexões que podemos fazer entre eles, mas também pelo estudo histórico desenvolvido sobre a cidade.

Para corroborar os aspectos estudados até aqui da segregação socioespacial de Fortaleza na atualidade, passaremos à análise na escala do bairro. Será estudada, a seguir, na região da Praia de Iracema, alguns processos e indicadores e as relações entre os agentes que compõem a sociedade, de forma a nos aproximar mais de nosso objeto de estudo, a comunidade Poço da Draga.

2.3. Praia de Iracema e a segregação não-periférica

A região da Praia de Iracema sempre foi importante ao desenvolvimento de Fortaleza, ao abrigar, por muitos anos, o primeiro porto da cidade. Com a construção posterior do Porto do Mucuripe, mais distante do Centro, inicia-se um lento processo de adaptação, inicialmente espontâneo, mas posteriormente conduzido por grandes projetos estratégicos a partir da década de 1990.

Na fase de adaptação espontânea, além do abandono de parte das edificações outrora ligadas ao comércio exterior e à atividade aduaneira, a região passa também a receber uma população de mais baixo poder aquisitivo, que se unindo a que já ali residia, busca na proximidade com o centro comercial da cidade e com o mar, meios para sua sobrevivência, através da pesca e do trabalho formal e informal no comércio e na atividade industrial remanescente. Por esse motivo, hoje observamos uma grande quantidade de espaços de ocupação popular no núcleo original da cidade. Entre as áreas populares identificadas na região, temos o Poço da Draga (FIGURA 2.14).

Para se conhecer os processos que levam à segregação desses espaços, estudaremos, no primeiro tópico deste item, a formação da Praia de Iracema, sua

relação com a atividade portuária, a ocupação por residências de pescadores e casas de veraneio e a estruturação espontânea a partir da retirada, gradativa, das atividades portuárias. No segundo tópico, analisaremos os grandes projetos urbanos de requalificação que buscam promover a reorganização da área.

FIGURA 2.14: Áreas Ocupadas e ZEIS no Centro e Praia de Iracema (2013)



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza – arquivo KMZ sobre base do Google Earth. Editado pelo autor.

2.3.1. O processo de ocupação da área portuária

Apesar de oficialmente se localizar nos limites administrativos do bairro Centro, o Poço da Draga possui forte relação com a Praia de Iracema. Não são apenas suas histórias que se confundem. A peculiaridade e intensa complexidade compõem o tecido urbano e social da região comum a ambas. É importante conhecermos como se conforma a Praia de Iracema, no passado e na atualidade, para assim compreendermos o Poço da Draga em seu contexto.

A ocupação residencial da Praia de Iracema começa a ocorrer nas primeiras décadas do século XX, quando se inicia o processo de expansão leste da cidade em direção aos novos loteamentos burgueses da Aldeota e do litoral leste, no bairro Meireles. A área, porém, já era utilizada pela população desde o início do século XIX, com a implantação de um cais marítimo na então denominada Praia do Peixe.

Posteriormente, a partir da alta do comércio do algodão, em 1879, é instalado o ramal ferroviário da estrada de ferro Baturité – Fortaleza que fazia a ligação da Estação Ferroviária ao Porto. (OLIVEIRA, 2006, p. 24) Poucos anos depois, por

volta de 1888, o engenheiro inglês John Hawkshaw projeta um quebra-mar que por erro de projeto, cria uma bacia de águas paradas que passou a ser denominada Poço da Draga.⁴¹ Nas palavras de Rodrigo de Almeida publicadas no Jornal *O Povo* de 26 de julho de 1997, “[...] o mar jogava água por cima do paredão. E tinha um guincho, ou melhor, uma draga, que puxava a água para o outro lado”. (ALMEIDA, *Apud* OLIVEIRA, 2006) Esta foi vivenciada pelas primeiras gerações de moradores da região, permanecendo viva hoje apenas na memória de seus habitantes mais antigos. Como relata uma delas em matéria do mesmo jornal, de 04 de abril de 2013:

É porque a draga era ali atrás (onde hoje está instalada a INACE⁴²). Era como se fosse um braço do mar, a água empoçava ali (quando a maré subia). Lá, os meninos ficavam tomando banho. Era uma diversão. (Geraldina Pereira *Apud* MAIA, 2013a)

Já nos primeiros anos do século XX, mais precisamente em 1903, é instalada a linha de bonde animal do centro da cidade até a Alfândega Velha, chamada de “linha da praia”. (OLIVEIRA, 2006, p. 24) Em 1906, inaugura-se, próximo à Alfândega, o novo cais (FIGURA 2.15), com estrutura em ferro e piso em madeira, chamado oficialmente de “Viaduto Moreira da Rocha” e, popularmente, de “Ponte Metálica”. (FEITOSA, 1998; OLIVEIRA, 2006)

Luiz Tadeu Feitosa (1998) redige notícia do Jornal *O POVO* que descreve a gradativa importância que a Praia de Iracema adquire com o tempo:

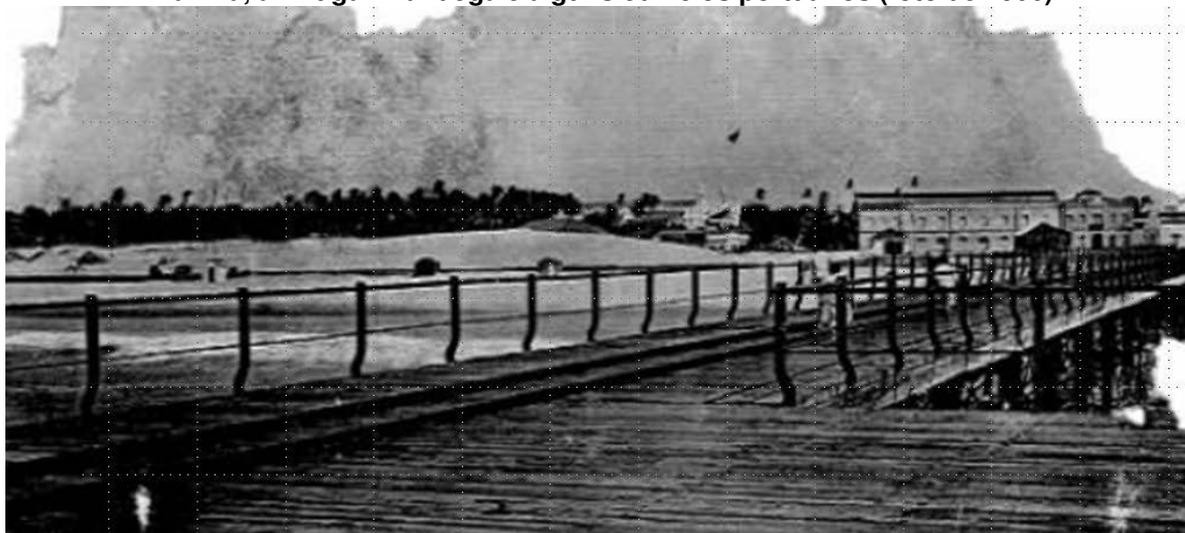
Em 1860 foi iniciada a construção de um paredão no Meireles, e para fixação das areias do Mucuripe, fazer o plantio de gramas nas dunas. Estudos do engenheiro Domingos Sérgio de Sabóia e Silva resultaram na construção de um viaduto na altura da Alfândega, todo de ferro, com piso de madeira, que ficou conhecido como “ponte metálica”. A construção foi iniciada no dia 18 de dezembro de 1902 e sua inauguração se deu em 26 de maio de 1906. Tinha uma escada móvel para acompanhar as marés, onde as pessoas subiam e desciam para embarque e desembarque. Também existiam guindaste para transporte de mercadorias. Tanto as cargas como os passageiros embarcavam em lanchas e botes, indo até o navio. [...] Em 1922 foi reconstruída, desta vez em concreto armado. [...] No governo de Epitácio Pessoa, a ponte foi reconstruída e dado início à construção do porto de Fortaleza, uma nova ponte ligaria a terra firme a uma ilha submersa a 900 metros dali. Chamou-se esta outra ponte de Ponte dos Ingleses, devido ser construída por uma firma

⁴¹ O nome “Poço da Draga” não se refere, inicialmente, à comunidade a que estamos estudando. Esta só iniciará a ocupação dessa região décadas depois.

⁴² INACE – Indústria Naval do Ceará

inglesa, a *Morton Griffiths*. A outra ponte começou a ser chamada de ponte velha. (Jornal O Povo, s/d *Apud* FEITOSA, 1998, p. 191)

FIGURA 2.15: Ponte metálica em primeiro plano; ao fundo, pode-se ver o Outeiro e a Igreja da Prainha, a Antiga Alfândega e alguns edifícios portuários (foto de 1906)



Fonte: Arquivo Nirez

O porto de Fortaleza torna-se o principal ponto de exportação do Ceará, conferindo a cidade posição de destaque no Estado, em detrimento das demais do litoral cearense. Nesse cenário, erguem-se várias edificações que compõem hoje parte do patrimônio arquitetônico da cidade, como edifícios para comércio, galpões, armazéns (FIGURA 2.16) e os edifícios da antiga Alfândega, hoje sede do Centro Cultural da Caixa (FIGURA 2.17) e da Secretaria da Fazenda (FIGURA 2.18).

FIGURA 2.16: Patrimônio arquitetônico na região (Rua Guilherme Blum e Rua Boris)



Fonte: OLIVEIRA, 2006

Além das edificações que serviam às atividades do porto, na década de 1920 e durante as seguintes, a parte mais a leste da Praia de Iracema passa a ser ocupada por “bangalôs”, termo utilizado para se referir às casas erguidas por famílias de

classe alta e média, usadas como casas de veraneio. O lazer marítimo começa a ser incorporado pela sociedade local, influenciada pelos novos padrões de diversão que chegavam da Europa.

FIGURA 2.17: Antiga Alfândega (nov.2014)



Fonte: André Almeida

**FIGURA 2.18: Patrimônio arquitetônico na região
(Edifício da Secretaria da Fazenda e traços da linha férrea na Rua Gerson Gradvol)**



Fonte: OLIVEIRA, 2006

A vila de pescadores ali existente passa, então, nas primeiras décadas do século XX, a conviver com novas formas de ocupação. Na mesma época, o nome “Praia do Peixe” é substituído, por concurso, para “Praia de Iracema”, uma forma de promover a apropriação da região pelas elites locais.

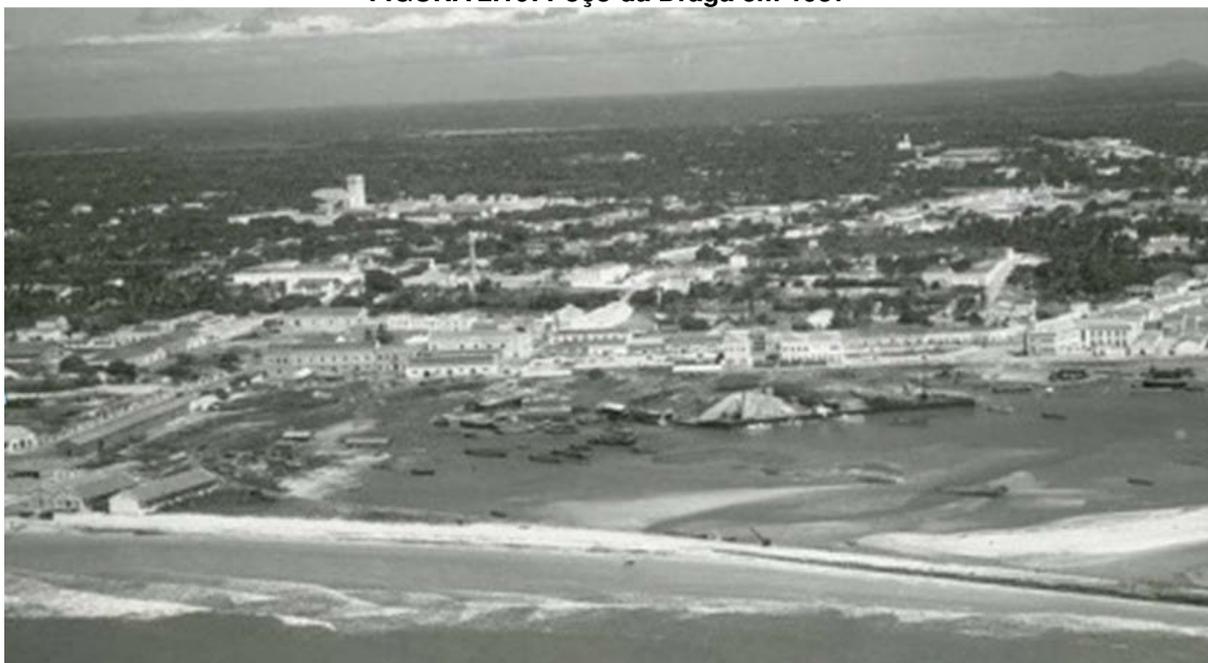
Nos anos de 1920 a antiga Praia do Peixe, até então ocupada por humildes pescadores, começou, [...], a ser ocupada por setores abastados, predominando casas de veraneio – aos poucos, a visão negativa acerca do mar/litoral ia mudando. [...] Com a presença da “gente endinheirada”, até o nome da pacata praia foi mudada, em 1929, para Praia de Iracema (exatamente no centenário do nascimento do escritor José de Alencar), uma denominação bem mais adequada às “boas pessoas” que agora frequentavam o local.

Nos anos 1930/40/50, os pescadores passaram a ser “afastados” [grifo nosso] da área, enquanto mais famílias ricas chegavam, afora clubes (Ideal Clube, Praia Clube Jangada Clube, Gruta Praia), restaurantes/bares (Ramon, Zero Hora e outros) e hotéis (Pacajus, Iracema, Plaza). (BRUNO, FARIAS, 2012, p. 132)

A segregação espacial começa a se manifestar. Os moradores de comunidades tradicionais do litoral não são considerados detentores de direitos sobre o território, sendo expulsos para outras áreas da cidade. Tal expulsão parecia ser facilmente aceita e justificável pela sociedade, que promovia a mudança gradativa da imagem da Praia de Iracema de “área indesejada” para “área nobre”.

Apesar do aumento do interesse para lazer e moradia, o interesse econômico reduz-se a partir do final da década de 1930, durante as discussões sobre a necessidade de um novo porto para a cidade. As atividades portuárias e aduaneiras existentes (FIGURA 2.19) deslocam-se pouco a pouco para o extremo leste da orla, onde se iniciam as obras do Porto do Mucuripe no início da década de 1940.

FIGURA 2.19: Poço da Draga em 1937



Fonte: Amelia Earhart (Arquivo Nirez)

Além do início da desativação da principal atividade econômica da região para a enseada do Mucuripe, as obras do novo porto também geram grande impacto ambiental na região. A faixa de praia é reduzida pelo avanço das marés, destruindo parte das edificações existentes. Sobre os impactos ambientais e sociais causados pela obra do Porto no Mucuripe, Heloisa Oliveira (2006) comenta:

A erosão da faixa de terra e o avanço das marés acarretaram a destruição do casario e a expulsão de moradores e pescadores do local. Muitos destes se mudaram para a área do novo porto, no Mucuripe; outros localizaram seus casebres na área do Poço da Draga. (*Ibidem*, p. 23)

Como explica Solange Schramm (2001, *Apud* GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006):

Na década de 1940, as obras do novo porto, na enseada do Mucuripe, provocaram o avanço das marés e da destruição da faixa litorânea do bairro Praia de Iracema [...]. Diversos armazéns e casas comerciais foram abandonados e a maioria dos galpões passou a ser ocupada por famílias de baixa renda ou se manteve fechada em processo de deterioração. No entorno do ramal ferroviário existente, nas proximidades da Ponte Metálica, formou-se a favela do Poço da Draga, constituída principalmente por famílias de pescadores. Permanecem alguns bares e casas de prostituição, frequentados por boêmios e, posteriormente, por intelectuais e artistas, com destaque para o bar-restaurant Estoril, antiga residência de veraneio transformada em cassino de oficiais americanos durante a Segunda Guerra Mundial. (SCHRAMM, 2001, *Apud* GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006, p. 244)

Como destacam as autoras, é na década de 1940 que se inicia a ocupação, para moradia popular, da área do ramal ferroviário do Poço da Draga, próxima à Praia Formosa. Em virtude do perfil desses novos moradores ser de pescadores e não de flagelados da seca, outros autores estudados não citam (QUADRO 2.2) a comunidade localizada na Praia de Iracema como área de favela.

Segundo o relato de moradora nascida na década de 1940, registrado pelo jornalista Geimison Maia (2013):

Na recordação da aposentada Nadja Albuquerque, 67, está a imagem de um lugar habitado, principalmente, por pescadores. “Antes, tinham muitas jangadas. Hoje não tem mais nada”, comenta. (MAIA, 2013)

Pela foto aérea da década de 1940 (FIGURA 2.20), constatamos a existência de pequenas manchas escuras. Trata-se, possivelmente, de embarcações de pescadores na Praia Formosa, como relata a antiga moradora. Enquanto nas áreas próximas à praia, seguindo na direção leste, a ocupação é de clubes e dos primeiros hotéis da orla, as edificações abandonadas e os espaços livres na área mais a oeste do bairro, próximas à Ponte Metálica e à Ponte dos Ingleses (inacabada), atrairão, nas décadas seguintes uma população de mais baixa renda, na sua maioria, migrantes que constituirão comunidades de pescadores.

FIGURA 2.20: Praia de Iracema e Praia Formosa (Década de 1940)



Fonte: Website da comunidade Poço da Draga
(<http://www.pocodadraga.org/#!/Poo-da-Draga-1940/zoom/cee5>)

Na década de 1950, em paralelo às obras do Porto do Mucuripe e ao início da ocupação popular para moradia no Poço da Draga, dá-se continuidade ao processo de decadência econômica da Praia de Iracema. Nas palavras de Clélia da Costa (2007 *Apud* BRUNO, FARIAS, 2012):

Os armazéns e depósitos próximos das docas do porto velho (Poço da Draga, na Prainha) deslocaram-se para as Docas do Mucuripe, na década de cinquenta, a partir da atração do novo porto. (COSTA, 2007 *Apud* BRUNO, FARIAS, 2012, p.126)

Mesmo diante dos impactos ambientais e socioeconômicos para a Praia de Iracema, o Porto do Mucuripe era visto “como ‘fundamental’ para o Ceará sair do ‘atraso’, conforme o discurso da imprensa e autoridades”. (BRUNO, FARIAS, 2012, p. 126)

Nessa mesma década, ocorre a maior explosão demográfica na cidade, resultado dos intensos fluxos migratórios do interior para a capital. Nos anos de 1951 e 1958 são registradas grandes secas no Sertão, que, aliando-se à decadência econômica da agricultura, acentuam o incremento populacional na capital. Pelos dados demográficos de Fortaleza entre 1950 e 1960, podemos ver que sua população

quase dobra, atingindo uma taxa crescimento que chega a 90,5%. A da cidade passa de 270.169 habitantes para 514.813. Na década seguinte, a taxa mantém-se elevada (66,6%), atingindo-se a marca de 857.980 habitantes em 1970 (QUADRO 2.1). O crescimento populacional ocorrido entre as décadas de 1950 e 1970 confronta-se com a insuficiente oferta de postos de trabalho na cidade, principalmente no Centro da cidade, direcionando essa mão-de-obra aos setores informais da economia, em situação de intensa precariedade socioeconômica.

Na mesma época, presenciamos o “esvaziamento habitacional” das classes média e alta do Centro, que passam a construir suas habitações no extremo leste da Praia de Iracema, distanciando-se do Centro e da área portuária (FIGURA 2.21 e 2.22) e na região da Aldeota. Do mesmo modo, deslocam-se gradativamente do Centro as instituições públicas e as atividades de comércio e serviços destinadas a essa parcela da população, seguindo os eixos viários de expansão leste da cidade (FIGURA 2.22) pela Av. Monsenhor Tabosa (Praia de Iracema) e pela Av. Santos Dumont (Aldeota). (BERNAL, 2004; PEQUENO, 2009; DIÓGENES, 2012)

FIGURA 2.21: Continuação da Av. Alm. Barroso, região leste da Praia de Iracema (Década 1960)



Fonte: Website da comunidade Poço da Draga
(<http://www.pocodadraga.org/#!Praia-de-Iracema-na-dcada-de-1960/zoom/cee5/image1cn1>)

FIGURA 2.22: Eixos de expansão



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

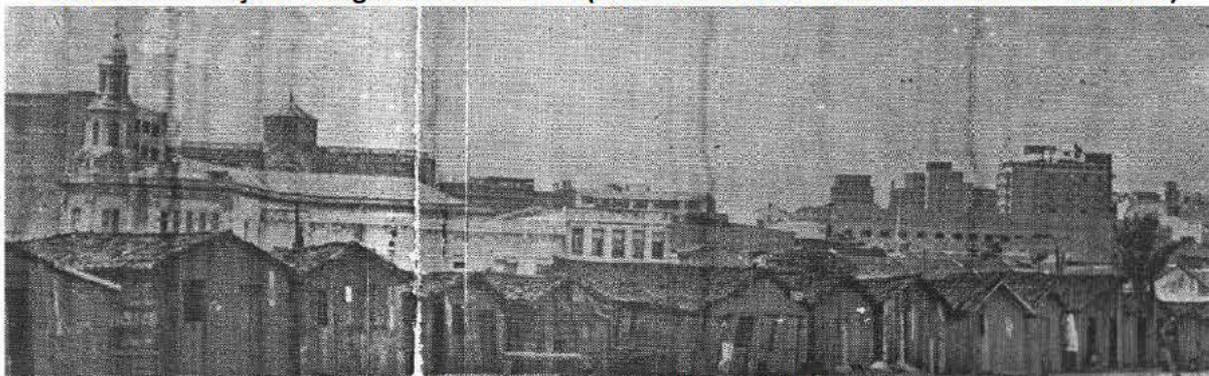
Tal fato gera um forte impacto no Centro da cidade, que passará por um processo de reorganização no qual as atividades que permanecem passam a atender a um perfil populacional de mais baixa renda. Por esse motivo, o Centro também deixa de ser, pouco a pouco, o foco dos investimentos públicos de ordenamento e manutenção dos espaços públicos e das atividades. Nesse cenário, a pobreza de parte dos habitantes da cidade alia-se ao desinteresse do Poder Público em prover infraestrutura urbana e serviços públicos para o conjunto da cidade.

No entorno do Centro ocorre o adensamento de áreas sem condições adequadas à habitabilidade, como na encosta do Moura Brasil e nas dunas do Pirambu (FIGURA 2.5). Essa população ocupa as áreas mais a oeste do centro em virtude não só do desinteresse da classe de mais alta renda nessa região, mas também da proximidade com o eixo da Av. Francisco Sá, primeira área de concentração industrial da cidade (FIGURA 2.22). O mesmo ocorre na antiga e decadente região portuária, que apesar de se localizar na área leste da cidade, não apresenta atrativos à moradia de média e alta classes. Ao contrário, as oportunidades de emprego criadas pela instalação da INACE – Indústria Naval do Ceará – em 1969, aumentam o fluxo de famílias de baixa renda para a região. Na mesma época, dá-se a desativação dos trilhos da Rua Gerson Gradvol e Travessa CIDAO (OLIVEIRA, 2006), concluindo-se definitivamente a atividade aduaneira no bairro.

A criação da INACE apresenta-se como um grave equívoco urbanístico ao impedir os moradores da região e demais cidadãos da cidade de terem acesso ao litoral, prejudicando as potencialidades paisagísticas e as atividades ligadas ao lazer e à pesca. Esse fato consolidou o isolamento das comunidades carentes existentes na área e prejudicou uma das principais fontes de renda dos moradores, deteriorando as já graves condições socioeconômicas em que viviam. Contudo, antes da instalação da indústria naval, as intenções eram outras. Entre 1963 e 1967, o Plano Diretor elaborado pelo urbanista Hélio Modesto demonstra preocupações de ordem meramente econômica e administrativa, desenvolvendo a cartografia da cidade e constituindo o cadastro imobiliário com finalidade tributária. Esse plano apresenta a primeira ameaça de remoção dos moradores do Poço da Draga, com a proposta de um Centro Cívico nessa área, fato que não se concretiza. (GONDIM, 2008)

A década de 1970 é marcada pela consolidação do processo de favelização das comunidades existentes na região da Praia de Iracema (FIGURAS 2.23 e 2.24). Feitosa (1998, p. 110) observa que “as favelas surgem em meio a um processo desigual de acessos a bens e serviços e devido à falta de política habitacional condizente com a realidade brasileira”.

FIGURA 2.23: Poço da Draga na década 1970 (com edifício da Secretaria da Fazenda ao fundo)



Fonte: Gaspar, 1970 In Oliveira, 2006

Scrhamm (2002 *Apud* OLIVEIRA, 2006) reproduz uma publicação em matéria do Jornal *O POVO*, de 13 de julho de 1978, que descreve o Poço da Draga à época:

[...] a área é suja, o mau cheiro está no ar, o local se alaga frequentemente, as condições de vida dos moradores é (sic) a pior possível [...] Alguns passam dias e dias [no mar] e o apurado não dá sequer para a alimentação da família. Vender? Só quando sobra. [...] e assim vão passando pela vida, sempre ligada ao mar... [...] as mulheres consertam as velas que chegam rasgadas. Meninos e cachorros (como tem) brincam no pano branco, de muitos remendos.

O cheiro de peixe está no ar, está no estômago, na vida de todos eles. (SCHRAMM, 2002, p. 94 *Apud* OLIVEIRA, 2006, p.24)

FIGURA 2.24: Vila de pescadores na Praia Formosa, à época da implantação da INACE (Déc. 1970)



Fonte: Website da comunidade Poço da Draga
(<http://www.pocodadraga.org/#!Poo-da-Draga-dcada-de-1970/zoom/cee5/image111q>)

A FIGURA 2.25 apresenta uma vista aérea da Praia de Iracema na década de 1970, com a Ponte dos Ingleses, a Ponte Metálica e o primeiro quebra-mar. Na Praia Formosa, observa-se a vila de pescadores então existente e as primeiras edificações da INACE. Ao fundo, no sentido esquerda-direita da imagem, passando pelos tonéis de armazenagem da CIDA O - Companhia Industrial de Algodão e Óleos, aparece a área do Poço da Draga, compondo uma região alagada, onde já se identifica uma conformação de casas seguindo em curva (paralela à linha do trem) na direção da Ponte Metálica,. Mais à esquerda, observa-se a presença do edifício da Antiga Alfândega ao lado dessas habitações.

Na década de 1980, a Praia de Iracema passa a atrair novos interesses, principalmente de restaurantes e bares (GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006, p.245). Ocorre a desativação da CIDA O (OLIVEIRA, 2006, p. 24) e a expansão da INACE, ocasionando na remoção de parte da vila de pescadores existente para o

Conjunto Palmeira (GONDIM, 2008), bairro localizado na extrema periferia da cidade, distante em linha reta mais de 14 km do Centro.

FIGURA 2.25: Praia de Iracema e Praia Formosa (Década de 1970)



Fonte: Website da comunidade Poço da Draga
(<http://www.pocodadraga.org/#!/Poo-da-Draga-1940/zoom/cee5>)

Dentre as informações coletadas para este trabalho, esse é o primeiro registro de efetivação das intenções, que já existiam desde a década de 1960, de remoção das áreas de moradia popular na Praia de Iracema. No cenário nacional, o país vê-se em um processo de redemocratização, em que inúmeros movimentos sociais e políticos oriundos das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base - passam a atuar mais livremente nas lutas urbanas. Essa época coincide com o período em que os moradores do Poço da Draga iniciam sua organização comunitária. A comunidade passa a reivindicar melhores condições de vida, diante das condições de extrema precariedade urbana a que estão obrigados a viver (FIGURA 2.26), mas também seu direito de permanecer no bairro, diante da primeira concretização das intenções de remoção a que se tem registro.

FIGURA 2.26: Alagamento na Rua Viaduto Moreira da Rocha (1980)



Fonte: Arquivo Velaumar

Recebem apoio do Centro de Defesa e Proteção aos Direitos Humanos (CDPDH), organização não governamental ligada à arquidiocese católica em Fortaleza, que tinha como arcebispo à época o Cardeal Dom Aloísio Lorscheider (1924-2007), franciscano e conhecido defensor dos direitos humanos. O CDPDH passa a apoiar a Associação dos Moradores do Poço da Draga (AMPODRA) em seu pleito de regularização fundiária junto à União para obter a CDRU, Concessão de Direito Real de Uso.

A partir da década de 1990, intensificam-se as ameaças de remoção das comunidades localizadas na Praia de Iracema, em virtude das intenções de execução de projetos destinados aos “projetos de requalificação”. Dentre esses, podemos citar a reforma do restaurante histórico Estoril, espaço boêmio durante a II Guerra Mundial, em virtude da presença de forças militares americanas, e a construção de um calçadão na orla da praia, retomando a área para o lazer turístico, induzindo o uso das edificações privadas a esse fim. Para viabilização de tais projetos, a prefeitura chega a alterar a própria legislação municipal, pondo em risco não apenas as favelas, mas também as edificações históricas existentes.

Em 1995, a Prefeitura alterou outra vez o zoneamento [...]. Desta vez, apenas parte da faixa próxima à praia foi considerada como área de preservação; o setor que incluía o Poço da Draga e a área onde seria localizado o Centro Dragão do Mar foram considerados de *revitalização urbana*, o que tornava possível a derrubada das construções antigas e sua substituição por edifícios de até dezesseis andares. (SCHRAMM, 2001: p. 97 *Apud* GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006, p. 246)

Alguns anos depois, será desenvolvido o projeto do CDMAC - Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura -, que tem a proposta não apenas de se tornar um grande

equipamento cultural da cidade, mas também de requalificar a área no entorno da Capitania dos Portos e da antiga Alfândega. Aberto ao público em 1998, o CDMAC converteu-se em um importante marco turístico da cidade. Em se conhecendo os usos do entorno, predominantemente gastronômico e de lazer, os possíveis incentivos à reforma e adaptação dos imóveis de entorno para atividades culturais, como era o conceito original do projeto, não obtiveram sucesso. O mesmo podemos falar das políticas de integração social da população do entorno.

Na primeira década do século XXI, novos investimentos na Praia de Iracema são previstos, como o CMEFC – Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará – no local onde hoje se localiza o Poço da Draga e a INACE, e o Acquário do Ceará, projetado no terreno onde antes funcionava o DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas – pertencente ao Poder Público Federal, adjacente à comunidade.

Além do interesse público, também o interesse privado direciona seu olhar ao bairro nesse período. Apesar da “região centro-leste” da cidade já ter demonstrado “esgotamento do crescimento da área residencial desde 1999, com a exaustão dos terrenos disponíveis” (BERNAL, 2004, p. 164), a Praia de Iracema continua provocando interesse no mercado imobiliário. Pelos dados coletados por Bernal (2004) no SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil –, constatamos que em 2001 o local respondia por 4,62% da oferta de imóveis residenciais na região metropolitana, ocupando a 6ª posição entre os bairros da Grande Fortaleza. (BERNAL, 2004, p. 167) Esse interesse pode ser explicado:

- pelas vantagens de localização que o bairro proporciona (proximidade ao mar, áreas de lazer noturno e com os bairros Centro, Meireles e Aldeota);
- pela boa oferta de infraestrutura e serviços públicos e privados existentes;
- pelas possibilidades de se gerar ganhos econômicos com a compra de imóveis na região, seja pela valorização esperada a partir da evolução natural do mercado imobiliário ou das constantes intervenções urbanas, seja pela possibilidade de exploração de atividades turísticas.

Pelo estudo desenvolvido até aqui, percebemos que a Praia de Iracema sempre se apresentou como uma área de grande importância ao desenvolvimento econômico da cidade de Fortaleza. De escoamento da produção para o mercado externo,

desenvolvendo a vocação comercial da cidade ao novo perfil vocacionado à indústria do turismo e do lazer, a Praia de Iracema constantemente atrai os olhares do poder público e dos agentes econômicos. Mesmo durante a fase de “decadência”, as atividades econômicas encontraram na Praia de Iracema, assim como no Centro, espaço para atuarem: enquanto no centro histórico as atividades comerciais passam a atender um público de menor poder aquisitivo, na Praia de Iracema, dá-se a exploração econômica do litoral por meio da implantação da indústria naval. Por esse motivo, entendemos essa fase não como de decadência, mas como de transição necessária à reestruturação econômica até seu mais recente perfil associado a atividades de turismo e lazer.

Ao compararmos a FIGURA 2.27⁴³, datada de 2013, com a FIGURA 2.25, da década de 1970, podemos observar como está se dando, no espaço urbano da Praia de Iracema, esse processo de reorganização econômica no referido período.

FIGURA 2.27: Reprodução digital 3D da Praia de Iracema e INACE (2013)



Fonte: Imagem disponível pelo *software* Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

⁴³ Imagem 3D disponibilizada pela base digital do Google Earth da área da Praia de Iracema em 2013.

Na imagem mais recente, podemos perceber que a antiga Praia Formosa deu lugar completamente à INACE, desaparecendo por completo a vila de pescadores outrora existente. Por outro lado, o Poço da Draga se adensa, em virtude dos fluxos migratórios de população de baixa renda que se dirigiram à região no período.

Ao lado da antiga Alfândega, observamos na imagem de 2013 a presença do CDMAC. Do mesmo modo, percebemos outras grandes intervenções públicas, como a obra do Acquário do Ceará e a faixa de praia agora urbanizada por projetos que incluem a restauração de edifícios históricos e a reforma da Ponte dos Ingleses. Observamos ainda um lento, mas incipiente, processo de verticalização, pela presença de alguns edifícios de habitação e de hospedagem.

Por fim, a existência de interesses na Praia de Iracema ainda hoje explica, em parte, a reversão do processo de “decadência” (ou seguimento ao processo de transição, como podemos também entender) e a existência de indicadores (QUADRO 2.5) que se aproximam daqueles identificados nas áreas de melhor estruturação da cidade.

Constatamos, enfim, que esses novos interesses materializam-se nos grandes projetos de requalificação urbana sintetizados a seguir.

2.3.2. Projetos para a Praia de Iracema e alguns aspectos segregadores

A seguir, apresentamos uma síntese dos projetos públicos propostos e executados na Praia de Iracema a partir da década de 1990, expondo os registros dos autores que abordaram o tema e da população residente na região, em que podemos observar como estes compreendem as intervenções propostas. Os seguintes projetos serão apresentados (FIGURA 2.28):

- 1) Projeto de Reforma da Praia de Iracema (construção do calçadão em 1992 e reforma da Ponte dos Ingleses em 1994);
- 2) Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (1998, inaugurado em 28 de abril de 1999 – SOUSA, 2007a);
- 3) Requalificação da orla da Praia de Iracema (2007);
- 4) Acquário do Ceará (2013 – em execução).

FIGURA 2.28: Áreas que receberam investimentos em projetos urbanos (1990-2014)



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

2.3.2.1. Reforma da Praia de Iracema (1994)

O projeto de reforma da Praia de Iracema é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza no início da década de 1990. No pacote de intervenções, estavam previstos a construção de um calçadão na orla marítima, entregue em 1992, o restauro do restaurante Estoril e a construção de um píer de lazer sobre a Ponte dos Ingleses, entregues e inaugurados no ano de 1994.

Essa proposta inicia, em Fortaleza, um ciclo de grandes projetos que visam a promover a imagem da cidade no circuito turístico nacional e internacional. Como analisa Harvey (2000) a respeito dessas práticas:

Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição internacional e de empreendimentos urbanos intensificados. (HARVEY, 2000, p. 92)

Para Gondim (2007, p. 126), a reforma da Praia de Iracema tinha como interesse “a reinvenção da Praia de Iracema como lugar turístico”, ou seja, transformar a região

em polo turístico, gastronômico e de lazer. Como descrevem Gondim, Bezerra e Fontenele (2006):

No início da década de 1990, a Praia de Iracema foi alvo de diversas intervenções da Prefeitura e do Governo do Estado, entre as quais se destacam a construção do calçadão, a reconstrução do Estoril, com sua arquitetura de traços ecléticos, e a reforma da antiga Ponte dos Ingleses. (*Ibidem*, p. 245)

A região da Praia de Iracema apresentava, na ocasião, certa vitalidade urbana, a partir dos moradores mais antigos que ainda circulavam, pela vida comunitária existente nas comunidades mais carentes e atividades econômicas remanescentes do seu passado portuário e de veraneio, como armazéns, empresas de comércio atacadista, repartições públicas, bares e restaurantes da boemia da cidade, além de alguns prostíbulos. Contudo, a área apresentava também alguns problemas associados à infraestrutura urbana, como pavimentação deficiente e saneamento e a decadência das atividades portuárias, como a presença de alguns vazios urbanos e exemplares do patrimônio arquitetônico abandonados, em deterioração ou mesmo em ruínas. Do ponto de vista socioeconômico, na área havia uma população de baixo poder aquisitivo, vivendo em condições precárias, assim como atividades comerciais atacadistas, de transportadoras, de bares rústicos e prostíbulos.

De forma a adequar a região às exigências do turismo, o projeto propôs um grande calçadão (FIGURA 2.29) em toda a faixa de praia da Ponte dos Ingleses até a Avenida Almirante Barroso, integrando esse espaço à faixa litorânea do Meireles e valorizando a paisagem. O tratamento urbanístico e paisagístico se estendeu às vias adjacentes de forma a permitir a circulação e o uso gastronômico.

O projeto contemplou também a reforma da Ponte dos Ingleses. (COSTA, 2003, p. 102) Os arquitetos encarregados do projeto da ponte, executado posteriormente, foram Fausto Nilo Costa Júnior e Delberg Ponce de Leon. A obra foi inaugurada no ano de 1994 (FIGURA 2.30). Sabrina Costa (2003) o descreve:

[...] implantaram naqueles 130 metros de plataforma, quiosques com diversas funções: informações turísticas, venda de artesanato, sorveteria, etc. A ponte funciona ainda como um belvedere de apreciação da orla marítima. (*Ibidem*, p. 102).

FIGURA 2.29: Um trecho do calçadão após a reforma da década de 1990



Fonte: BARBOSA, 2006, p.113

FIGURA 2.30: Imagem da Ponte dos Ingleses após a reforma da década de 1990



Fonte: BARBOSA, 2006, p.118

Barbosa (2006) destaca a característica de “espetáculo” que a arquitetura em Fortaleza começa a demonstrar nesse momento através do que a autora classifica como “patrimônio inventado” (FIGURA 2.31):

No sentido de sustentar a área sob a condição de “tradicional”, o espaço construído na Rua dos Tabajaras e vizinhanças acaba por configurar uma arquitetura alegórica. Às edificações originais são sobrepostos elementos que buscam o resgate de um passado mitificado, resultando em um espaço cenográfico próprio para a fruição turística. (*Ibidem*, p. 110)

E sobre a Ponte dos Ingleses, especificamente, afirma: “Depois da reforma, a nova Ponte dos Ingleses surgiu como mais um elemento portador de significados no processo de reinvenção do passado da Praia de Iracema e de Fortaleza. O projeto [...] se baseia em imagens e citações do passado imaginado [...]”. (*Ibidem*, p.120)

FIGURA 2.31: Vista geral da Praia de Iracema após a reforma da década de 1990



Fonte: MONTENEGRO JÚNIOR, 2012, p.81. Editado pelo autor.

A reforma que se levou a cabo na Praia de Iracema durante os primeiros anos da década de 1990 serviu, prioritariamente, para atender às necessidades da iniciativa privada associadas ao setor turístico, permitindo um ambiente adequado ao desenvolvimento das suas atividades e o usufruto do espaço urbano pela sua clientela. As necessidades da população residente não são as motivações de tais projetos. Nas palavras de Barbosa (2006):

[...] a função moradia ficou em segundo plano, enquanto o lazer noturno foi privilegiado. De fato, o calçadão permitiu um fluxo maior de pessoas na área, o que incentivou a abertura de restaurantes, bares e casas noturnas. (*Ibidem*, p.113)

Além de apontar como o projeto desconsiderou as necessidades da população por moradia, Barbosa (2006) também destaca como a população local foi impedida de utilizar um espaço de lazer do qual já estava apropriada (FIGURA 2.31):

Por conta do movimento de turistas nos bares e restaurantes em frente da praia e na Ponte dos Ingleses, a "piscininha", uma antiga opção de lazer da população mais pobre, teve seu uso disciplinado. (*Ibidem*, p.115)

Esse modelo, iniciado com as grandes obras promovidas no centro da cidade de Fortaleza (como a Reforma da Praça do Ferreira, a construção do novo Mercado São Sebastião e do novo Mercado Central), passaram a se mostrar eficientes aos governos posteriores e a seus parceiros políticos e econômicos.

Nos anos 1990, os governos municipal e estadual priorizaram investimentos em grandes obras viárias e de embelezamento da cidade, localizados nas zonas leste e sudeste. A partir da construção pela Prefeitura de um calçadão na Praia de Iracema, em 1992, seguido pela reforma da Ponte dos Ingleses, em 1994, pela construção do Centro Dragão do mar, em 1998, ambos pelo governo estadual, grandes transformações teriam ocorrido na ocupação dos espaços da cidade. (BERNAL, 2004, p. 181)

Após anos de funcionamento e intensa atividade de lazer, o espaço degradou-se logo nos primeiros anos do século XXI. Além de o projeto não ter previsto intervenções também nos espaços adjacentes (os arredores permaneciam degradados, com muitos casarões e galpões em ruínas e com graves problemas de saneamento ambiental), a atividade turística e de lazer na orla passaria a sofrer a concorrência com o novo equipamento público implantado e em funcionamento a partir de 1998: O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

2.3.2.2. CDMAC – Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (1998)

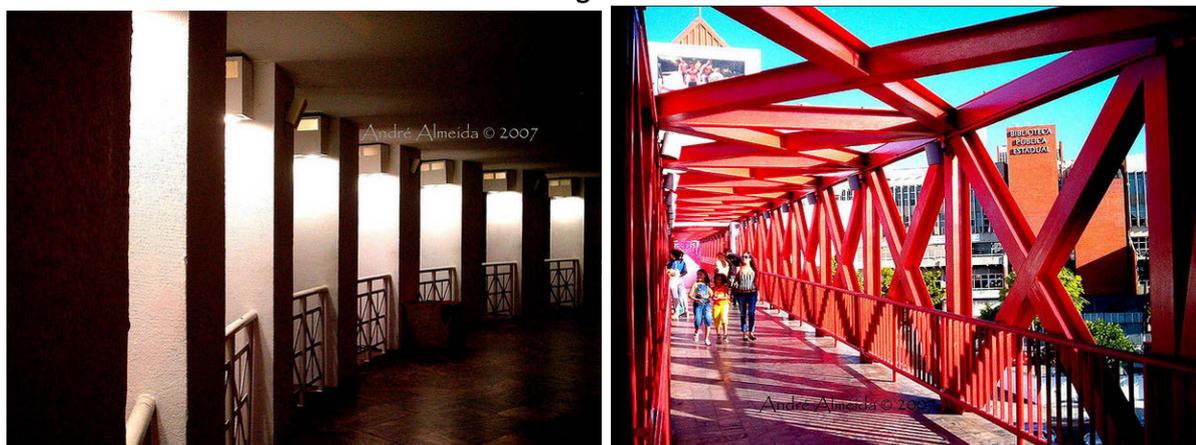
O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – CDMAC (FIGURA 2.32) nasce como ideia no governo Ciro Gomes, entre os anos de 1991 e 1994 (COSTA, 2003, p. 105). O Governo do Estado do Ceará, seguindo os passos da Prefeitura, busca participar dos processos políticos e econômicos que promovem a globalização e, para esse fim, é importante investir nos atrativos turísticos do Estado ou produzi-los.

O Estado passa a investir na matriz turística e em projetos estruturantes dessa atividade, tais como um aeroporto internacional, adaptação do Porto do Mucuripe para o transporte de passageiros e construção do Porto do Pecém, além de outros investimentos na infraestrutura rodoviária e no METROFOR – Metrô de Fortaleza (BERNAL, 2004, p. 77). Sobre isso observam Gondim, Bezerra e Fontenele (2006):

O projeto de inserir o Ceará na globalização delineou-se timidamente, com a inclusão do turismo entre os setores prioritários, que seria beneficiado com melhorias na infraestrutura física – inclusive a construção de um novo aeroporto e de uma “rodovia estruturante” ligando Fortaleza ao litoral oeste. [...]

Esses dados evidenciam que, longe de ser um resultado concreto de políticas de desenvolvimento dos últimos governos estaduais, a inserção do Ceará no processo de globalização e a transformação de Fortaleza em “cidade global” devem ser compreendidas como parte de um projeto político, para o qual a produção de novas imagens assume caráter estratégico. (GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006, p. 242)

FIGURA 2.32: Centro Dragão do mar de Arte e Cultura



Fonte: André Almeida

Entre as estratégias principais está a de produzir imagens positivas da cidade de Fortaleza e do Estado do Ceará para os investimentos externos. Para isso, era importante que a cidade possuísse um equipamento de grande porte que unisse atividades culturais e de lazer (FIGURA 2.33). Nas palavras de Bernal (2004):

[...] a fase do turismo planejado no Ceará faz parte da estratégia desenvolvimentista que utilizou, a partir dos anos 1990, um amplo programa institucional e de parcerias com o setor privado. O polo turístico de Fortaleza foi criado como parte da estratégia, incluindo no “paco de Cooperação”, que elaborou um planejamento de vinte anos para o Estado do Ceará, contando com a participação de atores de diversas áreas, tais como o comércio e o ramo imobiliário, imbuídos do espírito de modernização do aparelho do Estado. (*Ibidem*, p. 73)

João Paulo Braga Cavalcante e Geovani Jacó de Freitas (2008) discutem o Dragão do Mar como parte dessa estratégia:

O Dragão do Mar insere-se de maneira especial neste contexto. Dentre outros fatores, este projeto de modernização evidencia o direcionamento do Estado em fornecer a infraestrutura necessária para o turismo e para o mercado cultural, principalmente com a requalificação de áreas de patrimônio histórico. Trata-se de uma tentativa de formar dinâmicos negócios e fazer divisas, transformando uma antiga zona portuária desconectada em um espaço de consumo bastante vibrante. (*Ibidem*, p. 95)

FIGURA 2.33: Imagens de divulgação do CDMAC



Fonte: Website do CDMAC (<http://www.dragaodomar.org.br>)

O debate público em torno do equipamento surge já durante a escolha do lugar. Inicia-se pensando em aproveitar edificações de grande porte e valor histórico para a cidade, mas os custos inviabilizaram as primeiras intenções. Decidiu-se, então, pela construção de uma nova edificação (GONDIM, 2007), localizada na área degradada localizada “entre o velho cais e o centro antigo”, uma área “com pavimentação deficiente, sérios problemas de saneamento e vários galpões desocupados e em ruínas”. (GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006, p. 246)

O projeto do equipamento ficou novamente a cargo dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, após seleção pública por meio de Carta-Convite (COSTA, 2003, p. 105). Os autores reconhecem ter concebido o projeto sob influência dos arquitetos Oscar Niemeyer, Le Corbusier e Vittorio Gregotti, sendo a influência estética mais marcante, sem dúvida, a do arquiteto pós-moderno italiano Aldo Rossi (GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006, p. 248), como podemos ver pela FIGURA 2.34.

FIGURA 2.34: Centro Direzionale di Fontivegge (Perugia, Italia) – arq. Aldo Rossi, 1982



Fonte: Fondazione Aldo Rossi (<http://www.fondazionealdorossi.org/opere/1980-1989/edifici-pubblici-teatro-e-fontana-zona-fontivegge-perugia-1982-1989>)

No discurso, porém, ao descreverem as intenções projetuais, os arquitetos exprimem o interesse em reproduzir os traços da arquitetura regional. Costa (2003) registra uma declaração do arquiteto Fausto Nilo, publicada no jornal *O Povo* em 30 de julho de 1999:

Os arquitetos responsáveis pelo projeto afirmam que o desenho do CDM reflete muito da arquitetura tradicional cearense. “Ali tem elementos característicos do Ceará, que contribuem para a formação de padrões locais de condições de vida ao ar livre: espaços de transição que não são fechados nem abertos; um clima de varanda; os elementos de ordem mais formal, decorativos, que se assemelham ao popular, como aqueles triângulos ou quadradinhos, tipos vazados”. (*Ibidem*, p. 105-106)

Também Gondim, Bezerra e Fontenele (2006) observam a presença de discursos semelhantes:

No discurso dos autores do CDMAC, verificam-se referências à arquitetura vernacular, principalmente de origem rural. Embora digam

respeito a aspectos tradicionais, elas contribuem para conferir contemporaneidade ao complexo arquitetônico. (*Ibidem*, p. 247)

Após inúmeros percalços na sua realização, que culminaram nos atrasos de obra, o equipamento passa a funcionar a partir de 1998, em caráter experimental, e é inaugurado, enfim, no dia 28 de abril de 1999 (COSTA, 2003, p. 105; GONDIM, 2007, p. 169). O projeto arquitetônico, porém, recebe muitas críticas, principalmente nos primeiros anos de funcionamento. Costa (2003) discorda que a monumentalidade e os elementos fragmentados presentes representem a arquitetura cearense:

A arquitetura cearense do interior apresenta uma humildade que não se apresenta no edifício monumental do centro cultural. Com relação aos elementos como frontões, varandas, aberturas, elas aparecem como uma sucessão de colagens de diversas tipologias da história e cultura cearense.

[...]

A monumentalidade do edifício, enfatizada em diversos espaços, consolidou um novo marco visual na cidade. (*Ibidem*, p. 105)

Costa (2003) acrescenta observações quanto à inserção urbana do complexo:

O projeto se destaca pelo contraste que estabelece com seu entorno imediato. Críticos do projeto defendem que o prédio desrespeita a memória do lugar, pois o complexo cultural inseriu-se em quadras onde anteriormente existiam galpões e sobrados relacionados à atividade portuária original da área. Muitos destes sobrados são remanescentes do século XIX e encontravam-se bastante descaracterizados. (*Ibidem*, p. 111)

Se buscarmos conhecer os resultados sobre o patrimônio arquitetônico no entorno, encontraremos novos espaços para crítica. Costa (2003) observa o seguinte:

[...] o Governo do Estado acreditou que a implantação de um edifício com a função e o desenho do Centro Dragão do Mar pudesse *per se* impulsionar a requalificação de seu entorno e modificar o panorama da Praia de Iracema. Realmente, a área sofreu fortes transformações, mas diversas do que se imaginava previamente. (*Ibidem*, p. 135)

Esse fato é percebido por Costa (2003) quando analisa a questão da preservação do patrimônio e da identidade. Para requalificação do entorno, o CDMAC firma parceria, ainda em 1998 com o projeto nacional Cores da Cidade (COSTA, 2005), passando a ser executado nos anos seguintes. Buscava-se compor o cenário de renovação do entorno, mas o resultado que Costa (2003) observa é o de maior valorização da imagem do que da identidade arquitetônica e urbanística do local (FIGURA 2.35):

Percebe-se também a crença de que o restauro do patrimônio, ou apenas a intervenção em suas fachadas, seria um instrumento capaz de, sozinho, garantir o sucesso da requalificação da área.

[...]

Em busca de uma cidade com imagens interessantes [grifo nosso], cada vez mais a herança patrimonial dos centros urbanos é ameaçada pelas tentativas de “valorização” sem os cuidados necessários. Acaba por perder-se, assim, aquele que constitui talvez seu mais importante atributo: a identidade local, capaz de estimular importantes vínculos entre as populações e seus espaços (*Ibidem*, p. 140-2)

FIGURA 2.35: Entorno do Dragão do Mar em vídeo institucional de promoção turística



Fonte: Vídeo “Vem pra Fortaleza” da Prefeitura Municipal de Fortaleza
(<https://www.youtube.com/watch?v=NNRnWIWEUJI>)

Costa (2005) segue sua análise explicando como se deu tal constatação:

Foi realizado no mês de fevereiro de 2003 um levantamento geral do uso, ocupação e estado de conservação dos imóveis próximos ao Centro Dragão do Mar. [...]

Ficou claro que a grande maioria dos imóveis que passaram por reformas recentes tinha participado do Programa Cores da Cidade. Poucas reformas ou intervenções aconteceram por iniciativa de proprietários ou locatários dos imóveis buscando aproveitar a nova dinâmica econômica da área. Além disto, foi possível também constatar que grande parte dos edifícios reformados não acolhe funções relacionadas à produção cultural ou à habitação mas passou a receber atividades voltadas ao lazer e turismo [grifo nosso], lojas, restaurantes, bares, casas de espetáculos, entre outros.

[...]

A falta de estímulo à produção artística do bairro também é alvo de críticas ao Centro Dragão do Mar. Artistas locais, moradores e intelectuais discutem a proposta do Centro de atuar apenas como

expositor de cultura e não como fomentador. Muitos artistas da cidade lamentam a inexistência de linhas de financiamento capazes de facilitar sua permanência no bairro. (COSTA, 2005)

O resultado do investimento feito sobre a identidade local também é objeto de análise por Cavalcante e Freitas (2008):

O que prolifera hoje na Praia de Iracema não são identidades historicamente arraigadas, informadas por uma memória coletiva local, mas práticas sociais de lazer e entretenimento próprios da “cultura global” [grifo nosso], o que produz uma relação individualizada com o espaço [grifo nosso]. (*Ibidem*, p. 96)

As críticas apontam claramente as características das grandes intervenções urbanísticas contemporâneas, onde comumente se expressam discursos de valorização local, mas, na verdade, se efetivam práticas globais. Como observam Costa (2003) e Cavalcante e Freitas (2008), a tentativa de se descrever o objeto arquitetônico através das referências arquitetônicas regionais, nem sempre é feita com sucesso, servindo muito mais como referências arquitetônicas do imaginário coletivo global que local.

Além da arquitetura, os resultados efetivos do projeto urbanístico assemelham-se muito às outras experiências pelo mundo afora estudadas por Harvey (2000) e diversos outros autores. No Dragão do Mar, temos um forte processo de especulação imobiliária e posterior gentrificação dos espaços. Alguns pesquisadores têm observado esse processo na região da Praia de Iracema, entre eles, Vancarder Brito Sousa (2004; 2007a; 2007b). Segundo ele, tais projetos abraçam os discursos de “requalificação” “revitalização” e similares, mas cujos resultados são o da gentrificação ao invés da integração (SOUSA, 2007a). Costa (2003) também ressalta esses resultados ao analisar grandes intervenções nacionais e internacionais. Sobre os estudos de caso feitos, ela destaca:

Percebe-se [...] que existe uma forte tendência a incentivar o uso comercial e de lazer, geralmente voltados para um público de turistas e visitantes, em áreas que até então eram reservadas à população mais pobre. Esta prática promove o processo de “*gentrification*” tão discutido e polemizado quando se trata de áreas centrais.

[...] Essas atividades que passam a existir de forma intensa, mas não autossustentáveis, nas áreas urbanas requalificadas, marcam a transformação destes espaços em lugares voltados ao turismo e a um público de elite. (COSTA, 2003, p. 86)

O Estado, nesses grandes projetos urbanos, parece assumir o papel de empreendedor, o qual tenta conciliar com sua posição de estruturador da sociedade. Porém, as necessidades e interesses coletivos são desconsiderados nas premissas de projeto. Sem estratégias nem projetos sociais definidos, coloca-se no desenvolvimento econômico a responsabilidade de se obter resultados coletivos. Sem o enfrentamento direto de problemas, como exclusão e marginalidade, os resultados acabam sendo contrários aos objetivos: a segregação socioespacial, as diferenciações e o agravamento de diversos problemas sociais.

Nas palavras de Costa (2005):

A restauração dos antigos edifícios gerou uma forte especulação imobiliária que afastou parte da antiga classe artística e estimulou o aparecimento de bares, restaurantes e boates. Estas novas atividades contribuíram para consolidar a Praia de Iracema como o maior polo de turismo de Fortaleza. [...] a forte especulação imobiliária [...] impulsionou e expulsou grande parte dos antigos moradores e usuários do bairro. Aproveitando o novo sucesso comercial, proprietários de imóveis da região aumentaram seus aluguéis e abriram novos espaços destinados ao comércio e lazer. (COSTA, 2005)

A gentrificação é caracterizada, como sabemos, pela incapacidade do equipamento de promover a integração social no entorno. O investimento na requalificação da área da Praia de Iracema, utilizando a imagem midiática gerada por um grande projeto arquitetônico, elaborado por arquitetos de renome, reproduzindo a linguagem pós-moderna, acaba por atrair um público diferenciado do existente anteriormente, homogeneizando, em parte, o espaço social que compõe. A descrição geral de David Harvey (2000) ao falar sobre a linguagem estética adotada pelos arquitetos inseridos na cultura pós-moderna nos ajuda a compreender o contexto do CDMAC:

Ele [o arquiteto pós-moderno] compartilha com o modernismo a preocupação de explorar a forma e o espaço puros, mas o faz de uma maneira que concebe o prédio não como um todo unificado, mas como “textos” e partes disparatados que permanecem distintos e não alinhados, sem adquirir sentido de unidade, e que são, portanto, suscetíveis de várias leituras “assimétricas e irreconciliáveis”. (*Ibidem*, p. 95)

Por meio dos projetos implantados na década de 1990, e os autores que discutem a Praia de Iracema na contemporaneidade, vimos que as intervenções urbanas nessa região seguem os modelos ideológicos pós-modernos de ver e intervir no espaço urbano. Tanto o projeto arquitetônico como institucional do CDMAC expressam um

comportamento ideológico que traz consequências semelhantes ao ocorrido em outras partes do mundo. A questão da pós-modernidade preocupa-nos, pois esses projetos, em muitos casos, serviram para acentuar a segregação socioespacial onde se inseriram, através da promoção turística em detrimento da cultural, da exclusão das camadas sociais desses investimentos, da ausência de participação social e da gentrificação.

Seguiremos agora analisando as características dos projetos elaborados e implementados, ou em implementação, nas duas primeiras décadas do século XXI: a requalificação da Praia de Iracema (projeto iniciado em 2007) e o polêmico Acquário do Ceará (projeto iniciado em 2012 e hoje, 2014, em construção).

2.3.2.3. Requalificação da Praia de Iracema (2007)

Passados pouco mais de 10 anos da inauguração da primeira obra de reforma da Praia de Iracema (1994), a Prefeitura Municipal de Fortaleza propõe uma nova requalificação para a área. O projeto tem a intenção de trazer de volta as características e os usos de lazer que se perderam no início da década em virtude da degradação. Nessa nova proposta, de 2007, além da requalificação do cenário urbano e paisagístico, com o alargamento e a extensão do calçadão, incluindo-se novo piso para passeios, ciclovias e espaços de lazer, estava prevista também a reconstrução de vias e passeios internos, além da drenagem urbana. As obras iniciaram-se em 2008, mas sofreram diversas paralisações e retomadas. Após a entrega para uso público de alguns trechos, em 2013, a prefeitura, sob nova gestão, anuncia a retomada dos trabalhos (DIÁRIO DO NORDESTE, 02 mar.2013). Nessa nova proposta, executou-se até o presente momento a nova reforma do restaurante Estoril (2012), a reconstrução do antigo Pavilhão Atlântico⁴⁴ (2013), a contenção marítima por enrocamento⁴⁵ e aterros sobre o mar em diversos trechos, inclusive no trecho entre a INACE e a Ponte Metálica (FIGURA 2.36), entregue em 2012.

⁴⁴ Antiga edificação portuária, que servia de apoio ao embarque e desembarque de passageiros.

⁴⁵ Técnica de contenção de águas por meio de uma estrutura de rochas compactadas, utilizada na construção de taludes, canais, barragens, quebra-mares, margem de rios, entre outros.

FIGURA 2.36: Encoramento ao lado da Ponte Metálica (2011 e 2012)



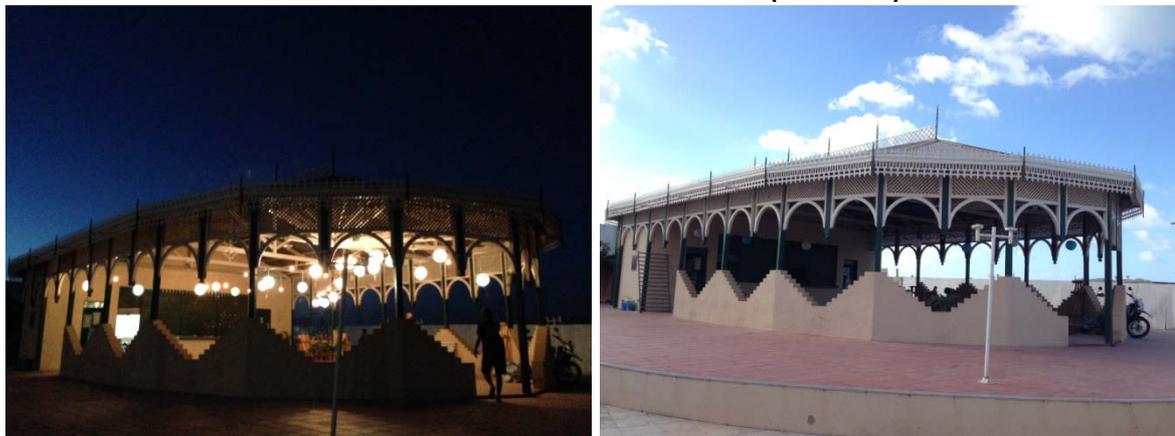
Fonte Imagem disponível pelo *software* Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

A AMPODRA – Associação de Moradores do Poço da Draga, que funcionava no local do Pavilhão, deveria ter sido instalada em uma das edificações no terreno da CIDAO, o qual seria transformado no Parque da Liberdade.⁴⁶ O projeto, porém, não é executado, em parte, por conflitos entre a Prefeitura e o Governo do Estado no uso do terreno (na ocasião, adversários políticos), com sobreposição de decretos de utilidade pública para desapropriação, gerando um entrave jurídico entre proprietário e poder público. A associação de moradores, que não foi consultada durante a elaboração nem execução do projeto, encontra-se sem sede para exercer suas atividades. A edificação do Pavilhão Atlântico, depois de concluída a obra, serve

⁴⁶ Projeto paisagístico da arquiteta Nícia Bormann, no âmbito da nova reforma da Praia de Iracema de 2007.

apenas de edificação de apoio temporário às atividades dos moradores (FIGURA 2.37), conquistada após negociação com a Prefeitura.

FIGURA 2.37: “Novo” Pavilhão Atlântico (Nov.2014)



Fonte: André Almeida

Ao lado do terreno da CIDAO, a Av. Almirante Tamandaré (FIGURA 2.38) é transformada em *boulevard*, com espaço para estacionamento no canteiro central, nova pavimentação e mobiliário urbano contornando o terreno da CIDAO.

Mas o elemento urbanístico mais marcante é a ampliação do calçadão existente na orla, permitindo maior fluidez ao fluxo de pedestres (FIGURAS 2.39).

Esse calçadão tem sua obra iniciada no ano de 2009 e entregue em 2011. Desde então, tem sido bastante utilizado para a prática de esportes sobre rodas, como skate, patins e bicicleta (FIGURA 2.40). Nessa nova proposta, o projeto tem a intenção de atrair o uso dos espaços a fim de diminuir os índices de criminalidade na região.

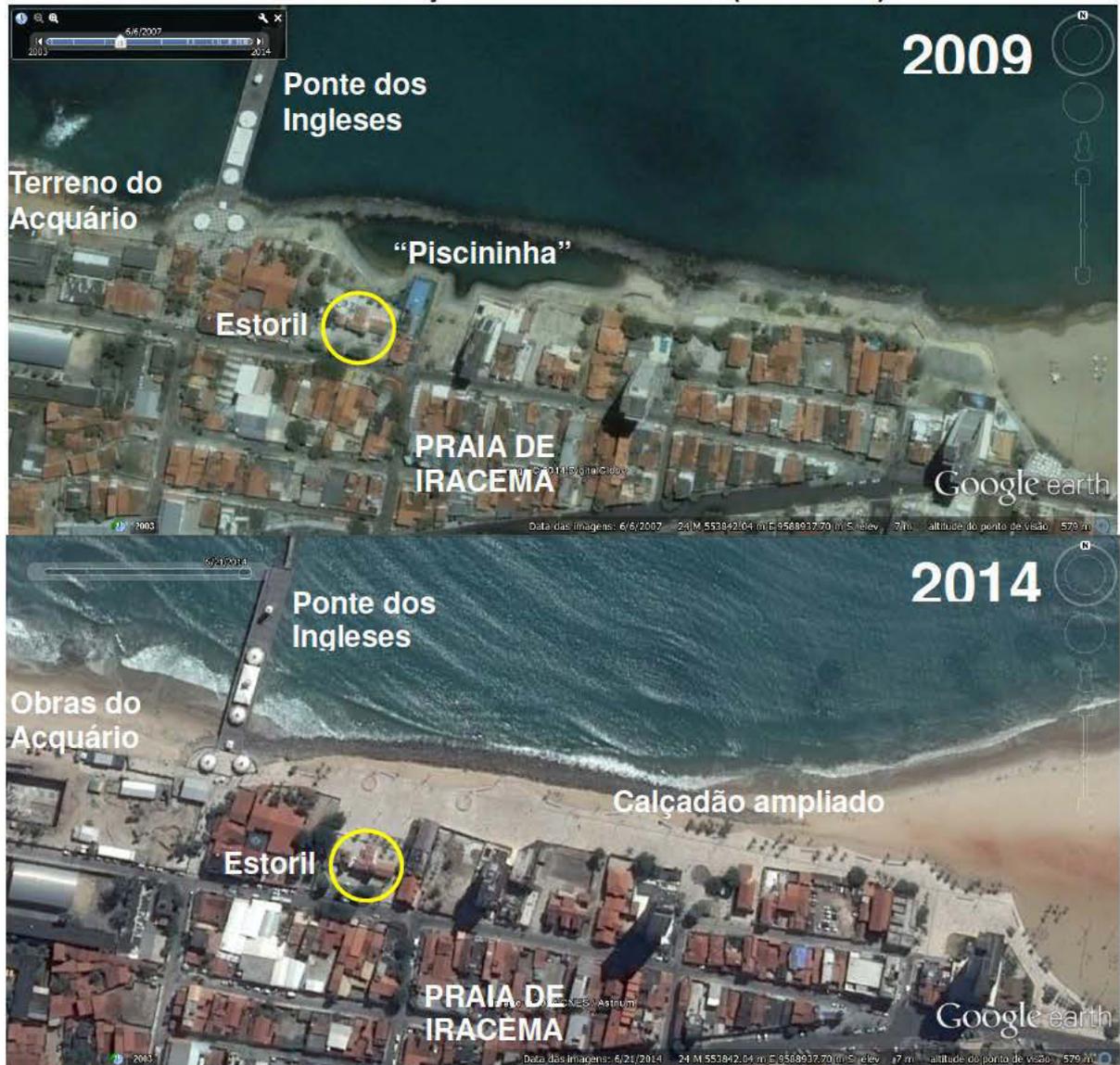
O projeto, que desde o ano de 2007 está em fase de execução, segue em construção, retomada pela atual gestão municipal em 2013. A descontinuidade do projeto é apenas uma das críticas que muitos arquitetos da cidade levantam. Dentre as questões projetuais, uma das mais presentes é a desconexão entre espaços do projeto e os espaços existentes. Também é constantemente destacada a destruição da “piscininha”, antigo espaço de lazer dos moradores da região, para ampliação do calçadão à frente do Estoril (FIGURA 2.39). Outra delas é o estado de manutenção de muitos dos espaços já entregues. Por fim, há também muitas críticas quanto às constantes paralisações das obras e, principalmente, a desconexão com o maior projeto em execução na região, o Acquário do Ceará, que destacaremos a seguir.

FIGURA 2.38: Boulevard da Av. Almirante Tamandaré (Nov.2014)



Fonte: André Almeida

FIGURA 2.39: Calçadão da Praia de Iracema (2009 e 2014)



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

FIGURA 2.40: “Novo” Calçadão da Praia de Iracema (Set.2013)



Fonte: Jornal Tribuna do Ceará e TV Jangadeiro

2.3.2.4. Acquário do Ceará (2011/2013 – em execução)

Em 2011, o Governo do Estado, através da Secretaria de Turismo, anuncia publicamente a intenção em implantar na cidade o Acquário do Ceará (FIGURA 2.41 e 2.42) (G1, 2014).

FIGURA 2.41: Maquetes eletrônica e física do Acquário



Fonte: <http://aquarioceara.blogspot.com.br>

FIGURA 2.42: Maquetes eletrônica do Acquário



Fonte: Foto <http://www.imagicbrasil.com/project.asp?ids=4>

Segundo Gondim (2013), as motivações iniciais são as mesmas dos projetos anteriores: “potencializar a atratividade turística da capital”. Salienta-se que o empreendimento está dentro do contexto de grandes eventos internacionais. Ele foi pensado apresentado como associado ao conjunto de obras pelas quais a cidade de Fortaleza foi contemplada ao ser uma das escolhidas para sediar a Copa do Mundo

FIFA 2014. Como muitos dos empreendimentos do referido evento, esse também está envolto em uma série de debates públicos, de iniciativa não do poder público, mas levantados pela sociedade, que questiona os grandes investimentos e a forma pela qual a gestão estadual age, sem promover a participação social. Dentre os inúmeros pontos de crítica, destaca-se exatamente a falta de compromisso do Governo do Estado e da Prefeitura, desde 2013 alinhadas politicamente, em debater os projetos com a população. Dentre outros pontos de debate levantados, questiona-se a efetiva necessidade desse equipamento, diante de inúmeras carências estruturais do Estado, os resultados econômicos de um investimento de grande porte como esse e a inexistência de estudo de impacto ambiental e de prospecção arqueológica.

Acrescenta-se a isso, os gastos previstos para a obra, adicionados posteriormente a construção de uma usina termelétrica para geração de energia, aumentando consideravelmente o grande volume de recursos destinado a este empreendimento, já questionados pela população, apontando a discrepância, em meio a um período de grande estiagem no interior do Estado, levando muitas privações às populações rurais.

Além disso, apesar de o empreendimento não atingir diretamente o Poço da Draga, os movimentos de resistência também alertam para os riscos à comunidade. Teme-se que “a valorização da área pode acarretar um processo de gentrificação, ameaçando a permanência das moradias populares”. (GONDIM, 2013)

As polêmicas atingem proporções maiores quando o Estado decide iniciar as obras, mas a sociedade civil e partidos de oposição apresentam denúncias de irregularidades no licenciamento ambiental e na licitação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado. Em 2011, um Estudo de Impacto Ambiental é apresentado, mas ainda é considerado inconsistente, sendo reapresentado em dezembro de 2012 (GONDIM, 2013).

A partir de 2012, o projeto tem encontrado maior articulação da resistência da sociedade civil organizada no “Comitê Popular da Copa”, no grupo “Quem Dera Ser um Peixe”, com apoio de algumas lideranças do Poço da Draga, de diversas entidades, organizações não governamentais e outras da sociedade civil (como o Coletivo Flor de Urucum, o Escritório Frei Tito de Advocacia, o Cearah Periferia e o

Instituto Terramar), de lideranças políticas e de cidadãos voluntários, que passam a se articular através das redes sociais (GONDIM, 2013). Em 2013, a sociedade civil organizou-se com parlamentares locais para solicitar e encaminhar à Câmara e à Assembleia um plebiscito sobre a construção do Acquário (G1, 2014).

Temos conhecimento também, por meio de reunião na Habitafor, da preocupação dos moradores do Poço da Draga com o projeto, mesmo tendo sido relatada a presença informal em pessoa do governador que, na tentativa de tranquiliza-los, informa que o Estado não possui intenção de intervir diretamente na comunidade.

O debate político em torno do projeto prossegue, mas as sessões ordinárias na Assembleia Legislativa têm sido esvaziadas quando o assunto está em pauta, como noticiado em novembro de 2014 (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 nov. 2014). A obra avança (FIGURA 2.43), segundo as notícias veiculadas, em atraso, mas com previsão de conclusão para dezembro de 2015 e abertura para o público no final de 2016 (DIÁRIO DO NORDESTE, 10 dez.2014).

FIGURA 2.43: Obra do Acquário do Ceará (Nov.2014)



Fonte: André Almeida

A mais recente polêmica diz respeito, novamente, à má gestão do empreendimento e as consequências para o direito à cidade. Foi anunciada, no início de dezembro de 2014, a publicação do decreto de utilidade pública para fins de desapropriação dos terrenos localizados em frente ao empreendimento, onde hoje existem: um edifício residencial de sete pavimentos (Condomínio Vila Iracema – FIGURA 2.44), um galpão onde funcionava parte da antiga alfândega – ao lado do Poço da Draga e do terreno da CIDAO – e um terreno de propriedade dos Correios.

FIGURA 2.44: Obra do Acquário do Ceará e ao lado o Condomínio Vila Iracema (2014)



O prédio principal do Acquário ficará pronto em dezembro de 2015. Abertura ao público será em 2016



Fonte: Jornal O POVO

(<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/10/16/noticiasjornaleconomia,3332113/acquario-tera-500-especies-sendo-20-do-ceara.shtml>) e André Almeida (Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014)

O decreto informa a destinação dos terrenos apenas para estacionamento, mas, segundo informações do Secretário de Turismo, Sr. Bismarck Maia, no local do condomínio pretende-se construir além dos estacionamentos para atender o equipamento, também um para armazenamento de peixes no galpão e uma operação consorciada com empresas do setor hoteleiro no terreno dos correios (DIÁRIO DO NORDESTE, 10 dez.2014). Mesmo não informado oficialmente, acredita-se que esse seja o estacionamento previsto inicialmente para ocorrer no terreno da antiga CIDAO, mas que não ocorreu.

Segundo notícia publicada no jornal Diário do Nordeste de 10 de dezembro de 2014, os moradores foram “pegos de surpresa”, e a síndica Rosa Kelle afirma:

Fomos pegos de surpresa com esse decreto. Lembro que, antes mesmo do projeto do Acquário ser lançado, o secretário de Turismo do Estado, Bismarck Maia, garantiu para a Associação de Moradores da Praia de Iracema, em audiência pública, que não haveria nenhum risco de desapropriação. Além disso, há cerca de um ano, o próprio governador Cid Gomes esteve no nosso condomínio e afirmou que isso não fazia parte dos planos e que, se as coisas mudassem, ele viria pessoalmente comunicar a cada um dos moradores. A verdade é que fomos enganados. [...] Não vamos aceitar. O governo não está respeitando os direitos dos moradores. Está passando um trator na cabeça de 94 famílias. (Rosa Kelle *Apud* DIÁRIO DO NORDESTE, 10 dez.2014)

De fato, dias após a publicação, a representação do condomínio já informou à imprensa as articulações que estão sendo feitas para iniciar o movimento de resistência, incluindo-se ações judiciais contra o Estado:

Já temos o apoio de uma comissão da OAB, já estamos com assessoria jurídica que nos prestará um parecer. Após o parecer vamos fazer uma reunião de todos os condôminos e não pretendemos sair daqui do condomínio. (Rosa Kelle *Apud* G1, 12 dez.2014)

Temos conhecimento que até a conclusão deste trabalho, as obras estão em andamento, assim como as articulações de resistência contra o projeto e as desapropriações.

A partir dos quatro projetos apresentados, implantados ou em implantação na Praia de Iracema desde a década de 1990, percebemos que esta área da cidade continua sendo alvo de grandes interesses, acarretando grandes investimentos públicos e privados, cujas motivações correspondem às necessidades políticas e econômicas inspiradas pelas experiências de cidades globais, mas apresentando pouco resultado à população local. São reproduzidas lógicas na gestão pública semelhantes às práticas urbanas internacionais. O próprio Governador Cid Gomes afirma, em matéria publicada no jornal Diário do Nordeste no dia 06 de dezembro de 2013, em primeira pessoa, as referências internacionais para as intenções de investimento do governo:

“Estou lutando para fazer o aquário, não é pequena a resistência. Acho que é importante para colocar Fortaleza como cidade referencial para o mundo”, disse Cid em setembro, ao responder pergunta da Folha no programa “Roda Vida”, da TV Cultura.

[...]

“Alguém já tinha ouvido falar em Bilbao antes do museu Guggenheim? Um equipamento colocou Bilbao no mapa do mundo”, disse. (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 dez.2013)

Quanto a isso, Bernal (2004) observa que:

Nos anos 1990, os governos municipais e estadual priorizaram investimentos em grandes obras viárias e de embelezamento da cidade, localizados nas zonas leste e sudeste. A partir da construção pela Prefeitura de um calçadão na Praia de Iracema, em 1992, seguido pela reforma da Ponte dos Ingleses, em 1994, pela construção do Centro Dragão do mar, em 1998, ambos pelo governo estadual, grandes transformações teriam ocorrido na ocupação dos espaços da cidade

[...]

a orla marítima e os outros bairros burgueses tornaram-se atração de investimentos públicos e privados, visando a formação de um polo turístico internacional.

[...]

A tendência que se observa em Fortaleza é a mesma das grandes cidades brasileiras, cuja gestão não se orienta para as demandas

populares, mas no sentido de torná-las competitivas para atração do turismo e dos capitais privados. (*Ibidem*, p. 181-182)

A partir da década de 1990, a tendência em Fortaleza passa a ser a de requalificar partes da cidade através do discurso do investimento em áreas históricas degradadas. O que vemos, porém, é que tais projetos de requalificação são, na realidade, grandes empreendimentos turístico-culturais que reproduzem explicitamente os discursos e as práticas pós-modernas, em que as iniciativas são suficientes para garantir o retorno financeiro dos atores econômicos, mas dificilmente se alcançam os objetivos e intenções socioculturais descritos nos documentos ou nas apresentações públicas dos empreendimentos. Tais projetos carecem de conexão com o planejamento macro da cidade e de ações estratégicas que viabilizem os resultados para toda a população, e não apenas à parcela que faz parte dos agentes econômicos da cidade, em especial, aquelas ligadas aos setores imobiliário e turístico.

Mantém-se a cultura da exclusão. Além da ineficiência em se promover a recuperação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, com atividades integradoras e incentivadoras não necessariamente ligadas às de turismo e lazer, também se ignoram, nos projetos, as necessidades e o diálogo com a população moradora da área que recebe o investimento. Muitas vezes, tais moradores são vistos como “inadequados” ao novo espaço, num completo desconhecimento do conceito de direito à cidade e democracia participativa. No caso do Acquário, como vimos, não apenas a população mais carente, em constante risco de remoção, mas também os moradores de condomínios de classe média.

No capítulo seguinte, passamos a estudar um grupo de moradores específicos, de uma área precária da Praia de Iracema que vivenciam diariamente esse contexto: a comunidade Poço da Draga.

3. POÇO DA DRAGA: PRESENÇA E AUSÊNCIA DO PODER PÚBLICO

Ao analisarmos os aspectos mais recentes do processo de consolidação urbana da região da Praia de Iracema, pudemos observar os inúmeros elementos característicos da sociedade pós-moderna (HARVEY, 2000) de fins do século XX e início do XXI. Durante sua consolidação como área incorporada à malha da cidade no início do século XX, a Praia de Iracema consolida também as desigualdades e demais incoerências dessa sociedade.

A desigualdade social⁴⁷ é um fundamento que remonta às origens do homem (ROUSSEAU, 2007), mas que a partir do capitalismo industrial se configura em uma sociedade classista organizada sobre um espaço urbano com funções mais mercadológicas que sociais. Ou seja, a cidade se configura menos como espaço das relações sociais que compõem essa sociedade e mais como objeto que possui valor de troca e capacidade de gerar valorização de capital.

A terra urbana, apesar de vista como mercadoria, está subordinada a um Estado que tem o papel de exercer o controle sobre o cotidiano dessa sociedade com visão de bem coletivo, mas que, ao mesmo tempo, se vê atrelado aos interesses da camada social que constitui não só o poder político, mas também o econômico. O Estado passa a ser o elemento institucional e financiador da infraestrutura e das normas para o incremento das atividades econômicas. Busca, constantemente, através de políticas e projetos urbanos, justificados pela necessidade de se enfrentar os problemas sociais existentes, viabilizar a reprodução do capital.

Os resultados sociais buscados nem sempre se efetivam e, em muitos casos, acabam por se agravar. Cleide Bernal (2004) levanta exatamente essa hipótese:

[...] as políticas municipais, ao invés de amenizarem os problemas da cidade, vêm contribuindo para agravar ainda mais a problemática social urbana. (*Ibidem*, p. 180)

⁴⁷ A desigualdade social, diferente da desigualdade biológica, desenvolve-se, segundo Rousseau, quando os desejos naturais (paixões) são levados a cabo sem o uso da razão (freio salutar). Até então, os desejos e as paixões, associados ao desejo de possuir algo, eram controlados pela razão ou simplesmente não se desenvolviam pela inexistência da ideia de propriedade (ROUSSEAU, 2007, p. 55). Com o desenvolvimento da razão, desenvolve-se também o desejo, e dentre eles, o da propriedade como forma de autoproteção. Esta é utilizada inicialmente de forma coletiva. A sociedade, ao se tornar cada vez mais complexa, expande a escala da autoproteção ao grupo social, constituído através das relações sociais de autoajuda, definida pela divisão social do trabalho. A origem da desigualdade social, em Rousseau, é entendida quando a razão não é utilizada para controlar os desejos e a propriedade privada sobrepõe-se à necessidade coletiva.

Bernal (2004) acrescenta a partir das palavras do Prof. Antônio Lemenhe (à época dos debates a respeito da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo), que Fortaleza ignora os preceitos básicos do planejamento urbano em prol do planejamento municipal que serve de suporte às necessidades dos setores econômicos:

Para o urbanista Antonio Lemenhe, em entrevista ao jornal *O Povo* (26.11.2001), a falta de planejamento continuado da organização urbana de fortaleza transformou a cidade em “um grande balcão de negócios”, para dizer que o interesse do setor imobiliário, a omissão ou conivência dos políticos, o enfraquecimento das entidades organizadas da sociedade civil e o descaso com a universidade pública são fatores deste cenário de mudanças na legislação sob a ação dos lobbies do setor privado. (*Ibidem*, p. 181):

Esse cenário começa a se configurar na Praia de Iracema, de forma ainda bastante embrionária, a partir da década de 1960, quando o interesse pela região deixa de ser apenas de usufruto do espaço de veraneio pela elite local, e passa a ser área de profundo interesse econômico, especialmente ligada à indústria naval. Os interesses de quem aí reside são completamente ignorados pelo poder público. Os moradores da área são obrigados a deixar suas residências e viver em conjuntos habitacionais públicos na periferia da cidade, ou a resistir e conviver com uma instalação industrial em área outrora habitacional, ignorados pelo poder público nas suas necessidades mais básicas.

Essas condições impostas aos moradores da região, como ao Poço da Draga, por exemplo, permanecem até a última década do século XX, quando, após a consolidação da economia regional, a cidade passa a se interessar em ingressar na grande rede de cidades no contexto do novo mundo globalizado. Nesse novo cenário, novos interesses se configuram através do capital imobiliário e turístico, que buscam investir na região e assim absorver as mais-valias, agora proporcionadas não só pelos valores de uso e troca, mas também pelos valores potencialmente globalizantes que a região apresenta. Esse olhar sobre o núcleo da cidade, composto pelo Centro, Aldeota (como centro expandido) e a Praia de Iracema tem característica meramente especulativa, conduzida por critérios políticos e econômicos, reforçando o processo de segregação das comunidades carentes que se mantiveram ali vivendo em situação de grande precariedade.

Esse desequilíbrio do olhar público, e conseqüentemente, dos investimentos na cidade, com a implantação de grandes equipamentos públicos e privados nesse núcleo durante a década de 1990, em detrimento de outras necessidades da cidade e de sua população, é citado por Bernal (2004):

[...] as mudanças têm qualidades desiguais no território da cidade. No Centro, na Praia de Iracema e na Aldeota predomina a construção de grandes equipamentos de comércio e serviços, a exemplo dos novos mercados Central e São Sebastião, Centro Cultural Dragão do Mar e *shopping centers*, enquanto nos bairros da periferia as obras não passam de calçamento e outras necessidades primárias. (Ibidem, p. 182)

Neste capítulo, passamos a olhar mais diretamente à área do Poço da Draga, comunidade que vivencia diretamente esse contexto, seja na sua história, seja nas suas características urbanísticas e morfológicas. Analisaremos a comunidade a partir de sua origem, de alguns indicadores que evidenciam a segregação socioespacial ao longo do tempo e seus impactos na vida dos moradores. Observaremos, também, como são pensados os projetos públicos para a área e o modo como contemplam as necessidades da população.

3.1. Considerações sobre a formação da comunidade

O Poço da Draga localiza-se no trecho litorâneo do Centro de Fortaleza, espaço da orla que define a separação leste e oeste da costa da cidade (FIGURA 3.1).

FIGURA 3.1: Localização da comunidade Poço da Draga



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Encontra-se entre o Centro Histórico e a Praia de Iracema (FIGURA 3.2), região de primeira expansão leste da cidade, em direção aos atuais bairros “nobres” (Aldeota e Meireles) e também a mais privilegiada em relação à presença de infraestrutura e serviços urbanos, públicos ou privados.

FIGURA 3.2: Situação do Poço da Draga



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Essa localização possibilita aos seus moradores o acesso aos bens e serviços disponíveis e às inúmeras oportunidades econômicas que as atividades de lazer e culturais na região lhes proporcionam.

É ocupada por edificações do tipo residencial (uni e multifamiliar), predominantemente de médio e alto padrão, comercial e de serviços, voltadas principalmente ao lazer e ao turismo. São observados também núcleos habitacionais populares, edifícios abandonados, em estado de degradação e a indústria naval, resquícios da atividade portuária que deu início à ocupação da região.

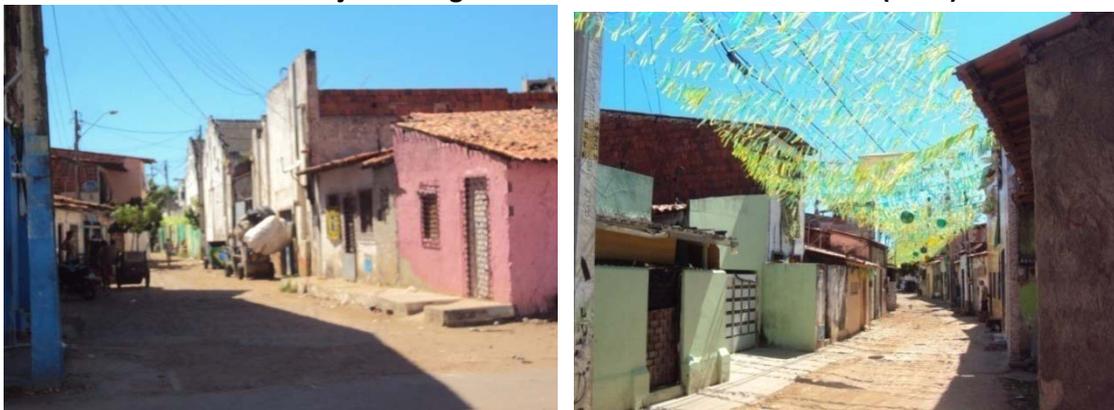
Tem como confrontantes o Oceano Atlântico ao norte, a Av. Almirante Tamandaré a leste (fronteira do bairro Centro com a Praia de Iracema), a Rua Gerson Gradvol a sul e a Rua Guilherme Blum a oeste. As principais características da sua forma urbana retratam seu passado: ruas sinuosas e desorganizadas, resultado da irregularidade da ocupação, marcada inicialmente pelo traçado da linha férrea que chegava até o píer do porto antigo. (FIGURAS 3.3 e 3.4)

FIGURA 3.3: Foto aérea do Poço da Draga em junho de 2014



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

FIGURA 3.4: Poço da Draga - Rua Viaduto Moreira da Rocha (2014)



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

A vila de pescadores que deu origem à comunidade é identificada por alguns pesquisadores como sendo da década de 1920 (OLIVEIRA, 2006, p. 22-3; BRUNO, FARIAS, 2012, p. 132), mais especificamente de 1924 (SOUSA, 2004, p.80). Feitosa (1998, p. 166) acredita que os pescadores antigos habitam o local desde o final da década de 1930 e início de 1940 e as edificações hoje existentes na rua principal remontam à de 1950. Solange Schramm, por sua vez, reconhece a década de 1940 como aquela que viu a formação inicial da favela. (SCHRAMM, 2001, *Apud*

GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006, p. 244) O PLHIS-For, diferentemente, estima que a comunidade exista desde a década de 1970, porém, o plano considera apenas o atual assentamento, na conformação que se encontra hoje, e não as origens dos moradores da comunidade, com suas mudanças de localização, ocorridas por razões diversas ao longo do tempo. A comunidade, por sua vez, considera a data de sua fundação o ano de 1906,⁴⁸ mesmo ano da construção do “novo cais”, hoje conhecido como Ponte Metálica (OLIVEIRA, 2006). No relato do geógrafo Sergio Rocha (2014), morador do Poço da Draga:

O advento de uma grande obra sempre traz impactos ao seu entorno. Não seria diferente com a instalação de uma alfândega e o principal alavancador de mudanças de um lugar: um porto.

Porto tal – a Ponte Metálica – que trazendo barcos e mercadorias de todo lugar, trouxe também ao lugar os genuínos filhos da Draga. As dragas, embarcações que retiram areia do fundo das águas do mar, ficavam atracadas numa espécie de “poço”. Na verdade, uma língua de mar que dava para o nascedouro de Fortaleza, o riacho Pajeú. Surge, então, em meio às dragas, aos barcos, aos botes, aos embarcadouros, aos alfandegários, às mercadorias, a comunidade do Poço da Draga.

[...]

O tempo passa, o porto muda, os hábitos dos pescadores se transformam, e as estruturas de suas casas mais ainda. E assim vai se forjando nas suas formas disformes a comunidade, que já ganha uma rua principal com o nome do porto, quando da sua última inauguração em 24 de janeiro de 1928, o Viaduto Desembargador Moreira da Rocha. (ROCHA, 2014)

É certo, contudo, a existência de jangadeiros na região do primeiro porto de Fortaleza já no final do século XIX, e que historicamente tiveram grande importância para o movimento abolicionista no Ceará. Tais jangadeiros tornaram-se conhecidos por se recusarem a transportar escravos aos navios ancorados no porto. Deram, ainda, ao Ceará uma de suas figuras históricas mais ilustres, o jangadeiro Francisco José do Nascimento, o “Chico da Matilde”, mais conhecido como “Dragão do Mar”. Tornou-se célebre por sua ida em uma jangada até o Rio de Janeiro no ano de 1884. (GONDIM, 2007, p. 100)

Diversos moradores, ou seus pais, são oriundos de outras partes do Ceará, atraídos pelas possibilidades de emprego nas áreas industriais a oeste e nos arredores do porto de Iracema, a partir da década de 1920. Posteriormente, com a construção do

⁴⁸ Em abril de 2014 foi realizada uma grande programação oficial em comemoração aos 108 anos da comunidade.

novo Porto e início da “desativação” do porto na Praia de Iracema, passaram a ocupar também as dunas do Mucuripe e a atual localização do Poço da Draga. (OLIVEIRA, 2006, p. 22-23)

A formação da vila de pescadores, no início do século XX, se dá pelo fato de essa área próxima ao antigo porto, num primeiro momento, ter sido considerada como “indesejada” para a ocupação em virtude dos seguintes aspectos: (ALMEIDA; GONDIM, 2014)

- área portuária, incompatível com o uso habitacional;
- ausência do hábito social de ir à praia, inexistindo, portanto, a busca pela ocupação da faixa litorânea por habitações ou casas de veraneio como ocorre na atualidade;
- isolamento em relação ao restante da cidade, pelas barreiras físicas existentes: edificações portuárias e aduaneiras, a linha férrea, a baixa cota em relação ao Centro, presença de mangue formado pelo riacho Pajeú e risco de enchentes.

A ocupação da área ocorre gradativamente por uma população sem condições de acesso à cidade formal. Heloisa Oliveira (2006) relata que a vila não nasce como favela. Sua condição atual é parte de um processo histórico relacionado a sua ocupação e ausência de serviços públicos, especialmente saneamento:

Essa área, nos seus primórdios, não tinha todas as características de uma favela, como elevada densidade e sérios problemas de saneamento. Na verdade, o grupo de pescadores que iniciou a ocupação do terreno sofreu um processo de favelização, entendida como a deterioração da área, em decorrência do crescimento da população, da falta de serviços públicos e da ausência de saneamento básico. (*Ibidem*, p. 23)

Feitosa (1998) destaca esse importante aspecto sobre as favelas em geral:

[..] não é somente para “solucionar” os “problemas pessoais” que as favelas são habitadas. Muitas vezes elas são habitadas pelos mesmos moradores antes de se desencadear o processo de favelização [...], fruto de uma política desordenada de divisão de recursos econômicos. No caso das populações serem surpreendidas pelo processo de favelização no seu espaço, o que há é uma retomada de comportamentos mediante os quais as pessoas terão que agir para superar novos problemas sociais. (FEITOSA, 1998, p. 112-3)

E, para compreendermos melhor o Poço da Draga, acrescenta:

O que hoje se chama favela, até bem pouco tempo era um espaço simples e de gente simples, habitada primordialmente por pescadores artesanais. [...] A Favela Poço da Draga não é periferia, geograficamente falando, sua periferia é a das aquisições de bens e serviços sócio-econômico-culturais. (Ibidem, p. 122)

Enfim, a origem do Poço da Draga entrelaça-se com a história da vila de pescadores que um dia existiu nesse litoral e de onde descende parte dos moradores da comunidade (segundo relatos dos próprios moradores). A comunidade é considerada um dos primeiros espaços de segregação da cidade, malgrado a sua proximidade ao centro histórico da capital. (ALMEIDA; GONDIM, 2014) O processo de favelização é algo que vai ocorrer posteriormente, ao longo do tempo, estendendo-se até as décadas mais recentes.

3.2. Alguns indicadores de segregação na atualidade

A segregação socioespacial se manifesta por meio de aspectos físicos, de indicadores relacionados às condições socioeconômicas dos moradores, da qualidade da habitação, das formas de ocupação, do acesso à infraestrutura urbana, entre outros. No Poço da Draga, tais indicadores, porém, nem sempre deflagram a segregação de forma homogênea ou acentuada, visto que há elementos, como aqueles associados à localização central da comunidade, que não representam sinais de segregação. São indicadores que dizem respeito, principalmente, aos serviços públicos disponíveis.

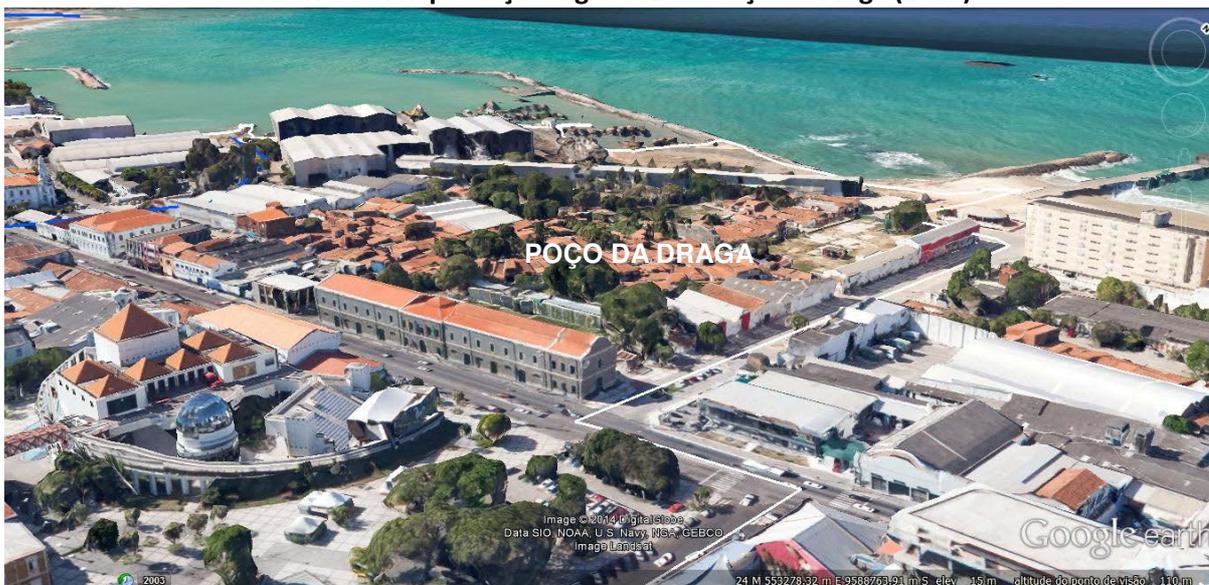
3.2.1. Aspectos urbanísticos

A morfologia urbana é um dos indicadores mais claros da segregação da comunidade. Por esse aspecto, podemos identificar duas formas de segregação relativas ao Poço da Draga: a segregação da comunidade para com o seu entorno e a interna, relativa às áreas segregadas no seio da própria comunidade.

Quanto à **relação da comunidade com o entorno**, observam-se como as edificações portuárias, de grandes dimensões longitudinais, como a antiga Alfândega e os antigos galpões e armazéns promovem o isolamento físico e visual da comunidade em relação ao seu entorno, limitando o seu acesso e a sua visibilidade. A situação agrava-se com a instalação da INACE, configurando-se na

sua maior barreira física ao acesso à cidade e ao mar (FIGURA 3.5). A condição de isolamento acentua-se ainda mais devido à área onde se encontra ser de baixa cota altimétrica (média de 10m em relação ao nível do mar), entendida por sua proximidade com o litoral, separando-a do volume edificado do centro antigo, de cota mais elevada (média de 30 metros), isolando a comunidade do restante da cidade.

FIGURA 3.5: Reprodução digital 3D do Poço da Draga (2013)



Fonte: Imagem disponível pelo *software* Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Além da separação física, observam-se outros elementos que evidenciam a diferenciação da área para com o entorno a partir de alguns dados demográficos oficiais. Para isso, faremos uma análise comparativa entre o setor censitário do IBGE referente ao Poço da Draga e o referente à área litorânea da Praia de Iracema, divididos pela Av. Almirante Tamandaré.

O setor censitário nº 230440005080075 engloba a área da INACE (sem moradores), a Comunidade Poço da Draga (seu núcleo consolidado e as ocupações nas áreas ambientais) e outros moradores dos cortiços e ocupações do entorno (FIGURA 3.6). O nº 230440005080352 enquadra a área de orla do bairro Praia de Iracema e demais quadras até a Av. Pessoa Anta e Almirante Barroso, correspondendo ao núcleo principal do bairro (FIGURA 3.7).

Pelos dados coletados, organizados no QUADRO 3.1, observamos que apesar de a área do Poço da Draga ser geograficamente menor, sua população (1.051 habitantes) supera o dobro da população da Praia de Iracema (452 habitantes), como podemos ver também no mapa da FIGURA 3.8. Esses valores nos dão uma

densidade demográfica no Poço da Draga (4347,16 hab/km²), 48% acima da densidade na Praia de Iracema (2933,50 hab/km²).

FIGURA 3.6: Setor Censitário nº 230440005080075 (INACE e Poço da Draga)



Fonte: arquivo KMZ do IBGE sobre base do Google Earth. Editado pelo autor.

FIGURA 3.7: Setor Censitário nº 230440005080352 (núcleo da Praia de Iracema)



Fonte: arquivo KMZ do IBGE sobre base do Google Earth. Editado pelo autor.

Com uma população maior, a quantidade total de domicílios particulares e coletivos também é maior: 318 domicílios no Poço da Draga e 261 na Praia de Iracema. De forma análoga, a média de moradores no Poço da Draga, de 3,45 pessoas por domicílio ocupado, é consideravelmente superior à da Praia de Iracema, de 2,71 (FIGURA 3.9). Percebemos, então, por esses primeiros dados, que o Poço da Draga se caracteriza por ser um espaço, uma área menor, onde vive uma população maior, em quantidade de domicílios, compondo uma região com mais alta densidade

demográfica e de ocupação de domicílio em relação à Praia de Iracema. Esses valores explicam numericamente o que percebemos visualmente: o Poço da Draga se caracteriza, na sua ocupação urbana, por imóveis de reduzidas dimensões e alta taxa de ocupação de “lotes”.

Quadro 3.1 Quadro comparativo entre setores censitários do IBGE (Censo 2010)

INACE e Poço da Draga (setor censitário 230440005080075)		Núcleo do bairro Praia de Iracema (setor censitário 230440005080352)	
Pessoas residentes	1.051 49,3% homens 50,7% mulheres	Pessoas residentes	452 48,0% homens 52,0% mulheres
Domicílios particulares e coletivos (TOTAL)	318	Domicílios particulares e coletivos (TOTAL)	261
Domicílios particulares e permanentes (318)	95,9% ocupado 4,1% não ocupado (0,6% uso ocasional e 3,5% vago)	Domicílios particulares e permanentes (251)	64,1% ocupado 35,9% não ocupado (11,6% uso ocasional e 24,3% vago)
Domicílios coletivos (00)	NA	Domicílios coletivos (10)	10,0% com morador 90,0% sem morador
Média de pessoas por domicílio ocupado	3,45	Média de pessoas por domicílio ocupado	2,71
Densidade demográfica	4347,16 hab/km²	Densidade demográfica	2933,50 hab/km²
Pirâmide etária		Pirâmide etária	

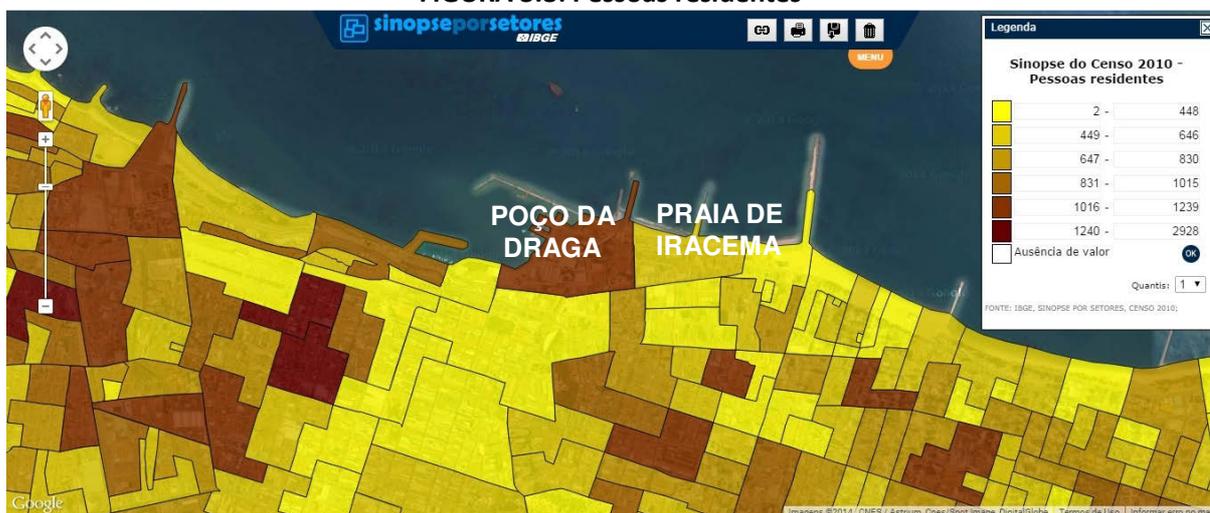
Fonte: IBGE / Censo 2010

Quanto à forma de ocupação dos imóveis, observamos que 3,8% dos domicílios na Praia de Iracema são coletivos, enquanto no Poço da Draga inexistem. Esse dado é questionável, tendo em vista se se verificar a existência de aparentes cortiços, compartilhamento de habitações, de habitações de aluguel em altura e similares no Poço da Draga.

Ao se comparar o perfil de ocupação, vemos que as duas áreas são também bastante distintas. No Poço da Draga, os domicílios particulares e permanentes ocupados chegam a 95,9%, enquanto na Praia de Iracema a apenas 64,1%. Esse dado demonstra uma possível predominância de ocupação habitacional para uso

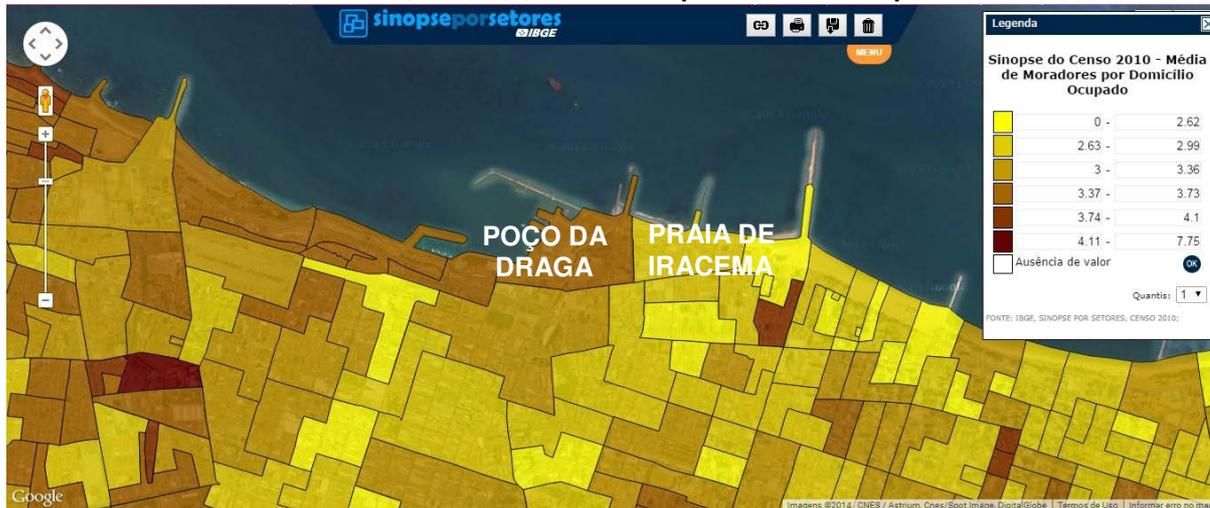
próprio na comunidade, enquanto que na Praia de Iracema, por suas características turísticas, o uso próprio é bastante reduzido. Isso pode ser percebido também pelo tipo de uso dos imóveis não ocupados: 11,6% de uso ocasional, enquanto no Poço da Draga é quase inexistente (0,6%).

FIGURA 3.8: Pessoas residentes



Fonte: Censo IBGE 2010 – Sinopse por setores censitários
(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>)

FIGURA 3.9: Média de moradores por domicílio ocupado

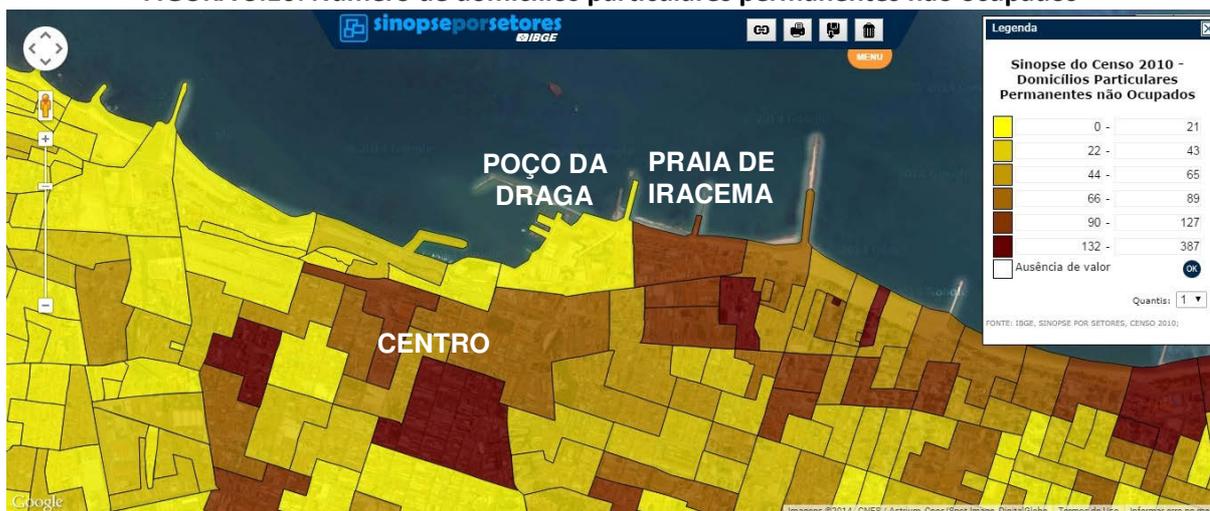


Fonte: Censo IBGE 2010 – Sinopse por setores censitários
(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>)

Ainda quanto aos dados dos setores censitários, na Praia de Iracema, o IBGE nos mostrou um dado preocupante: 24,3% dos domicílios particulares e permanentes além de não ocupados, estão vagos, ou seja, não possuem nem ao menos uso ocasional, voltado para turistas, por exemplo. Se observarmos o mesmo dado referente aos domicílios coletivos, o dado é mais alarmante: 9 dos 10 domicílios coletivos não possuem morador. Além das edificações históricas e/ou abandonadas,

há, em muitos desses casos, imóveis desocupados, sem morador e vagos (portanto sem uso). Podemos supor que há grandes possibilidades de se tratarem de imóveis de uso especulativo, aguardando a valorização imobiliária da área, em claro descumprimento dos princípios da política urbana nacional, principalmente no que tange à função social da propriedade.

FIGURA 3.10: Número de domicílios particulares permanentes não ocupados



Fonte: Censo IBGE 2010 – Sinopse por setores censitários
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>

Ao analisarmos o mapa da FIGURA 3.10, percebemos que existe uma tendência a termos mais domicílios desocupados, à medida que nos dirigimos a leste, em clara contradição ao entendimento geral na cidade de que o Centro e a área a oeste dele estão degradados por existirem edificações desocupadas. O mapa nos mostra que a referida predominância é exatamente aquela onde há maior dinâmica econômica, podendo ser um sinal de forte retenção especulativa dos imóveis na região a leste do Centro, principalmente na zona de orla.

É possível observarmos também a segregação interna à comunidade, entre as áreas de ocupação inicial (R. Viaduto Dep. Moreira da Rocha, nome original do trilho que dava acesso à Ponte Metálica) e as de ocupação recente. Feitosa (1998) afirma:

Existe uma favela dentro da outra, ambas com suas simbologias espaciais. Há o espaço das boas edificações, com ruas medianamente largas e habitadas pelos moradores mais antigos e cujas habitações são avaliadas em níveis compatíveis com o sistema imobiliário vigente no restante da cidade; e há o espaço dos barracos e tapumes, erguidos precariamente em becos estreitos e em meio ao lamaçal do mangue situado nos fundos da favela e habitados pelos imigrantes de outras áreas desapropriadas.

[...]

Há uma segregação dentro de outra segregação. (*Ibidem*, p. 116)

Dentre as de ocupação mais recente, observamos áreas estruturadas por meio de becos e vilas (na área entre a R. Gerson Gradvol e a R. Guilherme Blum) e outras ocupando as áreas mais próximas ao mangue, em área de APP – Área de Preservação Permanente (ver FIGURA 3.11 e 3.12).

FIGURA 3.11: Morfologia básica do Poço da Draga



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Essas áreas, que apresentam maior precariedade, principalmente quanto à qualidade do espaço urbano, geram espaços segregados dentro da própria comunidade. Feitosa (1998) descreve como se conforma isso:

Há estratificações sociais dentro da própria favela pelo fato de existirem becos e ruelas piores do que outros. No Poço da Draga chama-se a rua principal de “Aldeota” da favela, referência a um dos bairros ricos de Fortaleza, e de “papouco” aos casebres de dentro do mangue, também referência a lugares paupérrimos da periferia. [...] A rigor, só existem duas ruas: a rua Viaduto Moreira da Rocha, tida como principal, pois nasce na praia e atravessa a favela; e a rua do trilho,⁴⁹ perpendicular àquela. Entre ambas, alguns becos, não muitos, cuja largura mal dá para se andar. A rua principal é a que apresenta as melhores edificações. São casas de alvenaria, construídas há mais de quarenta anos e devidamente remodeladas dentro dos paradigmas modernos, com grades de ferro nas portas e janelas e revestidas com cerâmica de boa qualidade. (*Ibidem*, p. 165-6)

⁴⁹ A Rua Gerson Gradvol é conhecida como “Rua do Trilho”, pois é exatamente a que possui os remanescentes do antigo trilho que ia até a Ponte Metálica, patrimônio ferroviário em deterioração, esquecido pelos órgãos de história e cultura.

FIGURA 3.12: Demarcação de APP – Área de Preservação Permanente – no Poço da Draga



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (arquivo KMZ da do IBGE sobre base do Google Earth)

Outro aspecto fundamental que denota a segregação desta área, em relação ao bairro em que se insere, é a sua situação fundiária. Apesar de sua localização central, a realidade da irregularidade fundiária manifesta-se no fato de que aproximadamente 92% de seus habitantes não possuem registro ou mesmo títulos de posse dos seus imóveis. (HABITAFOR, 2013).

A comunidade ocupa terrenos de marinha, classificação dada aos terrenos de domínio da União banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis e lagoas onde se faça sentir a influência das marés⁵⁰. Por esse motivo alguns moradores possuem registro na SPU – Secretaria do Patrimônio da União (ALMEIDA; GONDIM, 2014), provavelmente resultantes da luta, na década de 1980, pela Concessão de Direito Real de Uso já citado. (item 2.3.1.)

A reivindicação da comunidade pela regularização fundiária é motivada não apenas pelos vínculos históricos com o litoral, mas também pelos aspectos locais associados à infraestrutura e às oportunidades existentes. Nos seus arredores, encontra-se uma série de equipamentos públicos, sedes de instituições e equipamentos culturais e de lazer que confere dinamismo à região, além de acesso

⁵⁰ Decreto Imperial nº 4.105/1868, de 22 de fevereiro, atualizado pelo Decreto-Lei nº 9.760/1946 ainda vigente no Brasil.

a serviços públicos e privados e inúmeras oportunidades de trabalho e emprego para geração de renda às famílias da comunidade (FIGURA 3.13).

FIGURA 3.13: Edifícios públicos no entorno imediato do Poço da Draga



Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Se observarmos os equipamentos de saúde e educação existentes, podemos observar como a área é bem servida nas proximidades, mas não possui equipamento no interior da comunidade. (FIGURA 3.14) Esta já contou com escola, e após isso com posto de saúde, o Centro de Saúde Edmilson B. de Oliveira, ambos localizados no antigo “pavilhão atlântico”. O “pavilhão atlântico” foi, originalmente, o ponto de apoio para embarcações de passageiros. Após a desativação do porto, passou por diferentes usos, sendo o que mais marcou a comunidade, sem dúvida, o da escola mantida por instituição de freiras católicas na década de 1970 (FIGURA 3.15). Por esse motivo, ainda hoje o lugar é chamado carinhosamente pelos moradores como “as irmãzinhas”. Como podemos observar em notícia do jornal *O Povo* de 14 de setembro de 2003:

Para João Carlos, a melhor lembrança é das “Irmãzinhas”, onde atualmente existe o Pavilhão Atlântico. “Tudo era lá, pontos de encontro, festas, reuniões”. O nome do local ficou famoso por ser onde as Irmãs Josefina moraram e fizeram uma escola. (TALICY, 2013)

Mais recentemente, a edificação abrigou o posto de saúde e, após desativado, foi a sede da AMPODRA – Associação de Moradores do Poço da Draga, até a Prefeitura solicitar o edifício para reconstrução do antigo Pavilhão Atlântico, uma reprodução fiel da edificação original, a ser transformada em um café em virtude do projeto de Requalificação da Praia de Iracema, iniciado em 2007 (FIGURA 3.16).

FIGURA 3.14: Equipamentos de saúde e educação no entorno do Poço da Draga



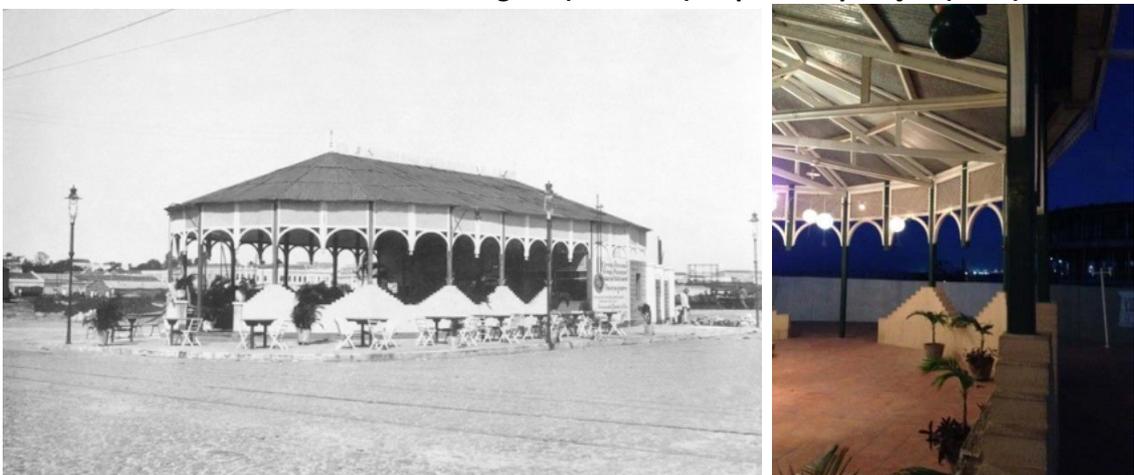
Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

FIGURA 3.15: Pavilhão Atlântico na década de 1970



Fonte: Arquivo Nirez, disponível em pocodadraga.org

FIGURA 3.16: Pavilhão Atlântico original (sem data) e após recuperação (2014)



Fonte: Arquivo Nirez (disponível em pocodadraga.org) e André Almeida (Nov. 2014)

Contudo, podemos observar que apesar da inexistência hoje de equipamentos públicos no interior da comunidade, a área é bem servida nos seus arredores, onde, no raio de 1km, encontramos um hospital, um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental, duas de ensino médio, além de privadas convencionais e de atendimento público (FIGURA 3.14).

No Centro da cidade, localizam-se os principais equipamentos de saúde que atendem os moradores do Poço da Draga: a Santa Casa de Misericórdia, distante 700m em linha reta da comunidade, um dos principais hospitais de atendimento público de Fortaleza e o Posto de Saúde Paulo Marcelo, a 1km da comunidade, na praça da Escola Normal (FIGURA 3.14).

Na área da educação, a escola mais próxima à comunidade é a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental São Rafael, situada à Rua dos Tabajaras, a 100m do Pavilhão Atlântico. As públicas de ensino fundamental e médio mais próximas são a EEFM Clóvis Beviláqua e EEFM Justiniano de Serpa (antiga Escola Normal), dois dos mais tradicionais colégios públicos da cidade e que costumam listar entre os de melhor qualidade da rede estadual. Além disso, a região conta com o Colégio Militar de Fortaleza e o Colégio General Tibúrcio (nas dependências do próprio Colégio Militar), além de uma escola particular católica, o Colégio Imaculada Conceição, escola tradicional fundada em 1865, que mantém, por sua vez, o Patronato São Vicente de Paula (FIGURA 3.14).

Quanto aos serviços de transporte público, conta com uma grande quantidade de linhas que lhes permite acessar, com uma única passagem, algumas das áreas mais importantes da cidade na zona leste, sul, sudoeste e oeste, ficando descoberta apenas a área a sudeste da cidade (FIGURA 3.17). Essa e as demais áreas, entre elas interstícios, podem ser acessadas pelo sistema de integração entre modais ou com outras linhas de transporte coletivo.

Vale ressaltar que a análise dos equipamentos e serviços públicos apresentados aqui é de caráter ilustrativo, de forma a se demonstrar o acesso básico a tais direitos, como saúde, educação e transporte. Sabe-se, porém, que a simples existência destes, apesar de importantes indicadores iniciais, não são suficientes para medir o nível de integração ou segregação de cada comunidade. Faz-se necessário um estudo mais aprofundado quanto à sua adequada distribuição, a

abrangência do atendimento e a qualidade dos serviços prestados a partir de critérios técnicos.

FIGURA 3.17: Linhas de transporte Coletivo “na porta” e possibilidades de deslocamento



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza sobre base KMZ do Google Earth. Editado pelo autor.

No tópico a seguir, passamos a observar, através dos dados levantados pelo Censo de 2010 do IBGE e de alguns outros estudos, as condições fundamentais de saneamento ambiental e habitação na comunidade, que pela sua precariedade, costumam ser aquelas que explicam a identificação da área como “favela”.

3.2.2. Condições habitacionais

Quanto à qualidade da habitação, podemos afirmar que a área residencial do bairro é bastante densa, com habitações hoje bem diversificadas (BARROSO; ALDIGUERI, 2014), apresentando melhor padrão construtivo. Segundo o Diagnóstico Socioeconômico do Poço da Draga (2012), é de 92% o percentual de habitações construídas em alvenaria. (HABITAFOR, 2013)

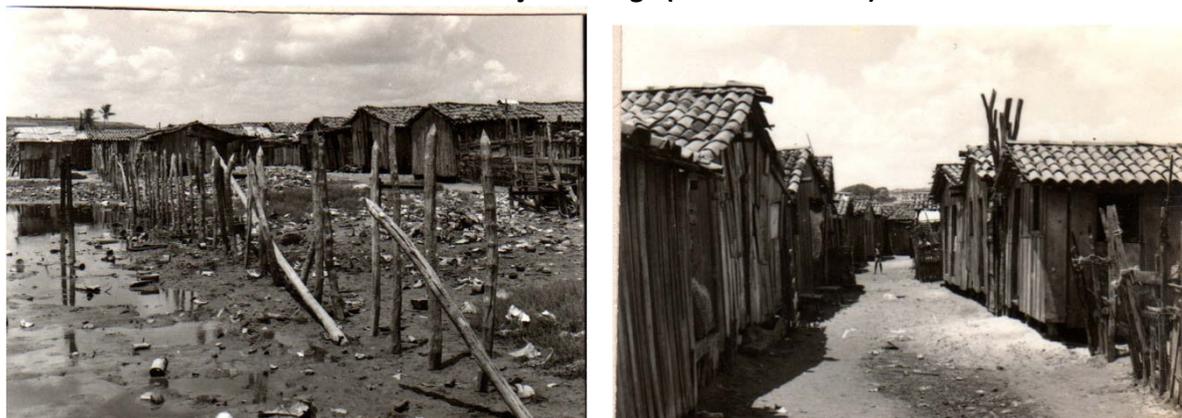
Oliveira (2006) descreve as características do espaço urbano da comunidade, que apesar de precário, difere do que se costuma entender como “favela”:

Nas duas primeiras ruas a arquitetura das edificações, bem como o uso e a ocupação do solo, diferem bastante do aspecto comumente atribuído a áreas faveladas, tal como divulgado pela mídia. Portões gradeados, casas de alvenaria com dois pavimentos (algumas com até cinco quartos), carros na garagem, comércio varejista, confecções, armarinhos, ateliês – esse é o cenário que compõe a comunidade do Poço da Draga. (*Ibidem*, p. 27)

Contudo, tanto a Prefeitura nos estudos da Habitafor (*op. cit*) como Oliveira (*Ibidem*), ao observarem que houve melhoria no padrão construtivo das habitações, fazem referência às décadas anteriores, quando tais condições eram precárias.

Imagens e estudos registrados na década de 1970 no Poço da Draga apresentam casas de madeira, abastecimento de água por chafariz, sem esgotamento sanitário adequado e constantes inundações, demonstrando uma situação ambiental e socioeconômica de extrema precariedade (FIGURA 3.18). Na época, a estimativa do número de casas construídas em madeira era na ordem de 500, servindo de abrigo a uma população que chegava a 3.000 habitantes. (GONDIM, 2008) A partir desses valores, estimamos uma média de 6,00 moradores por domicílio.

FIGURA 3.18: Poço da Draga (Década de 1970)



Fonte: Website da comunidade Poço da Draga (<http://www.pocodadraga.org/#!Poo-da-Draga-dcada-de-1970/zoom/cee5>)

Na década de 1990, o jornal Diário do Nordeste informa a presença de 248 famílias no local (DIÁRIO DO NORDESTE, 1995). Na mesma época, Feitosa registra um levantamento feito pela Associação de Moradores onde se vê uma população de 1248 pessoas adultas (não foram incluídas no levantamento as crianças menores de dez anos de idade), divididas em 301 famílias e 248 casas. Esses dados nos dão uma média de 5,03 habitantes por casa e um total de 53 coabitações. (FEITOSA, 1998, p. 166) Em notícia veiculada no jornal Diário do Nordeste de 1997, porém, é apontada a existência de “cerca 330 famílias”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 1997)

O Censo de 2000 do IBGE informou, posteriormente, um total de 236 famílias no Poço da Draga. Os dados da SEINFRA – Secretaria De Infraestrutura do Estado do Ceará, em 2001, informam que havia 1071 moradores em 263 imóveis (SOUSA, 2004, p. 80) ou 273 imóveis (PAULA, 2003), o que significa uma redução do número de moradores por domicílio para 4,07.

Para o ano de 2010, o Censo do IBGE totalizou 318 domicílios particulares e coletivos com uma população de 1.051 habitantes, apresentando nova redução da média de moradores por domicílio, chegando a 3,31. A contagem do número de imóveis feita pela equipe do PLHIS-For difere em quase 12% das registradas pelo IBGE em 2010. Foram identificados pelo PLHIS, no ano de 2012, 284 habitações e 1.132 habitantes (FORTALEZA, 2013) e uma média de habitantes por domicílio de 3,99, mais próxima dos dados de 2001 levantados pelo Governo do Estado. Concomitantemente ao trabalho do PLHIS-For, a Habitafor realizou dois levantamentos: um feito através do cadastramento das famílias pela equipe social (*op. cit*), e outro de campo pela equipe de arquitetura, com registro das informações e compatibilização com os dados sociais por meio do sistema ArchiGIS.⁵¹ Segundo o diagnóstico social, realizado entre os anos de 2011 e 2012, a comunidade contava com 354 imóveis (33 comércios e 321 habitações) e cerca de 1.032 moradores (HABITAFOR, 2013), o que nos dá uma média de moradores de 3,21 por domicílio. Após a compatibilização pela equipe de arquitetura, concluiu-se haver um número maior de habitações (339), sendo que 63 (18,5%) destas encontram-se em APP – Área de Preservação Permanente, quantidade inferior ao estimado pelo PLHIS-For, de 78 imóveis (FIGURA 3.12).

O QUADRO 3.2 mostra a compatibilização dos dados apresentados. Todos esses dados oficiais, porém, são contestados pelos moradores. Em notícia do Jornal *O POVO* de 14 de setembro de 2013, podemos ver:

Hoje, a comunidade reúne cerca de 505 famílias, segundo dados da ONG Valeumar. Ao longo desses 108 anos, “o povo da Draga existe e resiste na busca por direito à moradia, saúde e educação e trabalho e vida”. (TALICY, 2013)

Posteriormente, em notícia do jornal DIÁRIO DO NORDESTE de 27 de maio de 2014, o número de habitações se alia aos problemas que a população vem enfrentando nos últimos anos, como por exemplo, a pressão imobiliária.

O Poço da Draga conta hoje com uma população de 2.029 pessoas morando em 505 casas. Apesar das pretensões de melhoria para os moradores, a comunidade ainda sofre com a especulação imobiliária do local. (DIÁRIO DO NORDESTE, 27 maio.2014)

⁵¹ Informações disponibilizadas pela arquiteta Kelma Pinheiro, integrante da equipe da Habitafor entre 2009 e 2012, em entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2014.

Quadro 3.2: Pesquisa de dados primários da comunidade Poço da Draga (2012)

Tipologia de uso			Propriedade de veículo		
Residencial	269	80,5%	Carro	35	0,9%
Comercial	11	03,3%	Moto	17	04,8%
Misto	24	07,2%	Carro e moto	02	00,6%
Fechado	27	08,1%	Não possui	301	84,8%
Outro uso	03	00,9%			
Outro*	21				
TOTAL	355		TOTAL	355	
Quantidade de pavimentos			Renda familiar		
Um pavimento	191	84,1%	Até 3 SM	276	92,7%
Dois pavimentos	34	15,0%	Mais de 3SM	22	07,4%
Três pavimentos	02	00,9%	Outro*	57	
Outro*	128				
TOTAL	355		TOTAL	355	
Coabitação			Tipo de ocupação		
Não	275	92,3%	Casa própria	245	84,2%
Sim	23	07,7%	Aluguel	46	15,8%
Outro*	57		Outro*	64	
TOTAL	355		TOTAL	355	
Pessoa com deficiência na casa					
Sim	28	09,2%			
Não	277	90,8%			
Outro*					
TOTAL	305				

**Outro corresponde à ausência de informações por motivos vários*

Fonte: Arquivo digital disponibilizado pela Habitafor, tabulado pelo autor

(POÇO DA DRAGA MELHORIAS ARCGIS REDUZIDO 20120705.xls)

Se considerarmos a média de moradores por domicílio de 4,00 e o número de habitações 339, teríamos uma população total de 1.356 pessoas, diferindo bastante dos números informados pela comunidade: 505 famílias e cerca de 2.000 habitantes. (MAIA, 2013; ALMEIDA; GONDIM, 2014) Além disso, acredita-se que esse número esteja em constante aumento, em virtude das construções realizadas nos últimos anos, segundo testemunho dos próprios moradores durante a presente pesquisa realizada no ano de 2014, o que explicaria, em parte, a divergência entre os dados.

Quanto às formas de ocupação habitacional, utilizaremos as informações e os mapas disponibilizados pela Habitafor⁵² que registram as situações de coabitação⁵³

⁵² Informações trabalhadas a partir da pesquisa social e da territorialização dos dados, utilizando o ArchiGIS.

⁵³ Nos termos do PlanHab – Plano Nacional de Habitação, coabitação refere-se à quantidade de domicílios em situação de coabitação familiar não voluntária em assentamentos precários, ou seja, famílias conviventes que efetivamente demandam novos domicílios. São chamadas famílias conviventes aquelas constituídas por duas ou mais pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal. Tais famílias vivem junto a outras compartilhando de um mesmo domicílio ou se utilizam de um cômodo da residência.

na comunidade, as tipologia de uso e o recorte de renda acima e abaixo dos 3 salários mínimos.

No mapa de coabitação (FIGURA 3.20), podemos observar que a situação ocorre em 23 PMFs,⁵⁴ o que corresponde a 6,47% do total de domicílios identificados na pesquisa. Não identificamos um padrão espacial geral em que essa situação ocorra, existindo casos de coabitação em várias áreas da comunidade. Observa-se, contudo, certa concentração na parte mais a sul da comunidade, com maior ocorrência na rua Gerson Gradvol.

Quanto ao uso do solo das edificações, a pesquisa da Habitafor (*op. cit*) indica um total de 267 imóveis com usos residenciais, 75% do total dos imóveis levantados. Ou seja, 1/4 possui uso misto ou comercial. Há uma tendência a esses usos acontecerem nas entradas da comunidade, ou seja, no acesso norte, no encontro da rua Viaduto Moreira da Rocha com a Rua dos Tabajaras, e na entrada sul, rua Gerson Gradvol com a Rua Boris (FIGURA 3.19). Pelo mapa elaborado pela Habitafor (FIGURA 3.21), observa-se que tais usos aparecem principalmente nas ruas Gerson Gradvol e Viaduto Moreira da Rocha, por serem as vias principais da comunidade e, portanto, as de maior trânsito de pedestres e veículos.

FIGURA 3.19: Visibilidade do comércio no acesso sul – Rua Boris com Rua Gerson Gradvol (2014)

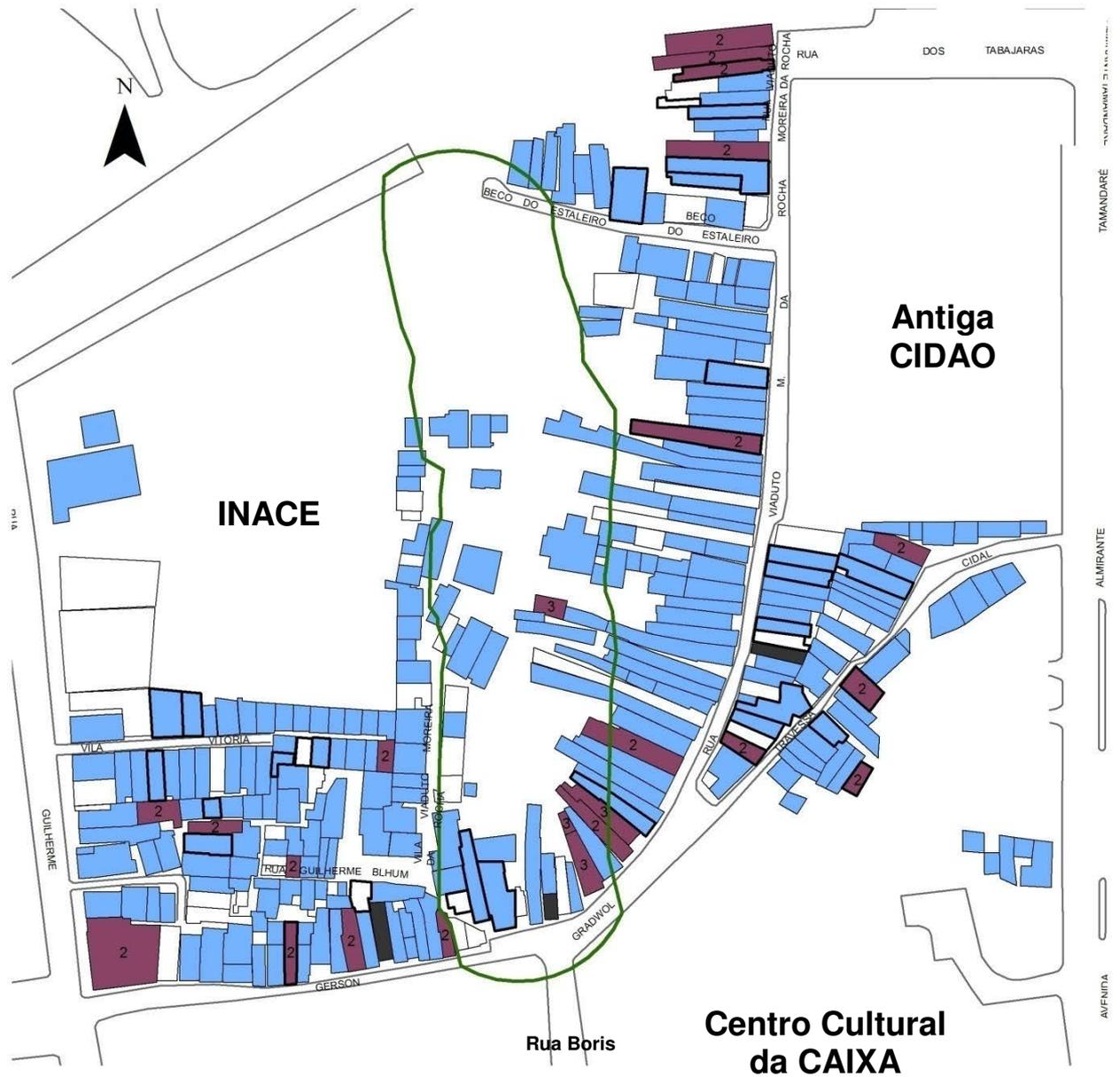


Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

⁵⁴ PMF é a sigla utilizada nos trabalhos sociais da Prefeitura Municipal de Fortaleza para identificar o número do cadastro da família visitada, pintada na porta da residência, sendo sempre seguido do seu número de registro (ex. PMF 001, PMF 002, etc.). A quantidade total de PMFs corresponde ao total de famílias visitadas, e não de domicílios.

FIGURA 3.20: Coabitação (2012)

Poço da Draga COABITAÇÃO



LEGENDA

TOTAL - 355 PMF

- sem coabitação - 271 PMF
- sem informação - 58 PMF
- com coabitação (nº de famílias) - 23 PMF
- APP
- PMFs sobrepostos - 35 PMF
- institucional/garagem/construção - 3 PMF

ESCALA

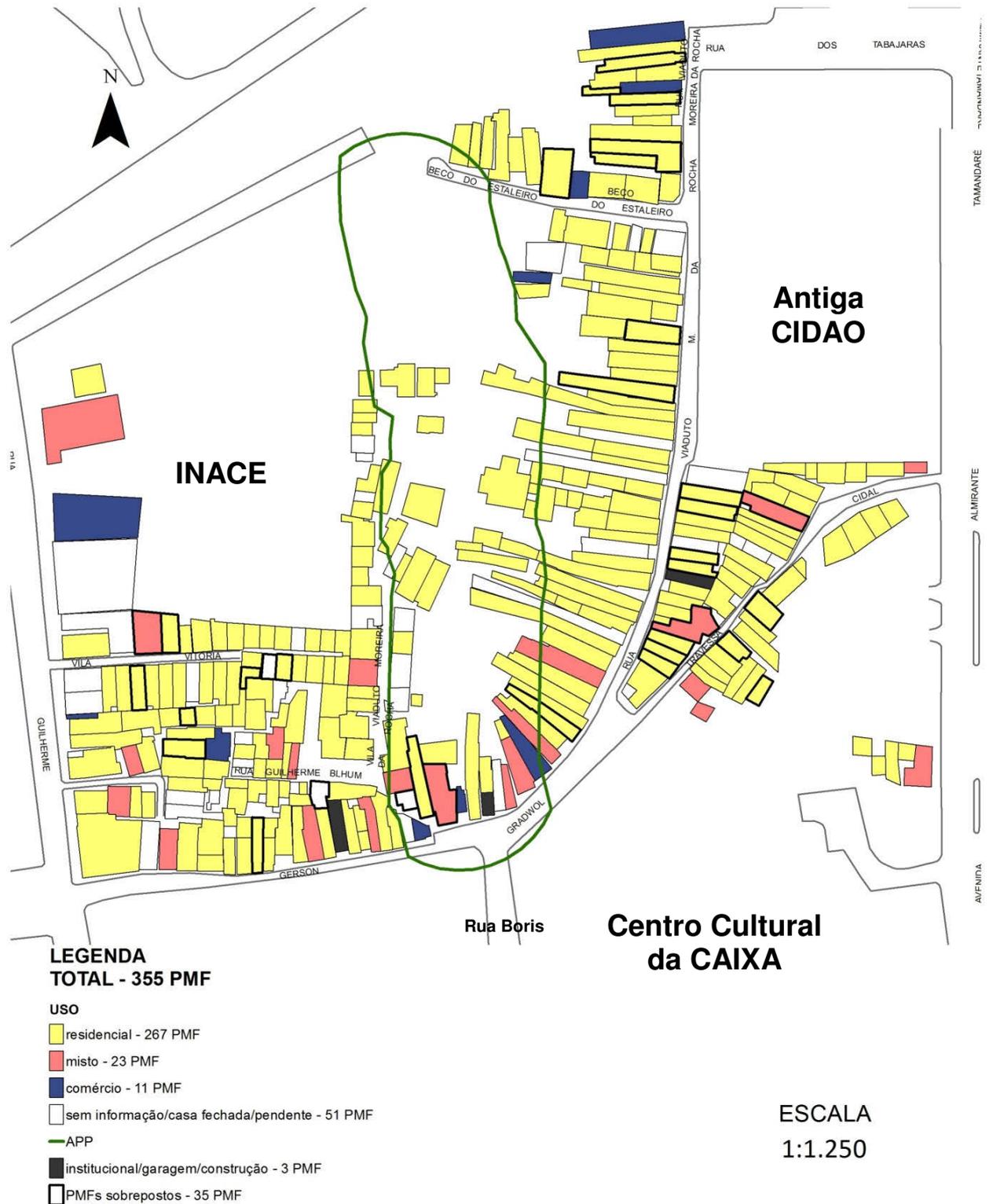
1:1.250

Fonte: Habitafor

FIGURA 3.21: Tipologia de uso (2012)

Poço da Draga

TIPOLOGIA DE USO



Fonte: Habitafor

Associado ao problema habitacional está a infraestrutura de saneamento ambiental precária, principalmente quando se trata do esgotamento sanitário. O PLHIS-For destaca as precárias condições de infraestrutura na área. O plano registrou como existente a rede geral de abastecimento de água, mas inexistente a de esgotamento sanitário. O sistema de drenagem é deficiente, sendo apenas superficial e sem pavimentação adequada de vias em boa parte da área. O Plano identifica ainda a presença de equipamentos de educação e saúde no entorno, mas não os de segurança pública. (FORTALEZA, 2013)

Segundo dados do IBGE de 2010, organizados no QUADRO 3,3, a situação mais precária está no esgotamento sanitário: apenas 7,0% das habitações possuem acesso à rede e mais de 50% das habitações ainda jogam seus esgotos domiciliares a céu aberto ou no mangue localizado no fundo das habitações. A coleta de esgoto também é precária: o serviço não chega a mais de 1/3 das habitações, em grande parte devido ao desenho urbano irregular com muitas localizadas em vias onde a coleta por caminhão não atinge.

Quadro 3.3: Censo IBGE 2010 – Setor Censitário Poço da Draga

Tipo de domicílios			Condição de ocupação do domicílio		
Casa	255	83,6%	Próprio	244	80%
Apartamento	18	5,9%	Alugado	49	16,1%
Outro	32	10,5%	Cedido	12	3,9%
TOTAL	305			305	
Abastecimento de água			Esgotamento sanitário		
Rede	296	97,0%	Rede	21	7,0%
Poço/nascente	4	1,3%	Fossa/sumidouro	119	39,7%
Outra	5	1,6%	Vala/outro	160	53,3%
TOTAL	305			300	
Coleta de lixo			Banheiro ou sanitário		
Serviço	201	65,9%	Possui	300	98,4%
Outro	104	34,1%	Não possui	5	1,6%
TOTAL	305			305	
Energia elétrica					
Companhia	303	99,3%			
Outro	2	0,7%			
Não possui	0	0,0%			
TOTAL	305				

Fonte: Quadro de autoria própria com dados do IBGE Censo 2010 Disponível em

<http://mapasinterativos.ibge.gov.br/censo2010> Acesso em 23 mar. 2014

Em matéria do Jornal *O POVO* de 20 de janeiro de 2013, destaca-se o problema do saneamento básico inexistente. Na fala da diretora da ONG Velaumar, Izabel Cristina Lima (*Apud* MAIA, 2013), percebemos não apenas a indignação diante da

situação, mas também por serem os moradores que na situação de emergência ao se verem desassistidos pelas autoridades, têm que improvisar soluções temporárias para os seus problemas:

o esgoto corre a céu aberto. Nas primeiras chuvas, as casas ficam alagadas. É uma questão de saúde pública
[...]
Depois de tanto solicitar e não chegar (a solução), os moradores reuniram os recursos em bingos e rifas. (LIMA *Apud* MAIA, 2013)

Segundo a mesma notícia, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) foi consultada e esta informa que o sistema não pode ser implantado sem um projeto de urbanização de forma a se adequar as vias à obra. Porém, não há informação a respeito de possíveis articulações com os órgãos públicos que poderiam promover essa urbanização, ou no caso negativo, do motivo por que este assunto não estaria sendo encaminhado. A notícia ressalta, por fim, que o principal ponto negativo da comunidade é a ausência de equipamentos públicos no próprio local, tais como creche, escola e posto de saúde, indo ao encontro de observações anteriores.

Os demais serviços, segundo o Censo de 2010, possuem dados que não correspondem ao levantamento feito pela Habitafor entre 2011-2012. O percentual de imóveis com acesso à rede de esgoto identificado pelo órgão municipal é de 18%, portanto maior que o apresentado pelo IBGE, de 7,0%. Quanto às ligações à rede de água, o levantamento feito pela prefeitura aponta que 74% possuem ligação à rede pública, um número bem abaixo do percentual registrado pelo IBGE, de 97% dos imóveis da comunidade.

Quanto aos dados referentes às instalações sanitárias, em 2006, havia 17% delas ainda sem banheiro ou unidade sanitária (OLIVEIRA, 2006), o que difere em muito dos 1,6% apresentado pelo IBGE em 2010. Além disso, segundo a Prefeitura, a drenagem contempla apenas 15% da comunidade (HABITAFOR, 2013) e parte da área continua sujeita a inundações. Quanto à questão ambiental, além da condição precária quanto às instalações e serviços sanitários, o PLHIS-For estima a presença de 78 imóveis localizados em APP e 100 habitações localizadas em área de risco ambiental, sujeitas à inundação. Não há indícios que muitas dessas situações tenham melhorado nesse período entre o censo 2010 e a pesquisa da prefeitura, o que nos leva a questionar alguns desses dados oficiais.

3.2.3. Alguns aspectos socioeconômicos

Quanto ao rendimento, nem o documento final do PLHIS-For nem o relatório da Habitafor (*op. cit.*) apresentam uma condição de elevada gravidade, como por exemplo, as questões ligadas à infraestrutura urbana apresentadas anteriormente. O PLHIS-For enquadra a maioria dos moradores do Poço da Draga na faixa salarial de 2 e 3 salários mínimos, o que caracteriza baixa renda, mas não miséria. (FORTALEZA, 2013)

O mapa da renda, em 2012, produzido pela Habitafor, por sua vez, indica também predominância de imóveis com renda abaixo de 3 salários mínimos. Observamos, porém, que há 21 imóveis com renda acima do patamar que define baixa-renda (3 salários mínimos), correspondendo a 5,9% do total de 355 imóveis registrados. Estes imóveis distribuem-se no espaço da comunidade de modo equilibrado: não apresentam um padrão que caracterize uma área de renda mais alta ou propícia a atividades econômicas que expliquem essa renda acima da média dos demais (FIGURA 3.22). Mesmo em situação considerada de baixa-renda, os moradores declaram ter havido progresso nas suas condições econômicas. Esse fato explica, em parte, as melhorias efetuadas nas habitações, como ampliação e/ou melhoria nos acabamentos e no acesso a alguns bens de consumo, como veículo próprio (QUADRO 3.2).

A infraestrutura urbana, porém, continua sendo um dos principais elementos de precariedade no Poço da Draga. Em depoimento a Feitosa (1998), no ano de 1994, uma das moradoras comenta:

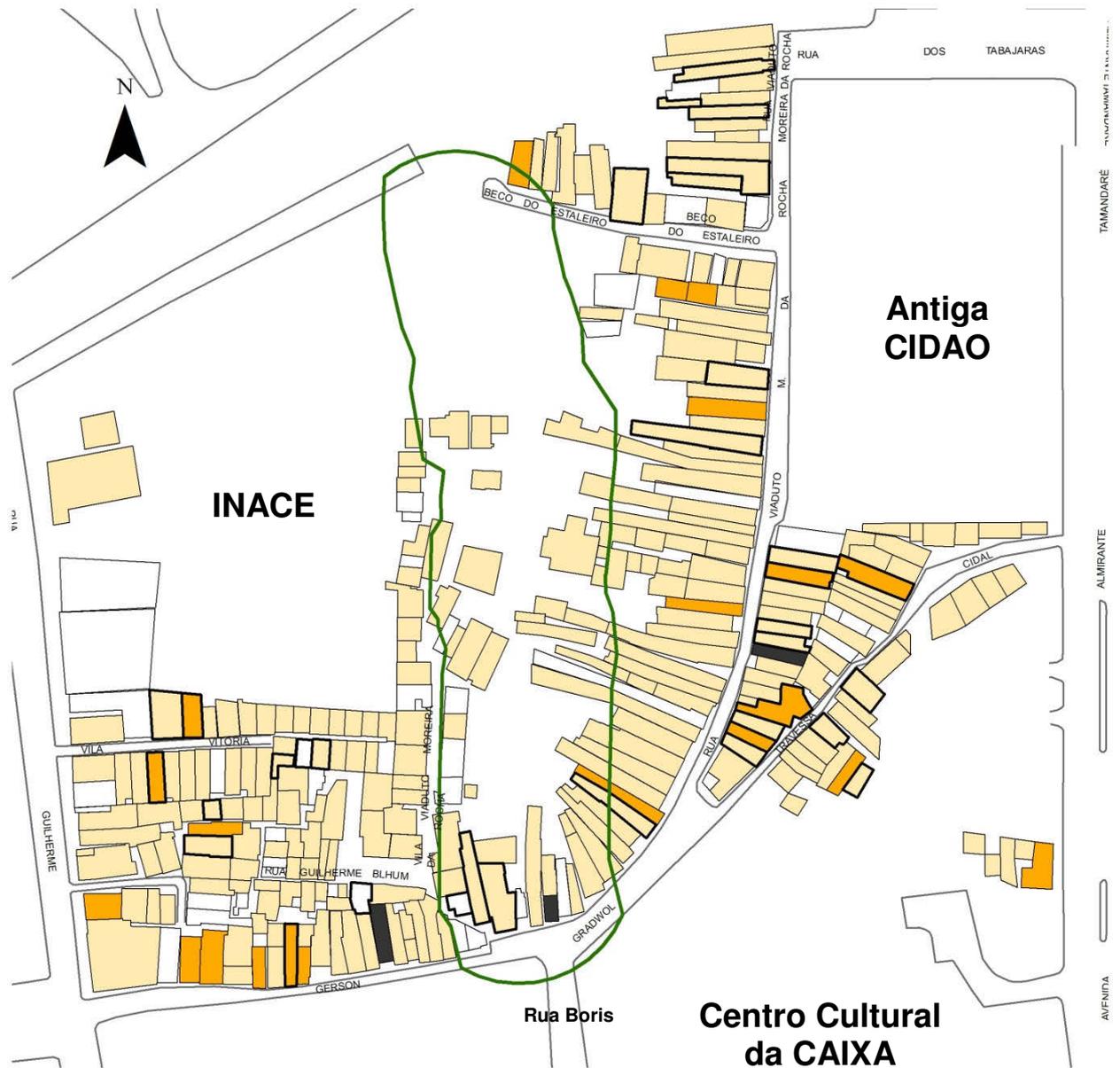
A vida aqui melhorou, meu filho. Hoje nós temos essa beleza toda aí. [referência aos hotéis e aos calçadões da praia]. [...] Hoje tá tudo mais bonito e melhor, né? (*Ibidem*, p. 151)

Segundo os moradores, pouco se conseguiu dos poderes públicos, e muito da comunidade. Estes percebem o desenvolvimento à sua volta, resultado dos investimentos públicos voltados ao turismo, mas não veem rebatimento na comunidade. Esta aproveita a localização na cidade e a “requalificação urbana” promovida pelo poder público e busca, por meio de iniciativas coletivas das associações comunitárias, das ONGs e das parcerias sociais e acadêmicas, se capacitar e assim conquistar as oportunidades de trabalho ou de geração de renda, formal e informal, existentes nas proximidades.

FIGURA 3.22: Mapa da Renda (2012)

Poço da Draga

RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS



LEGENDA
TOTAL - 355 PMF

RENDA

- acima de 3 SM - 21 PMF
- abaixo de 3 SM - 277 PMF
- sem informação - 54 PMF
- APP
- institucional/garagem/construção - 3 PMF
- PMFs sobrepostos - 35 PMF

ESCALA
1:1.250

Fonte: Habitafor

Como registra Feitosa (1998):

Segundo depoimento de Dona Rocilda, presidente da Associação de Moradores do Poço da Draga, apenas alguns jovens estão desempregados, apenas estudando. De posse de muitas anotações sobre o perfil dos moradores da Draga – levantamento feito pela Associação e ainda em curso quando do término de nossa pesquisa na comunidade – Dona Rocilda e seus filhos mostravam as categorias profissionais existentes na comunidade. A grande maioria dos profissionais são autônomos. Vejamos o depoimento a presidente da Associação de Moradores: “Olha professor, apesar do povo lá fora pensar que na favela só tem vagabundo e desordeiro, aqui todo mundo trabalha [...] Só costureiras nós temos muitas e muitas e das boas [cita alguns nomes]. Tem uns quinze pedreiros, quatro marceneiros, pintores e muita gente que faz de tudo. Isso tudo fora as pessoas que trabalham no estaleiro, muita, muita gente. E os artesões, esses é que são muitos, eles vão vender as coisas deles no calçadão da praia. E como eles, outros vendem cachaça na praia, no Centro, em todo canto.” (*Ibidem*, p. 120-121)

A comunidade, de forma individual ou organizada, possui o entendimento de que a capacitação para o trabalho lhes dá condições de combater o processo de segregação social a que estão submetidos:

Tanto a presidente da Associação de Moradores como seu ex-presidente, têm como meta principal para a comunidade “conquistar espaço onde o povo possa trabalhar sossegado e deixar de ser perseguido pelas pessoas como vagabundo, desordeiro. [...] Só se conquista um espaço na sociedade quem trabalha e eu não quero para a nossa comunidade o desemprego não.” (*Ibidem*, p. 137-138)

Percebemos então que os investimentos públicos na região, além de ignorar as necessidades da população quanto à infraestrutura urbana, trazem resultados apenas parciais para o desenvolvimento econômico e social das comunidades que aí vivem. Os benefícios econômicos observados não são consequência de políticas e ações específicas do Estado, mas de iniciativas dos próprios moradores, ao perceberem as oportunidades geradas.

Contudo, essas iniciativas não parecem ter resultados efetivos no combate à segregação socioespacial por que passa a comunidade. O isolamento físico e visual, o cenário de precariedade e pobreza, as carências de infraestrutura e a degradação socioambiental, alimentam os estigmas⁵⁵ da favela. Isto é reforçado pela

⁵⁵ “A estigmatização da favela indica que ‘outros’ lhe atribuem uma identidade deteriorada a qual não é necessariamente reconhecida pelos próprios favelados.” (GONDIM, 2012)

continuidade, ao longo dos anos, da exclusão da área dos investimentos públicos realizados no entorno. Como observa Feitosa (1998):

A visão estigmatizada das periferias e mais particularmente das favelas como sendo espaços de violência, decadência moral ou de alta periculosidade faz parte do jogo do poder urbano e suas variáveis como forma de continuar explorando as fragilidades dos lados espoliados. Assim, o espaço periférico dos centros urbanos vive sob o estigma da violência em suas múltiplas faces. (*Ibidem*, o. 118)

Mesmo diante do progresso econômico que Fortaleza vivenciou nas últimas décadas, em especial da grande concentração de investimentos na própria área da Praia de Iracema, e das melhorias pontuais que a comunidade promove para si mesma, o enfrentamento do processo de segregação social é difícil. Em outras palavras, o “desenvolvimento” promovido pelo poder público na área não é usufruído pelos moradores da comunidade. Esse fato nos leva a ver como continuamente a cidade é o pano de fundo para a estruturação apenas das atividades econômicas, firmemente embasadas pela atuação política, cujos resultados são direcionados às classes sociais mais altas. No sistema capitalista, “a base econômica comanda” (LEFEBVRE, 1999, p. 112-113) e essa atuação política gera impactos positivos para a economia, mas produz resultados negativos para a vida do cidadão, principalmente em sociedades onde as desigualdades sociais são mais acentuadas.

A comunidade do Poço da Draga tem permanecido, porém, na região da Praia de Iracema mesmo com as modificações da paisagem urbana ao seu redor, consequência da reorganização espacial da cidade e das suas estruturas econômicas, e com as inúmeras ameaças de remoção, resultante dos interesses privados que conduzem as políticas públicas de “requalificação urbana”. Feitosa (1998) analisa como se dá a reação da população ameaçada:

Assim é que a resposta das comunidades frente à reurbanização, processo desencadeado pelas transformações urbanas, e o enfrentamento dos processos de demolições, parecem permear o universo das favelas com poder avassalador. [...]

As iniciativas populares, visando à conquista do espaço urbano forçaram as camadas populares a viverem de modo cada vez mais gregário ante a segregação socioterritorial a que estão expostas. Dessa forma, paralelo às formas espoliadoras, caminham as buscas de uma vida mais associativa, ainda que viver em associação implique brigas internas pela obtenção dos espaços, cada vez mais limitados e disputados. (*Ibidem*, p. 112-113)

Diante desse quadro, reforça-se a organização comunitária do Poço da Draga, que permeia a sua história e as lutas por resistência diante das ameaças externas. Tal postura é fundamental para construção da identidade e do sentimento de pertencimento à comunidade. Esse traço tem se tornado um importante aspecto da sociedade contemporânea, como observa Ascher (2010):

As reivindicações de classe, assim como o individualismo tal como se institucionaliza atualmente, não devem ser considerados como egoísmo, mas como expressão de novas estruturas sociais que necessitam redefinir noções de solidariedade e de responsabilidade. Então, em vez de se falar de um declínio moral, deve-se vislumbrar, com essa modernidade avançada, uma “transição moral” que conduza à emancipação dos indivíduos ante as obrigações impostas por regras “superiores” e em relação às definições normativas [...] É evidente, no entanto, que todos os problemas não poderão ser resolvidos pelo debate e, inclusive, para alguns deles, os conflitos serão inevitáveis e até necessários. (ASCHER, 2010, p. 76)

Ao analisar a relação do Poço da Draga com a cidade em meio aos processos de requalificação, Vancarder Brito Sousa (2007b) afirma:

[...] ao longo dos anos e das sucessivas tentativas de remoção, os moradores articularam estratégias e táticas na forma de acordos tanto internos quanto externos que garantissem a possibilidade de continuar no “jogo.”
Observando a relação da cidade versus a comunidade ao longo do tempo, esta, embora em condições de fragilidade e sujeição, não parece se enquadrar na mera ideia de dominação do mais forte (a cidade e o discurso de ordenamento e desenvolvimento) sobre o mais fraco (os moradores). (*Ibidem*, p. 09)

Das lideranças que surgiram ao longo dos anos, uma das mais significativas foi D. D. Rocilda Lima Ferreira⁵⁶ (*in memoriam*). Em um de seus depoimentos a Feitosa (1998) afirma:

[...] se a gente parar de lutar um só dia que seja, eles botam prá quebrar. Ora, a gente ficando o tempo todo alerta, quando dá fé, chega o pessoal da prefeitura aqui, medindo tudo e dizendo que não tarda a gente ser mandado embora daqui, imagine se nós ficasse [sic] parados. (FERREIRA *Apud* FEITOSA, 1998, p. 132)

Enfim, este capítulo apresenta, até aqui, alguns indicadores do processo de segregação socioespacial do Poço da Draga em relação ao contexto da Praia de Iracema. Conheceremos, agora, os projetos que foram pensados para o local a partir

⁵⁶ Em 2013, D. Rocilda recebeu homenagem póstuma da Prefeitura de Fortaleza, pelo seu importante papel nas lutas urbanas em Fortaleza. A homenagem se deu por iniciativa da Habitafor na V Conferência Municipal da Cidade, o qual participei na função de coordenador da Comissão Preparatória do evento.

da década de 1990 e suas contribuições, ou não, na acentuação da segregação vivenciada pela comunidade.

3.2.4. Projetos públicos para o Poço da Draga

Como ressaltado no Capítulo 2, item 2.3, a Praia de Iracema, a partir da década de 1990, passa a vivenciar os paradigmas da pós-modernidade, com seus rebatimentos no urbanismo e nas atividades econômicas globalizadas. Foram elaborados e implantados alguns projetos de requalificação urbana nas áreas tradicionais da cidade, escolhidas dentre aquelas de grandes valores simbólicos e históricos para a cidade que pudessem ser associadas à lógica da exploração comercial e turística da terra e do espaço urbano. Os projetos buscam, assim, promover a oferta de serviços voltados ao turismo e ao entretenimento de padrão econômico elevado, o que direciona também o público da cidade frequentador desses espaços.

As práticas urbanísticas contemporâneas, de forte apelo comercial, mas revestidas do discurso da “requalificação urbana” (HARVEY, 2000), baseiam suas decisões apenas em estudos de viabilidade econômico-financeiros, relegando, a segundo plano, os valores mais fundamentais da sociedade, de âmbito sociocultural, histórico, patrimonial, urbanístico e ambiental. Esse conjunto de elementos que compõe a raiz da nossa sociedade não deve ser dissociado do espaço e suas intervenções. Como afirma Manuel Castells (1981) “[...] a significação social das diferentes formas e tipos de espaço, a divisão significativa do espaço; as unidades espaciais não têm sentido fora do corte da estrutura social [...]”. (*Ibidem*, p. 15)

Ao se considerar somente os resultados econômicos das intervenções urbanas, sem uma visão de planejamento que compreenda esses elementos componentes da sociedade, se promoverá apenas requalificações pontuais, sem resultados sociais efetivos. Esse é o tipo de prática comum em intervenções pensadas e promovidas por gestões públicas paternalistas, movidas por interesses políticos e econômicos próprios, alimentadas, nos dias atuais, pela lógica de desenvolvimento global.

É sob essa ótica que voltaremos a analisar os projetos pensados para a região da Praia de Iracema. Contudo, diferentemente da leitura realizada no Capítulo 2, trataremos daqueles não executados, mas que teriam impactado diretamente a comunidade Poço da Draga.

3.2.4.1. Projeto Habitacional (1995 – não executado)

Na administração do prefeito Antônio Cambraia (1993 - 1996) é elaborado um projeto habitacional para a comunidade do Poço da Draga. Em notícia publicada no Diário do Nordeste no dia 06 de fevereiro de 1995 (FIGURA 3.23), a prefeitura informa que urbanizará o Poço da Draga e a Praia de Iracema através uma operação consorciada.

FIGURA 3.23: Notícias de jornal (1992 e 1995 respectivamente)



Fonte: Arquivo Velaumar

O projeto “visa a reformulação paisagística” da região que não foi contemplada com o primeiro projeto de reforma da Praia de Iracema, inaugurado no ano anterior, incorporando agora as áreas habitacionais carentes. A notícia, porém, apresenta explicitamente motivações contraditórias:

A iniciativa faz parte da filosofia da administração municipal de dotar a cidade dos equipamentos urbanos e paisagísticos necessários para explorar ao máximo o seu potencial turístico [grifo nosso]. Atualmente, essa região registra elevada desvalorização, em função do estado de degradação urbana verificada na área. Com isso, o valor do metro quadrado está cotado como um dos mais baixos de Fortaleza, se comparado a outras áreas equivalentes. Segundo dados do Instituto de Planejamento do Município (Iplam), o preço médio é de R\$ 100,00, contra os R\$ 850,00 por metro quadrado da Avenida Beira-Mar. (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev.1995)

A primeira motivação não foi a necessidade da população a partir dos seus direitos constitucionais, mesmo diante de reivindicações e denúncias, como aquela expressa em notícia de jornal de 1992 (FIGURA 3.23). O que se vê, em 1995, é um interesse pela “máxima exploração turística” e a valorização imobiliária, o que explica a

decisão estratégica da prefeitura em propor esse projeto através de uma operação consorciada com a iniciativa privada.

Sobre a necessidade de se elevar o valor por metro quadrado dos imóveis comercializáveis da região, um dos responsáveis pelo projeto justifica que a Praia de Iracema possui um dos metros quadrados mais baixos da cidade, o que, durante a leitura, consideramos improvável. Dificilmente, o valor dos imóveis na Praia de Iracema em 1995 seria “um dos mais baixos de Fortaleza” (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev.1995), em virtude não só das graves condições de precariedade existentes na periferia da cidade, o que resulta certamente em valores imobiliários extremamente baixos, como também pelo fato de a Praia de Iracema já ter sido objeto de requalificação urbana que como vimos dinamizaram as atividades econômicas na região (item 2.3.2). Logo a seguir, porém, o autor apresenta o valor médio (por metro quadrado) dos imóveis da Praia de Iracema e a grande defasagem em relação ao valor médio executado na Avenida Beira-Mar. Parece-nos que a preocupação é, de fato, homogeneizar a área nobre da cidade, elevando o valor dos imóveis da Praia de Iracema aos padrões de consumo imobiliário da região. A notícia segue com as justificativas relativas ao valor histórico-cultural da região:

Outro fator importante é a existência, na área, de conjuntos de edificações de grande valor histórico que precisam ser preservados. A região também se caracteriza por uma ocupação rarefeita ou de uso inadequado, onde predominam armazéns, almoxarifados, depósitos de instituições públicas e serviços remanescentes do Porto de Fortaleza. Todo esse aparato está localizado na orla marítima, área que apresenta grande vocação para empreendimentos turísticos. (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev.1995)

Pelo texto, percebe-se novamente a necessidade de se intervir na área de forma a reverter seu uso às necessidades do setor turístico, e não o contrário. O projeto considera a presença dos armazéns e serviços remanescentes do antigo porto inadequado para a orla marítima. Essa visão nos parece bastante contraditória, já que se considera importante o “conjunto de edificações de grande valor histórico que precisam ser preservados”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev.1995) Se o que confere o valor histórico desse conjunto é seu passado portuário, como compreender o patrimônio edificado que representa remanescentes desse uso como inadequado? O que se espera seria exatamente a compreensão da importância de se valorizar, culturalmente, o conjunto dessas edificações. Ao contrário, expressa-se surpresa

pela sua presença na orla marítima sendo, mais adequado, pela visão da prefeitura, à atividade turística, sobrepondo o uso presente ao passado irresponsavelmente.

Apesar de o projeto se apresentar como habitacional, no discurso percebemos os interesses e as motivações mercadológicas. Para se efetivar os resultados esperados, o envolvimento da comunidade no projeto é feito a partir da abertura de canais de diálogo através da AMPODRA - Associação de Moradores do Poço da Draga. Porém, essa “participação” mostra-se limitada. A proposta apresentada desconsidera as pré-existências, propõe a completa realocação da comunidade e não é dada à população o poder de decisão sobre as premissas iniciais de projeto.

A participação social resumiu-se no “ouvir” a comunidade sobre a localização da área de reassentamento na mesma região, além de buscar contemplar algumas necessidades projetuais da população beneficiada. Segundo a notícia, a partir do diagnóstico social, pretendeu-se conhecer características físicas das casas e o perfil da população, resultando num projeto habitacional composto por cinco modelos de residências a ser implantado em núcleos urbanos de pequena escala (até 50 unidades habitacionais). A preocupação, segundo os responsáveis pelo projeto, é a de manter os laços de vizinhança e “as condições mais satisfatórias para comércio e demais atividades profissionais”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev.1995) Segundo o arquiteto Tarcísio Prata, “a Prefeitura está executando o processo em parceria com a comunidade”: (PRATA *Apud* DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev.1995)

[...] o morador poderá trocar a sua atual residência por uma equivalente; quem não se interessar pela relocação pode optar por receber indenização; e o proprietário de casa mais valorizado que as do novo conjunto pode receber a diferença entre os valores das duas habitações. (PRATA *Apud* DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev.1995)

Quanto à localização, a notícia informa que o local foi definido em parceria com os moradores, em um terreno “a dois quarteirões” (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev.1995) da área de atual moradia. O posto de saúde e a escola municipal Elvira Pinho, ainda em funcionamento à época da notícia, seriam transferidos para a nova área residencial. A área receberia ainda um “equipamento polivalente que vai incorporar o atendimento de saúde, educação e promoção social”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 1995)

Porém, apesar de todo esse contexto *a priori* positivo à comunidade, um princípio básico da participação social é ignorado. Não é dada nenhuma explicação para a

necessidade de remoção das famílias, significando existir uma lacuna na compreensão de que a participação social é um processo contínuo e que deve se iniciar na concepção inicial das propostas, bem como o cidadão envolvido deve ter papel ativo na tomada de decisão. Consciente disso, a AMPODRA solicitou, à época, apoio do IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil, em agosto de 1995, para estudo do projeto de forma a proporcionar à comunidade sua permanência e sobrevivência (Arquivo Velaumar). Não conseguimos obter informação sobre a resposta do instituto.

Parte da comunidade, contudo, não aceita o reassentamento e reivindica a permanência e a urbanização da área em que vivem, pressionando para que seja feita a alteração do projeto. Por fim, este é abortado após ação judicial (PAULA, 2003). Anos depois, a situação de precariedade da comunidade continua sendo matéria de jornal (FIGURA 3.24).

FIGURA 3.24: Notícia de jornal (1997)



Fonte: Arquivo Velaumar

Os próprios moradores passam a mencionar o projeto inconcluso de 1995. Nas palavras de uma moradora, em notícia publicada no jornal Diário do Nordeste de 10 de junho de 1997:

“A nossa única saída é a urbanização e que havia sido prometida desde a administração do então prefeito Antônio Cambraia”, diz a moradora Dionísia Holanda. Ela afirmou que na administração passada, os moradores foram contactados para um projeto de urbanização da favela, dentro do plano de expansão da Praia de Iracema. (DIÁRIO DO NORDESTE, 10 jun.1997)

As datas coincidem com a da época de implantação do CDMAC - Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (item 2.3.2.2), nas adjacências da comunidade.

3.2.4.2. CMEFC - Centro Multifuncional de Eventos e Feiras (2001 – não executado)

O Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará – CMEFC (FIGURA 3.25) foi anunciado pelo Governo do Estado do Ceará, em parceria com a Prefeitura Municipal e a iniciativa privada, no dia 03 de dezembro de 2001 (MOURA; SOARES, 2001) como um grande projeto de requalificação da região ex-portuária de Fortaleza. (SOUSA, 2007b) Estava prevista uma capacidade de ocupação de 25.000 pessoas e a possibilidade de gerar 10.000 empregos. (MOURA; SOARES, 2001) A intervenção se daria na orla da Praia de Iracema e da INACE, no local onde se localiza a Comunidade Poço da Draga.

FIGURA 3.25: Imagem 3D do projeto do CMEFC



Fonte: BARBOSA, 2006; SOUSA, 2007a

Moura e Soares (2001) informam que na ocasião de apresentação do projeto, a população já questionou a escolha do local e os impactos ambientais que o empreendimento poderia causar (FIGURA 3.26). O Governo do Estado argumentou

que os custos para implantação em outro local da cidade seriam altos, além do fato de que, desde a década de 1960, com o plano Helio Modesto, aquela área já tinha apresentado vocação para esse tipo de empreendimento. O projeto objetivava reforçar o turismo local. Tinha como discurso a necessidade de inserir Fortaleza numa rede de turismo mais qualificada, a do turismo de negócios, e assim se enquadrar nos paradigmas da concorrência econômica global.

FIGURA 3.26: Localização e Implantação do empreendimento



Fonte: MOURA; SOARES, 2001

Costa (2003) entende que a ideia do empreendimento se dá como motivação continuada com Dragão do Mar, buscando “aproveitar a proximidade do entorno da área já consolidada como polo turístico para garantir o sucesso do investimento” (p. 132). Costa (2003) registra os argumentos do coordenador do projeto:

“Hoje existe um desnível entre demandas de turistas na alta e na baixa estação. Isto é um problema sério e investir no turismo de negócios é a solução mais viável para resolver de vez o problema do desequilíbrio na demanda turística do Estado”, afirma Cardoso. (O POVO, 06 jan. 2002 *Apud* COSTA, 2003, p. 133)

O projeto previa um centro de convenções, um pavilhão de feiras, teatros e áreas para exposições, mas de maneira diferencial em relação a outros, o CMEFC incorporou na sua proposta urbanística não apenas a intenção de promover o desenvolvimento econômico, mas também de contribuir para a erradicação de favelas. Dessa forma, escolheu-se a área do Poço da Draga para implantação do

projeto, devendo a favela ser deslocada para um conjunto habitacional nas proximidades. (COSTA, 2003, p. 133)

O projeto previa a realocação das famílias do Poço da Draga para um condomínio com 305 habitações, entendido pelos elaboradores do projeto como de bom padrão construtivo e localizado na própria Praia de Iracema (FIGURA 3.27). O terreno, de 20.687,16m², chegou a ser declarado “de interesse social para fins de desapropriação”, através do decreto estadual nº 26.460/2001, de 11 de dezembro, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará nº 234 (Série 2, Ano V) de 13 de dezembro de 2001. (Arquivo Velaumar)

FIGURA 3.27: Projeto do CMEFC – localização da comunidade e do conjunto habitacional proposto



Fonte: SOUSA, 2007a sobre base KMZ do Google Earth. Editado pelo autor.

A comunidade, porém, ficou dividida. Em ata de reunião à época (Arquivo Velaumar), o debate oscilou entre os seguintes aspectos:

- a proposta de remoção é do governo, quando a reivindicação da população é pela sua permanência, uma luta por um chão que remonta a década de 1940;
- as lideranças buscam conscientizar os moradores do alto valor do solo onde eles se encontram;
- vem sempre à tona os tantos projetos pensados para a comunidade que nunca se concretizam;
- o poder público tem constantemente destituído a comunidade dos serviços que existiam, como creche, lavanderia comunitária, posto de saúde, etc.;

- é sempre levantado em debate o fato de que os projetos, quando chegam à comunidade, são para serem meramente “apresentados” e não “discutidos”;
- boa parte da comunidade não participa das reuniões por não darem mais crédito aos governos;
- muitos moradores falam que vivem em condições de precariedade, mas preferem permanecer ali, pois não estão na periferia, onde as condições de sobrevivência seriam ainda piores

Após vários meses de debate na cidade e resistência da comunidade, o projeto não foi levado adiante, tendo sido redirecionado à região do bairro Guararapes, vetor sudeste de expansão imobiliária da cidade, às margens da av. Washington Soares (FIGURA 2.6), ao lado do antigo Centro de Convenções. No local, em 2012, é inaugurado o novo Centro de Eventos do Ceará - CEC.

A nosso ver, esse tipo de intervenção carece de abordagem urbanística integrada, que perceba a cidade como um todo, observando impactos ambientais e sociais que podem vir a causar ao meio ambiente, ao contexto histórico-cultural e às populações de comunidades que apresentam certa fragilidade social. Pare estes últimos, gera-se grande insegurança quanto ao futuro, prejudicando a qualidade de vida e o espírito de cidadania já bastante tênues, em virtude do sentimento de desrespeito com relação a seus direitos por parte do Estado.

3.2.4.3. *Projeto habitacional (2007-2013 – não executado)*

Ao final do ano de 2007, durante a primeira gestão da prefeita Luizianne Lins (2005 - 2008), a Habitafor⁵⁷ inicia os estudos para um projeto de intervenção urbanística para o Poço da Draga. Nesse tempo, a equipe da CPH – Coordenação de Programas Habitacionais – desenvolvia suas atividades sob uma coordenação e duas frentes de trabalho: a dos projetos de urbanismo, arquitetura e engenharia e a do trabalho técnico-social.

Na ocasião, o órgão já acumulava experiência de intervenção em áreas habitacionais cujo princípio básico era o de reassentar famílias em conjuntos residenciais apenas nos casos mais críticos, em sistema viário e áreas *non*

⁵⁷ O autor dessa dissertação trabalhou na Habitafor entre 2006 e 2010 e, posteriormente no ano de 2013, quando participou, em diferentes momentos, da concepção da proposta e gestão do projeto.

aedificandi, de risco ambiental, em APP ou de segurança para as famílias residentes. Tal reassentamento deveria ocorrer, preferencialmente, no próprio terreno onde se assenta a comunidade (salvo na existência de outro condicionante legal ou físico que não permita a edificação), o que para o Poço da Draga era uma novidade como proposta.

Dentre tais experiências antecessoras, o projeto da Habitafor que melhor exemplifica esses princípios é o da Comunidade Maravilha. O projeto original, desenvolvido pela gestão municipal anterior, recebeu críticas dos arquitetos do órgão quanto à importância da manutenção das características originais das comunidades, da manutenção do patrimônio arquitetônico vernacular presente na comunidade e da existência de conflitos com moradores que não aderiram ao projeto. Contudo, o empreendimento foi levado adiante, em virtude do recurso financeiro, através do programa Habitar-Brasil (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento), já ter sido contratado e possuir vínculos ao projeto urbanístico apresentado.

De forma a minimizar os impactos, o projeto de reassentamento buscou manter a comunidade na mesma localidade, e através de metodologias participativas, os moradores redefiniriam seus laços de vizinhança. Os projetos arquitetônico e estrutural são adaptados às necessidades da comunidade, identificadas no diagnóstico social elaborado pela Habitafor, gerando, das duas tipologias arquitetônicas anteriores, sete novas possibilidades de planta. Os novos projetos, com tipologia arquitetônica flexível, incorporavam famílias com maior quantidade de membros ou aquelas com idosos ou pessoas com deficiência. Além de se estudar a localização das unidades adaptadas de forma a não se conformarem áreas estigmatizadas no interior do conjunto residencial, a tipologia arquitetônica foi ajustada, adicionando quartos, redimensionando banheiros e promovendo a acessibilidade universal na habitação e nos espaços de uso coletivo. A nova tipologia incorporou também aquelas que necessitavam de pontos comerciais para manterem suas atividades econômicas, ampliando a quantidade de pontos comerciais previstos originalmente, distribuídos em pontos externos às habitações e nos blocos habitacionais com áreas subaproveitadas no hall de entrada previsto pelo projeto original.

Esse contexto de experiências participativas prévias do órgão naquele momento definiam os princípios de projeto que a equipe de trabalho pretendia para o Poço da

Draga. Os dois setores internos (de trabalho social e projetos) trabalharam em parceria buscando a aproximação com a comunidade, a qual foi contatada de forma a se promover um processo participativo desde o início da elaboração do projeto. Contudo, desde o início das reuniões, na presença das lideranças, entre elas a D. Rocilda, a comunidade se mostrou desacreditada das ações públicas, em clara referência às experiências anteriores. Mesmo assim, colocaram-se novamente à disposição para dialogar, abrindo-se, assim, um canal de comunicação importante entre os representantes dos moradores e os representantes do órgão.

Como breve histórico, podemos apresentar três fases distintas da condução do projeto. No período 2007 a 2009, a Habitafor dá início aos trabalhos, encarregando seus técnicos de articular as ações com a comunidade e elaborar a proposta de intervenção para posterior captação de recursos. O projeto, a nível preliminar, sem recursos financeiros garantidos, segue sem grandes avanços, não recebendo total prioridade do órgão em comparação a outros projetos, em virtude da obrigatoriedade de cumprimento de exigências contratuais e execução dos recursos ministeriais previstos para outros projetos. Nessa fase, contudo, são definidas as diretrizes gerais de implantação.

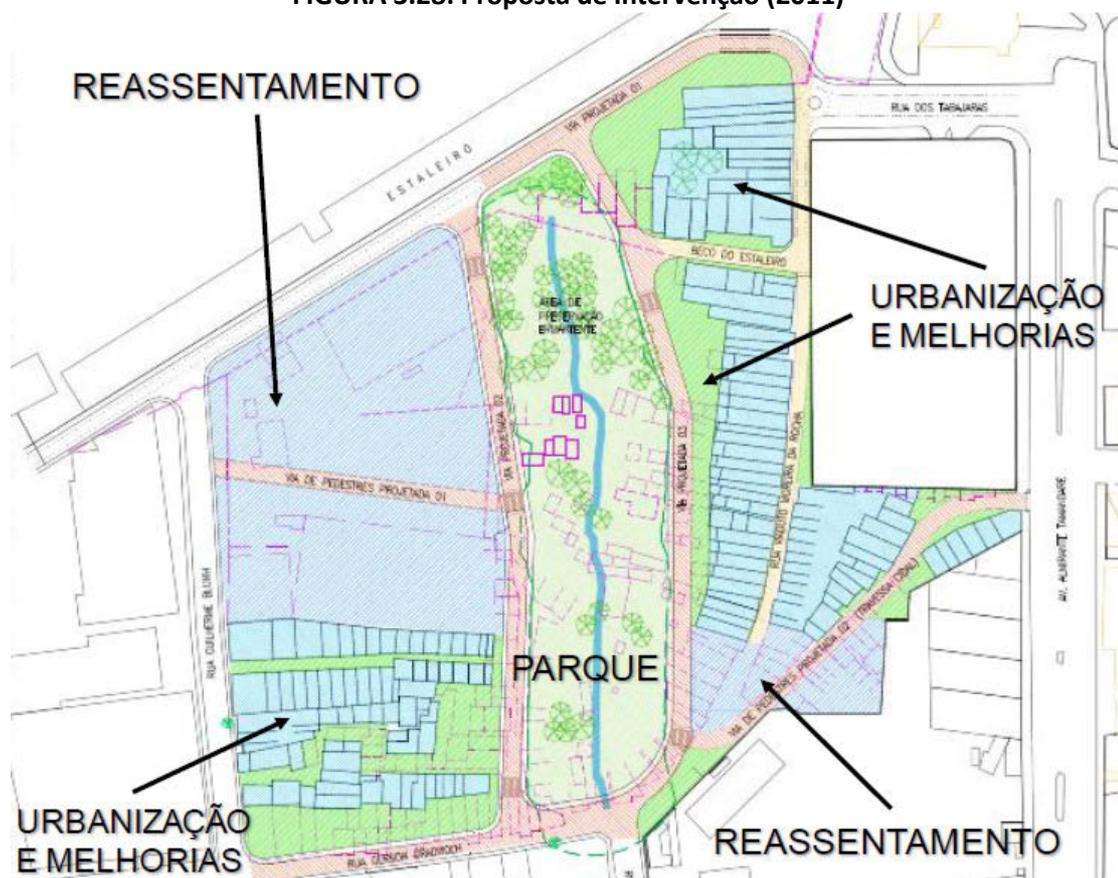
Em 2009, dá-se início à segunda administração da prefeita Luizianne Lins (2009-2012). Ela promove a mudança do gestor do órgão. Este, entre os anos 2010 e 2011, dá seguimento às ações de captação de recursos, encaminhando propostas ao Ministério das Cidades para contratação de recursos do PAC2 – Programa de Aceleração do Crescimento –, porém, sem êxito. O projeto segue a cargo das equipes técnicas, que elaboram levantamentos de campo, atualizações do diagnóstico social e desenvolvem o anteprojeto da proposta urbanística. (FIGURA 3.28)

Em 2013, parte da equipe que esteve à frente do órgão no início do projeto retorna, a convite do prefeito Roberto Cláudio, eleito em 2012 para o quadriênio 2013-2016. É solicitada a revisão do projeto, de forma a adaptá-lo às exigências do PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida. São encaminhadas ao Ministério das Cidades solicitações de recursos para obras de saneamento.

A versão mais atual do projeto, dentre as que tivemos acesso, foi elaborada para uma nova etapa de captação de recursos no Ministério das Cidades entre 2012 e

2013. Foram definidas as diretrizes iniciais do estudo preliminar de 2008, com alguns ajustes identificados a partir dos levantamentos realizados em 2012 (FIGURA 3.29). Foi identificada a necessidade de se promover 203 melhorias habitacionais e 141 habitações a serem reassentadas em novas edificações do PMCMV no perímetro da comunidade. Como critério de escolha das edificações a serem reassentadas temos a localização em área de APP (63 habitações ou 18%), necessidade de abertura ou readequação de vias (71 habitações ou 20%), habitações com menos de 25m² (5 ou 1,5%), além das coabitações aderentes ao projeto (01) e de edificação identificada com risco estrutural irreversível (01).

FIGURA 3.28: Proposta de Intervenção (2011)



Fonte: Habitafor

O projeto proposto apresenta como características gerais: a liberação da área de APP, a estruturação do sistema viário, com consolidação das vias principais e criação de novas, a manutenção da maior parte das habitações originais da comunidade, o reassentamento de parte das famílias (habitações inadequadas ou ocupante de APP, além daquelas necessárias à estruturação do sistema viário) no terreno livre adjacente à comunidade, além das ações de melhorias habitacionais, trabalho social e regularização fundiária (FIGURA 3.30 e 3.31).

FIGURA 3.29: Mapa de intervenções (2012)

Poço da Draga

INTERVENÇÃO PROPOSTA



LEGENDA
TOTAL - 355 PMF

INTERVENÇÃO

- melhorias - 97 PMF
- reassentamento - 141 PMF
- indenização - 40 PMF
- reassentamento e indenização - 24 PMF
- nenhuma intervenção - 53 PMF
- APP
- PMFs sobrepostos - 35 PMF

ESCALA
1:1.250

Fonte: Habitafor

FIGURA 3.31: Perspectiva 3D Projeto Habitafor (2012)



Fonte: Habitafor

O Poço da Draga é uma comunidade que se encontra hoje, por um lado, excluída dos investimentos na região e segregada física e socialmente do restante da cidade e, por outro, localizada no entorno imediato do centro histórico de Fortaleza,

usufruindo, em virtude de sua permanência ao longo das décadas, de certos fatores de localização em relação a outras.

Esse aspecto diversificado entre os assentamentos precários de Fortaleza é destacado por Borzachiello da Silva (1989), que observa inexistir uma espacialidade clara no processo de formação das favelas em Fortaleza, ocorrendo de maneira bastante fragmentada no tecido urbano, preenchendo as lacunas que a expansão formal não ocupa, seja na extrema periferia ou no centro da cidade.

A localização das favelas na cidade não segue uma espacialidade que poderia se estabelecer observando as condições do terreno, como acontece noutras cidades. Na maioria das vezes, elas se localizam em áreas sujeitas a inundações, nas dunas ou morros com muita dificuldade de acesso. Em Fortaleza, ocorre o que é dominante noutras cidades, porém, é também comum a localização de favelas em áreas “nobres” e mesmo alhures, sem as tais dificuldades de acesso. (*Ibidem*, p. 133)

Enquanto isso, os projetos apresentados para a Praia de Iracema, ou diretamente na área do Poço da Draga, concretizando-se ou não, apresentam dificuldade em enfrentar diretamente as problemáticas vivenciadas pela comunidade, nem aquelas mais diretas, associadas à carência de infraestrutura básica, nem aquelas capazes de reorientar processos de segregação socioespacial e estigmatização.

Em notícia recente veiculada no jornal DIÁRIO DO NORDESTE, de 27 de maio do corrente ano, destaca-se um relato que corresponde quase a uma síntese das reivindicações da comunidade. A matéria aponta, inicialmente, a carência de equipamentos públicos que atendam às necessidades dos moradores:

Entre todas as dificuldades enfrentadas, estão a falta de creches que atendam à demanda da comunidade, a falta de saneamento básico e pavimentação, como também a falta de oportunidades de emprego para aqueles moradores. (DIÁRIO DO NORDESTE, 27 maio.2014)

Tal notícia destaca, posteriormente, a questão da especulação imobiliária, prejudicando a segurança dos moradores quanto a sua permanência na região:

O Poço da Draga conta hoje com uma população de 2.029 pessoas morando em 505 casas. Apesar das pretensões de melhoria para os moradores, a comunidade ainda sofre com a especulação imobiliária do local.

"Esse é um dos grandes problemas que enfrentamos até hoje, se não for o maior deles", afirma Izabel Lima, moradora da comunidade e diretora da ONG Velaumar.

[...]

"Seria importante para nós que os empreendimentos que se aproximam da nossa comunidade pudessem oferecer oportunidades para a população. Senão, eles vão chegando, ficando, e nós estaremos cada vez mais 'espremidos' dentro da nossa própria comunidade", relata Izabel, que espera que esses problemas sejam resolvidos em breve. (*Ibidem*, 2014)

Os resultados dessa lógica de intervenção, que por um lado promove o desenvolvimento econômico, mas, por outro, desconsidera o direito à cidade de parte dos seus cidadãos, geram os espaços segregados que conhecemos. Assim, a partir do próximo capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa de campo sobre o Poço da Draga, realizada de forma a se compreender melhor as características do processo de segregação socioespacial da comunidade, destacando as referentes aos aspectos sociais e físicos da comunidade e sua relação com o entorno.

4. ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A ATUAL SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA

Em um cenário de grandes transformações, procuramos, neste trabalho, identificar e compreender quais e como os processos urbanos, no contexto da área central de Fortaleza, contribuem para a produção ou reprodução da segregação socioespacial da comunidade Poço da Draga. Para isso, apresentamos, no capítulo anterior, alguns indicadores e os projetos públicos para a região a partir de 1990, verificando a relação entre o Estado, agente idealizador e condutor de tais projetos, e os moradores. Esse período no Brasil é marcado por um Estado enfraquecido, de políticas de pouca presença estatal na promoção do desenvolvimento socioeconômico e de livre ação da iniciativa privada, sendo o Estado responsável por investimentos estruturais de promoção da atividade econômica, direcionado à inserção das economias locais no mercado globalizado. Nesse contexto, buscamos verificar como os processos históricos e os projetos contemporâneos minimizam ou reforçam a segregação desta comunidade no contexto apresentado.

Entendemos, porém, que há alguns aspectos da segregação que não são visíveis nos indicadores e fontes oficiais. Assim, neste capítulo, para compreender o processo de segregação do Poço da Draga de forma mais ampla, decidimos complementar os indicadores urbanísticos e sociais apresentados no capítulo anterior com elementos extraídos das interpretações existentes sobre o processo. Estes evidenciam os aspectos físicos segregadores da comunidade e lançam luz aos olhares de alguns atores sociais para as ações públicas nos inúmeros projetos propostos para a área. Esses elementos serão identificados através do **olhar do pesquisador** e do **olhar dos moradores** registrados e interpretados por outros trabalhos acadêmicos.

Essa prática interpretativa possui papel fundamental neste trabalho, na medida em que se busca incentivar à reflexão os urbanistas e os gestores públicos acerca de como se está promovendo o reordenamento da cidade e quais os resultados sociais efetivos, em especial, em cidades com profundas desigualdades, que carecem de um olhar mais cuidadoso na promoção da integração socioespacial.

4.1. Metodologia de análise e pesquisa de campo

Nesta etapa da pesquisa, consideramos importante a necessidade de exercitar uma metodologia que ressalte outros aspectos da segregação da área, para além daqueles já observados no capítulo 3. Esta abrange um viés multidisciplinar, por meio do contato com outros ramos do conhecimento científico, que dão especial importância ao saber popular como detentor dos grandes saberes locais.⁵⁸ Assume-se o caráter interpretativo dos dados e das informações levantadas, através do contato indireto com a realidade local, por meio de estudos e notícias sobre o lugar, e do contato direto com o território, cujo conhecimento inicia-se na vida profissional do autor, e no contato, ao longo de sua carreira profissional, com alguns representantes da comunidade estudada.

Feitas essas ressalvas, a primeira parte do trabalho corresponde à pesquisa de campo que serviu como registro do **olhar do pesquisador** sobre o espaço da comunidade. Consistiu na leitura territorial inspirada e fundamentada pelo método de análise da paisagem urbana desenvolvida por Kevin Lynch (2011). Optou-se por ele pela sua compreensão do cenário da cidade como sendo o elemento expressivo da sociedade que se desenvolve no local, não apenas nos seus aspectos físicos do espaço urbano, mas também pelo aspecto subjetivo existente na sociedade, sua história, origem e modos de se relacionar.

Como Lynch (2011) afirma logo ao início de seu trabalho:

Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo. [...] Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. [...] Cada cidadão tem vastas associações com algumas partes de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnado de lembranças e significados. (*Ibidem*, p. 01)

Para Lynch (*Ibidem*, p. 6), o pesquisador, ao se colocar na posição de “observador”, “deve ter um papel ativo na percepção do mundo e uma participação criativa no

⁵⁸ Nesse trabalho não se pretende desenvolver um estudo etnográfico amplo e profundo, como a cidade e a comunidade estudadas merecem, devido a limitações relativas à formação do autor, em arquitetura e urbanismo, o que se distancia dos métodos e práticas da antropologia ou da sociologia. Apesar de essas áreas do conhecimento representarem importantes contribuições ao profissional arquiteto urbanista, essa formação carece de elementos e experiências na aplicação das metodologias adequadas. Também não se pretende apresentar um estudo de cunho censitário estatístico, representativo da visão compreensiva de toda a comunidade, em virtude da abrangência limitada deste trabalho.

desenvolvimento de sua imagem”. Os elementos de análise propostos por Lynch (2011) são interpretados pelo autor dessa dissertação de mestrado a partir da percepção do espaço socioterritorial desenvolvida durante a elaboração deste trabalho, através de visitas à comunidade durante o ano de 2014, de forma a se proceder com o reconhecimento e a interpretação do espaço físico da comunidade e seu entorno. A leitura territorial é enriquecida pela memória das visitas a esta comunidade, durante atuação profissional, entre 2006 e 2010 e, posteriormente, no ano de 2013 na Habitafor.

A segunda parte do trabalho busca identificar o **olhar dos moradores** sobre o processo de segregação a que estão sujeitos. Os moradores são a “memória viva” da comunidade, composta pelas vivências registradas em suas mentes e histórias de vida, sendo assim vistos por Feitosa (1998) como “sujeito-memória”:

Entre os sujeitos-memória estão a Dona Quinquinha, 73 anos de idade e há 55 anos morando no mesmo local; a Dona Geralda, mais velha (não se pôde precisar a idade) e a mais antiga moradora da comunidade, a primeira a chegar ao local; o Seu Valmir Mesquita e a Dona Rocilda.

[...]

O sujeito-memória é o testemunho vivo do tempo. Sua autoridade vem de sua contemporaneidade com os fatos históricos e de sua condição de ator de um momento vivido e que tornou-se marco de uma história coletiva. A memória popular tem esse caráter de liberdade que as instituições-memória não têm. (*Ibidem*, p. 185-186)

Entendemos que a imagem que o cidadão interpreta, constrói e organiza sobre seu próprio ambiente é de extrema importância para compreensão do espaço real desconhecido pelos demais cidadãos, externo a esse ambiente. (LYNCH, 2011) Isso foi possível através dos relatos presentes em fontes acadêmicas que abordam o Poço da Draga e seus moradores, complementado com relatos diretos de alguns moradores e fontes documentais disponíveis em jornais e nos arquivos comunitários.⁵⁹

As fontes acadêmicas expressam, de forma bastante enriquecedora, não apenas o registro dos moradores, mas a interpretação de outros pesquisadores sobre a comunidade. Para isso, utilizamo-nos de duas pesquisas que resultaram em

⁵⁹ Este trabalho se viabilizou pelo apoio da ONG Velaumar, entidade local de promoção do desenvolvimento sociocultural dos moradores do Poço da Draga, através de uma biblioteca comunitária, e projetos socioeducativos e de inserção profissional, como “Poço da Cultura” e “Mulheres do Poço”, dentre outros.

trabalhos de pós-graduação *Stricto Sensu*: “O Poço da Draga, a Favela e a Biblioteca”, de Tadeu Feitosa (1998), e “A educação político-estética da juventude da periferia de Fortaleza: reflexões sobre a cultura do olhar”, de Francisco José Chaves da Silva (2007). Ambos os trabalhos são importantes não apenas por registrarem os discursos dos moradores no retocrite temporal desta pesquisa (1990-2014, mas também por terem sido desenvolvidos em duas décadas distintas: o primeiro na década de 1990 e o segundo na primeira década do século XXI. Outro fator importante para esta seleção é o fato destes trabalhos acadêmicos serem de pesquisadores de formação diversa da arquitetura e do urbanismo, preocupados em “investigar o modo como o qual os sujeitos da periferia de Fortaleza, residentes na Comunidade, veem a sociedade e são vistos por ela [...] procura-se circunscrever o tema no bojo da dinâmica sociocultural contemporânea de Fortaleza”. (SILVA, 2007, p.08).

Complementamos esta pesquisa com o trabalho desenvolvido pelas professoras Aline Barroso e Camila Aldigueri com seus alunos de graduação em arquitetura e urbanismo da UNIFOR, e com o trabalho do grupo de pesquisa coordenado pelo autor deste trabalho com seus alunos de graduação em arquitetura e urbanismo da UNIFOR e da ESTÁCIO.

4.2. As interpretações sobre o Poço da Draga

Para iniciarmos a análise espacial do Poço da Draga como parte da imagem da cidade, partiremos das definições que Lynch (2011) dá para cidade e imaginabilidade. **Cidade** é entendida por ele:

[...] não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. (*Ibidem*, p.2)

Imaginabilidade, por sua vez, é:

[...] a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. [...] que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis no ambiente. Também poderíamos chamá-la de legibilidade ou, talvez, visibilidade num sentido mais profundo, em que os objetos não são

apenas passíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes aos sentidos. (*Ibidem*, p. 11)

Partindo-se dessa premissa, a característica mais impactante que podemos observar na Praia de Iracema é a de que os espaços produzidos por esses “construtores” sociais indicam um profundo conflito existente entre eles. A disputa é claramente observada no seu processo de formação histórica, enquanto os conflitos sociais refletem-se nos dados levantados e apresentados nos capítulos anteriores. A segregação se manifesta, *a priori*, quando identificamos as limitações de acesso à infraestrutura e aos serviços públicos necessários à vida urbana e que são direito de todos os cidadãos, mas distribuídos de forma bastante desigual.

O resultado atual dessa construção histórica, porém, adquire novos aspectos em Fortaleza pós-década de 1990, o que pode ser analisado a partir da percepção da cidade e da sua imagem pelos cidadãos. É com esse olhar que se fará a presente leitura territorial da comunidade Poço da Draga.

4.2.1. O olhar do pesquisador sobre a imagem do local

Nesse estudo, analisa-se a comunidade a partir de seus aspectos internos e da sua relação com o entorno. Para compreensão da imagem do Poço da Draga, utilizaremos os conceitos propostos por Lynch (2011):

- 1) percepção: legibilidade, identidade, estrutura e significado;
- 2) constituição do espaço da cidade: vias, limites, pontos nodais e marcos.

Lynch (*Ibidem*, p. 11) associa diretamente imaginabilidade a **legibilidade**, um dos elementos que caracterizam e qualificam o espaço físico da cidade, o qual é entendido como clareza, ou seja, “a facilidade com que suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente”. (*Ibidem*, p. 3)

Observamos que por se tratar de um aspecto estritamente visual, ou seja, não inclui informações extravisuais, como os nomes das vias ou os marcos percebidos e identificados na paisagem, esse primeiro conceito não contribui diretamente com a identificação da segregação social, mas é extremamente importante para a identificação da espacial.

Um espaço urbano é percebido a partir do seu grau de legibilidade. O grau de harmonia entre suas partes representa uma maior ou menor situação de integração

ou segregação física com o restante da cidade e acarreta resultados psicológicos positivos ou negativos aos seus habitantes. Como Lynch (2011) afirma:

um cenário físico vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, desempenha também um papel social. [...] Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. (*Ibidem*, p. 5)

A **identidade**, por sua vez, é entendida como distinção em relação ao seu entorno:

[...] diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de identidade, não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade. (*Ibidem*, p. 9)

A **estrutura** é compreendida por Lynch (2011) como um padrão espacial perceptível e “estruturador” do espaço urbano, ou seja “[...] a relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos.” (*Ibidem*, p. 9)

O **significado**, por sua vez, pode ser entendido como papel que o objeto urbano analisado desempenha, sendo explicado por Lynch (2011) da seguinte maneira:

Esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional. O significado também é uma relação, ainda que bastante diversa da relação espacial ou paradigmática. (*Ibidem*, p. 9)

Lynch (2011) reconhece, porém, que o significado, por depender bastante do entendimento do observador quanto à função, no espaço urbano, de determinado elemento ou conjunto de elementos, é de difícil análise. Como ele próprio afirma, “as imagens grupais de significado tendem a ser menos consistentes nesse nível do que as percepções de identidade e relação.” (*Ibidem*, p. 9)

Utilizaremos ainda quatro dos cinco elementos constituintes da imagem da cidade definidos por Lynch (2011):

- as **vias** ou caminhos (*paths*) são “canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove. [...] Para muitas pessoas, são estes os elementos predominantes em sua imagem. [...] ao longo dessas vias, os outros elementos ambientais se organizam e se relacionam”. (*Ibidem*, p. 52)
- os **limites** (*edges*) são “elementos lineares não usados ou entendidos como vias pelo observador. [...] São referências laterais [...] podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região de outra [...]”. (*Ibidem*, p. 52)

- os **pontos nodais** (*nodes*) são “lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais se locomove. [...] Muitos pontos **nodais**, sem dúvida, têm a natureza tanto de conexões como de concentrações.” (*Ibidem*, p. 52-53)
- os **marcos** (*landmarks*) são também “referência, mas, [...], o observador não entra neles: são externos. [...] São geralmente usados como indicadores de identidade, ou até de estrutura, e parecem tornar-se mais confiáveis à medida que um trajeto vai ficando cada vez mais conhecido. (*Ibidem*, p. 53)

O **bairro**, quinto dos elementos de Lynch (2011) constituintes da imagem da cidade, não será utilizado neste trabalho. Definido como “regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional. O observador neles “penetra” mentalmente, [...] são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam.” (*Ibidem*, p. 52). Tal elemento não é percebido no Poço da Draga como constituinte da sua imagem, não cabendo, portanto, a análise. Podemos identificar a comunidade em si como um bairro, mesmo que não seja assim demarcada oficialmente pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, fazendo parte do bairro Centro, esse oficial, e do bairro Praia de Iracema no imaginário coletivo da cidade.

A análise é apresentada em três partes, as quais foram feitas combinando-se os elementos de constituição do espaço aos elementos de percepção do espaço, da seguinte forma:

- 1. Limites e marcos – legibilidade e significados: analisa a contribuição dos limites e de alguns marcos da paisagem para a legibilidade do Poço da Draga e sua colaboração para a construção da identidade e dos significados atribuídos ao local;
- 2. Limites e vias – legibilidade e identidade: analisa a conformação dos limites e das vias e sua relação na legibilidade e construção da identidade da comunidade;
- 3. Vias, pontos nodais e marcos – estrutura e significados: analisa as vias, os pontos nodais e os marcos da comunidade e sua relação na construção da estrutura e da identidade do Poço da Draga.

4.2.1.1. Limites e marcos – legibilidade e significados

A legibilidade, ou a clareza, quanto à percepção da comunidade Poço da Draga na Praia de Iracema pelo restante da cidade é um importante indicador da sua segregação. Identificamos que sua legibilidade está extremamente associada aos seus próprios limites, compostos por grandes barreiras físicas que impedem o simples reconhecimento de sua existência.

À exceção da INACE, os demais limites do Poço da Draga se configuram elementos físicos lineares e compactos que o isolam física e visualmente do restante da cidade. Esses limites impedem os acessos e a visão da área da comunidade, limitando-os a pequenos becos e ruelas de difícil identificação, prejudicando também sua legibilidade (FIGURA 4.01).

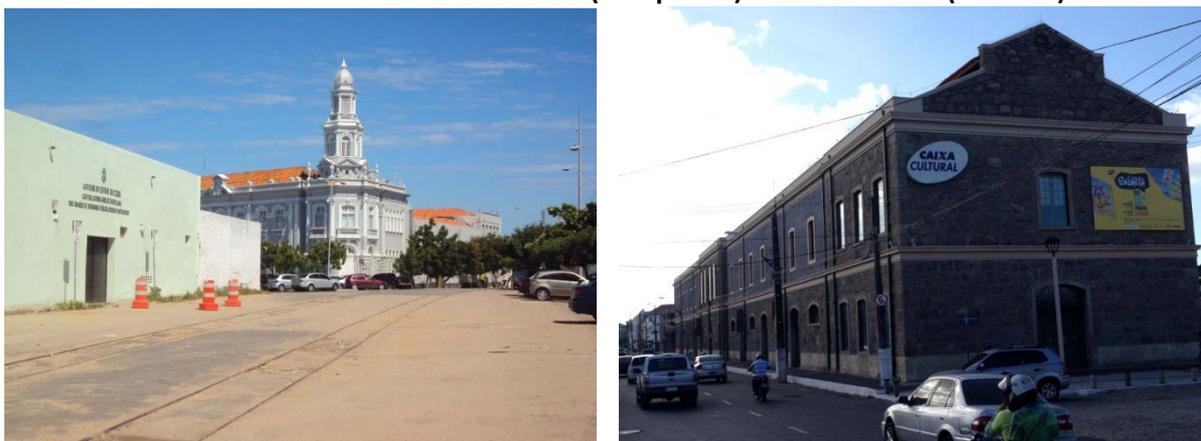
FIGURA 4.01: Limites e acessos do Poço da Draga



Os elementos edificados que constituem os limites do Poço da Draga são alguns dos edifícios remanescentes da história do bairro. São exemplares arquitetônicos característicos do período em que essa região teve maior participação na vida da cidade. A arquitetura de linguagem eclética, que marcou as primeiras décadas do século XX, encontra-se presente e seus exemplares localizados no entorno imediato da comunidade Poço da Draga representam importantes marcos no cenário urbano.

O edifício da SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará e o da Antiga Alfândega (hoje Centro Cultural da CAIXA) – é um dos últimos edifícios da região portuária que se mantém em funcionamento (FIGURA 4.02).

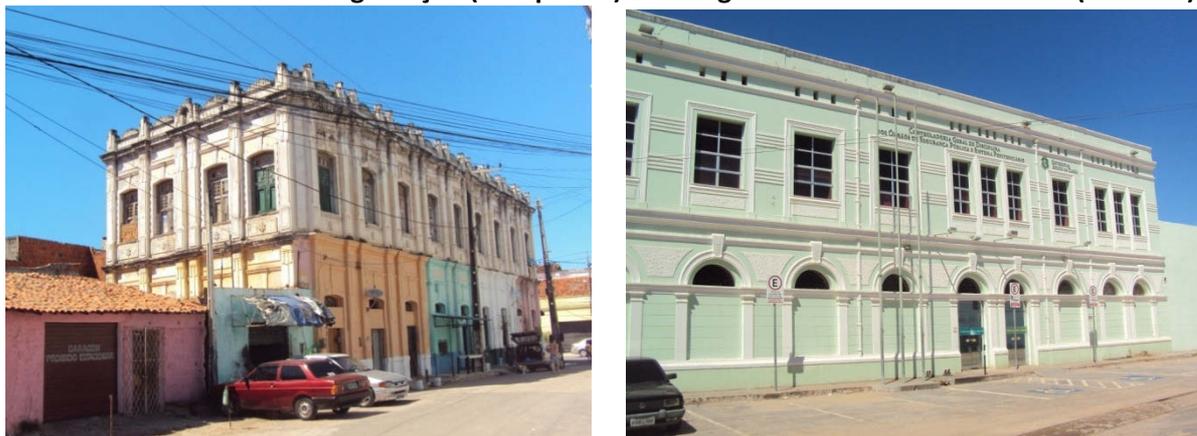
FIGURA 4.02: Secretaria da Fazenda (à esquerda) e Caixa Cultural (à direita)



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e novembro de 2014.
(Foto: André Almeida)

Antigos galpões e residências foram sendo abandonados gradativamente, sendo alguns ocupados por residências precárias. Outros têm sido reformados para instalação de órgãos públicos, como a Corregedoria da SSPDS – Secretaria Estadual de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FIGURA 4.03) – ou para instalação de empresas, restaurantes, boates, estacionamentos ou centros culturais, como o SESC Iracema. Foram atraídos pelas novas dinâmicas resultantes do processo de “requalificação urbana” a partir da década de 1990, que tiveram como marco inicial a primeira reforma do calçadão da Praia de Iracema, e de consolidação o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura.

FIGURA 4.03: Edifício em degradação (à esquerda) e Corregedoria da SSPDS restaurado (à direita)



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e novembro de 2014.
(Foto: André Almeida)

Outros imóveis, por fim, continuam abandonados, compondo vazios urbanos de consideráveis dimensões, dentre os quais destacamos o terreno da antiga CIDAO – Companhia industrial de Algodão e Óleos –, importante indústria com forte presença nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Esse imóvel

(terreno e seus edifícios) já foi utilizado como casa noturna no final da década de 1990, desativada posteriormente. Já foi também um espaço de mostra de arquitetura e design de interiores (Casa Cor Ceará) e hoje se encontra em um impasse jurídico quanto a duas desapropriações propostas concomitantemente pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (implantação do Parque da Liberdade⁶⁰) e Governo do Estado do Ceará (estacionamento no âmbito do Acquário do Ceará).

Conhecendo-se a origem da comunidade, a linha litorânea, além de configurar o limite norte da comunidade, torna-se também marco na paisagem. O mar, junto aos marcos arquitetônicos, adquire também significado simbólico para seus moradores, pois atribui identidade à comunidade e à região.

A comunidade constantemente relata suas memórias e sua relação com o mar. Dentre os registros, um dos mais recentes foi publicado pelo jornal *O POVO* em 14 de setembro de 2013:

Isabel Cristina nasceu no Poço da Draga e mora no bairro há 47 anos. Da infância, a coordenadora educativa guarda com carinho a imagem do pôr do sol na Ponte Metálica, onde podia observar os botos pulando no entardecer. “Este lugar significa minha identidade”. (TALICY, 2013)

O mar simboliza, para os moradores, além dos laços com seu passado, um importante elemento de sua sobrevivência, tantas vezes citado pelos moradores como fonte de subsistência das famílias, principalmente nos períodos de maior escassez e precariedade. Pudemos testemunhar e registrar a presença dos moradores da região, em atividades de pesca e lazer, e de barcos ancorados ao lado do antigo píer. A população do Poço da Draga aproxima-se bastante do mar em busca de lazer contemplativo ou obtenção de seu alimento (FIGURA 4.04 e 4.05).

Vale acrescentar que os elementos constituintes dos limites do Poço da Draga, em especial a INACE, também se configuram, na percepção do restante da cidade, de um limite que impede o acesso e a visualização da linha litorânea. Assim como observado por Lynch (2011), na área portuária de Boston, as edificações da antiga área portuária de Iracema também dificultam a percepção do mar pela cidade. “A consciência da presença da água era menos clara, pois era obstruída por muitas

⁶⁰ Projeto citado no item 2.3.2.3.

estruturas.” (*Ibidem*, p. 69). De fato, muitos turistas, ou até mesmo moradores da cidade, ao circular pela Praia de Iracema não têm consciência da existência do mar a poucos metros.

FIGURA 4.04: O mar como meio de subsistência



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

FIGURA 4.05: O mar como lazer e contemplação



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

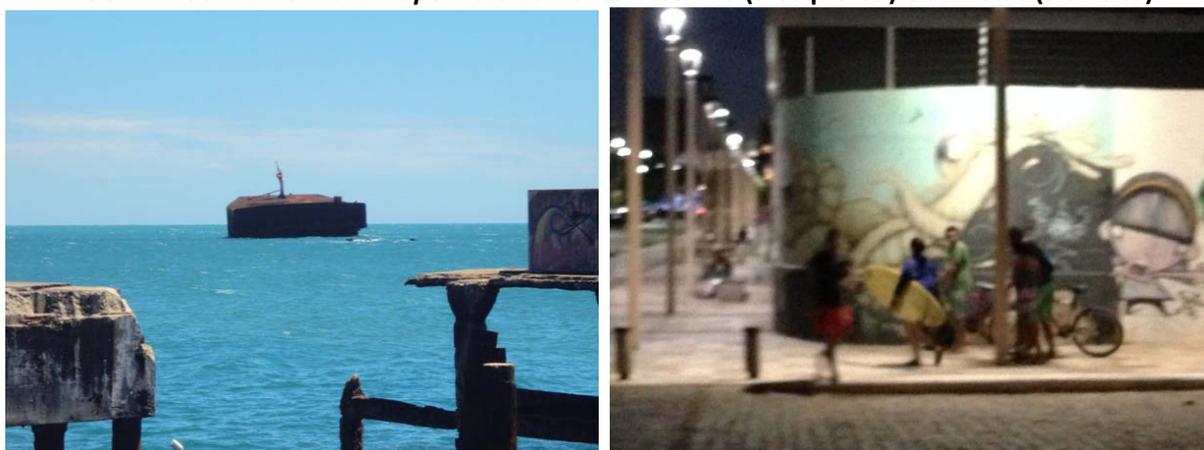
Feitosa (1998) destaca alguns dos marcos (chamado pelo autor de signos) que observamos até aqui como parte do imaginário da comunidade:

A linguagem da Favela Poço da Draga é operada por seus signos maiores: a Ponte Metálica, que enobrece seu espaço; a Praia de Iracema, que confunde-se com sua própria história; os pescadores antigos, que habitam há mais de meio século o local e são personagens lendários da própria história da Praia; enfim, as próprias edificações, signos da modernidade, e seu poder associativo em defesa do seu território. (*Ibidem*, p. 166)

Acrescentamos ainda que graças às águas relativamente calmas em comparação ao padrão das praias cearenses, de muitas ondas e mar agitado, o mar da Praia de Iracema adquire novos significados para mergulhadores e outros esportistas. A

Ponte Metálica é frequentada por mergulhadores que buscam, além da vida marinha também as estruturas do antigo porto e, principalmente, o navio *Mara Hope*, petroleiro encalhado desde 1985 a aproximadamente 600m da ponta do píer da Ponte Metálica (FIGURA 4.06). Essa embarcação já se tornou ela própria um dos marcos na paisagem litorânea da cidade. A prática não só de mergulho, mas também de *surf* e triátlon tem sido desenvolvida em especial no Poço da Draga, inicialmente por iniciativas individuais e, posteriormente, por ONGS e voluntários.

FIGURA 4.06: Navio *Mara Hope* visto da Ponte Metálica (à esquerda) e surfistas (à direita)



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e novembro de 2014.
(Foto: André Almeida)

4.2.1.2. Limites e vias – legibilidade e identidade

Em grande parte das cidades, a via é um dos principais elementos estruturadores do espaço urbano, junto com os pontos nodais e os marcos. Para se conhecer e compreender a estrutura do Poço da Draga, é preciso superar seus limites físicos. Como já vimos, estes prejudicam a legibilidade da comunidade e impedem que se conheçam as vias que dão acesso à comunidade. A conformação física desses limites forma vielas estreitas entre edifícios de grande porte, muitas vezes abandonados ou degradados, como ocorre nos acessos leste e oeste (FIGURA 4.07 e 4.08). Em outros casos, os acessos são localizados em vias não interligadas a um fluxo de maior porte no bairro, mas apenas secundários, usados somente por quem conhece o espaço. É o caso dos acessos norte e sul (FIGURA 4.09 e 4.10).

FIGURA 4.07: Acesso leste da comunidade e os muros da antiga CIDAO à esquerda



Fonte: Imagem disponível pelo *software* Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

FIGURA 4.08: Acesso oeste pela rua Guilherme Blum



Fonte: Imagem disponível pelo *software* Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Em virtude de seus limites, podemos perceber como as vias que dão acesso ao Poço da Draga são bastante restritas.

De mesmo modo, o acesso ao mar e à própria faixa de praia que antes existiu (FIGURA 2.20, 2.25 e 4.11) hoje não se encontra mais, em contraste ao restante da orla da cidade. Como já citado, os edifícios que hoje bloqueiam o acesso ao litoral foram sendo implantados gradativamente ao longo dos anos. O mais impactante, sem dúvida, é a INACE, um equipamento de grandes dimensões que desalojou, no início da década de 1970, grande parte da população original da Praia Formosa e criou a maior barreira de acesso ao litoral até hoje (FIGURA 4.12).

FIGURA 4.09: Acesso norte da comunidade e os muros da antiga CIDAO à esquerda



Fonte: Imagem disponível pelo *software* Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

FIGURA 4.10: Acesso sul e os muros da antiga Alfândega (hoje CAIXA Cultural) à direita



Fonte: Imagem disponível pelo *software* Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Posteriormente, durante a década de 1990, novos projetos e edificações passam a compor o cenário da orla central da cidade. Alguns deles, conflituosos, os quais não foram levados adiante, como o caso do Centro de Feiras e Eventos já citado anteriormente. Outros residenciais são construídos em terrenos privados, assim como o Acquário do Ceará, em construção atualmente (FIGURA 4.13).

A Praia de Iracema passa, pouco a pouco, a se integrar à dinâmica imobiliária e de investimentos públicos, começando a se incorporar ao cenário de verticalização que já se consolidou na orla leste da cidade (BERNAL, 2004).

FIGURA 4.11: Identificação das vias de acesso ao mar (bloqueados e remanescentes)



Fonte: base KMZ do Google Earth. Editado pelo autor.

FIGURA 4.12: Instalações da INACE bloqueando o acesso físico e visual ao mar



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

FIGURA 4.13: Obra do Acquário do Ceará, edifício residencial e muros da INACE vistos da praia



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

O processo de verticalização, que durante a década de 1980, caracterizou o desenvolvimento da área leste da cidade, principal vetor de desenvolvimento da cidade (FIGURA 4.14), após a década de 1990, passou a se fazer de modo mais heterogêneo, desfazendo a configuração clássica de desenvolvimento centro-periferia de Fortaleza. (DIÓGENES, 2012). Até então, não se havia ultrapassado a barreira em direção oeste que a área central da cidade representava ao interesse imobiliário. Na faixa litorânea, essa barreira é a área da Praia de Iracema, que adquire, assim, uma identidade bastante particular na cidade: a de área de transição entre a orla leste, intensamente verticalizada, e a oeste, de pouca verticalização.

FIGURA 4.14: Interesse imobiliário na orla leste da cidade



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

Pelas fotos, percebe-se que apesar da presença de alguns investimentos residenciais e hoteleiros (Hotel Marina Park) já surgirem na orla oeste da cidade, o processo de verticalização ainda é incipiente nessa região (FIGURA 4.15).

FIGURA 4.15: Interesse imobiliário na orla central e oeste da cidade



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

Nessa dinâmica imobiliária, o isolamento físico do Poço da Draga causa sua ilegibilidade e faz com que esse objeto não seja nem percebido na cidade nem reconhecido como parte do ambiente urbano onde se insere. A identidade que a comunidade possui limita-se a seus moradores, aos meios acadêmicos e movimentos sociais, com certa presença também na imprensa em virtude de ações de resistência que lhe deram visibilidade nas notícias locais. A presença física da comunidade como componente da paisagem urbana é desconhecida não apenas da maioria dos cidadãos de Fortaleza, mas entre moradores e frequentadores da Praia de Iracema, quando questionados quanto ao conhecimento da localização do Poço da Draga. Torna-se um espaço oculto, inexistente como localização física e real no imaginário coletivo da cidade espacialmente construída.

Com tais características, “é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes da cidade moderna”. (CALDEIRA, 2000, p. 211) Em nenhum dos acessos ao Poço da Draga identificamos elementos facilmente perceptíveis a quem passa nos seus arredores. Os acessos existentes, apesar de importantes à comunidade, são elementos secundários e não atrativos à circulação dos demais moradores da cidade. Assim como os enclaves fortificados (privatizados) estudados por Caldeira (2000), também os não fortificados (involuntários), chamados por Marcuse (2004) de guetos, contribuem para a fragmentação da sociedade e do espaço pós-moderno. (HARVEY, 2000) E de forma cíclica, para sua própria segregação pelo desconhecimento de sua existência, ou quando conhecido, pela identidade que lhe é atribuída como gueto, que na sociedade brasileira é comumente estigmatizado como *locus* de crime e violência.

Um dos mais recentes registros do estigma da violência sobre a comunidade do Poço da Draga foi publicado no jornal DIÁRIO DO NORDESTE no dia 20 de outubro de 2013. Em notícia sobre o aumento dos casos de violência registrados na região da Praia de Iracema, descreve-se o bairro como um espaço cujas qualidades sociais e urbanísticas do passado foram perdidas. Em contraposição, apontada como responsável por essa perda, a Favela do Baixa Pau, localizada no Poço da Draga, o reduto onde se escondem marginais, estigma tal que se amplia a todos os seus moradores:

Um dos bairros mais bucólicos e tradicionais de Fortaleza continua a sofrer diante da violência. A Praia de Iracema, cenário da antiga

boemia da Capital cearense, hoje virou reduto de traficantes e criminosos que fugiram de outros bairros, expulsos pelos inimigos. E o esconderijo desses bandidos tem nome, chama-se favela Baixa Pau, ali, a poucos metros da porta do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Informações dos moradores daquela comunidade indicam que bandidos oriundos do Barroso e do Conjunto Palmeiras estão ali infiltrados entre os casebres, depois que foram ameaçados pelos inimigos. Esta situação já foi revelada por vários moradores. Segundo estes, os bandidos estão fortemente armados e ameaçam quem ao menos pensar em denunciá-los à Polícia.

Cercada por vários órgãos públicos, como a sede da Controladoria Geral dos Órgãos da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário do Estado, a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), o próprio Dragão do Mar, a Delegacia de Proteção ao Turista (Deprotur), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e a sede da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa) a favela virou uma espécie de bolsão do tráfico. De lá saem as drogas que são redistribuídas para outras três favelas próximas, a da Graviola (Rua Gonçalves Ledo), a do Morro (Fim da Rua São Luguinho) e o Oitão Preto.

E o pior, apesar da denúncia não ser nova, mais nem por isso a torna menos grave; pontos de venda de drogas funcionam a poucos metros da porta da Controladoria da Segurança Pública, num autêntico desafio às autoridades [...].

Na Favela Baixa Pau, com suas tortuosas vielas e becos, os traficantes foragidos de seus redutos na periferia ameaçam até mesmo os serviços públicos, como os entregadores de gás de cozinha e de água. Motoqueiros entregadores de pizza relatam que só entram ali depois que os bandidos autorizam. [...]

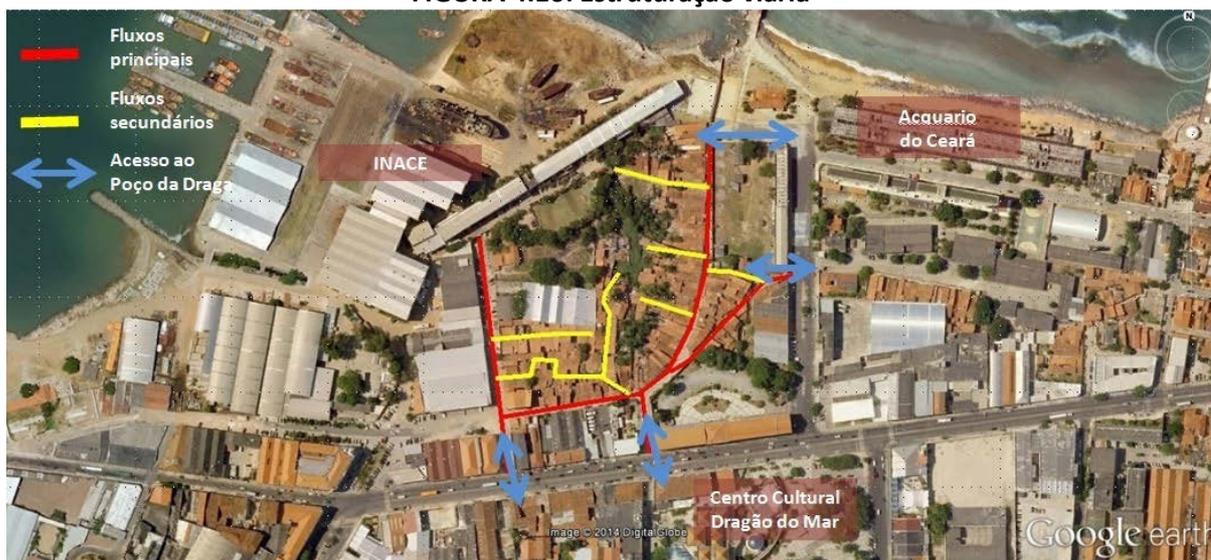
De um bairro considerado calmo, a Praia de Iracema passou a constar na lista dos mais perigosos da Capital. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2013)

Portanto, ao se buscar perceber o grau de legibilidade do Poço da Draga através dos seus limites e vias de acesso, passamos a perceber que seu isolamento físico em relação à cidade compromete profundamente a identidade da própria comunidade. Impede-se a associação a imagens do cenário conhecido da cidade. Sua posição de transição entre orla leste e oeste reforça ainda mais essa dificuldade, não lhe sendo atribuída localização clara em um ou outro setor. E a “invisibilidade”, que impede a construção de uma identidade forte e conhecida da cidade, contribui, ainda que de maneira secundária, para a estigmatização, entendendo-se o estigma também como o preenchimento, a partir do desconhecimento e do preconceito, da lacuna deixada pela ausência de uma identidade relacionada à comunidade pelos demais cidadãos.

4.2.1.3. Vias, pontos nodais e marcos – estrutura e identidade

Ao passarmos à análise da estruturação viária interna do Poço da Draga, podemos perceber claramente a presença de um eixo estruturador único (Rua Viaduto Deputado Moreira da Rocha), que se conforma segundo a curva da antiga via férrea desativada que deu origem à ocupação da área atual (FIGURA 4.16).

FIGURA 4.16: Estruturação viária



Fonte: base KMZ do Google Earth. Editado pelo autor.

É nessa via que se implantam as primeiras edificações. Pela via principal é que toda a vida da comunidade se organiza. É onde os primeiros lotes se implantam, sempre perpendicularmente a ela. Assim, facilmente se identifica o núcleo original, diferenciado das áreas de ocupação posterior, que não possui um desenho viário claro. As vias secundárias compõem um desenho feito de becos e vielas onde o acesso é ainda mais difícil de perceber e a sua circulação apenas por conhecedores do lugar (FIGURA 4.17).

A Rua Viaduto Moreira da Rocha, ao contrário das demais vias e, principalmente da área de ocupações posteriores, além de ser a de primeira ocupação, é a única que possui “entrada e saída”. É também o local das conexões e é, dentre todas as vias da comunidade, aquela que mesmo com formato curvo, se percebe com maior facilidade sua “origem” e “destino”. Torna-se, assim, o principal eixo de circulação por se configurar no espaço destinado aos trajetos cotidianos e habituais da maioria dos moradores. Apesar de não compor um elemento que promova suas potencialidades quanto à continuidade e alcance visual, tal rua torna-se o grande nodo central da comunidade, linear e não pontual, como esperado.

FIGURA 4.17: Identificação dos padrões de lotes



Fonte: base KMZ do Google Earth. Editado pelo autor.

Pelas suas características, a comunidade atribui-lhe novos significados. Nessa via se estruturam, além dos principais fluxos, também as principais atividades comunitárias. É nela que ocorrem os pontos de encontro, o comércio local, bem como a sede da ONG Velaumar. É onde também podemos encontrar as principais formas de expressão da comunidade, seja em virtude de eventos que envolvam toda a comunidade, como as decorações para festas locais ou Copa do Mundo de 2014 (FIGURA 4.18), seja como espaço de manifestação cultural e artística, principalmente aquelas que melhor expressam os anseios da sua população (FIGURA 4.19).

Outros nodos identificados na comunidade correspondem a dois pontos de acesso (acesso norte e sul) (FIGURA 4.20). Nesses pontos, o uso comercial é predominante, sendo também ponto de entrada e saída da principal via estruturadora. Essa conexão é possível devido à sua ligação com as duas principais vias externas de acesso à comunidade (Av. Almirante Barroso a sul e Av. Almirante Tamandaré a leste/norte).

FIGURA 4.18: Rua Viaduto Moreira da Rocha



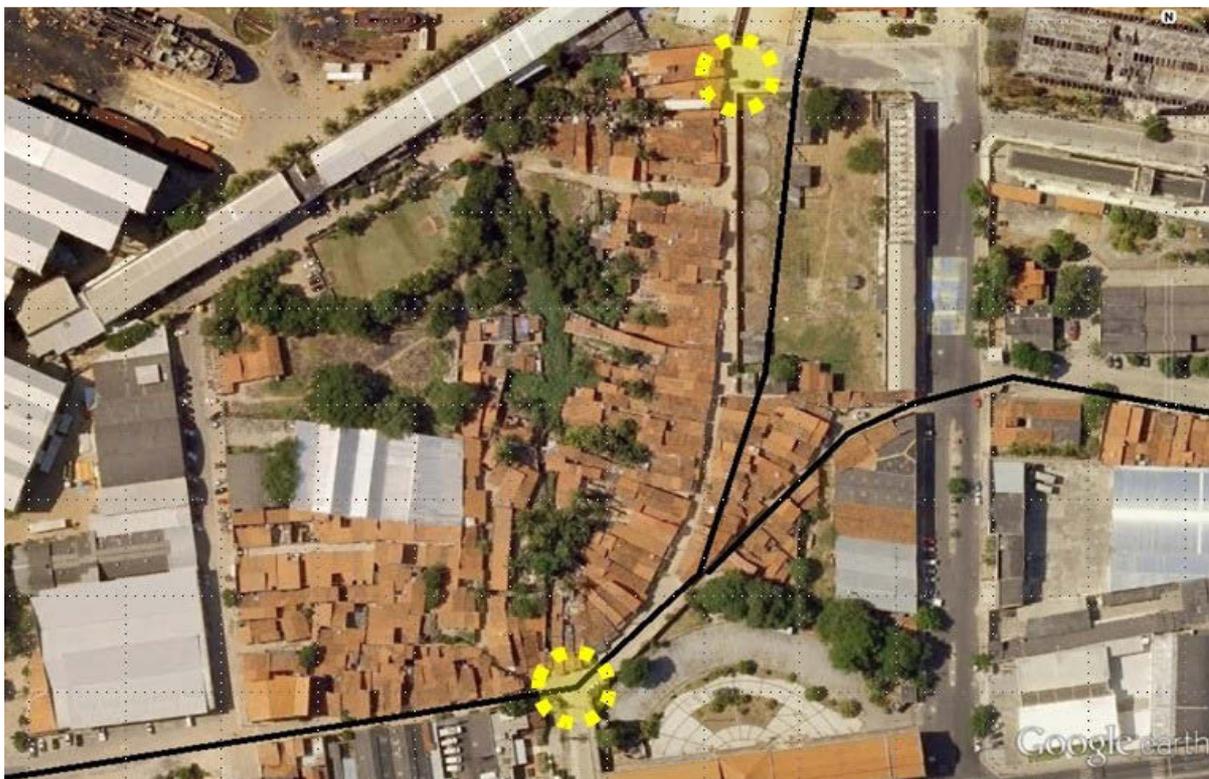
Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e julho de 2014.
(Foto: André Almeida)

FIGURA 4.19: As paredes da comunidade também comunicam



Fonte: Atividades de reconhecimento territorial realizadas nos meses de junho e novembro de 2014.
(Foto: André Almeida)

FIGURA 4.20: Pontos nodais

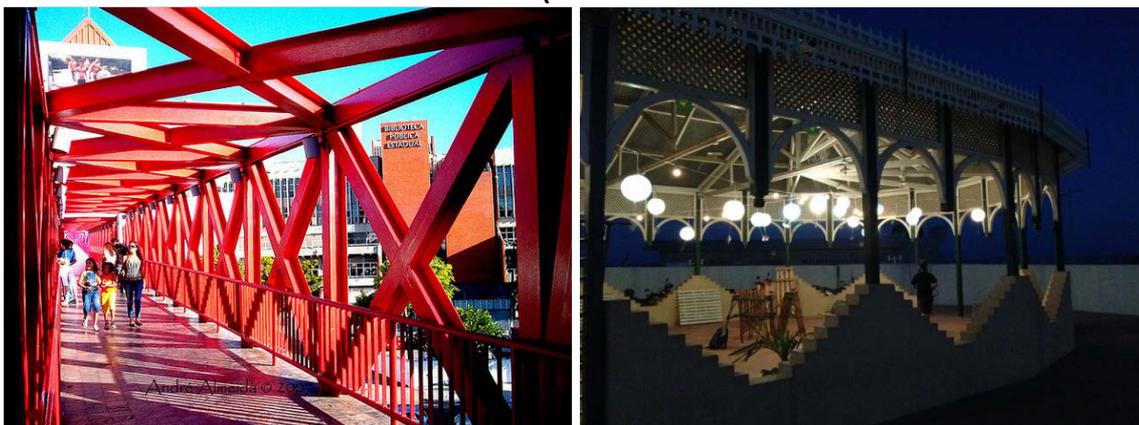


Fonte: Imagem disponível pelo software Google Earth. Acesso em out.2014. Editado pelo autor.

Em virtude da sua configuração espacial, o Poço da Draga não possui nenhum marco interno. Todos os que referenciam a comunidade são externos a ele. Entre os já citados neste trabalho, o de maior porte é o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura, um dos principais marcos na paisagem de Fortaleza e elemento icônico na promoção turística da cidade (FIGURA 4.21). O atual Pavilhão Atlântico, por sua vez, mostra-se como o principal na paisagem de apropriação dos moradores, constantemente utilizado como referência de identificação da entrada da comunidade ou ponto de encontro para visitantes externos (FIGURA 4.21).

A edificação possui forte caráter afetivo para a comunidade. De local de espera do porto para os viajantes, o edifício passou a escola das “irmãzinhas”, mantida por freiras por muitos anos, também usado como posto de saúde e, posteriormente, sede da AMPODRA antes da atual reforma promovida pelo projeto de requalificação da Praia de Iracema de 2007. Com a intenção de se transformar em um futuro café, o local hoje é cedido ao Poço da Draga e usado como espaço de convívio e atividades comunitárias.

FIGURA 4.21: CDMAC e novo Pavilhão Atlântico (sendo decorado em ocasião da Feira da Música⁶¹)



Fonte: Arquivo André Almeida

4.2.1.4. Síntese da análise

Diante de tudo aqui exposto, o Poço da Draga mostrou-se como parte integrante da cidade, plena de significados, rica na sua estrutura e cuja identidade própria não é a mesma atribuída pela cidade. Prejudicada pela precária legibilidade, acaba não sendo reconhecida como parte da cidade nos discursos ou na imagem geral da população, por desconhecimento ou por interesses outros.

Contudo, o espaço do Poço da Draga nos mostra que sua construção espontânea contempla muitos dos elementos caracterizadores da imagem da cidade, como sugere Kevin Lynch (2011). A variedade de cenários e a força imagética para a cidade, e mais ainda para seus moradores, fazem dessa área uma importante parte da história da cidade de Fortaleza, que precisa ser reconhecida como tal.

Como nos lembra Lynch (2011) em uma de suas constatações finais:

A cidade não é construída por uma pessoa, mas por um grande número delas, todas com grande diversidade de formação, temperamento, ocupação e classe social. Nossas análises apontam para uma substancial variação do modo como as diferentes pessoas organizam sua cidade, de quais elementos mais dependem ou em quais formas as qualidades são mais compatíveis com elas. (*Ibidem*, p. 123)

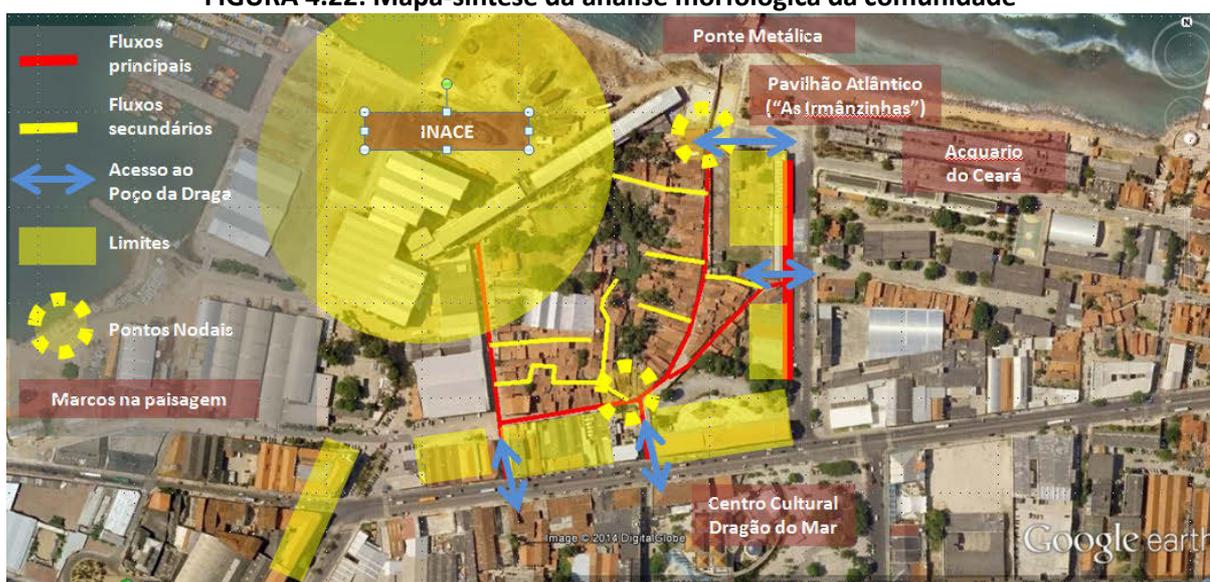
Também Liberal de Castro (1977), em estudo sobre a história da cidade de Fortaleza, entende a cidade de forma semelhante:

⁶¹ A Feira da Música é evento promovido pela Associação dos Produtores de Cultura do Ceará (Prodisc), sendo realizada desde a sua primeira edição, em 2002, no Poço da Draga e no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Teve sua programação retirada da comunidade nas últimas edições, mas em 2014, na XIII edição, o Poço da Draga volta a ser palco do evento, com apoio dos moradores através da ONG Velaumar.

A cidade é uma obra coletiva que transcende os limites da contemporaneidade. É a maior criação dos homens. Sua existência não pode ser creditada a um homem. (CASTRO, 1977, p. 20)

Concluimos, por fim, com a imagem que ilustra e evidencia os elementos sugeridos por Lynch (2011), aplicados em parte da cidade de Fortaleza, na comunidade Poço da Draga, segundo o olhar de um pesquisador da área de arquitetura e urbanismo (FIGURA 4.22):

FIGURA 4.22: Mapa-síntese da análise morfológica da comunidade



Fonte: base KMZ do Google Earth. Editado pelo autor.

4.2.2. O olhar dos moradores a partir de algumas pesquisas acadêmicas

Esta parte do trabalho tem a intenção de destacar e valorizar a percepção da comunidade quanto a sua condição de segregada no espaço da cidade, a partir de dados secundários, produzidos por outros pesquisadores. Além dos trabalhos de Heloisa Oliveira (*Op. Cit*) e Tadeu Feitosa (*Op. Cit*) que serviram de base para os capítulos anteriores, incorporamos a esta pesquisa a dissertação de mestrado intitulada "A educação político-estética da juventude da periferia de Fortaleza: reflexões sobre a cultura do olhar", de Francisco José Chaves da Silva (2007), defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. A escolha por complementar este trabalho com essa obra se deu em virtude da intenção de se buscar fontes de referência nas quais se tenham registrados, no recorte temporal que estamos contemplando, os relatos dos moradores que expressem sua visão do contexto em que se inserem. Nos objetivos desse trabalho, o autor afirma ter a

intenção de “[...] investigar o modo como o qual os sujeitos da periferia de Fortaleza, residentes na Comunidade, veem a sociedade e são vistos por ela [...] procura-se circunscrever o tema no bojo da dinâmica sociocultural contemporânea de Fortaleza”. (SILVA, 2007, p. 08)

De forma complementar, agregamos informações extraídas de pesquisas qualitativas sobre o Poço da Draga, que envolveram, durante o primeiro semestre de 2014, dois grupos de alunos de graduação em arquitetura e urbanismo. O primeiro trabalho consistiu na elaboração de um diagnóstico participativo⁶² da comunidade, resultado de pesquisa de campo e elaboração de mapas mentais com os moradores da comunidade na disciplina Projeto Urbanístico II da UNIFOR, cujo tema é habitação de interesse social, sob orientação das docentes Aline Barroso e Camila Aldigueri.⁶³ O segundo consistiu no envolvimento dos alunos participantes do GESC⁶⁴ – Grupo de Estudo Segregação Contemporânea – na realidade do Poço da Draga, por meio de rodas de conversa com alguns dos seus moradores mais antigos. Nesse trabalho, buscou-se a aproximação com a comunidade por meio de conversas informais sobre temas diversos, de forma a extrair do pensamento do morador os elementos que podem ser associados ao processo de segregação.⁶⁵ Ambos os trabalhos tiveram o apoio da ONG Velaumar.

Os moradores do Poço da Draga expressam sua relação com o local e todos os aspectos que o envolvem de distintas maneiras. Relatos que denotam a percepção que a comunidade tem sobre a segregação socioespacial aparecem a partir de diversos aspectos. Das pesquisas que realizamos, um dos mais frequentes se relaciona à precariedade dos serviços públicos. São queixas diretas quanto à

⁶² Segundo as autoras, o trabalho tinha o objetivo principal de “conhecer, compreender e ser capaz de desenvolver projetos de intervenção urbana voltados para a habitação de interesse social”. (BARROSO, ALDIGUERI, 2014, p. 01) A metodologia é aplicada de forma simplificada por se tratar de uma atividade de cunho acadêmico, inserida no contexto de uma disciplina de curso de graduação, onde não se tem à disposição todos os meios e recursos necessários, bem como o tempo necessário, para aplicação de metodologias plenas de participação social.

⁶³ Essa experiência de metodologia participativa aplicada à prática do ensino foi relatada em artigo acadêmico apresentado no VI Encontro de Práticas Docentes da UNIFOR, em outubro de 2014, e disponibilizada em CD para o autor deste trabalho.

⁶⁴ O GESC é o Grupo de Estudo Segregação Contemporânea, um projeto de parceria da UNIFOR com o Laboratório de Habitação do Centro Universitário Estácio do Ceará, coordenado pelo autor desta dissertação, docente da UNIFOR e coordenador do referido laboratório.

⁶⁵ Buscou-se não utilizar a palavra “segregação” diretamente, de forma a não apenas evitar um debate muito extenso para construção do conceito, como também a não induzir o raciocínio dos moradores, pois queríamos que os elementos que caracterizam a segregação surgissem naturalmente em suas falas.

inexistência de saneamento básico e drenagem adequada, com graves consequências na qualidade de moradia e áreas ambientais.

Destacam-se, também, os discursos relativos ao estigma da favela versus a identidade local. Os moradores, constantemente, buscam reafirmar sua origem nas atividades de pesca de seus antepassados, na sua relação com o mar no presente e no processo de favelização, que causa sua condição de precariedade atual.

Outro aspecto relevante diz respeito à insegurança dos moradores em permanecer ou não nessa localidade. As principais ameaças percebidas vêm da parte do próprio Estado, cujas ações não lhes têm dado segurança quanto à garantia de seus direitos, e nem ao menos de proporcionar a valorização do entorno para as atividades econômicas ligadas ao turismo, lazer e mercado imobiliário.

Observamos ainda forte reivindicação à participação social na elaboração dos projetos que interferirão na vida da população. Essa participação lhes daria o poder de ser ouvido, de interferir nas decisões públicas mais importantes e, principalmente, de ser efetivamente beneficiado com os projetos nos quais o poder público se propõe a investir.

4.2.2.1. Sobre a precariedade da infraestrutura e dos serviços públicos

Iniciamos a análise a partir dos elementos estruturadores da cidade, que mais diretamente expressam os processos segregadores do espaço urbano. Da pesquisa desenvolvida por alunos da UNIFOR, destacamos algumas consultas à população que buscaram verificar os seguintes aspectos: mobilidade urbana, segurança, relações sociais e comunitárias, poluição, infraestrutura, espaços e equipamentos públicos, salubridade e inserção urbana. Os resultados foram organizados segundo a metodologia de SWOT⁶⁶ (*Strengths-Weaknesses-Opportunities-Threats*).

⁶⁶ Por meio desse método de análise, busca-se observar as forças (*Strengths*) e as fraquezas (*Weaknesses*), as oportunidades (*Opportunities*) e as ameaças (*Threats*) que a comunidade vivencia. Forças e fraquezas correspondem ao ambiente interno vivenciado pela comunidade, enquanto ameaças e oportunidades correspondem à análise feita no ambiente em que se insere a comunidade. Por forças, entendem-se as vantagens e potencialidades internas que a comunidade apresenta; e por fraqueza, as desvantagens em relação a outras comunidades. Por oportunidades, as vantagens que a comunidade apresenta no ambiente em que se insere; e ameaças, os aspectos negativos do entorno que prejudicam o seu pleno desenvolvimento.

Ao se analisar os elementos externos ao Poço da Draga, que caracterizam os seus problemas e as suas potencialidades, o trabalho registrou, a partir das observações dos moradores, os seguintes aspectos:

- os pontos positivos da comunidade estão sempre associados à sua localização privilegiada na cidade. A proximidade com o mar, além de reforçar sua identidade, também representa um espaço paisagístico, de esporte e lazer para seus moradores, por iniciativa individual ou através das entidades sociais que atuam na região;
- essa localização lhes proporciona ainda oportunidades de trabalho e de emprego que são muito importantes não apenas para combater o estigma de “favelado”, mas geram possibilidades de melhoria de vida a partir de uma melhor condição econômica;
- a questão do trabalho associa-se também ao aproveitamento das oportunidades não apenas pelo trabalho informal e/ou autônomo, mas principalmente pela conquista de postos de trabalho através da própria capacitação, incentivada pelas organizações sociais que atuam na comunidade;
- a diversidade de atividades econômicas gera também uma diversidade no espaço da comunidade, visto como positivo pelos moradores, a presença de pequenos serviços oferecidos pelos próprios moradores empreendedores, como mercearia, cabeleireiros e oficinas;
- a localização também lhes proporciona o acesso a alguns serviços públicos que na periferia costumam ser de baixa qualidade, escassos ou inexistentes, como iluminação e transporte público.

Mesmo diante dos aspectos positivos levantados, a comunidade enfrenta inúmeros problemas, assim elencados pelos moradores:

- a infraestrutura urbana é precária no interior da comunidade, principalmente quanto ao saneamento básico, à pavimentação e drenagem;
- a ausência de equipamentos públicos básicos no interior da comunidade também é apontada como um problema, em virtude da necessidade de espaços de esporte e lazer, creche, posto de saúde e delegacia;
- a segurança é entendida pelo morador não apenas como resultado da falta de policiamento adequado que impeça a ação de bandidos, alguns oriundos de

outras comunidades, como também da falta cursos de formação e capacitação profissional capazes de incentivar o jovem do local à vida profissional e afastá-lo das drogas e da marginalidade;

- destacam-se também os problemas associados à qualidade do espaço, seja com relação à salubridade das habitações, seja com relação à poluição nos espaços públicos e no riacho.

Ao destacarem as ameaças como elementos internos da comunidade, os moradores do Poço da Draga levantaram os seguintes aspectos:

- a localização privilegiada lhes acarreta ter que conviver com a pressão dos diferentes interesses existentes sobre esse espaço da cidade, materializado tanto no aumento da quantidade de casas da comunidade, na ocupação das áreas de mangue por uma população estranha à comunidade, como nos interesses públicos e imobiliários em implantar grandes empreendimentos na região que valorizam o preço da terra e atraem novos fluxos de turistas e visitantes, resultando em graves conflitos sociais, no aumento da poluição do mangue, na alteração dos espaços de uso da comunidade e no risco de remoção de seu lugar de origem;
- especificamente quanto ao Acquário, grande equipamento em construção, a população preocupa-se com o impacto na mobilidade urbana, pois julga que a estrutura da cidade e dos serviços de transporte não comportam um aumento na demanda causada por novos fluxos de atração de tráfego;
- é destacada também a questão dos riscos existentes de novos investimentos na região promoverem o aumento da criminalidade, em virtude da possibilidade de intensificação das atividades turísticas na região.

Os desejos de mudança, por sua vez, mostram-se associados diretamente aos problemas e ameaças destacados, configurando-se nas seguintes propostas:

- a implantação de equipamentos comunitários no interior da comunidade, assim como espaços de lazer e convivência;
- melhoria na infraestrutura, principalmente quanto ao saneamento, à pavimentação e drenagem;
- o combate à marginalidade, segundo os moradores, deve ser feito a partir da oferta de lazer e de cursos de capacitação e profissionalização de jovens,

com destaque à proposta de um centro de recuperação de usuários de drogas;

- a comunidade propõe também melhorias na habitação e requalificação do mangue, parte da comunidade onde se constata a existência de barracos em áreas insalubres e de risco socioambiental.

Como podemos observar, o cenário que se apresenta é resultado de uma série de fatores que compõem o processo de segregação do Poço da Draga. Os principais e mais facilmente visíveis no espaço estão associados à carência de serviços públicos e à inexistência ou precariedade da infraestrutura urbana. Registra-se a reivindicação por obras capazes de dotar a comunidade das condições mais básicas, como pavimentação, drenagem e saneamento básico. Além disso, há reivindicações também de equipamentos e serviços públicos dentro da própria comunidade, como posto de saúde, centro de recuperação de drogados e outros equipamentos de educação, profissionalizantes e policiamento com preparação adequada. Para além das necessidades de infraestrutura e de equipamentos públicos, a comunidade também dá destaque às atividades culturais e esportivas, valorizando a memória do bairro e suas atividades lúdicas. Acrescenta-se a isso a consciência acerca da situação de precariedade habitacional em que ainda vivem alguns de seus moradores.

Esses elementos são reforçados, segundo o olhar da comunidade, por uma visão política excludente, favorecendo na região a presença de grandes equipamentos de atividades turísticas que propiciam pontos de atividades irregulares, identificados como “perigosos e violentos”. Tudo isso em detrimento das potencialidades existentes e observadas na comunidade, pelos moradores e estudantes.

Ao identificar os problemas da comunidade, o trabalho nos mostra que boa parte está associada à “invisibilidade” da comunidade para o poder público ou ao não reconhecimento de seus direitos. Isso acarreta no isolamento físico a que a comunidade tem sido imposta ao longo dos anos, a destituição de seus espaços de lazer, ignorando os interesses e necessidades dela. Para além disso, esta apresenta os problemas ligados à inexistência de infraestrutura de saneamento ambiental, abastecimento de água insuficiente, atendimento inadequado de educação, saúde e segurança. São apresentados também os problemas que dizem respeito às condições sociais da comunidade e suas relações internas e externas: conflitos,

poluição sonora e ambiental, violência, consumo de drogas, vandalismo e degradação.

Por outro lado, as potencialidades identificadas pelos alunos através da atividade com os moradores estão ligadas diretamente ao seu entorno imediato e às vantagens locacionais do bairro em que se inserem. Estão associadas, em especial, à presença das instituições existentes na comunidade e no entorno e as atividades promovidas. Estas são, geralmente, de formação e capacitação, além de estágios e oportunidades de emprego.

As potencialidades da comunidade também estão associadas às práticas esportivas, principalmente náuticas, tais como *surf*, triatlão e salto e mergulho da Ponte Metálica, ou espaços privados cedidos aos moradores. Dentre as potencialidades identificadas, temos ainda o usufruir da infraestrutura de iluminação pública, mesmo que se identifique a boa qualidade deste ser resultante dos projetos de requalificação que intensifica o fluxo de turistas na região, o que requer segurança e boa iluminação.

Entendemos que do ponto de vista metodológico, o trabalho desenvolvido pelas docentes na comunidade foi extremamente importante, tanto para alunos como para moradores. Para os estudantes, é um momento incomum na universidade o contato com a realidade que se costuma estudar apenas em sala de aula ou em material didático. Promover a vivência da participação social fornece instrumentos aos futuros profissionais a desenvolver seu papel cidadão na profissão que escolheram. Além disso, iguala o arquiteto urbanista aos atores sociais nas práticas e experiências, gerando-se oportunidades para grandes trocas de conhecimento e quebra de preconceitos quanto à suposta inferioridade do conhecimento local, de um lado, e à suposta superioridade do conhecimento acadêmico de outro. Todos os atores descobrem o poder e o papel que possuem como agentes sociais e tomam poder das suas posições. Como concluem as docentes:

A prática dos moradores de pensar, refletir, sentir e (re) criar sobre sua condição leva os alunos conjuntamente a pensarem, refletirem, sentirem sobre uma realidade distante e distinta deles, permitindo um maior envolvimento e imersão na compreensão do território objeto de estudo e intervenção. (BARROSO; ALDIGUERI, 2014, p. 11):

Observamos, por fim, através dos trabalhos acadêmicos apresentados, como as necessidades da comunidade mantêm-se ao longo do tempo: as reivindicações são as mesmas constantemente, às vezes, sendo acrescentadas novas demandas.

Destacamos, por fim, pelas observações apresentadas, que os moradores alertam para o fato de que os investimentos turísticos não necessariamente promovem o desenvolvimento social equilibrado. Ao invés de trazer benefícios aos moradores, potencializam problemas e reforçam o estigma da comunidade como favela.

4.2.2.2. *Sobre a identidade e os estigmas*

Em Silva (2007), observamos como a comunidade compreende e se percebe no contexto de enfrentamento das dinâmicas urbanas, a sua relação com o poder público e o capital imobiliário. O pesquisador cita a resistência dos moradores, principalmente quanto ao enfrentamento das propostas invasivas e sem diálogo dos poderes públicos e privados no seu território. Os elementos de segregação da comunidade presentes no espaço urbano são, segundo as palavras do autor:

[...] as paredes dos prédios vizinhos que servem de demarcação e circunscrição significa à Comunidade Poço da Draga (Baixa Pau), também lhes servem de segregação efetiva, mesclando-lhes sorte e azar, invasão e recuo. Sorte por habitar um dos lugares mais privilegiados da cidade; e azar, pelo mesmo motivo. Devido ao jogo secular pela posse do lugar, temos uma história de invasão e recuo, da parte das classes dominantes, uma vez que a Comunidade Poço da Draga (Baixa Pau) tem tecido sua inegável resistência ante à cobiça de seu lugar. (*Ibidem*, p. 46)

O autor destaca o papel das forças econômicas e suas estratégias ante o Estado, no desenvolvimento dos grandes projetos que foram conduzidos a partir da década de 1990 para dotar a região de atratividade turística e imobiliária, em detrimento dos direitos do cidadão quanto ao usufruto da cidade. Esse é um importante elemento de segregação observado no seu discurso interpretativo sobre a comunidade, ao observar que a segregação não se faz apenas no espaço físico, mas na relação da comunidade com a sociedade na qual se insere.

Silva (2007) destaca o sentimento de pertencimento ao território que observou entre os moradores. Não se trata apenas do entendimento do direito à cidade e do que ela lhes proporciona com relação aos serviços disponibilizados, mas principalmente pela

identidade com o lugar. Como registra em seu trabalho, a partir da fala de um dos moradores: “Somos daqui. O lugar de pobre é à beira de praia”. (*Ibidem*, p. 47) De fato, a comunidade, formada em grande parte por descendentes de pescadores, como ressaltaram alguns autores (FEITOSA, 1998; SCHRAMM, 2001 *Apud* GONDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2006; OLIVEIRA, 2006; GONDIM, 2008; BRUNO, FARIAS, 2012; MAIA, 2013; ROCHA, 2014), ainda têm na atividade da pesca uma das suas fontes de subsistência. Silva (2007) registra, a partir da fala dos moradores, a pesca como atividade de subsistência, bem como a identidade que lhes diferencia de “favelados”, estigma pelo qual o Poço da Draga não quer ser reconhecido:

“A gente vai ali, pega um peixe, pega um siri e... (fazendo um gesto com a mão para a boca, com a ideia de comer) (...) A gente aqui, quanto não tem trabalho, se vira... Eu mesmo tenho uma jangadinha... Quando não tenho trabalho, vou pro mar e pego uns peixes que servem pra matar minha fome, da minha família e de alguns amigos. Como vou fazer isso em outro lugar que não tem mar?” (Álvaro Graça, 43 anos, *Apud* SILVA, 2007, p. 48)

A relação com o mar é extremamente marcante, o que lhes confere uma posição diferenciada em relação aos demais assentamentos precários da cidade. Essa visão sobre si mesmos também está associada à potencialidade que eles representam quanto à memória da Praia de Iracema, da qual alguns moradores têm consciência. Sobre isso, em entrevista concedida a Silva (2007), Júnior, irmão de Izabel Lima, presidente da ONG Velaumar, filhos da D. Rocilda, ex-presidente da Associação de Moradores, relata:

“O único pessoal que pode contar a história original da Praia de Iracema é esse pessoal do Poço da Draga. Quando nós chegamos aqui, só tinha o Estoril, a Rua dos Tabajaras, a Rua Baturité, onde hoje só tem depósitos.
[...] Aqui era uma colônia de pescadores – a antiga Praia do Peixe. A indústria naval se apossou da Praia do Peixe.
A colônia de pescadores foi, então, remanejada para a Barra do Ceará, e para o Conjunto Palmeiras. A indústria naval ainda indenizou os que foram pescar na Barra do Ceará – e os outros que eram pescadores e foram remanejados pro Conjunto Palmeiras, como vão viver lá, se não há mar lá e eles são pescadores?” (JUNIOR *Apud* SILVA, 2007, p. 49):

O autor destaca ainda o fato de a comunidade não ter nascido como uma favela, e que tal condição hoje é devido ao processo de urbanização que não incorpora o lugar como detentor de direitos sobre os benefícios do desenvolvimento urbano. Como resultado, a comunidade passa a enfrentar o isolamento, a exclusão e a

segregação, construindo o cenário de precariedade social e urbana que caracteriza para muitos o Poço da Draga como “favela”.

Várias dessas percepções ainda são verificadas 15 anos depois, durante o trabalho de campo do GESC. Em todas as rodas de conversa, os moradores expressam o sentimento de orgulho e honra dos moradores da comunidade, e, portanto, de negação do estigma de favela. Desde os primeiros encontros, os participantes mais antigos relatavam, com saudosismo, suas histórias de vida como pescadores, como donas de casa que batalharam para criar os filhos honesta e dignamente e a história da própria comunidade. Eles, constantemente, recordavam-se da antiga “comunidade do Baixa-Pau”, nome que, segundo eles, decorre da atividade dos estivadores durante o ato de carregar e descarregar as embarcações, mas que posteriormente passa a ser associada à violência, como reduto de bandidos.

Algumas das memórias mais fortes estão relacionadas aos benefícios que, de certa forma, o isolamento lhes trouxe no passado. Se, por um lado, a “invisibilidade” é responsável pelo não atendimento das suas necessidades mais básicas, por outro, significava também lembranças de uma época mais tranquila. Os problemas ligados à violência urbana, segundo os moradores, não existiam de maneira tão forte como nos dias atuais. Conflitos sempre existiram, principalmente entre eles, por diversos motivos, a maioria, associados apenas aos excessos da bebida ou do transpor os limites sociais, principalmente para com esposas e filhos.

Para estes moradores mais antigos, hoje as relações sociais parecem mais complexas, permeadas de valores e preconceitos que a maioria tem dificuldade de lidar. São relações que têm gerado, segundo os relatos, não apenas conflitos de gerações, mas também casos de polícia, em virtude principalmente da bandidagem, drogas e delinquência. Alguns afirmam ser resultado do perfil turístico que a região adquiriu nas últimas duas décadas, que por um lado trouxe oportunidades de trabalho formal e informal, por outro trouxe a prostituição, o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. Segundo eles, para “quem é de fora”, e, portanto, apenas visita a Praia de Iracema e não conhece a origem e a índole dos moradores do Poço da Draga, esses problemas existem porque existe uma comunidade carente próxima à região turística. Não pensam que esses problemas são trazidos pelo turismo e que os moradores também são vítimas. Alguns lembram, inclusive, do tempo em que

não precisavam ter grades nas portas e janelas de casa. Para eles, na atualidade, até as moradias mais humildes podem ser alvo de bandidos.

Há, porém, os que se levantam para questionar a violência real e a sensação de violência (ou de tranquilidade). E, no debate sobre esse tema, não parece existir consenso. Em uma das rodas de conversa realizadas, levantou-se o tema da redução da maioria penal. Enquanto alguns se posicionavam a favor, outros defendiam a tese de que a formação familiar, como aquela que muitos deles tiveram na sua infância e adolescência, seria suficiente para o cidadão optar pelo caminho do trabalho. Houve aqueles que entendiam que há muitos pais e mães despreparados, responsabilizando-os pelas novas gerações que apresentam maior dificuldade em corresponder às expectativas sociais que a comunidade lhes coloca. A única unanimidade, nesse assunto, pareceu ser a de que a escassez de recursos econômicos não é desculpa para se optar pela marginalidade.

Os moradores entendem ainda que há muitos problemas de segurança pública e que isso hoje afeta não apenas os bairros mais periféricos, mas também as áreas centrais. Contudo, lembram que o Poço da Draga, mesmo em localização central na cidade de Fortaleza, sempre sofreu com a falta desse e de inúmeros outros serviços públicos desde sempre. Houve, porém, alguns serviços, no passado, que atendiam diretamente à comunidade, mas que hoje foram desativados, como o antigo posto de saúde e a escola das “irmãzinhas”. O depoimento de D. Rocilda, na ocasião líder comunitária, em entrevista dada a Feitosa (1998) em julho de 1994, relembra:

A única ajuda que nossa comunidade tem de verdade é essa escolinha aí, dirigida pelas freiras e coordenada pelo padre Tito. É um espaço pequeno mas muito bom para as crianças carentes. Mas isso não é tudo não, professor, melhor do que isso, seria as freiras pediram ao Dom Aloiso Lorscheider para lutar pela nossa permanência aqui e por trabalho para a nossa comunidade. Os homens dos órgãos públicos só querem nos dar esmolas e nos chamam de favela, só para poder tirar a gente daqui. (*Ibidem*, p. 148)

Na fala da moradora, podemos perceber o entendimento que a classificação como favela (e a manutenção das suas condições de precariedade e segregação) é uma estratégia política para desmerecer o espaço da comunidade de forma a torná-lo apropriado à lógica de “ordenamento” da cidade a partir das necessidades político-econômicas. Em contraposição, a população do Poço da Draga não só não se identifica como “favelada”, como também repudia tal estigma:

Em todas as entrevistas e em todas as conversas informais verificou-se a repulsa ao termo. “Aqui não é favela não. Aqui é uma comunidade, só que pobre, mas não é favela não” (Alice Cardoso, 42 anos e funcionária pública estadual). Por sua vez, seu Valmir Mesquita, 73 anos, reagiu da seguinte forma à pergunta sobre como é viver na favela: “Viver aqui na comunidade é uma beleza, apesar dos problemas, mas eles estão em todo canto né? As favelas por aí vivem pior do que nós, porque aqui não é favela, somos uma comunidade de pescadores antigos e muita gente boa.” (*Ibidem*, p. 136)

A comunidade busca, assim, se autoafirmar através da identidade diversa da que lhe é imposta pela sociedade. Feitosa (1998) destaca a importância dessa identidade como “instrumento que confere à favela existir e provar sua existência perante a sociedade” (*Ibidem*, p. 149) e assim conquistar, também perante o Estado, os espaços sociais e urbanos que lhe são de direito.

4.2.2.3. *Sobre o papel do Estado e os grandes projetos*

Em muitos momentos, percebemos claro descontentamento dos moradores com o poder público e a compreensão de que o Estado não parece existir de forma democrática, já que os projetos não alcançam o objetivo de beneficiar os seus cidadãos. A insegurança quanto à permanência no local é constante e tem sido apontada como consequência direta dos grandes investimentos executados na região. De um modo geral, os investimentos públicos no local desconsideram as preexistências, como ocorreu, por exemplo, com o projeto do **Centro Cultural Dragão do Mar**. Ao ignorar a área habitacional existente no Poço da Draga, gerou conflitos com os moradores que questionaram o contraste e a desconexão entre os espaços objetos de grandes investimentos e a comunidade, como relatado no Jornal *O POVO* em 2001:

Distante algumas quadras do Centro Cultural, a favela do Poço da Draga permanece com condições físicas e sociais bem deficientes: não tem esgoto, coleta de lixo ou áreas urbanizadas. A população local reclama da falta de relação do imponente edifício cultural com a comunidade e defende sua participação nos eventos e cursos profissionalizantes, de maneira a contribuir para a formação dos moradores. (*O POVO*, 04 fev. 2001 *Apud* COSTA, 2003, p. 130-131)

Equipamentos desse porte, implantados sem o diálogo com a sociedade, reforçam o sentimento de insegurança quanto ao futuro da comunidade:

“Na época da construção, todo mundo achava que o Dragão do Mar ia tomar conta da comunidade, que a gente ia ter que sair”, afirma o recriador Abrão Vasconcelos, morador há 25 anos. (O POVO Caderno Vida & Arte, 2014)

A população local, em defesa, procura se autoafirmar no seu espaço de moradia. Os moradores atentam para o fato de que eles são anteriores à implantação dos grandes equipamentos públicos, como exemplifica a fala de uma moradora à imprensa:

“O pessoal daqui costuma dizer que o Dragão do Mar é que é o nosso entorno, chegamos aqui primeiro”, conta Cássia Vasconcelos, rindo-se. A moradora da comunidade é auxiliar de coordenação de Audiovisual e Música no Porto Iracema das Artes - braço de formação do equipamento cultural. (O POVO Caderno Vida & Arte, 2014)

Por outro lado, o discurso oficial, incluindo aquele proferido pelo arquiteto responsável pelo projeto do Dragão do Mar, indica que a arquitetura deveria ter a capacidade de integrar o que está apartado:

Não é verdade que a comunidade do Poço da Draga se prejudicou com o Dragão do Mar. Ele atenuou os problemas dessa comunidade, que era isoladíssima, atraiu serviços em sua vizinhança, resolveu problemas crônicos de drenagem e segurança e criou oportunidades de trabalho. Hoje, a comunidade vende bebidas e comidas para o público dos eventos, tem cursos voltados para ela no próprio Dragão do Mar. Tudo isso é relação com vizinhança e reforça o sentido de comunidade, ao mesmo tempo em que aumenta sua conectividade com a cidade. Afinal, a contiguidade do tecido urbano é um fator de redução do processo de exclusão. (Fausto Nilo *Apud* PAULA, 2003)

Em seu discurso, o arquiteto afirma que há atividades de formação e capacitação para os moradores. Porém, a crítica quanto à efetividade dos programas e projetos culturais mantém-se, já que parte dos próprios moradores considera ainda insuficiente as iniciativas existentes. Ao observarmos a enquete de opiniões *sim versus* não realizada pelo Jornal *O Povo* em 21 de abril de 2014, com a pergunta “O Centro Dragão do Mar procura estabelecer relação com a comunidade Poço da Draga?”, os moradores respondem:

SIM Geração de renda: “Eu trabalho dentro do Dragão desde o começo, vai fazer 15 anos que eu sou cadastrada. Faço parte da ‘Galera do Dragão’, ganhei uma bata para trabalhar e fiz um curso para poder vender lá dentro. Comecei vendendo lanche, quando tem evento lá eu vendo bebida e pipoca”. Lílian Cláudia Coelho, vendedora

NÃO Fora da programação: “Poderia ser bem mais integrado. O pessoal daqui poderia estar bem mais presente lá no Dragão do Mar. Eu monto aqui na comunidade uma quadrilha de Festa Junina e a gente já até se apresentou lá, mas a última vez foi em 2012. A integração poderia ser bem melhor”. Noélia Santos, estudante universitária (O POVO, 2014)

A não integração, ou fragmentação (Harvey, 2000), e a não identificação dos moradores com o equipamento é expressa quase que de forma conclusiva através do depoimento dado ao jornal *O POVO*, publicado no dia 04 de fevereiro de 2001:

Mal ou bem, as curvas e linhas monumentais do Centro Dragão do Mar saltam aos olhos, impressiona. Presidente da Associação de Moradores do Poço da Draga, Rocilda Ferreira, 59, se desmancha: “Me orgulho muito do Palácio do Faraó [*grifo nosso*], acho lindo e sempre oriento os meninos da comunidade a não picharem os muros. Você pode ver que lá é tudo branquinho. Ao contrário daqui, onde o lixo fica espalhado pela entrada da favela porque o caminhão de coleta demora a passar e só tem um container para moradores, bares e restaurantes”. (PAULA, 2001)

A citação feita ao Centro Dragão do Mar como “Palácio do Faraó” parece denotar certa ironia, pela imponência e magnitude do equipamento e seu destaque na paisagem, e como iniciativa “de cima para baixo”, ou seja, decidida no alto escalão de governo e imposta à população local. A ironia pode ser percebida também na preocupação da líder comunitária em orientar os jovens da comunidade a não picharem o novo edifício e mantê-lo belo e íntegro, enquanto da parte do poder público inexistente preocupação semelhante para com o Poço da Draga, fornecendo serviços de limpeza urbana ineficientes e insuficientes.

É certo que diversos moradores trabalham no local e usam o espaço do Dragão do Mar, mas as críticas quanto falta de integração ocorrem com frequência, como observa outra moradora:

“Meus filhos participam do grupo de flautas do Poço da Draga que é apoiado pela Universidade Estadual do Ceará e Rotary. Eles já se apresentaram no Theatro José de Alencar e até no Marina Park, mas nunca foram chamados para se apresentar no Dragão”, lamentou a dona de casa Ivoneide Rudolf, 35. Fã confessa do “elefante”, como gosta de chamar, ela não perde a chance de espiares por lá. “Adoro ir aos shows, mas só posso quando é gratuito ou então a R\$ 1,00. Acho que antes tinha mais evento de graça. Agora, quando vem um cantor mais famoso eles botam madeirite arrodando a Praça Verde e cobram a entrada. Não acho isso certo. A praça não é do povo?”, questionou. (PAULA, 2003)

Para muitos moradores, o uso reservado à população carente é o de espaço para sua subsistência, através do trabalho informal, que equipamentos culturais e de lazer atraem em algumas épocas uma maior demanda:

“Fui flanelinha durante muitos anos. Mas agora tem muito flanelinha ladrão, tem muito roubo de carro”, reclama Ednardo Gaspar, também morador do Poço. Ele diz não ter encontrado oportunidade junto ao Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC) – que gere o Dragão e o Porto Iracema, além do Centro Cultural Bom Jardim. Atualmente, Ednardo conta que “melhorou de vida” vendendo “churrasco e birita”. (O POVO Caderno Vida & Arte, 2014)

No entanto, o benefício econômico sendo resultado da promoção da atividade informal é bastante questionável. Este é visto como um meio de sobrevivência na ausência de oportunidades e não pode ser encarado pelo poder público e seus representantes como resposta positiva a um investimento público. Apesar de trazer, de maneira questionável, melhorias efetivas para a população pelo aumento da renda familiar, não se consegue encontrar, nos olhares da comunidade do Poço da Draga, outro benefício que o equipamento tenha trazido às suas vidas. Em entrevistas veiculadas pela imprensa, essa percepção mantém-se até hoje

Se o Dragão do Mar não "engoliu" o Poço da Draga, como temiam os moradores, também não foi capaz de atrair visibilidade e desenvolvimento para a comunidade vizinha. (O POVO Caderno Vida & Arte, 2014)

Sobre o projeto do **Centro Multifuncional de Feiras e Eventos**, por sua vez, Silva (2007) registra algumas falas dos moradores:

“Também, por último, chegou a ideia de um Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, este Centro teria sua base de construção no mar, soterrando uma parte do mar, e transformando essa parte onde é o Poço da Draga e da Indústria Naval em estacionamento. É assim que o poder público tem pensado esse Centro. E a gente? E a comunidade da gente, como é que fica?” (morador não identificado *Apud* SILVA, 2007, p. 62)

É explícito o sentimento de indignação dos moradores que percebem o papel do Estado invertido, beneficiando interesses particulares, em detrimento da população afetada diretamente com os empreendimentos. As potencialidades existentes no território são desconsideradas pelos projetos de reassentamentos, que ignoram os interesses da comunidade, suas vivências, sua história, suas memórias e seus vínculos com o território. Sobre esse aspecto, os moradores expressam também a preocupação quanto ao futuro e como isso afeta sua vida presente:

“Com tantas ameaças [...] prá nós da Comunidade. Como estabelecer um projeto de vida, se nós vamos ter que sair daqui a qualquer momento, pois somos submetidos a essa constante incerteza?” (*Ibidem*, p. 57):

O “cidadão comum” enfrenta as dificuldades e as incertezas utilizando as ferramentas e as oportunidades que a vida lhe proporciona ou que conquista. O morador do Poço da Draga acrescenta a essas dificuldades a instabilidade quanto ao seu lugar de descanso, seu abrigo, seu espaço de sociabilidade, seu sentimento de pertencimento a um lugar. Ou seja, instabilidade quanto a sua moradia, a base social e psicológica para dar seguimento aos seus projetos de vida.

Diante dos projetos de reassentamento apresentados à comunidade, a insegurança aumenta não apenas pelo risco de remoção, mas também pela qualidade da habitação que lhes apresentam, segundo eles, inferior à sua condição atual. Quanto a isso, Silva (2007) registra algumas falas dos moradores, como da D. Zenir Maria da Costa, questionando-se quanto à precariedade atual e as dificuldades posteriores a serem criadas por tais projetos.

“Será que na nossa casinha, sem esgoto, na lama, não vai ser melhor que esse prédio que estão prometendo? Como a gente vai pagar o condomínio, as taxas, essas coisas, quando a gente tá desempregado? Aqui a gente pede um peixinho a um, a outro, no dia ruim e vai vivendo, mas e lá?” (D. Zenir Maria da Costa *Apud* SILVA, 2007, p. 60)

Nessa fala e em outras registradas por Silva (2007), observamos também a preocupação dos moradores quanto aos seus meios de subsistência e aos laços comunitários existentes, ignorados pelos projetos de reassentamento:

“Aqui eu tenho um ‘quintalzim’ pra plantar... desse plantio faço meu ‘lambedorzim’ e vendo pras pessoas. Tenho o meu pessoal, que aqui a gente tudo se conhece, já tem como um ajudar o outro. E lá, como é que vai ser?” (morador não identificado que sobrevive do trabalho com ervas medicinais *Apud* SILVA, 2007, p. 60):

“Tem um projeto pra tirar a gente daqui... Desde pequenininho que eu ‘tou’ pensando. Saio hoje, saio amanhã, isso já faz mais de trinta anos. Quanto eu não tenho trabalho, eu que tenho uma jangadinha, boto ela dentro do mar e pego um peixinho aqui e outro ali. Sem o mar, como é que a gente ai viver?” (morador não identificado que vive da pesca *Apud* SILVA, 2007, p. 60):

Muito dessa riqueza social ignorada pelos projetos públicos está nessas relações entre os moradores, seja entre os mais antigos como também entre os jovens. A

moradora Izabel Cristina (*Apud* SILVA, 2007) relata o engajamento político e a inserção econômica das atividades dos jovens na comunidade:

“Mas aqui na comunidade tem muitos jovens que fazem coisas legais também. Tem o Douglas que faz grafites, e aproveita para criticar esse descaso social em que nós vivemos. Todas as caricaturas dele são cheias de sarcasmos, de ironias sociais. Tem também o Alan, o Estevão, o Wilton e o David que são outros jovens que fazem arte dentro da comunidade. O Estevão e o David, eles pintam quadros e vendem lá na feirinha da Beira Mar. O Wilton faz pirogravura (que é o tipo de gravura feita sobre madeira, usando um instrumento que queima e registra o desenho; explica, mostrando conhecer a técnica). O Estevão também trabalha com aquarela, são lindos os quadros dele!” (Izabel Cristina *Apud* SILVA, 2007, p. 67)

Sobre o projeto do **Acquário do Ceará**, atualmente em construção, os movimentos sociais também alertam para os riscos de remoção do Poço da Draga. Apesar de o empreendimento não prever o reassentamento dos moradores, para Gondim (2013) “a valorização da área pode acarretar um processo de gentrificação, ameaçando a permanência das moradias populares”. A autora constata que a partir de 2012 o projeto tem encontrado grande resistência popular, em especial, do “Comitê Popular da Copa”, do grupo “Quem Dera Ser um Peixe”, e algumas lideranças do Poço da Draga, com apoio de diversas entidades, organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil (como o Coletivo Flor de Urucum, o escritório Frei Tito de Advocacia, a ONG Cearah Periferia e o Instituto Terramar), lideranças políticas e cidadãos independentes, que neste momento passam a se articular através das redes sociais (GONDIM, 2013).

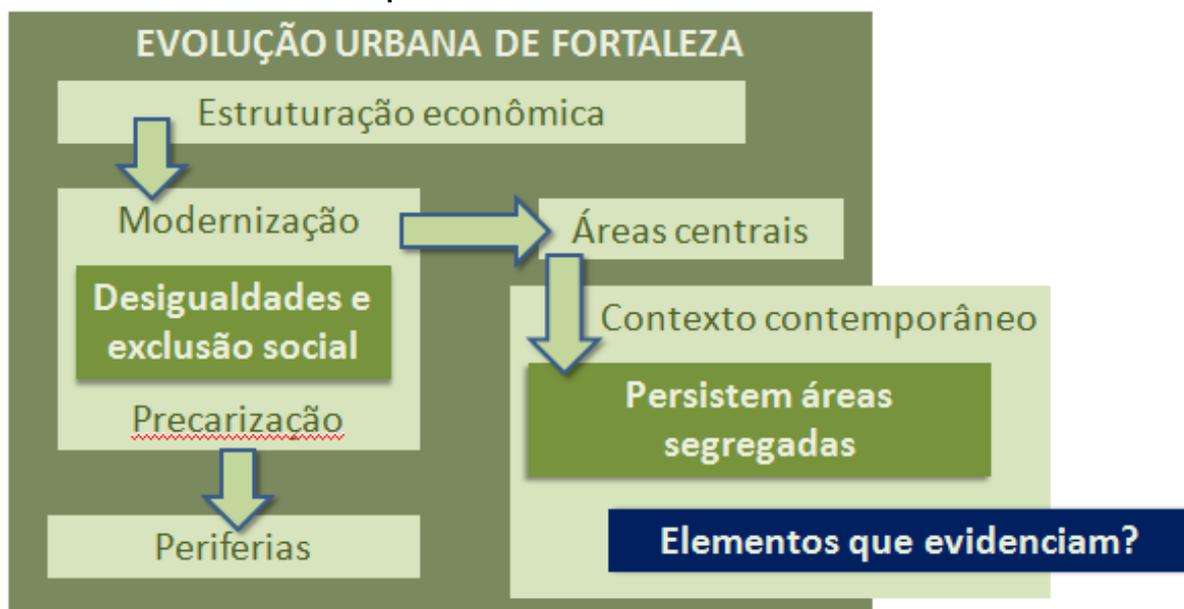
Até 2013, a sociedade civil organiza-se com parlamentares locais para solicitar e encaminhar à Câmara e Assembleia um plebiscito sobre a construção do Acquário (G1, 2014). Até o presente momento, não se teve conhecimento da realização de tal plebiscito. Segundo notícia veiculada no Portal G1 em 12 de dezembro de 2014, a obra segue, em atraso, mas com previsão de conclusão para dezembro de 2015 e abertura para o público em 2016.

Além disso, as notícias mais recentes, datadas de dezembro de 2014, tratam das desapropriações ocorridas no entorno para instalação de estacionamento e equipamentos para o Acquário, envolvendo inclusive um condomínio residencial de classe média, gerando nova insegurança aos moradores do Poço da Draga quanto ao risco de remoção.

4.2.3. Considerações acerca das interpretações na atualidade

Através dos estudos realizados para elaboração desse trabalho percebemos que a segregação espacial, como resultado das desigualdades e da exclusão social, é inerente ao desenvolvimento urbano de Fortaleza, manifestando-se tanto nas áreas periféricas quanto nas centrais (QUADRO 4.5).

QUADRO 4.5: Esquema do modelo de desenvolvimento de Fortaleza



Fonte: Autoria própria

O espaço da cidade, originariamente inexpressivo como espaço de ocupação, passa a ser visto a partir do século XVII como local estratégico para a economia regional. A cidade forma-se e desenvolve-se durante o século XX reproduzindo no seu espaço a forte desigualdade que caracteriza sua sociedade, materializando-se no contraste entre a cidade que se moderniza e os espaços precários ocupados por parte da população, excluída dos benefícios do desenvolvimento econômico. Dessa forma, a cidade reproduz ao longo de sua história o modelo de desenvolvimento centro-periferia, relegando grande parte da sua área territorial à precariedade.

Esta não é, porém, exclusividade da periferia. O Poço da Draga, por exemplo, é uma evidência da existência de comunidades carentes também em áreas centrais. No caso em estudo, sua existência deve-se, em parte à sua condição de isolamento e “invisibilidade”, mais recentemente colocada em risco a partir das novas dinâmicas que se fazem presentes na região e dos grandes projetos urbanos a elas associados. Nas análises desses empreendimentos e de seu modelo de intervenção, vimos que não é prática corrente a participação social, ou quando

existe, é parcial. Os resultados desses projetos limitam-se à modernização dos espaços degradados, sem compreenderem nem responderem às demandas da população, seus anseios e necessidades.

Esse fato se reforça quando ocorre com uma população que, mesmo localizada em área central, é vista como periférica e marginalizada, por se constituir de espaço precário, recebendo todos os estigmas existentes nessa classificação. A comunidade, então é colocada à margem das decisões, não tendo assim suas necessidades assistidas. É o que tem acontecido com o Poço da Draga ao longo dos anos, sofrendo sucessivas ações municipais que tentam retirar a comunidade de seu local de origem. Como resume a jornalista Ethel de Paula (2003), à época do debate sobre Centro de Feiras e Eventos:

Poço da Draga - Favela localizada entre a rua Almirante Rufino e a avenida Pessoa Anta, com 273 imóveis e 1.071 moradores, segundo a Seinfra. A primeira tentativa de transferência da comunidade do local remete a 1963, mas ao longo dos anos 70, há pressão para a retirada das famílias. Nos anos 90, o então prefeito Antônio Cambraia retoma a ideia, sob pretexto da reurbanização da Praia de Iracema. Por meio de uma ação judicial, é levado a arquivar o projeto. Como seu sucessor, o prefeito Juraci Magalhães faz nova investida, mas também é judicialmente impedido. Por último, o Governo do Estado pediu em Brasília o direito de utilização da área para fins de interesse público. Ali será construído o Centro de Feiras e Eventos, enquanto a comunidade será transferida para um condomínio numa outra área do bairro. (PAULA, 2003)

Os grandes projetos pensados para a Praia de Iracema, como vimos, passam a impactar direta e indiretamente na comunidade. É a partir dessas dinâmicas contemporâneas e da sua relação com o entorno que buscamos compreender como os impactos influenciam nos elementos que evidenciam essa segregação.

Percebemos, através da pesquisa de campo realizada, que as questões associadas à infraestrutura urbana e aos serviços públicos são aquelas onde continua se concretizando o processo de segregação espacial da comunidade Poço da Draga. Contudo, pelo olhar dos moradores, bem como de outros pesquisadores da área, podemos perceber também que outros elementos que evidenciam a segregação da área no cenário urbano têm sido identificados, principalmente a partir da década de 1990. Dentre os mais destacados, temos as relações da comunidade com os preconceitos a ela associados como favela, seus estigmas marginalizantes e sua

relação com o Estado, marcada pela inexistência da participação popular nos processos de decisão e o constante risco de remoção.

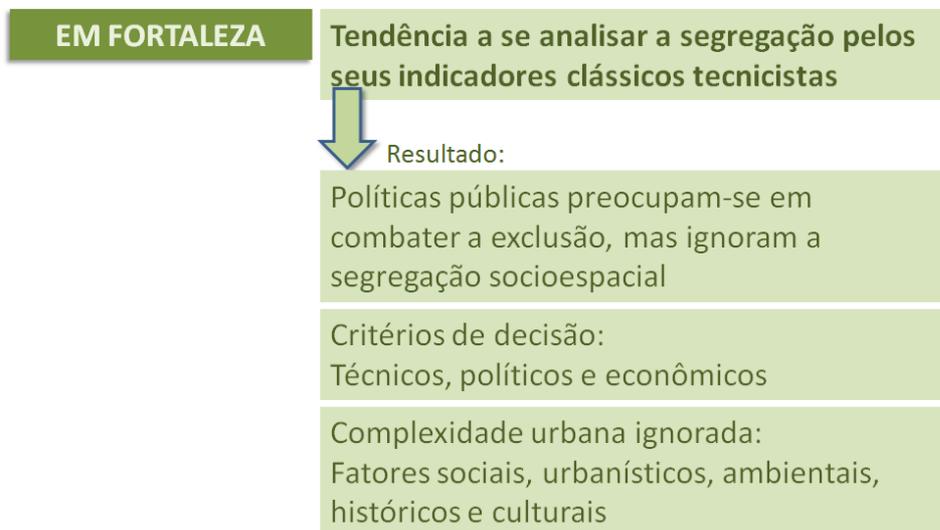
Em síntese, segundo os olhares analisados, os elementos que evidenciam a segregação na comunidade Poço da Draga, entre 1990 e 2014, são os seguintes:

- carência e/ou ineficiência na infraestrutura e nos serviços públicos;
- relação com a sociedade e os estigmas associados à comunidade;
- relações conflituosas com o Estado, marcadas pela ausência de diálogo nos processos de decisão relacionados a grandes projetos urbanos e constante risco de remoção.

Apesar de não se tratarem de elementos completamente novos na dinâmica da cidade, vimos que eles têm se agravado nas últimas duas décadas. Isso se dá em virtude de parte deles não serem considerados cuidadosamente como elementos segregadores pelos grandes projetos de requalificação urbana, mesmo sendo constantemente destacados por quem estuda e conhece a área.

Essa pesquisa nos leva a compreender que em Fortaleza, as práticas urbanas, representadas pelos grandes projetos públicos na Praia de Iracema, mesmo quando declaram ter a intenção de promover o desenvolvimento social, tendem a analisar a cidade e elaborar suas propostas baseadas, principalmente, em critérios de decisão técnicos, políticos e econômicos, desconsiderando-se outros critérios de análise necessários à cidade (QUADRO 4.6).

QUADRO 4.6: Prática padrão das políticas públicas em Fortaleza



Fonte: Autoria própria

No Poço da Draga, observamos se reproduzirem as lógicas de desenvolvimento que acabam por promover a segregação na contemporaneidade (QUADRO 4.7), como apontado por Harvey (2000), Costa (2003), Ribeiro (2004), Sousa (2007a), Ascher (2010), Gondim (2013), entre outros:

QUADRO 4.7: Contexto de segregação na contemporaneidade



Fonte: Autoria própria

O resultado são os conflitos urbanos, ocasionados quando interesses de uns se sobrepõem aos demais. No caso dos grandes projetos contemporâneos, as propostas de requalificação têm apresentado grande eficiência na promoção do desenvolvimento econômico, mas grande ineficiência no campo social, construindo-se o entendimento equivocado na sociedade de que requalificação urbana significa valorização imobiliária. Com a reorganização e o tratamento paisagístico, tais espaços promovem um ambiente propício ao desenvolvimento de atividades econômicas importantes para a cidade, no caso da Praia de Iracema ligadas ao lazer e ao turismo. Todavia, como pudemos ver pelos olhares estudados, principalmente dos moradores do Poço da Draga, estes também promovem resultados negativos à cidade, tais como a segregação socioespacial dos assentamentos precários existentes, o risco de remoção forçada de muitas dessas comunidades e a construção ou acentuação de muitos dos estigmas associados às áreas de favela.

Sem observar essas questões e procurar resolvê-las, esses grandes projetos configuram-se, assim, não em obras de requalificação como se espera, mas em intervenções que atentam contra o direito à cidade a seus cidadãos igualmente.

4.3. Um olhar para o futuro

Pela pesquisa realizada, podemos perceber que a segregação socioespacial no Poço da Draga tem se acentuado, não apenas nas questões físicas da comunidade, associadas à infraestrutura urbana, mas principalmente nos elementos que dizem respeito a questões imateriais, relativos a processos, procedimentos ou a práticas sobre a cidade. Mesmo localizada em área objeto de grandes intervenções urbanas durante as duas últimas décadas, as questões que efetivamente colaboram para a segregação socioespacial não são enfrentadas. Continua sendo produzida uma cidade onde parte da população não é considerada nas suas necessidades e interesses, permanecendo segregada da sociedade a qual, de fato, faz parte. Feitosa (1998) destaca o sentimento de pertencimento à sociedade como uma das maiores aspirações dos grupos sociais na contemporaneidade, entre eles o Poço da Draga:

Sonhar com o melhor é pertencer metaforicamente à sociedade que o exclui.

[...]

Enfim, o cotidiano da Favela Poço da Draga é preenchido de lembranças de um passado considerado pior por parte de alguns moradores, mas que guardava algumas tranquilidades que o presente não pode oferecer. Cada vez mais acuados pelas investidas dos órgãos de desenvolvimento urbano e turístico da cidade, os membros da favela aguardam a qualquer momento a decisão final de serem transferidos para um outro lugar. O estigma das desapropriações é o maior pesadelo nos sonhos desses moradores. (*Ibidem*, p. 166-168)

Esse sentimento de pertencimento não é facilmente definido, mas passa, sem dúvida, pelas condições mínimas de habitabilidade e integração com a sociedade em que se insere, como resultado da promoção do direito à moradia e à cidade pelo poder público. Como entendem Barroso e Aldigueri (2014):

[...] para formulação de políticas públicas e para a produção do espaço urbano, que pretendam ser sustentáveis ou alcançar a justiça social, é importante entender a habitação como um direito básico. Não basta oferecer abrigo, é necessário devolver a dignidade ao homem, bem como, condições mínimas de conforto, segurança e a perspectiva de melhoria no padrão econômico. (*Ibidem*, p. 03)

Através desses elementos, extremamente marcantes no que Lefebvre (2004) chama de “fenômeno urbano”, entendemos haver a necessidade de se pensar as políticas públicas considerando a segregação não apenas como uma questão física, mas

também social. Isso torna o trabalho mais complexo, mas representa um avanço ao se compreender que os grandes projetos urbanos não são capazes, por si mesmos, de enfrentar as diversas tramas imateriais que constroem a segregação nas cidades contemporâneas.

Ora, já sabemos que o fenômeno urbano caracteriza-se atualmente por uma *situação crítica* na qual não se discernem, com evidência, nem *tendências* definidas, nem uma ordem. (FEFEBVRE, 2004, p. 63)

É nesse novo mundo de compreensão de múltiplos caminhos e interesses que o urbanismo precisa atuar. Para isso, é preciso um novo olhar sobre a organização política e social da cidade. Segundo François Ascher (2010):

Em primeiro lugar [...] uma refundação da arquitetura institucional territorial e uma renovação das modalidades de funcionamento da democracia local, em particular.[...]

Em segundo lugar [...] a renovação profunda das modalidades de definição dos interesses coletivos e de construções públicas das decisões. [...]

Em terceiro lugar, finalmente, assistimos à emergência de problemas ligados ao desenvolvimento de novas formas de segregação social. (ASCHER, 2010, p. 72-73)

Para isso, é imprescindível que o arquiteto urbanista envolva-se no trabalho multidisciplinar. Através da presente pesquisa, buscamos encarar o desafio de compreender os conceitos associados à “sociedade urbana” sem cair na tentação de fechamento na nossa própria área científica. Dominar esse processo é uma tarefa árdua, bastante difícil, de forma a que o estudo aqui produzido se mostra apenas como um exercício para tal prática. Percorremos apenas um dos tantos lados dessa questão de extrema complexidade, o lidar das políticas públicas com a multidisciplinaridade que o “fenômeno urbano” na sua totalidade requer. Devemos encarar o desafio proposto por Lefebvre (2004) de:

[...] não construir um modelo urbano, mas abrir uma via em direção a ele. (*Ibidem*, p. 68)

Para o enfrentamento da segregação socioespacial estudada no Poço da Draga, e em outras áreas em condições semelhantes, é importante se ter em foco o pensamento de Christian Arnsperger e Philippe Van Parijs (2003) quanto ao papel do Estado na promoção da justiça e do equilíbrio social:

A questão fundamental é saber se as instituições respeitam e protegem os direitos fundamentais dos indivíduos⁶⁷ (ARNSPERGER, VAN PARIJS, 2003, P. 35-36, tradução nossa)

A percepção dos valores presentes na sociedade são traços marcantes da contemporaneidade, pelos quais, a partir das individualidades e das diferenciações, a sociedade se reencontra e o espaço da cidade pode vir a ser redescoberto. Bagnasco (2003) entende exatamente as cidades como heterogêneas, mas únicas, “lugares das diferenciações, as cidades aparecem também como unidades sociais significativas”.⁶⁸ (*Ibidem*, p. 108, tradução nossa). Ele entende ainda que é nas diferenciações que a sociedade aprende a lidar com os conflitos:

Uma ‘verdadeira’ cidade, quer dizer, aquela que corresponde ao tipo ideal que adotamos aqui, a qual parece entre outras coisas congruente com as cidades históricas protagonistas da modernização, é capaz de gerir seus conflitos e de exprimir síntese que ao mesmo tempo mantém diversidade e possibilidades de expressões..⁶⁹ (*Ibidem*, p. 109, tradução nossa)

Para isso, é fundamental que se busque um maior envolvimento do indivíduo nas decisões que darão rumo à sociedade. O professor Borzacchiolo da Silva (2014b) aponta o resultado negativo das ações do passado, não embasadas nesse princípio.

A lógica tradicional do planejamento tecnocrático está fundada na segregação socioespacial, na apartação.

[...]

A cidade desigual e incompleta prossegue sua marcha, engolindo terras e desfigurando-se rapidamente. A ocupação de áreas vazias aumentou sua densidade e incorporou em sua paisagem urbana um considerável número de favelas. (SILVA, 2014b, p. 39)

É diante desse contexto em que a cidade incorpora as áreas precárias, como parte da sua heterogeneidade, que Silva (2014) entende que o Estado democrático brasileiro ainda não abraçou o seu papel plenamente, fundamental nesse processo de integração:

Infelizmente, a administração pública, no Brasil, ainda não ultrapassou os limites da política de intenções e não obteve, portanto, repercussões práticas sobre o processo injusto e desigual

⁶⁷ *La questione fondamentale è sapere se le istituzioni rispettano e proteggono i diritti fondamentali degli individui.* (ARNSPERGER, VAN PARIJS, 2003, P. 35-36)

⁶⁸ *luoghi della differenziazione, le città appaiono anche come unità sociali significative* (BAGNASCO, 2003, p. 108)

⁶⁹ *Una “vera città”, vale a dire che corrisponde all’ideal-tipo che abbiamo qui adottato, il quale sembra peraltro congruente con Le città storiche protagoniste della modernizzazione, è capace di gestire conflitti e di esprimere sintesi che al tempo stesso mantengono diversità e possibilita della sua espressione.* (BAGNASCO, 2003, p.109)

que caracteriza a urbanização no Brasil [...]. Cabe à administração pública municipal atender, de forma razoável, às novas demandas sociais que incluem a gestão urbana participativa como essencial. (*Ibidem*, p. 41)

Silva (2014) indica, então, a gestão democrática e o planejamento participativos como elementos-chave do tempo em que vivemos.

Apesar do cenário de convulsão social que a sociedade brasileira vivencia, cabe investigar a busca do sentido da cidade, neste contexto de globalização e gestão social urbana, como domínio de segmentos marcados pela pobreza. [...] Sob esta perspectiva, entende-se o Planejamento Participativo como uma construção coletiva com forte poder de interferir na realidade, considerando que ele permite coordenar ideias e ações, traçar diretrizes tendo em vista as perspectivas e o compartilhamento. A dimensão política do planejamento participativo está apoiada no pressuposto do controle político do cidadão sobre o Estado. Quando o Planejamento Participativo ultrapassa o nível tecnocrático e adquire a forma e o conteúdo de planejamento democrático, torna-se um instrumento efetivo de participação e de mudança. (*Ibidem*, p. 38)

Bagnasco (2003) também ressalta a importância do planejamento estratégico participativo e acrescenta que seus métodos devem se basear em três princípios:

- a) reconhecimento e valorização das capacidades autoorganizativas da sociedade [...]
- b) mudança radical dos modos de formulação das políticas públicas [...]
- c) [...] um plano estratégico não é só construído através de uma contínua interação entre os atores da cidade, mas – podemos acrescentar – tem na participação seu específico e essencial objetivo.⁷⁰ (*Ibidem*, p. 116-8, tradução nossa)

Ou seja, o olhar do cidadão precisa ser incorporado às práticas e decisões. A repetição de modelos de desenvolvimento que se baseiam em critérios político-econômicos é ainda reflexo da lógica linear do século XX. A sociedade contemporânea, cada vez mais desigual, precisa ser compreendida na sua complexidade e nas suas particularidades. Os projetos de intervenção urbana, na sua fase de concepção, devem, pois, buscar caminhos alternativos que conciliem os espaços urbanos aos seres humanos, e não o contrário.

⁷⁰ a) *ricognoscimento e valorizzazione delle capacita auto-organizzative della società [...]; b) cambiamento radicale dei modi di formazione delle politiche pubbliche [...]; c) [...] un piano strategico non solo è costruito tramite una continua interazione fra gli attori della città, ma – possiamo anche dire – ha próprio la partecipazione come suo specifico, essenziale obiettivo.* (BAGNASCO, 2003, p.116-118)

É essa a prática fundamental que devemos considerar hoje na cidade e na sociedade. Não cabe mais repetir modelos do século XX, seja da sua face moderna ou pós-moderna. As consequências, como bem apontadas por Borzacchiolo da Silva (2014), verificadas no Poço da Draga, continuam se reproduzindo e os indivíduos que ocupam esses espaços sendo cada vez mais segregados socioespacialmente, compondo um grande contingente informal de pessoas e habitações, que como se sabe, em muitas cidades do Brasil, supera, em números, a população vivendo na “formalidade”, à margem dos benefícios produzidos pela sociedade urbana, e privados de dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco central a compreensão dos principais aspectos que conformam a segregação socioespacial, na atualidade, na comunidade Poço da Draga, município de Fortaleza, dando-se especial atenção às dinâmicas urbanas que influenciam esse processo entre os anos de 1990 e 2014. Ao analisarmos a área estudada e sua relação com o entorno, a Praia de Iracema, vimos que estas têm se relacionado de forma conflituosa, principalmente nos últimos anos, quando se acentuam as desigualdades e a exclusão social já presentes.

No primeiro capítulo, compreendemos, a partir das construções teóricas trazidas à pesquisa, que o conceito moderno de exclusão é resultado de processos sociais, econômicos e culturais compreendidos a partir da segunda Revolução Industrial e seu desenrolar durante o século XX. Vimos também que a exclusão possui rebatimentos na cidade, constituindo espaços urbanos segregados por meio da diferenciação dos modos de apropriação do espaço urbano pelas classes e pelos grupos sociais. A exclusão socioeconômica e segregação espacial nas cidades têm como consequência a segregação social, expressa por meio dos estigmas e preconceitos associados aos assentamentos precários e à sua população.

Ao considerarmos que a sociedade não funciona sem um Estado que dê suporte, compreendemos que o poder público possui importante papel na constituição da segregação socioespacial nas cidades brasileiras. Sua relação histórica com a burguesia, dando continuidade a práticas coloniais de priorização de interesses particulares sobre os coletivos, acarretam ainda hoje no desequilíbrio nas ações e investimentos públicos, gerando espaços urbanos organizados nos centros das cidades e espaços precários e carentes de urbanização nas periferias.

Verificamos, por fim, que há diversas formas de manifestação do processo de segregação, mas em todas podemos observar apenas duas condições referentes à população: a da segregação voluntária, também chamada de autosegregação, como estudado por Caldeira (2000) e associada principalmente aos enclaves fortificados, e da segregação involuntária, associada aos guetos, segundo classificação de Marcuse (2004).

Ao estudarmos as dinâmicas urbanas mais recentes e seus ajustes em relação às mudanças socioeconômicas promovidas principalmente pela globalização,

passamos a compreender as condições da formação cultural da sociedade contemporânea, chamada por Harvey (2000) de “pós-moderna”. Vimos que na arquitetura, e principalmente no urbanismo, os grandes projetos estão associados diretamente aos interesses econômicos, à massificação cultural da sociedade e à promoção de imagens que exploram as necessidades humanas, em contraposição ao racionalismo tão característico do “modernismo”. Ao se deixar de lado os resultados funcionais do período anterior, abre-se espaço à sobreposição dos interesses econômicos privados sobre os coletivos. As cidades passam a fazer parte dessa rede e precisam competir entre si para garantir a integração à essa sociedade global. Os estudos apontam que tais modelos e práticas acabam por manter, ou mesmo agravar, as desigualdades sociais, mesmo nas nações mais desenvolvidas, com graves consequências àquelas onde a exclusão social é mais acentuada.

A partir do segundo capítulo, estudamos o cenário onde se desenrola o processo de segregação do Poço da Draga. Vimos que a cidade de Fortaleza vivenciou, em momentos distintos, modelos de desenvolvimento urbano que produziu uma cidade inicialmente concentrada no seu centro, mas, posteriormente, a partir de seu desenvolvimento econômico, produziu graves desequilíbrios quanto à expansão e urbanização de suas periferias. A exclusão social, traço marcante na história da cidade, passou a se refletir nos seus espaços diferenciados, seja na fase de modernização e constituição do seu espaço urbano, seja na sua expansão periférica posterior. Vimos que essa realidade explica, em parte, a precariedade de muitas áreas da cidade, ocorrendo hoje predominantemente nas periferias, mas se fazendo presente também nas áreas centrais e “nobres”. Ao lançarmos um olhar direcionado especificamente à Praia de Iracema, percebemos, também, como sua ocupação reproduziu, na escala local, as práticas segregadoras da cidade, mesmo se localizando em área não-periférica e, portanto, “privilegiada” quanto aos investimentos para o desenvolvimento urbano.

A partir da década de 1990, o Brasil foi marcado por políticas classificadas com “neoliberais”, de grande interferência de bancos e investidores estatais nas políticas públicas, ocasionando a pouca presença estatal na estruturação e na regulação da vida social e a livre ação do mercado, sendo o Estado responsável apenas por investimentos estruturais que promoviam as atividades econômicas e sua inserção no mercado globalizado. A promoção da justiça e do equilíbrio social passa a ser

vista pelo Estado brasileiro como consequência da atuação do mercado. É nesse contexto nacional que se inserem os grandes projetos urbanos de “requalificação”, que passam a ser pensados para a região da Praia de Iracema, causando forte impacto na comunidade Poço da Draga. Os resultados observados são divergentes, trazendo por um lado grandes benefícios à economia da cidade através da qualificação dos espaços para atividades de turismo e lazer, dinamizando também o mercado imobiliário local; por outro, agravando os problemas relacionados à segregação socioespacial existentes no seu entorno.

A partir do terceiro capítulo, focamos diretamente no Poço da Draga. Mesmo localizado em uma das áreas de maior dinamismo socioeconômico de Fortaleza, a comunidade ainda hoje sofre pela carência socioeconômica e precariedade na infraestrutura urbana e nos serviços públicos a ela oferecidos, refletindo-se negativamente também na sua condição habitacional. Os projetos públicos propostos à requalificação da Praia de Iracema a partir de 1990, não foram executados por diversos motivos. Mas ao buscarmos conhecê-los, vimos que não apresentavam sinais de que enfrentariam de forma eficaz tais questões.

Dessa forma, no quarto capítulos, chegamos, através das interpretações sobre o espaço do Poço da Draga, nos elementos que configuram no recorte temporal deste trabalho a segregação socioespacial da comunidade. Esses elementos, corroborando com a hipótese inicial da pesquisa, referem-se *a priori* à **infraestrutura e aos serviços públicos precários**, mesmo se localizando na área da cidade que apresenta os melhores indicadores quanto a isso. Mas acrescentam também **elementos não mensuráveis quantitativamente** e, portanto, muitas vezes ignorados nos levantamentos de dados e nos diagnósticos oficiais, que dizem respeito às **relações entre a comunidade e a sociedade** onde se insere e, principalmente, entre a **comunidade e o Estado**.

Em consonância com o observado por alguns dos autores que estudam o urbanismo contemporâneo, vimos que os projetos públicos para a Praia de Iracema baseiam-se em princípios que estão na contramão do que se entende hoje se constituir as relações entre Estado e sociedade. As práticas públicas na área acabam por se caracterizar pela **ausência de diálogo com a população, ameaças de remoção das comunidades carentes existentes, desvalorização do saber popular e perda das vantagens do trabalho multidisciplinar das equipes técnicas**

envolvidas, quando os critérios de decisão superior são predominantemente técnicos, políticos e econômicos, dando menor peso às questões sociais, urbanísticas, ambientais e histórico-culturais.

Os elementos de segregação observados no Poço da Draga estão fortemente relacionados a essas práticas públicas e privadas motivadas pela tentativa de inserir Fortaleza no contexto da globalização econômica. Os resultados desta pesquisa para o Poço da Draga ratificam o que os estudiosos da globalização já afirmam desde a década de 1990 para outras cidades do mundo: tais processos têm como resultado a acentuação das desigualdades e a concentração de renda.

Torna-se evidente, então, o papel do poder público na produção e reprodução da segregação na contemporaneidade, investindo num modelo de desenvolvimento que vai de encontro aos princípios fundamentais da existência do Estado: a promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida a todos os cidadãos, de forma igualitária, como prevê todo o arcabouço jurídico da nossa construção republicana.

A segregação atual do Poço da Draga é reflexo, portanto, de um modelo de desenvolvimento cuja lógica de investimentos públicos desconsidera, por razões políticas, econômicas e sociais, a coletividade, não conseguindo, ironicamente, gerar benefícios à população mais carente moradora da área beneficiada. A viabilidade dos projetos frutos desses investimentos é definida apenas a partir das vantagens econômicas e dos resultados políticos, tratando assim o espaço urbano e seus cidadãos de maneira diferenciada. O custo socioambiental dessas decisões é altíssimo e cumulativo ao longo do tempo, como identificado nos dados e olhares sobre o Poço da Draga aqui apresentados.

É preciso que os agentes públicos revejam o atual modelo de desenvolvimento, suas estratégias e políticas, de forma que se combata de modo eficaz a segregação existente na cidade de Fortaleza. Para isso, os projetos urbanos precisam ser vistos como intervenções que interpretem e contemplem as necessidades da coletividade e suas particularidades. Diante disso, recomenda-se que as políticas públicas e a gestão urbana em execução na cidade de Fortaleza, com seus respectivos projetos de intervenção, não se baseiem em indicadores apenas matemáticos e estatísticos, justificados por pensamentos lineares e cartesianos, incapazes de compreender a complexidade da sociedade contemporânea. Há elementos subjetivos que precisam

ser agregados às propostas de forma prática, e não apenas nos textos que compõem as diretrizes e princípios, sem um rebatimento efetivo nas práticas que garantam os resultados e a eficiência das ações. Esses elementos são, em grande parte, identificados no que a partir das manifestações de 2013 tem sido chamado no Brasil de “voz das ruas”, ou seja, demandas que nascem diretamente da população, identificadas através de passeatas ou de reivindicações da sociedade civil organizada. Esses elementos devem ser levantados diretamente com a população das áreas impactadas pelos projetos públicos, coletadas a partir da aplicação de metodologias de consulta, participação e controle social. Entendemos que dessa forma os objetivos dessas intervenções, principalmente aqueles associados ao desenvolvimento socioeconômico equilibrado e sustentável, poderão ser finalmente alcançados.

Espera-se que essa pesquisa seja útil para apontar os principais fatores que promovem o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza na atualidade, contribuindo para a construção de práticas e instrumentos que promovam políticas públicas, programas e projetos mais eficientes no enfrentamento desse processo. Espera-se, também, que sirva de incentivo a outros profissionais e pesquisadores seguirem por este tema de forma a contribuir com a construção de uma sociedade mais equilibrada e justa.

Pretende-se, por fim, dar seguimento a essa linha de pesquisa, tendo em vista não somente o envolvimento pessoal desde o início da minha formação profissional e acadêmica, mas, principalmente, pelo grande salto que este estudo representa na compreensão da importância da pesquisa e atividade científica para a produção do conhecimento no nosso país, em especial para a cidade de Fortaleza, cuja realidade carece de olhares preocupados com a questão das desigualdades e da segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS

- ABASCAL, Eunice H. S. "Cidade e arquitetura contemporânea: uma relação necessária". *Revista Digital Vitruvius*, Sessão Arqtextos, n. 066.06, ano 06, nov. 2005. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.066/410>>. Acesso em: 03 ago.2014.
- ALMEIDA, André Araújo. GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Espaços segregados como componentes da paisagem urbana: O caso da comunidade Poço da Draga em Fortaleza, Brasil*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3. 2014, São Paulo. *Anais eletrônicos*. São Paulo: UPMackenzie, PUC-Campinas, 2014. CD.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- ARNSPERGER, Christian; PARIJS, Philippe Van. *Quanta diseguaglianza possiamo accettare? Etica economia e sociale*. Bologna: Il Mulino, 2003.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano-Guerra, 2010.
- BAGNASCO, Arnaldo. *Società fuori squadra. Come cambia l'organizzazione sociale*. Bologna: Il Mulino, 2003.
- BARBOSA, Renata Horn. *Fortaleza: arquitetura e cidade no final do século XX*. 2006. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2006.
- BARROSO, Aline M. C.; ALDIGUERI, Camila R. *Inserção de processos participativos de projeto na prática do ensino acadêmico*. In: ENCONTRO DE PRÁTICAS DOCENTES DA UNIFOR, 6. 2014, Fortaleza. *Meio digital*. Fortaleza: UNIFOR, 2014. Arquivo PDF.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. *A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.
- BRUNO, Artur. FARIAS, Airton de. *Fortaleza: uma breve história*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2012.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000.
- CALDER, Allegra; GREENSTEIN, Rosalind. Política de suelo, mercados inmobiliarios y segregación espacial urbana. nov.2001. In: SMOLKA, Martim O.; MULLAHY, Laura (editores). *Perspectivas urbanas – Temas críticos en políticas de suelo en América Latina*. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.
- CASTELLS, Manuel. Posfácio à Questão Urbana. *Espaço & Debates* Revista Quadrimestral. São Paulo. Ano I n. 1. Jan.1981.

- CASTRO, José Liberal. *Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1977.
- CASTRO, José Liberal. Cartografia urbana fortalezense: na Colônia e no Império e outros comentários. In: *Fortaleza: A administração* Lucio Alcântara. Março de 1979 / maio de 1982. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.
- CAVALCANTE, João Paulo Braga; FREITAS, Geovani Jacó. Dragão do Mar – A cultura do consumo na vida urbana contemporânea. In: ARAGÃO, Elizabeth F.; FREITAS, Geovani Jacó (org.). *Fortaleza e suas tramas – Olhares sobre a cidade*. Fortaleza: Ed. UECE, 2008.
- COSTA, Sabrina Studart Fontenele. *Intervenções na cidade existente*. Um estudo sobre o Centro Dragão do Mar e a Praia de Iracema. 2003. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo: 2003.
- COSTA, Sabrina Studart Fontenele. *Requalificação nos centros históricos brasileiros*. Discutindo o processo de gentrification em áreas centrais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 11. Salvador. Maio. 2005.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Praia de Iracema sofre com obras de revitalização paradas. *Jornal Diário do Nordeste Online*, Caderno Cidade: Grupo Edson Queiroz, 02 mar.2013. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/praiadeiracema-sofre-com-obras-de-revitalizacao-paradas-1.205456>>. Acesso em: 09 nov.2014.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Praia de Iracema: favela virou esconderijo de bandidos de outros bairros. *Jornal Diário do Nordeste Online*, Caderno Fortaleza: Grupo Edson Queiroz, 20 out.2013. Disponível em: < <http://blogs.diariodonordeste.com.br/policia/geral/praiadeiracema-favela-virou-esconderijo-de-bandidos-de-outros-bairros/>>. Acesso em: 09 nov.2014.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Construção do Acquário em Fortaleza volta ao noticiário nacional. *Jornal Diário do Nordeste Online*, Coluna Edison Silva: Grupo Edson Queiroz, 06 dez.2013. Disponível em: < <http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/acuario-de-fortaleza/construcao-do-acuario-em-fortaleza-volta-ao-noticiario-nacional/>>. Acesso em: 09 nov.2014.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Poço da Draga comemora 108 anos. *Jornal Diário do Nordeste Online*, Caderno Fortaleza: Grupo Edson Queiroz, 27 maio.2014. Disponível em: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/poco-da-draga-comemora-108-anos-1.1023682>>. Acesso em: 01 nov.2014.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Sessão da Assembleia é novamente esvaziada. *Jornal Diário do Nordeste Online*, Coluna Edison Silva: Grupo Edson Queiroz, 06 nov.2014. Disponível em: < <http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/blog-politica/sessao-da-assembleia-e-novamente-esvaziada/>>. Acesso em: 09 nov.2014.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Acquario: 1º passo para desapropriações. *Jornal Diário do Nordeste Online*, Caderno Negócios: Grupo Edson Queiroz, 10 dez.2014. Disponível em: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/>>

negocios/acuario-1-passo-para-desapropriacoes-1.1170914>. Acesso em: 10 dez.2014.

DIÁRIO, TV. Obras de requalificação da Praia de Iracema iniciam em junho. *Telejornal Diário na TV*, Grupo Edson Queiroz, 27 maio.2013. Disponível em: <<http://tvdiario.verdesmares.com.br/videos/detalhes-de-videos?id=bf7eb134696a080a686aac36d8f872a7>>. Acesso em: 09 nov.2014.

DIÓGENES, Beatriz. *Dinâmicas urbanas recentes da área metropolitana de Fortaleza*. 2012. Tese de doutorado. FAU-USP. São Paulo, 2012.

FEITOSA, Luiz Tadeu. *O Poço da Draga, a Favela e a Biblioteca*. São Paulo: Annalume, 1998.

FEITOSA, Tadeu. Poço e Draga: história e memória em movimento. *Jornal O POVO Online*, Caderno DOM. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 08 jun.2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/dom/2014/06/07/noticiasjornaldom,3263374/poco-e-draga-historia-e-memoria-em-movimento.shtml>>. Acesso em: 14 out.2014.

FORNI, Elisabetta. Notas de aula. *Disciplina de Sociologia Urbana*. Curso de bacharelado em Ciência da Arquitetura. Torino: Politecnico di Torino, 2003.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. *Produto V – Proposta Final do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS-For (complementada e revisada)*. Fortaleza. Arquivo digital formato PDF, Jan.2013a.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. *Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza*. Brochura disponível na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: Fortaleza, 2013b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Celso M. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

G1, Portal. Peças do Acquário Oceânico do Ceará começam a ser montadas. *Portal de notícias G1*, 12 maio. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/05/pecas-do-acuario-oceanico-do-ceara-comecam-ser-montadas.html>>. Acesso em: 11 dez.2014.

G1, Portal. Moradores tentam evitar demolição de prédio próximo ao Acquário do CE. *Portal de Notícias G1*, 12 dez.2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/12/moradores-tentam-evitar-demolicao-de-predio-para- virar- estacionamento.html>>. Acesso em: 16 dez.2014.

GEORGE, Henry. *Progress and Poverty: an inquiry into the cause of industrial depression and of increase of want with increase of wealth. The remedy*. Robert Schalkenbach Foundation: New York, 1935. Disponível em: <http://mises.org/books/progress_poverty_george.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

GONDIM, Linda M. P.; BEZERRA, Ricardo F.; FONTENELE, Sabrina S. Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: um projeto de requalificação da antiga área portuária de Fortaleza – CE. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa H. de. *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri-SP: Manole, 2006.

- GONDIM, Linda M. P. *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.
- GONDIM, Linda M. P. A favela depois do Estatuto da Cidade – Novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza,CE). *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10. n. 2, nov.2008. Disponível em: <<http://anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/202/186>> Acesso em: 07.nov.2013.
- GONDIM, Linda M. P. *O Dragão do Lazer e da Cultura Invade a Praia de Iracema: Intervenções Urbanísticas como Catalisadoras da Imagem da “Moderna” Fortaleza*. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5, Sessão Temática 5: História e Cultura Urbana Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Mestrado em Urbanismo.
- GONDIM, Linda M. P. Assentamentos precários e favelas: uma distinção necessária. In: MARQUES, Rachel Coutinho (org.). *Desafios urbanos para a sustentabilidade ambiental nas cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: PROURB, 2012.
- GONDIM, Linda M. P. *O Acquário e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais (resultados preliminares de pesquisa em andamento)*. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 29, Santiago, Chile, 2013. Disponível em: < http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20_dePntesGodim.pdf>. Acesso em: 01 nov.2014.
- GOENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. Coleção Tudo É História. vol n. 29. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- GREENSTEIN, Rosalind; SABATINI, Francisco; SMOLKA, Martim. Segregación espacial urbana: fuerzas, consecuencias y respuestas normativas. nov.2000. In SMOLKA, Martim O.; MULLAHY, Laura (editores). *Perspectivas urbanas – Temas críticos en políticas de suelo en América Latina*. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.
- HABITAFOR. *Diagnóstico socioeconômico do Poço da Draga (2012)*. 2013. *Arquivo digital PDF*.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade* São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HARVEY, David. Entrevista. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, ano 9. n. 71. Brasília: IPEA, 2012.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- JORGE, Wilson Edson. Capítulo 20 - Política e Planejamento Territorial. In: BRUNA, Gilda C.; PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de A. (editores) *Curso de Gestão Ambiental*. Barueri-SP: Manole, 2004.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.
- KOWARICK, Lucio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- MARCUSE, Peter. Enclaves, sim: guetos, não: a segregação e o Estado. *Espaço & Debates*, revista quadrimestral. São Paulo, n. 45, jan/jul.2004.
- MADEIRA, Zelma. Notas de aula. *Curso de Capacitação em Políticas Públicas de Inclusão Social*. Fortaleza: CETREDE-UFC/Habitafor-PMF, 06 maio.2008.
- MAIA, Geimison. Poço da Draga: comunidade está prestes a comemorar 107 anos de história. *Jornal O POVO Online*, Sessão O Povo Nos Bairros. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 04 abr.2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/opovonosbairros/2013/04/04/noticiasopovonosbairros,3033206/comunidade-esta-prestes-a-comemorar-107-anos-de-historia.shtml>>. Acesso em: 30 nov.2014.
- MAIA, Geimison. Praia de Iracema: De Praia do Peixe a berço da boemia cearense. *Jornal O POVO Online*, Coluna O Povo nos Bairros. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 09 maio.2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/opovonosbairros/2013/05/09/noticiasopovonosbairros,3053032/de-praia-do-peixe-a-berco-da-boemia-cearense.shtml>>. Acesso em: 30 nov.2014.
- MENEZES, Adriano Sarquis Bezerra de; MEDEIROS, Cleyber Nascimento (org.). *Perfil Socioeconômico de Fortaleza*, V.2. Fortaleza: IPECE, 2012.
- NEVES, Frederico de Castro. A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900). In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro (org). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- MOURA, Fabiana; SOARES, Moema. Poço da Draga receberá megaprojeto. *Jornal O POVO*, edição impressa, p. 8. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 04 dez.2001.
- MONTANARI, Guido; MASSARENTE, Alessandro. Notas de aula. *Disciplina de Laboratório de Projeto de Arquitetura Contemporânea*. Curso de Bacharelado em Ciência da Arquitetura. Torino: Politecnico di Torino, 2003.
- MONTENEGRO JÚNIOR, Ignácio Ribeiro Pessoa. *Uma metrópole em transição: reestruturação produtiva e a emergência do turismo na RM de Fortaleza-CE*. 2012. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2012.
- OLIVEIRA, Heloisa M. A. *O Poço da Draga e a Praia de Iracema: Convivência, Conflitos e Sociabilidade*. 2006. Dissertação de Mestrado, Depto. de Ciências Sociais, UFC, Fortaleza, Out.2006.
- O POVO. O Centro Dragão do Mar procura estabelecer relação com a comunidade do Poço da Draga? *Jornal O POVO Online*, Sessão Confronto de Ideias. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 21 abr.2014. Disponível em: <

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2014/04/21/noticiasjornalvidaarte,3239130/>>. Acesso em: 14 out.2014.

- PAULA, Ethel de. Iracema para todos? Entrevista com o arquiteto Fausto Nilo. *Jornal O POVO Online*, Caderno Páginas Azuis. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 14 set.2003. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2003/09/14/noticiasjornalpaginasazuis,296670/iracema-para-todos.shtml>>. Acesso em: 14 out.2014.
- PEQUENO, Luis Renato Bezerra (org.). Cap. 5 – Como Anda Fortaleza. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Conjuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha / Multigraf Editora Ltda., 1993.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RECH, Adir Ubaldo. *A exclusão social e o caos nas cidades: um fato cuja solução também passa pelo direito como instrumento de construção de um projeto de cidade sustentável*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2007.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). *Metrôpoles – entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e Observatório das Metrôpoles, 2004.
- ROCHA, Sergio. Poço de quem? Poço pra quem? Poço dos cem... dos cento e poucos anos do Poço. *Portal da comunidade Poço da Draga*. Página Inicial. Disponível em: < <http://www.pocodadraga.org/>>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Coleção Primeiros Passos. vol 203. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. MARINS, Alex (trad.). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1755)*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. *Estudo Geral - Repositório Digital da Universidade de Coimbra*, jan. 1999. Disponível em: < <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11020>>. Acesso em: 19 out. 2013.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, Saskia. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University, 2014.
- SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância – UFSC, 2001.
- SILVA, Francisco José Chaves da. *A educação político-estética da juventude da periferia de Fortaleza: reflexões sobre a cultura do olhar*. 2007. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFC, Fortaleza, 2007.
- SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/ Fundação Demócrito Rocha / J. Macedo, 1989.

- SILVA, José Borzacchiello da. Fortaleza 2040: Planejamento participativo e conflito de classes: estatuto das cidades e gestão urbana. *Série Fortaleza 2040*, n. 01, Ano I. jul. 2014. Fortaleza: Edições Iplanfor, 2014.
- SOUSA, Vancarder Brito. Medo, memória e pertença: o caso da Favela do Poço da Draga em Fortaleza (CE). In: KOURY, Mauro G. P. BARRETO, Maria Cristina R (org.). *Antropologia da Emoção*. Ensaios. João Pessoa, GREM. 2004.
- SOUSA, Vancarder Brito. *Requalificação urbana e gentrificação em Fortaleza-CE: o caso da favela do Poço da Draga na Praia de Iracema*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12. 2007a, Belém. Anais eletrônicos. Belém: UFPA, 2007a. Online. Disponível em < <http://www.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT6-898-857-20070107230717.pdf>>. Acesso em: 15 out.2014.
- SOUSA, Vancarder Brito. *A cidade e a favela: o “Poço da Draga” e a requalificação urbana em Fortaleza*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12. 2007b, Recife. Anais eletrônicos. Recife: UFPE, 2007b. Online. Disponível em: < http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=54&Itemid=171>. Acesso em: 23 mar.2014.
- TALICY, Eduarda. Poço da Draga faz programação para celebrar 108 anos de resistência. *Jornal O POVO Online*, Caderno Vida & Arte. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 14 set.2013. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2014/05/19/noticiasjornalvidaearte,3252551/poco-da-draga-faz-programacao-para-celebrar-108-anos-de-resistencia.shtml>>. Acesso em: 14 out.2014.
- VILLAÇA, Flavio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.